



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIV - Nº 116 - TERÇA-FEIRA, 11 DE AGOSTO DE 2009 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP) 1º VICE-PRESIDENTE Marconi Perillo - (PSDB-GO) 2º VICE-PRESIDENTE Serys Slhessarenko - (PT-MT) 1º SECRETÁRIO Heráclito Fortes - (DEM-PI) 2º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)	3º SECRETÁRIO Mão Santa- (PMDB-PI) 4º SECRETÁRIO Patrícia Saboya - (PDT-CE) Suplentes de Secretário 1º - César Borges - (PR-BA) 2º - Adelmir Santana - (DEM-DF) 3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB) 4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

LIDERANÇAS

Maioria (PMDB/PP) - 20 Líder Renan Calheiros - PMDB Vice-Líderes Valdir Raupp Paulo Duque Lobão Filho Francisco Dornelles Gilvam Borges Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Wellington Salgado de Oliveira Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto Líder do PP - 1 Francisco Dornelles	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 21 Líder Aloizio Mercadante - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Líder do PT - 12 Aloizio Mercadante Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns Líder do PR - 4 João Ribeiro Vice-Líder do PR Expedito Júnior Líder do PSB - 2 Antonio Carlos Valadares Líder do PRB - 2 Marcelo Crivella Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda	Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 27 Líder Raimundo Colombo - DEM¹ Vice-Líderes Alvaro Dias Kátia Abreu Flexa Ribeiro Gilberto Goellner João Tenório Rosalba Ciarlini Lúcia Vânia Adelmir Santana Líder do DEM - 14 José Agripino Vice-Líderes do DEM Jayme Campos Antonio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Moraes Líder do PSDB - 13 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes
PTB - 7 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Romeu Tuma	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello Romeu Tuma
PDT - 5 Líder Osmar Dias - PDT		

¹ Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.

EXPEDIENTE	
Haroldo Feitosa Tajra Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS	
1.2 – DECRETOS LEGISLATIVOS	
Nºs 499 a 503, de 2009.	35007
2 – ATA DA 127ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 10 DE AGOSTO DE 2009	
2.1 – ABERTURA	
2.2 – EXPEDIENTE	
2.2.1 – Comunicações da Presidência	
Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 30, de 1994; 80, de 1999; 23, de 2002; 296, 299, 323 e 328, de 2008; 101, 110, 142, 155, 156, 163 183, 184, 185, 187, 210, 222, 223, 226, 231, 232, 239, 249, 258, 262, 263, 266, 267, 312, 324, 326, 327, 332, 338, 342, 348, 356, 365, 376, 378, 381, 401, 402, 405, 413, 419, 466, 522, 523, 534 e 545, de 2009.	35009
Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Lei da Câmara nºs 48, de 2007, e 88, de 2008, e dos Projetos de Lei do Senado nºs 506, de 2003–Complementar, e 331, de 2009.	35012
Recebimento do Ofício PGR/GAB/nº 978/2009, de 24 de julho último, do Procurador-Geral da República, referente à CPI dos Bingos, sendo atendido por meio do Ofício nº 1.536-SF, de 5 do corrente.	35012
Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei do Senado nº 20 e 166, de 2008.	35013
Lembrança da realização de sessão especial, amanhã, dia 11, às 10 horas, destinada a comemorar o centenário de nascimento de Jaime Câmara, de acordo com o Requerimento nº 886, de 2009, do Senador Marconi Perillo e outros Senhores Senadores.	35013
2.2.2 – Mensagens do Presidente da República	
Nº 148, de 2009 (nº 594/2009, na origem), de 29 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2008 (nº 7.163/2006, na Casa de origem, de iniciativa do Presidente da República), que <i>autoriza o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – Inmetro a promover a alienação de bem público,</i>	
sancionado e transformado na Lei nº 11.996, de 29 de julho de 2009.	35013
Nº 149, de 2009 (nº 595/2009, na origem), de 29 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2009 (nº 4.942/2001, na Casa de origem, de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho), que <i>cria funções comissionadas e cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP) e dá outras providências,</i> sancionado e transformado na Lei nº 11.997, de 29 de julho de 2009.	35013
Nº 150, de 2009 (nº 596/2009, na origem), de 29 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2009 (nº 5.357/2005, na Casa de origem, de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho), que <i>dispõe sobre a criação de cargos de Juiz do Trabalho Substituto, de cargos de provimento efetivo e em comissão e de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP),</i> sancionado e transformado na Lei nº 11.998, de 29 de julho de 2009.	35014
Nº 151, de 2009 (nº 597/2009, na origem), de 29 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2009 (nº 1.651/2007, na Casa de origem, de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho), que <i>altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (CE); cria cargos de provimento efetivo e em comissão e funções comissionadas no seu Quadro de Pessoal; e dá outras providências,</i> sancionado e transformado na Lei nº 11.999, de 29 de julho de 2009.	35014
Nº 152, de 2009 (nº 598/2009, na origem), de 29 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2009 (nº 1.796/2007, na Casa de origem, de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho), que <i>cria cargos de Juiz do Trabalho Substituto e de Analista Judiciário no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, com sede em Campinas, Estado de São Paulo, e dá outras providências,</i> sancionado e transformado na Lei nº 12.000, de 29 de julho de 2009.	35014
Nº 153, de 2009 (nº 599/2009, na origem), de 29 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 2009 (nº 1.989/2007, na Casa de origem, de iniciativa do Tribunal Superior do	

Trabalho), que *altera a composição e a organização interna do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, com sede em Campinas, Estado de São Paulo, e dá outras providências*, sancionado e transformado na Lei nº 12.001, de 29 de julho de 2009.

35014

Nº 154, de 2009 (nº 600/2009, na origem), de 29 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2009 (nº 3.675/2008, na Casa de origem, de iniciativa do Presidente da República), que *dispõe sobre a criação de Funções Comissionadas do DNPM – FCDNPM, no Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, de Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas – FG, destinados ao DNPM, e altera as Leis nºs 11.526, de 4 de outubro de 2007, para dispor sobre a remuneração das FCDNPM, 8.876, de 2 de maio de 1994, e 11.046, de 27 de dezembro de 2004*, sancionado e transformado na Lei nº 12.002, de 29 de julho de 2009.

35014

Nº 155, de 2009 (nº 601/2009, na origem), de 29 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2009 (nº 1.870/2003, na Casa de origem, do Deputado Joaquim Francisco), que *dispõe sobre a criação de número telefônico para uso exclusivo dos Conselhos Tutelares*, sancionado e transformado na Lei nº 12.003, de 29 de julho de 2009.

35014

Nº 156, de 2009 (nº 602/2009, na origem), de 29 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2007 (nº 4.719/2001, na Casa de origem, do Deputado Alberto Fraga), que *altera a Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992, que regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento e dá outras providências*, sancionado e transformado na Lei nº 12.004, de 29 de julho de 2009.

35014

Nº 157, de 2009 (nº 603/2009, na origem), de 29 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2009 (nº 2.549/2003, na Casa de origem, de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho), que *dispõe sobre a criação de 1(um) cargo em comissão e de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (RJ)*, sancionado e transformado na Lei nº 12.005, de 29 de julho de 2009.

35014

Nº 158, de 2009 (nº 604/2009, na origem), de 29 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 245, de 1999, de autoria da Senadora Emília Fernandes), que *acrescenta artigos à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer mecanismos para a veiculação de mensagens educativas de trânsito, nas modalidades de propaganda que especifica, em caráter suplementar às campanhas previstas nos arts. 75 e 77*, sancionado e transformado na Lei nº 12.006, de 29 de julho de 2009.

35014

Nº 159, de 2009 (nº 606/2009, na origem), de 29 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 170, de 2003, de autoria do Senador Almeida Lima, que *dispõe sobre a emissão de declaração de quitação anual de débitos pelas pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos e privados, sancionado e transformado na Lei nº 12.007, de 29 de julho de 2009*.

35014

Nº 161, de 2009 (nº 613/2009, na origem), de 3 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 314, de 2004, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, que *dispõe sobre adoção; altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências*, sancionado e transformado na Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009.

35015

Nº 162, de 2009 (nº 614/2009, na origem), de 4 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 2009 (nº 5.829/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente do Superior Tribunal de Justiça, que *dispõe sobre a criação de duzentas e trinta Varas Federais destinadas, precipuamente, à interiorização da Justiça Federal de primeiro grau e à implantação dos Juizados Especiais Federais no País, e dá outras providências*, sancionado e transformado na lei nº 12.011, de 4 de agosto de 2009.

35015

Nº 160, de 2009 (nº 624/2009, na origem), de 6 do corrente, informando que se ausentará do País no período de 9 a 11 de agosto de 2009, em viagem oficial a Quito, Equador.

35015

2.2.3 – Aviso do Ministro de Estado da Saúde

Nº 1.135/2009, de 20 de julho último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 302, de 2009, do Senador Pedro Simon.

35015

2.2.4 – Ofício do Ministro de Estado da Defesa

Nº 9.611/2009, de 4 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 518, de 2009, do Senador Arthur Virgílio.

35015

2.2.5 – Aviso do Presidente do Tribunal de Contas da União

Nº 892/2009, de 3 do corrente, encaminhando informações parciais em resposta ao Requerimento nº 1300, de 2007, do Senador Alvaro Dias.

35015

2.2.6 – Pareceres

Nº 1.245, de 2009, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 418, de 2006 (nº 273/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à FM Som das Cataratas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão*.

são sonora em frequência modulada na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná. 35016

Nº 1.246, de 2009, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 126, de 2009 (nº 939/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Mar e Céu Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cachoeira Dourada, Estado de Goiás.* 35022

Nº 1.247, de 2009, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 135, de 2009 (nº 963/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à 102,3 FM Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio do Descoberto, Estado de Goiás.* 35027

Nº 1.248, de 2009, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 190, de 2009 (nº 869/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à AMG Publicidade e Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso.* 35032

Nº 1.249, de 2009, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 250, de 2009 (nº 876/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Desan Telecomunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Engenheiro Navarro, Estado de Minas Gerais.* 35037

Nº 1.250, de 2009, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 251, de 2009 (nº 922/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Educativa e Cultural de Radiodifusão Glória Embratel para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.* 35043

Nº 1.251, de 2009, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 345, de 2009 (nº 740/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Popular – Acopop para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Urupá, Estado de Rondônia.* 35048

Nº 1.252, de 2009, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 346, de 2009 (nº 810/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Nova União para executar serviço de*

radiodifusão comunitária na cidade de Nova União, Estado de Rondônia. 35053

Nº 1.253, de 2009, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 361, de 2009 (nº 1.181/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Som Alvorada Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Formoso do Araguaia, Estado do Tocantins.* 35058

Nº 1.254, de 2009, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 363, de 2009 (nº 1.204/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Artesãos e Artistas de Lajeado para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lajeado, Estado do Tocantins.* 35064

Nº 1.255, de 2009, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 375, de 2009 (nº 1.272/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Sistema Integrado de Radiocomunicação Ltda. – SIR para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipuã, Estado de São Paulo.* 35069

Nº 1.256, de 2009, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 386, de 2009 (nº 1.314/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Amazônia Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ananindeua, Estado do Pará.* 35074

Nº 1.257, de 2009, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 404, de 2009 (nº 621/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Cultural e Social de Cardoso Moreira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cardoso Moreira, Estado do Rio de Janeiro.* 35079

Nº 1.258, de 2009, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 422, de 2009 (nº 1.259/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educacional Cultural João Calvino para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Resplendor, Estado de Minas Gerais.* 35084

Nº 1.259, de 2009, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 423, de 2009 (nº 1.275/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rede*

Metropolitana de Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tailândia, Estado do Pará.....

35090

Nº 1.260, de 2009, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 427, de 2009 (nº 1.299/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Amigos da Cultura para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

35096

Nº 1.261, de 2009, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 430, de 2009 (nº 1.320/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Brigadistas de Sampaio – ABS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sampaio, Estado do Tocantins.

35101

Nº 1.262, de 2009, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 436, de 2009 (nº 1.341/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à FM São Bento de Amontada Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Banabuiú, Estado do Ceará.

35107

Nº 1.263, de 2009, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 443, de 2009 (nº 1.369/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Heliópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Heliópolis, Estado da Bahia.

35112

Nº 1.264, de 2009, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 458, de 2009 (nº 804/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Antonio Nezinho de Souza – ACANS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mauriti, Estado do Ceará.

35117

Nº 1.265, de 2009, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 461, de 2009 (nº 952/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sistema de Rádio Jornal Cultura do Ceará Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santana do Acaraú, Estado do Ceará.

35122

Nº 1.266, de 2009, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 520, de 2009 (nº 1.179/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Iguatu Ltda. para explorar serviço de radiodifusão

sonora em frequência modulada na cidade de Iguatu, Estado do Ceará.....

35127

Nº 1.267, de 2009, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 530, de 2009 (nº 1.339/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Milano FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná.

35133

Nº 1.268, de 2009, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 556, de 2009 (nº 890/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Fundação Potiguar para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte.

35138

Nºs 1.269 e 1.270, de 2009, das Comissões de Constituição, Justiça, e Cidadania e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, respectivamente, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2008 (nº 388/2003, na Casa de origem, do Deputado Maurício Rabelo), que altera a redação do art. 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor. (Inclui a substituição ou retirada de peças e componentes, sem autorização do consumidor no fornecimento de serviços).

35144

Nº 1.271, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador Expedito Júnior, que altera o art. 54 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para conceder aos soldados da borracha, no que couber, os mesmos direitos dos ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial.

35156

2.2.7 – Comunicações da Presidência

Abertura de prazo de cinco de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Decreto Legislativo nºs 418, de 2006; 126, 135, 190, 250, 251, 345, 346, 361, 363, 375, 386, 404, 422, 423, 427, 430, 436, 443, 458, 461, 520, 530 e 556, de 2009, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciadas pelo Plenário, tendo em vista o recebimento do Ofício nº 90, de 2009, do Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

35161

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2008, cujo parecer foi lido anteriormente.

35161

2.2.8 – Discursos do Expediente

SENADOR MÁRIO COUTO – Satisfação com iminente celebração de acordo entre o Governo Federal e entidades representativas dos aposentados, em torno do fator previdenciário. Críticas ao Governo

do Pará, especialmente nas áreas da saúde e da segurança públicas..... 35161

SENADOR ALVARO DIAS – Apresentação de voto de pesar pelo falecimento do jornalista e empresário João Milanez..... 35167

2.2.9 – Leitura de requerimentos

Nº 980, de 2009, de autoria do Senador Alvaro Dias, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista e empresário João Milanez*..... 35167

Nº 981, de 2009, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, *solicitando o aditamento do Requerimento nº 931, de 2009*..... 26169

Nº 982, de 2009, de autoria da Senadora Fátima Cleide, *solicitando a retirada do Requerimento nº 856, de 2009. Deferido*..... 35169

Nº 983, de 2009, de autoria da Senadora Fátima Cleide, *solicitando a retirada do Requerimento nº 857, de 2009. Deferido*..... 35169

2.2.10 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR FERNANDO COLLOR – Inauguração de audiências públicas, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, para o período de 2009/2015. Esclarecimentos sobre a sessão do Senado, da última segunda-feira, quando S. Exª fez denúncias em relação à revista **Veja**. 35170

SENADOR PAPALÉO PAES – Resistência à tentativa de o Governo Federal recriar a CPMF, que se chamaria CSS – Contribuição Social para a Saúde, e apoio à regulamentação da Emenda nº 29, que garantiria recursos para a saúde pública brasileira, nas três esferas – federal, estadual e municipal..... 35171

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Observações sobre a crise no Senado Federal, a partir do ponto de vista externo. Reflexão sobre a falência dos Partidos e a perda de controle do Congresso Nacional como representante da população. Otimismo com a possibilidade da candidatura da Senadora Marina Silva à Presidência da República. Anúncio da realização de movimentos populares “pela ética no Senado”. Enumeração de propostas visando resgatar a credibilidade do Senado Federal 35173

SENADOR PEDRO SIMON – Questionamentos sobre a atuação do Conselho de Ética do Senado Federal e críticas ao presidente José Sarney. Preocupação com os desdobramentos da CPI da Petrobras. Anúncio da iniciativa de S. Exª de interpeleção ao Senador Fernando Collor, junto à Mesa do Senado Federal. 35178

2.2.11 – Comunicação da Presidência

Término do prazo, sexta-feira última, com apresentação de Emenda nº 1-PLN, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 47, de 2009. 35186

2.2.12 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR MÃO SANTA – Elogios ao desempenho do Senado Federal e desqualificação de

críticas veiculadas na imprensa, que decorreriam de uma “insidiosa campanha” contra a Instituição. Críticas ao desempenho do Governo Federal, com base em dado de que a maior parte de obras de estradas no Estado não está concluída..... 35187

SENADOR FRANCISCO DORNELLES, como Líder – Declaração de apoio ao Presidente José Sarney e à Mesa Diretora da Casa. Preocupação com as possíveis mudanças na exploração do pré-sal, segundo notícias divulgadas pela imprensa. 35190

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Comentários sobre a matéria publicada no jornal Correio Braziliense do último domingo, intitulada “Os piratas da Medicina”. Reflexão sobre a saúde pública no país..... 35191

SENADOR ALVARO DIAS – Reflexão, à luz de alguns antecedentes históricos, sobre o tema: a liberdade de não ter medo. 35211

SENADOR VALDIR RAUPP – Relato de visitas recentes de S. Exa. a várias feiras e exposições agropecuárias no Estado de Rondônia. Apelo para que seja aprovada na Câmara dos Deputados a transposição de servidores do Estado de Rondônia para a União. 35212

SENADOR JOSÉ NERY, como Líder – Pesar pelo falecimento do Professor Manoel Amaral, conhecido como Professor Manoelzinho, no Pará. Mobilização que os trabalhadores rurais sem terra farão aqui em Brasília, de hoje até o dia 21 do corrente, em defesa da reforma agrária. 35214

SENADORA ROSALBA CIARLINI – Registro da participação de S. Exa. em diversos eventos realizados no Estado do Rio Grande do Norte, no último final de semana. Apelo pela sensibilidade das autoridades federais diante da grave situação dos servidores do INSS, em greve de fome coletiva em Natal-RN..... 35215

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR – Cobrança ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer, da votação da Proposta de Emenda à Constituição que trata da transposição dos servidores públicos do Estado de Rondônia. Registro da realização do evento “Duelo da Fronteira”, no município de Guajará-Mirim. Considerações sobre a interdição da BR-364 por conta de uma manifestação em prol da emancipação da Ponta do Abunã..... 35218

SENADOR RENATO CASAGRANDE – Manifestação de admiração pelo comportamento do Vice-Presidente José Alencar, no enfrentamento da doença que o acomete. Crítica à forma como o Senador Paulo Duque tem se comportado na presidência do Conselho de Ética, ao fazer o arquivamento de todas as representações e denúncias. 35220

SENADORA FÁTIMA CLEIDE – Registro de sanção pelo Presidente da República da Lei nº 12.014, de 2009, que contempla profissionais da educação, e da Lei nº 12.015, de 2009, que torna mais rigorosa a pena para crimes de violência sexu-

al. Importância da construção da ponte na fronteira entre Brasil e Bolívia, em Rondônia. 35224

SENADOR **EDUARDO SUPLICY** – Considerações sobre a crise no Senado Federal. Registro da visita que fará à cidade de Assunção, no Paraguai, a convite do Presidente Fernando Lugo. 35227

2.2.13 – Pareceres

Nº 1.272, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 400, de 2009 (nº 500/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Protocolo Modificativo do Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias no Mercosul, assinado no Rio de Janeiro, em 19 de janeiro de 2007*. 35229

Nº 1.273, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 489, de 2009 (nº 516/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Hungria sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, assinado em Brasília, em 27 de setembro de 2005*. 35232

Nº 1.274, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 510, de 2009 (nº 1.392/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo, por Troca de Notas, para o Estabelecimento de uma Faixa Non Aedificandi em Zonas Urbanas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, firmado em Assunção, em 9 de abril de 2008*. 35234

2.2.14 – Comunicação da Presidência

Lembra ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 11, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 35236

2.3 – ENCERRAMENTO

3 – DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÕES ANTERIORES

Do Senador Marco Maciel, proferidos nos dias 4 e 5, de agosto de 2009. 35240

4 – EMENDAS

Nºs 1 a 10, apresentadas ao Projeto de Lei nº 27, de 2009-CN. 35247

Nºs 1 e 2, apresentadas ao Projeto de Lei nº 29, de 2009-CN. 35259

Nº 1, apresentada ao Projeto de Lei nº 30, de 2009-CN. 35262

5 – ATOS ADMINISTRATIVOS

5.1 – ATO DO PRESIDENTE

Nº 315, de 2009. 35264

SENADO FEDERAL

6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

CONGRESSO NACIONAL

11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 499, DE 2009(*)

Aprova o texto consolidado da Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios, adotada pela Organização Marítima Internacional, em Londres, em 2 de novembro de 1973, e o seu Protocolo de 1978, com as Emendas adotadas em 4 de dezembro de 2003 a 1º de abril de 2004.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto consolidado da Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios, adotada pela Organização Marítima Internacional, em Londres, em 2 de novembro de 1973, e o seu Protocolo de 1978, com as Emendas adotadas em 4 de dezembro de 2003 a 1º de abril de 2004, efetuando-se as correções a seguir especificadas na tradução do texto original para o Português, em consonância com o art. 4º da Lei nº 9.966, de 28 de abril de 2000:

I – substitua-se, na tradução para o Português da Regra 3 do Anexo II da Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios, MARPOL, na alínea (a) do inciso I, a expressão “um grave risco” por “alto risco”;

II – substitua-se, na tradução para o Português da Regra 3 do Anexo II da Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios, MARPOL, na alínea (b) do inciso I, a expressão genérica “um risco” por “médio risco”;

III – substitua-se, na tradução para o Português da Regra 3 do Anexo II da Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios, MARPOL, na alínea (c) do inciso I, a expressão “pequeno risco” por “risco moderado”;

IV – substitua-se, na tradução para o Português da Regra 3 do Anexo II da Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios, MARPOL, alínea (d) do inciso I, a expressão “reconhecível perigo” por “risco identificável”.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resul-

tar em revisão da referida Convenção, seus Protocolos e Anexos, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do caput do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de agosto de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto consolidado da Convenção, seus Protocolos e Anexos acima citados estão publicados no **DSF** de 13-11-2008.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 500, DE 2009(*)

Aprova o texto da Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para Evitar Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal com Relação ao Imposto sobre a Renda, celebrado em Lima, em 17 de fevereiro de 2006.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para Evitar Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal com Relação ao Imposto sobre a Renda, celebrado em Lima, em 17 de fevereiro de 2006.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Convenção, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do caput do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de agosto de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto da Convenção acima citado está publicado no **DSF** de 13-5-2009.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 501, DE 2009(*)

Aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela no Campo da Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado em Caracas, em 14 de fevereiro de 2005.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela no Campo da Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado em Caracas, em 14 de fevereiro de 2005.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Memorando, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do caput do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de agosto de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Memorando de Entendimento acima citado está publicado no **DSF** de 28-5-2009.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 502, DE 2009(*)

Aprova o texto do Protocolo de Cooperação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no Domínio da Defesa, assinado em Praia, em 15 de setembro de 2006.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Protocolo de Cooperação da Comunidade dos Países de Língua Por-

tuguesa no Domínio da Defesa, assinado em Praia, em 15 de setembro de 2006.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Protocolo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do caput do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de agosto de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Protocolo de Cooperação acima citado está publicado no **DSF** de 28-5-2009.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 503, DE 2009(*)

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Ruanda, assinado em Nova Iorque, em 26 de setembro de 2007.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Ruanda, assinado em Nova Iorque, em 26 de setembro de 2007.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do caput do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de agosto de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no **DSF** de 28-5-2009.

Ata da 127ª Sessão não Deliberativa, 10 de Agosto de 2009

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mão Santa, Papaléo Paes, Mário Couto e Mozarildo Cavalcanti

(Inicia-se a Sessão às 14 Horas e 2 Minutos, e Encerra-se às 19 Horas e 54 Minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Esgotou-se, na última sexta-feira, o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 1994** (nº 310/93, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Cultura do Araguaia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jussara, Estado de Goiás;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 80, de 1999** (nº 672/98, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Sociedade de Ceres Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ceres, Estado de Goiás;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 2002** (nº 913/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Buriti Alegre a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buriti Alegre, Estado de Goiás;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 296, de 2008** (nº 633/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Itauense de Radiodifusão – Acir para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaú de Minas, Estado de Minas Gerais;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 299, de 2008** (nº 639/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Iguatama para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iguatama, Estado de Minas Gerais;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 323, de 2008** (nº 455/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Teleradiodifusão de São Pedro dos Ferros para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Pedro dos Ferros, Estado de Minas Gerais;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 328, de 2008** (nº 531/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Frutalense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Frutal, Estado de Minas Gerais;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 101, de 2009** (nº 889/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Canoeiros e Pescadores de Aurelino Leal e Ubaitaba para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aurelino Leal, Estado da Bahia;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 110, de 2009** (nº 904/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária de Radiodifusão Bem Querer para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aiquara, Estado da Bahia;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 142, de 2009** (nº 972/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Sistema Integrado de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paranatinga, Estado de Mato Grosso;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 155, de 2009** (nº 1.008/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária da Comunicação de Manoel Ribas – Acomar para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manoel Ribas, Estado do Paraná;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 156, de 2009** (nº 1.015/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação*

ção da Rádio Livre e Comunitária de Rio Branco – FM – ARLIRB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Branco, Estado de Mato Grosso;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 163, de 2009** (nº 1.035/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Dourado FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Formosa do Oeste, Estado do Paraná;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 183, de 2009** (nº 779/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Morena Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guiratinga, Estado de Mato Grosso;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 184, de 2009** (nº 780/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à E. F. Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Juscimeira, Estado de Mato Grosso;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 185, de 2009** (nº 835/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Grupo Frajola de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Capim Grosso, Estado da Bahia;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 187, de 2009** (nº 847/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária, Cultural e Recreativa de Lafayette para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lafayette Coutinho, Estado da Bahia;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 210, de 2009** (nº 953/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Som Alvorada Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arraias, Estado do Tocantins;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 222, de 2009** (nº 1.000/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Vila Lângaro para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vila Lângaro, Estado do Rio Grande do Sul;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 223, de 2009** (nº 1.003/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Toropi para executar serviço*

de radiodifusão comunitária na cidade de Toropi, Estado do Rio Grande do Sul;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 226, de 2009** (nº 1.012/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Santa Cecília para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 231, de 2009** (nº 1.033/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Educativa e Cultural de Pinhal da Serra para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pinhal da Serra, Estado do Rio Grande do Sul;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 232, de 2009** (nº 1.039/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Companheira FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Palmares do Sul, Estado do Rio Grande do Sul;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 239, de 2009** (nº 1.078/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Portal da Costa Oeste S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Helena, Estado do Paraná;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 249, de 2009** (nº 873/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cidadã de Promoção Educacional, Cultural, Artística, Esportiva e Comunicação Social de Euclides da Cunha Paulista – SP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Euclides da Cunha, Estado de São Paulo;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 258, de 2009** (nº 1.032/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente e Cultural Nova Era para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Santo de Minas, Estado de Minas Gerais;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 262, de 2009** (nº 1.059/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Folha Popular Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Augustinópolis, Estado do Tocantins;*

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 263, de 2009** (nº 1.060/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *Folha Popular Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ananás, Estado do Tocantins*;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 266, de 2009** (nº 1.064/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *Rádio Som Araguaia de Palmas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Colinas do Tocantins, Estado do Tocantins*;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 267, de 2009** (nº 1.065/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *Rádio Som Tocantins Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Miranorte, Estado do Tocantins*;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 312, de 2009** (nº 1.151/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *Rádio e TV Desan Telecomunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Gouveia, Estado de Minas Gerais*;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 324, de 2009** (nº 1.186/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *Eco FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Benedito, Estado do Ceará*;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 326, de 2009** (nº 1.201/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à *Natureza Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul*;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 327, de 2009** (nº 1.202/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *Rádio Cultural de Vitória Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Exu, Estado de Pernambuco*;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 332, de 2009** (nº 1.244/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à *Clube das Mães São João Batista para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Jaguaribe, Estado do Ceará*;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 338, de 2009** (nº 1.261/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *Rádio Fm D.A. Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Gabriel do Oeste, Estado de Mato Grosso do Sul*;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 342, de 2009** (nº 1.296/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à *TV Sobral Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Sobral, Estado do Ceará*;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 348, de 2009** (nº 824/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à *Rede Elo de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Russas, Estado do Ceará*;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 356, de 2009** (nº 1.160/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à *Rádio FM Veneza Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Eusébio, Estado do Ceará*;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 365, de 2009** (nº 1.221/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à *Associação Assistencial e Educativa Comunidade Solidária de São Manuel para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Manuel, Estado de São Paulo*;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 376, de 2009** (nº 1.274/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *Rádio Novo Milênio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Sertãozinho, Estado de São Paulo*;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 378, de 2009** (nº 1.282/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Nossa Senhora da Abadia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa da Confusão, Estado do Tocantins*;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 381, de 2009** (nº 1.291/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *Rede Norte de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Maria do Pará, Estado do Pará*;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 401, de 2009** (nº 598/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *Bispo & Fernandes Ltda. para explorar serviço de radiodi-*

fusão sonora em frequência modulada na cidade de Ji-Paraná, Estado de Rondônia;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 402, de 2009** (nº 607/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Nossa Senhora de Copacabana para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 405, de 2009** (nº 678/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Sistema de Comunicações Rocha & Leite Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Governador Jorge Teixeira, Estado de Rondônia;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 413, de 2009** (nº 1.218/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Fundão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fundão, Estado do Espírito Santo;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 419, de 2009** (nº 1.236/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Poesis – Associação Cultural e Artística de Antônio Carlos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Antônio Carlos, Estado de Santa Catarina;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 466, de 2009** (nº 1.161/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Mello e Bruno Comunicações e Participações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Parambu, Estado do Ceará;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 522, de 2009** (nº 1.285/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Metropolitana FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 523, de 2009** (nº 1.292/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Chico Florentino para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pesqueira, Estado de Pernambuco;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 534, de 2009** (nº 1.196/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à ACCCJAN – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Jandaíra-RN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jandaíra, Estado do Rio Grande do Norte; e*

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 545, de 2009** (nº 1.337/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à W.A.C. Rabelo & Cia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itupiranga, Estado do Pará.*

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Encerrou-se, na última sexta-feira, o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

- **Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2007** (nº 6.048/2002, na Casa de origem, do Deputado Alberto Fraga), que *acrescenta o § 3º ao art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, determinando que os estabelecimentos penais destinados às mulheres tenham por efetivo de segurança interna somente agentes do sexo feminino;*
- **Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2008** (nº 1.530/99, na Casa de origem, do Deputado Luiz Bittencourt), que *altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o inciso XXI do caput do art. 37 da Constituição Federal; institui normas para licitações e contratos da administração pública; e dá outras providências;*
- **Projeto de Lei do Senado nº 506, de 2003** – Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *acrescenta inciso ao art. 117 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, para autorizar o Ministério Público Militar da União a instaurar Inquérito Civil e propor Ação Civil Pública, nas condições que especifica; e*
- **Projeto de Lei do Senado nº 331, de 2009**, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que *altera o § 1º do art. 8º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, e o inciso I do art. 6º da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, para atribuir legitimidade às pessoas jurídicas sem fins lucrativos para ajuizarem ações nos juizados especiais cíveis.*

Aos Projetos não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência recebeu o Ofício PGR/GAB/Nº 978, de 24-7-09, do Procurador-Geral da República, Roberto Monteiro Gurgel Santos, que, juntado ao processado

do Requerimento nº 245, de 2004-SF (“CPI dos Bingos”), vai à publicação.

A solicitação foi atendida por meio do Ofício nº 1.536-SF, de 5-8-09.

É o seguinte o expediente:

OFÍCIO PGR/GAB/Nº 978

Brasília, 24 de julho, de 2009

Senhor Presidente,

No estrito cumprimento do disposto no § 4º do art. 8º da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, que impõe ao Procurador-Geral da República o dever de encaminhar “as correspondências, notificações, requisições e intimações” expedidas por membros do Ministério Público da União que tenham como destinatários determinadas autoridades, passo às mãos de Vossa Excelência o Ofício nº 103/2009-MPF/PRDF/ASA, de 29 de junho de 2009, expedido pela Procuradora da República Andréa Silva Araújo no Procedimento Administrativo MPF/PR/DF nº 1.16.000.000436/2004-15.

Atenciosamente, – **Roberto Monteiro Gurgel Santos**, Procurador-Geral da República.

Ofício nº 103/2009-MPF/PRDF/ASA

Brasília, 29 de junho de 2009

Excelentíssimo Senhor Senador,

Cumprimentando-o, e visando instruir o processo em epígrafe, solicito a Vossa Excelência cópia de todos os depoimentos, acareações e declarações prestadas pelos cidadãos abaixo listados durante a CPI dos Bingos: Marcelo José Rovai, Antônio Carlos Lino da Rocha, Marcos Tadeu de Oliveira Andrade, Magda Kiehl, Waldomiro Diniz da Silva, Carlos Augusto de Almeida Ramos, Rogério Tadeu Buratti, Enrico Giannelli, Ademirson Ariovaldo da Silva, Jorge Eduardo Levi Mattoso, Paulo Roberto Paixão Bretas, Carlos Eduardo Fernandes da Silveira, Walter Santos Neto, Sâmia Amim Santos, Hécio Barbosa Cambraia Júnior, Marcelo Coelho de Aguiar, Fábio Rodrigues Rolim, Mário Haag, Elza Gonçalves Siqueira Buratti, Carlos da Silva Cartell, Valdery Albuquerque, Juscelino Antônio Dourado, Vânia Lopes de Ataides, Luis Phillippe Peres Torelly, Afrânio de Mello Nabuco de Araújo, Pedro Raphael Campos Fonseca e Mirian Aguirre.

Ao ensejo, renovo meus sentimentos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente, – **Andréa Silva Araújo**, Procuradora da República.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Esgotou-se, na última sexta-feira, o prazo previsto

no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– **Projeto de Lei do Senado nº 20, de 2008**, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que *concede isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre veículos para transporte coletivo de estudantes, quando adquiridos por Prefeituras Municipais e pelo Distrito Federal, bem como por profissionais autônomos e suas cooperativas habilitados e dedicados exclusivamente ao transporte escolar*; e

– **Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2008**, de autoria do Senador Adelmir Santana, que *autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal do Gama, no Distrito Federal*.

Tendo sido apreciados terminativamente pelas Comissões competentes, os Projetos vão à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência lembra às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que o Senado Federal está convocado para uma sessão especial a realizar-se amanhã, às 10 horas, destinada a comemorar o centenário de nascimento de Jaime Câmara, de acordo com o Requerimento nº 886, de 2009, do Senador Marconi Perilo e outros Srs. Senadores.

Lembra, ainda, que usarão da palavra os Líderes ou quem Suas Excelências indicarem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Sobre a mesa, mensagens do Presidente da República que passo a ler.

São lidas as seguintes:

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

– Nº 148, de 2009 (nº 594/2009, na origem), de 29 de julho do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2008 (nº 7.163/2006, na Casa de origem, de iniciativa do Presidente da República), que *autoriza o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – Inmetro a promover a alienação de bem público*, sancionado e transformado na Lei nº 11.996, de 29 de julho de 2009;

– Nº 149, de 2009 (nº 595/2009, na origem), de 29 de julho do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2009 (nº 4.942/2001, na Casa de origem, de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho), que *cria funções comissionadas e cargos de provimento efetivo*

- no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP) e dá outras providências*, sancionado e transformado na Lei nº 11.997, de 29 de julho de 2009;
- N° 150, de 2009 (n° 596/2009, na origem), de 29 de julho do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2009 (n° 5.357/2005, na Casa de origem, de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho), que *dispõe sobre a criação de cargos de Juiz do Trabalho Substituto, de cargos de provimento efetivo e em comissão e de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP)*, sancionado e transformado na Lei nº 11.998, de 29 de julho de 2009;
 - N° 151, de 2009 (n° 597/2009, na origem), de 29 de julho do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2009 (n° 1.651/2007, na Casa de origem, de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho), que *altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (CE); cria cargos de provimento efetivo e em comissão e funções comissionadas no seu Quadro de Pessoal; e dá outras providências*, sancionado e transformado na Lei nº 11.999, de 29 de julho de 2009;
 - N° 152, de 2009 (n° 598/2009, na origem), de 29 de julho do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2009 (n° 1.796/2007, na Casa de origem, de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho), que *cria cargos de Juiz do Trabalho Substituto e de Analista Judiciário no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, com sede em Campinas, Estado de São Paulo, e dá outras providências*, sancionado e transformado na Lei nº 12.000, de 29 de julho de 2009;
 - N° 153, de 2009 (n° 599/2009, na origem), de 29 de julho do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 2009 (n° 1.989/2007, na Casa de origem, de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho), que *altera a composição e a organização interna do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, com sede em Campinas, Estado de São Paulo, e dá outras providências*, sancionado e transformado na Lei nº 12.001, de 29 de julho de 2009;
 - N° 154, de 2009 (n° 600/2009, na origem), de 29 de julho do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2009 (n° 3.675/2008, na Casa de origem, de iniciativa do Presidente da República), que *dispõe sobre a criação de Funções Comissionadas do DNPM – FCDNPM, no Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, de Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas – FG, destinados ao DNPM, e altera as Leis nºs 11.526, de 4 de outubro de 2007, para dispor sobre a remuneração das FCDNPM, 8.876, de 2 de maio de 1994, e 11.046, de 27 de dezembro de 2004*, sancionado e transformado na Lei nº 12.002, de 29 de julho de 2009;
 - N° 155, de 2009 (n° 601/2009, na origem), de 29 de julho do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2009 (n° 1.870/2003, na Casa de origem, do Deputado Joaquim Francisco), que *dispõe sobre a criação de número telefônico para uso exclusivo dos Conselhos Tutelares*, sancionado e transformado na Lei nº 12.003, de 29 de julho de 2009;
 - N° 156, de 2009 (n° 602/2009, na origem), de 29 de julho do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2007 (n° 4.719/2001, na Casa de origem, do Deputado Alberto Fraga), que *altera a Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992, que regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento e dá outras providências*, sancionado e transformado na Lei nº 12.004, de 29 de julho de 2009;
 - N° 157, de 2009 (n° 603/2009, na origem), de 29 de julho do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2009 (n° 2.549/2003, na Casa de origem, de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho), que *dispõe sobre a criação de 1(um) cargo em comissão e de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (RJ)*, sancionado e transformado na Lei nº 12.005, de 29 de julho de 2009;
 - N° 158, de 2009 (n° 604/2009, na origem), de 29 de julho do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 245, de 1999, de autoria da Senadora Emília Fernandes), que *acrescenta artigos à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer mecanismos para a veiculação de mensagens educativas de trânsito, nas modalidades de propaganda que especifica, em caráter suplementar às campanhas previstas nos arts. 75 e 77*, sancionado e transformado na Lei nº 12.006, de 29 de julho de 2009; e
 - N° 159, de 2009 (n° 606/2009, na origem), de 29 de julho do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 170, de 2003, de autoria do Senador Almeida Lima, que *dispõe sobre a emissão de declaração de quitação anual de débitos pelas pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos e privados*, sancionado e transformado na Lei nº 12.007, de 29 de julho de 2009.

- N° 161, de 2009 (n° 613/2009, na origem), de 3 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei do Senado n° 314, de 2004, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, que *dispõe sobre adoção; altera as Leis n°s 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei n° 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943; e dá outras providências*, sancionado e transformado na Lei n° 12.010, de 3 de agosto de 2009; e
- N° 162, de 2009 (n° 614/2009, na origem), de 4 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara n° 126, de 2009 (n° 5.829/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente do Superior Tribunal de Justiça que *dispõe sobre a criação de duzentas e trinta Varas Federais destinadas, precipuamente, à interiorização da Justiça Federal de primeiro grau e à implantação dos Juizados Especiais Federais no País, e dá outras providências* sancionado e transformado na Lei n° 12.011, de 4 de agosto de 2009.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Será encaminhado à Câmara dos Deputados um exemplar de autógrafo de cada um dos projetos sancionados.

Os processados vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, mensagem do Presidente da República que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM N° 160, DE 2009

(N° 624, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Informo a Vossas Excelências que me ausentarei do País no período de 9 a 11 de agosto de 2009, em viagem oficial a Quito, Equador.

Brasília, 6 de agosto de 2009. – **Luiz Inácio Lula da Silva**

Aviso n° 554 – C. Civil

Em 6 de agosto de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Heráclito Fortes
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Viagem presidencial.

Senhor Primeiro Secretário,
Encaminho a essa Secretária Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República comu-

nica que se ausentará do País no período de 9 a 11 de agosto de 2009, em viagem oficial a Quito, Equador.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A mensagem lida vai à publicação e será juntada ao processado da Mensagem n° 1, de 2009.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Sobre a mesa, aviso de Ministro de Estado que passo a ler.

É lido o seguinte:

AVISO

- **N° 1.135/2009**, de 20 de julho último, do Ministro de estado da Saúde, encaminhando informações em resposta ao Requerimento n° 302, de 2009, do Senador Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – As informações serão encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício de Ministro de Estado que passo a ler.

É lido o seguinte:

OFÍCIO

- **N° 9.611/2009**, de 4 do corrente, do Ministro de Estado da Defesa, encaminhando informações em resposta ao Requerimento n° 518, de 2009, do Senador Arthur Virgílio.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – As informações serão encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, aviso do Presidente do Tribunal de Contas da União que passo a ler.

É lido o seguinte:

AVISO

- **N° 892/2009**, de 3 do corrente, encaminhando informações parciais em resposta ao Requerimento n° 1300, de 2007, do Senador Alvaro Dias.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – As informações serão encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER

Nº 1.245, DE 2009

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 418, de 2006 (nº 273/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à FM Som das Cataratas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

RELATOR: Senador FLÁVIO ARNS

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 418, de 2006 (nº 273, de 2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *FM Som das Cataratas Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Já no Senado, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) examinou a matéria e, mediante correspondência recebida da Interessada, por intermédio do Ministério das Comunicações (fls. 169 e 170), na qual desistia da concessão, concluiu pela declaração de prejudicialidade. Entretanto, enquanto aguardava a votação do Plenário, recebi pedido de reconsideração, por parte da Interessada (fls. 181 e 182). Nesse momento, interpus o Recurso nº 6, de 2008, com base em fatos novos supervenientes.

Como a declaração de prejudicialidade ainda não havia sido efetivada, por não haver sido votada pelo Plenário desta Casa, foi a matéria enviada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para exame, tendo recebido parecer pelo acatamento do mencionado Recurso e subsequente envio dos autos à CCT, para retomada de sua tramitação.

Coube-me a mim relatar, novamente, a matéria.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

Os atos de desistência e reconsideração tramitaram nesta Casa dentro dos parâmetros regimentais, resultando em nulidade da primeira petição, razão porque o exame do ato de outorga do Poder Concedente se pode fazer com base na documentação originalmente proveniente da Câmara dos Deputados.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 418, de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga permissão à *FM Som das Cataratas Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 5 de agosto de 2009.



- Senador **FLEXA RIBEIRO**, Presidente



Senador **FLÁVIO ARNS**, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprovam o Projeto de Decreto Legislativo nº. 418, de 2006.

Sala das Comissões, 05 de agosto de 2009.



Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 418/06 NA REUNIÃO DE 05/08/2009**

OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

Senador Flexa Ribeiro
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)

MARCELO CRIVELLA

1. DELCÍDIO AMARAL

RENATO CASAGRANDE

**2. FLÁVIO ARNS
RELATOR**

MAGNO MALTA

3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES

ROBERTO CAVALCANTI

4. JOÃO RIBEIRO

Maioria (PMDB e PP)

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

1. VALTER PEREIRA

LOBÃO FILHO

2. ROMERO JUCÁ

GERSON CAMATA

3. GILVAN BORGES

VALDIR RAUPP

4. LEOMAR QUINTANILHA

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ANTONIO CARLOS JÚNIOR

1. GILBERTO GOELLNER

DEMÓSTENES TORRES

2. ELISEU RESENDE

JOSÉ AGRIPINO

3. MARCO MACIEL

EFRAIM MORAIS

4. KÁTIA ABREU

CÍCERO LUCENA

5. EDUARDO AZEREDO

FLEXA RIBEIRO

6. SÉRGIO GUERRA

PAPALÉO PAES

7. ARTHUR VIRGÍLIO

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI

1. FERNANDO COLLOR

PDT

FLÁVIO TORRES

1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 418 / 2006

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELÍCIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ABNS	X			
MAGNO MALTA					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBAO FILHO	X				ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES				
VALDIR RAUPP					LEONAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	X				GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ ACRÍPIO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS	X				KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SERGIO GUERRA				
PAPALEO PAES					ARTHUR VIRGILIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLÁVIO TORRES	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 10 SIM: 9 NÃO: 1 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 5 / 08 / 2009

SENADOR ELEKA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988****Seção II****DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V**DA COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º - O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º - A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º - O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º - O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º - O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER

Nº 1.246, DE 2009

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 126, de 2009 (nº 939/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Mar e Céu Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cachoeira Dourada, Estado de Goiás.

RELATOR: Senador DEMÓSTENES TORRES

RELATOR "AD HOC": Senador LOBÃO FILHO

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 126, de 2009 (nº 939, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *MAR E CÉU COMUNICAÇÕES LTDA.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cachoeira Dourada, Estado de Goiás. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

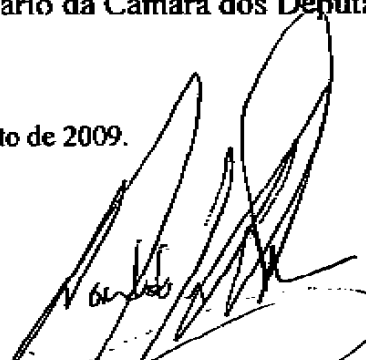
A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

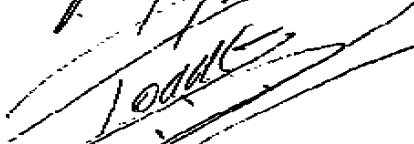
III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 126, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, voto pela **aprovação** do ato que outorga permissão à **MAR E CÉU COMUNICAÇÕES LTDA.** para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cachoeira Dourada, Estado de Goiás, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

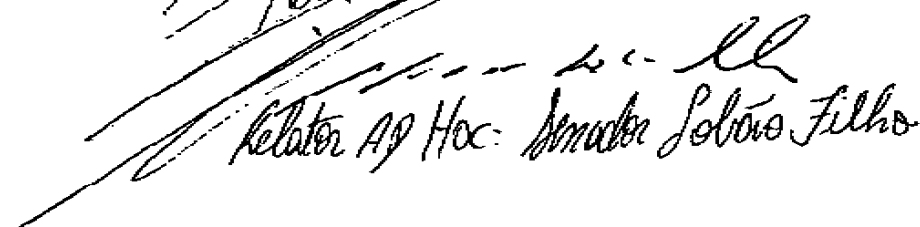
Sala da Comissão, 5 de agosto de 2009.



, Presidente



, Relator

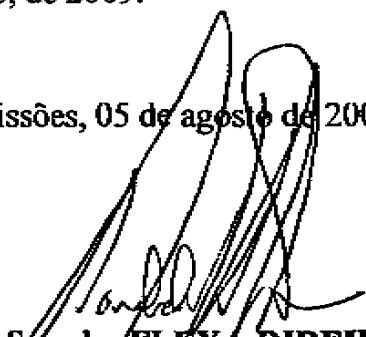


Relator Ad Hoc: Senador Sobrinho Filho

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprovam o Projeto de Decreto Legislativo nº. 126, de 2009.

Sala das Comissões, 05 de agosto de 2009.



Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 126/09 NA REUNIÃO DE 05/08/2009

OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

Senador Flexa Ribeiro
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)

MARCELO CRIVELLA

1. DELCÍDIO AMARAL

RENATO CASAGRANDE

2. FLÁVIO ARNS

MAGNO MALTA

3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES

ROBERTO CAVALCANTI

4. JOÃO RIBEIRO

Maioria (PMDB e PP)

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

1. VALTER PEREIRA

LOBÃO FILHO

2. ROMERO JUCÁ

GERSON CAMATA

3. GILVAM BORGES

VALDIR RAUPP

4. LEOMAR QUINTANILHA

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ANTONIO CARLOS JÚNIOR

1. GILBERTO GOELLNER

DEMÓSTENES TORRES

2. ELISEU RESENDE

RELAT.

JOSÉ AGRIPINO

3. MARCO MACIEL

EFRAIM MORAIS

4. KÁTIA ABREU

CÍCERO LUCENA

5. EDUARDO AZEREDO

FLEXA RIBEIRO

6. SÉRGIO GUERRA

PAPALÉO PAES

7. ARTHUR VIRGÍLIO

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI

1. FERNANDO COLLOR

PDT

FLÁVIO TORRES

1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 126 12009

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA	X				DELÍCIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLAVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES				
VALDIR RAUPP					LEONAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	X				GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS	X				KATIA ABREU				
CÍCERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SERGIO GUERRA				
PAPALEO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLAVIO TORRES	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 10 SIM: 9 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 5/08/2009

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

PARECER Nº 1.247, DE 2009

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 135, de 2009 (nº 963/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à 102,3 FM Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio do Descoberto, Estado de Goiás.

RELATOR: Senador **DEMÓSTENES TORRES**
RELATOR "AD HOC": Senador **LOBÃO FILHO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 135, de 2009 (nº 963, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *102,3 FM Comunicação Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio do Descoberto, Estado de Goiás. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação

exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 135, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, voto pela aprovação do ato que outorga permissão à *102,3 FM Comunicação Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio do Descoberto, Estado de Goiás, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 05 de agosto de 2009



, Presidente



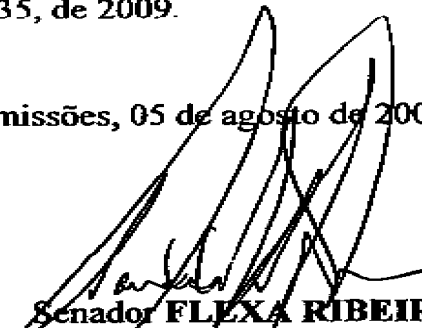
, Relator

Relator Ap Hex: Senador João Filho

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprovam o Projeto de Decreto Legislativo nº. 135, de 2009.

Sala das Comissões, 05 de agosto de 2009.



Senador FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 135/09 NA REUNIÃO DE 05/08/2009**

OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

Senador Flexa Ribeiro
Grupo de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)

MARCELO CRIVELLA

1. DELCÍDIO AMARAL

RENATO CASAGRANDE

2. FLÁVIO ARNS

MAGNO MALTA

3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES

ROBERTO CAVALCANTI

4. JOÃO RIBEIRO

Maioria (PMDB e PP)

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

1. VALTER PEREIRA

LOBÃO FILHO

2. ROMERO JUCÁ

GERSON CAMATA

3. GILVAM BORGES

VALDIR RAUPP

4. LEOMAR QUINTANILHA

Grupo Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ANTONIO CARLOS JÚNIOR

1. GILBERTO GOELLNER

DEMÓSTENES TORRES

2. ELISEU RESENDE

RELATOR

JOSÉ AGRIPINO

3. MARCO MACIEL

EFRAIM MORAIS

4. RAYMUNDO LOPEZ

CÍCERO LUCENA

5. EDUARDO AZEREDO

FLEXA RIBEIRO

6. SÉRGIO GUERRA

PAPALÉO PAES

7. ARTHUR VIRGÍLIO

SÉRGIO ZAMBIASI

1. FERNANDO COLLOR

PDT

FLÁVIO TORRES

1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 135/2009

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA	X				DELÍCIO AMARAL	X			
RENATO CASAGRANDE					FLAVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES				
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	X				GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS	X				KÁTIA ABREU				
CICERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLÁVIO TORRES	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 10 SIM: 9 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 05/08/2009

SENADOR FLEX RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

**PARECER
Nº 1.248, DE 2009**

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 190, de 2009 (nº 869/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *AMG Publicidade e Comunicação Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso.

RELATOR: Senador **GILBERTO GOELLNER**

RELATOR "AD HOC": Senador **RENATO CASAGRANDE**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 190, de 2009 (nº 869, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *AMG Publicidade e Comunicação Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

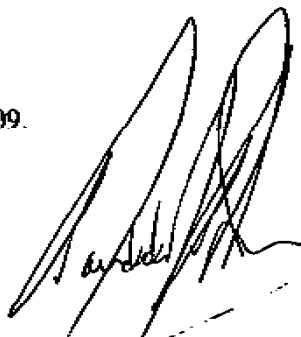
A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 190, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à *AMG Publicidade e Comunicação Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 5 de agosto de 2009.



, Presidente



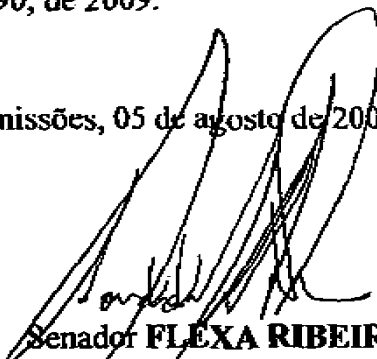
, Relator

Relator: Senador Renato Casagrande

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprovam o Projeto de Decreto Legislativo nº. 190, de 2009.

Sala das Comissões, 05 de agosto de 2009.



Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 190/09 NA REUNIÃO DE 05/08/2009
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:

Senador Flexa Ribeiro
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)

MARCELO CRWELLA

1. DELCÍDIO AMARAL

RENATO CASAGRANDE

2. FLÁVIO ARNS

MAGNO MALTA

3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES

ROBERTO CAVALCANTI

4. JOÃO RIBEIRO

Maioria (PMDB e PP)

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

1. VALTER PEREIRA

LOBÃO FILHO

2. ROMERO JUCÁ

GERSON CAMATA

3. GILVAM BORGES

VALDIR RAUPP

4. LEOMAR QUINTANILHA

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ANTONIO CARLOS JÚNIOR

1. GILBERTO GOELLNER
RELATOR

DEMÓSTENES TORRES

2. ELISEU RESENDE

JOSÉ AGRIPINO

3. MARCO MACIEL

EFRAIM MORAIS

4. KÁTIA ABREU

CÍCERO LUCENA

5. EDUARDO AZEREDO

FLEXA RIBEIRO

6. SÉRGIO GUERRA

PAPALÉO PAES

7. ARTHUR VIRGÍLIO

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI

1. FERNANDO COLLOR

PDT

FLÁVIO TORRES

1. CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS J90 1209

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELÍCIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLAVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBAO FILHO	X				ROMERO JUCA				
GÉRSO CAMATA	X				GILVAN BORGES				
VALDIR RAUIP					LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	X				GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSE AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS	X				KATIA ABREU				
CÍCERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SERGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLAVIO TORRES	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: NÃO SIM: 9 NÃO: 1 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM CS / 08/2009

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

PARECER Nº 1.249, DE 2009

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 250, de 2009 (nº 876/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Desan Telecomunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Engenheiro Navarro, Estado de Minas Gerais.

RELATOR: Senador **EDUARDO AZEREDO**

RELATOR "AD HOC": Senador **WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 250, de 2009 (nº 876, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *Rádio e TV Desan Telecomunicações Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Engenheiro Navarro, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

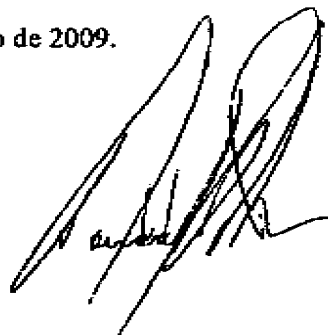
A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.


III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 250, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga permissão à *Rádio e TV ~~Brasil~~ Telecomunicações Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Engenheiro Navarro, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 05 de agosto de 2009.



, Presidente



, Relator

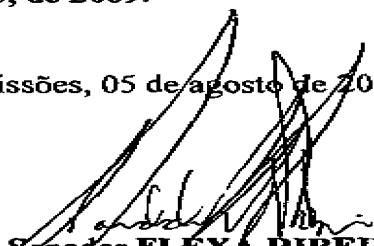


*Relator ad hoc: Senador Wellington Salgado de
Oliveira*

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprovam o Projeto de Decreto Legislativo nº. 250, de 2009.

Sala das Comissões, 05 de agosto de 2009.



Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AD-PDS 250/09 NA REUNIÃO DE 05/08/2009
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:

Senador Flexa Ribeiro
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)

MARCELO CRIVELLA

1. DELCÍDIO AMARAL

RENATO CASAGRANDE

2. FLÁVIO ARNS

MAGNO MALTA

3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES

ROBERTO CAVALCANTI

4. JOÃO RIBEIRO

Resolução
Majoria (PMDB e PP)

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

1. VALTER PEREIRA

LOBÃO FILHO

2. ROMERO JUCÁ

GERSON CAMATA

3. GILVAM BORGES

VALDIR RAUPP

4. LEOMAR QUINTANILHA

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ANTONIO CARLOS JÚNIOR

1. GILBERTO GOELLNER

DEMÓSTENES TORRES

2. ELISEU RESENDE

JOSÉ AGRIPINO

3. MARCO MACIEL

TERAIN MORAIS

4. KÁTIA ABREU

CÍCERO LUCENA

5. EDUARDO AZEREDO
RELATOR

FLEXA RIBEIRO

6. SÉRGIO GUERRA

PAPALÉO PAES

7. ARTHUR VIRGÍLIO

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI

1. FERNANDO COLLOR

PDT

FLÁVIO TORRES

1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 25C / 2009

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELÍCIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLAVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBAO FILHO	X				ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES				
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X				GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS	X				KATIA ABREU				
CÍCERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SERGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLAVIO TORRES	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 10 SIM: 09 NÃO: 01 ABST: 01 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 05 DE 8 / 2009

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º - O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º - A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º - O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º - O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º - O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER

Nº 1.250, DE 2009

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 251, de 2009 (nº 922/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Educativa e Cultural de Radiodifusão Glória Embratel para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

RELATOR: Senador **SÉRGIO ZAMBIASI**

RELATOR "AD HOC": Senador **LOBÃO FILHO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 251, de 2009 (nº 922, de 2008, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Educativa e Cultural de Radiodifusão Glória Embratel* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 251, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 251, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Educativa e Cultural de Radiodifusão Glória Embratel* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala das Comissões, 5 de agosto de 2009.



, Presidente



, Relator

RELATOR "AD HOC": Senador LOBÃO FILHO

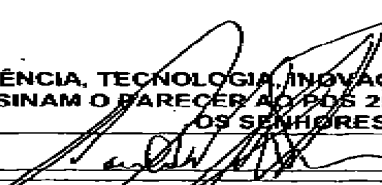

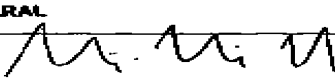

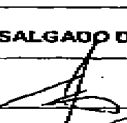

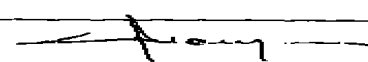

IV - DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprovam o Projeto de Decreto Legislativo nº. 251, de 2009.

Sala das Comissões, 05 de agosto de 2009.


Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 251/09 NA REUNIÃO DE 05/08/2009
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:  <i>Senador Flexa Ribeiro</i>	
Grupo de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE 	2. FLÁVIO ARNS 
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI 	4. JOÃO RIBEIRO
Majoria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO (Ad Hoc) 	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3. GILVAM BORGES
VALDIR RAUPP	4. LEOMAR QUINTANILHA
Grupo Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR 	1. GILBERTO GOELLNER
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL
EFRAIM MORAIS 	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA	5. EDUARDO AZEREDO
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI RELATOR	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
FLÁVIO TORRES 	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 251 / 2009

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELÍCIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLAVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GILVAM RORGES				
VALDIR RAUPP					LEONAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	X				GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPI					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAES	X				KATIA ABREU				
CICERO LIMA					EDUARDO AZEVEDO				
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALDO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLAVIO TORRES	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 40 SIM: 09 NÃO: 31 ABS: 0 AUTOR: 0 PRÉSENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 05/08/2009

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º - O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 84, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º - A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º - O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º - O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º - O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998.

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

PARECER

Nº 1.251, DE 2009

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 345, de 2009 (nº 740/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Popular (ACOPOP) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Urupá, Estado de Rondônia.

RELATOR: Senador **VALDIR RAUPP**

RELATOR "AD HOC": Senador **FLÁVIO TORRES**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 345, de 2009 (nº 740, de 2008, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Popular (ACOPOP)* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Urupá, Estado de Rondônia. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazio em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

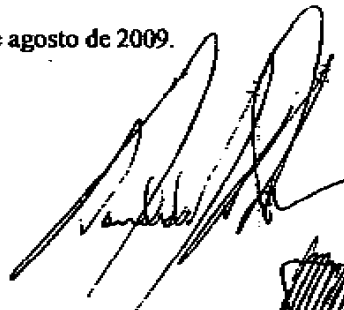
A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 345, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

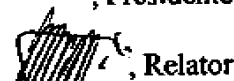
III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 345, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Popular (ACOPOP)* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Urupá, Estado de Rondônia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala das Comissões, 05 de agosto de 2009.



, Presidente



, Relator

Relator do AC
Senador Filipe Torres

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprovam o Projeto de Decreto Legislativo nº. 345, de 2009.

Sala das Comissões, 05 de agosto de 2009.


Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PLS 345/09 NA REUNIÃO DE 05/08/2009
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

 **Senador FLEXA RIBEIRO**
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)

MARCELO CRIVELLA

1. DELCÍDIO AMARAL

RENATO CASAGRANDE

2. FLÁVIO ARNS

MAGNO MALTA

3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES

ROBERTO CAVALCANTI

4. JOÃO RIBEIRO

Majoria (PMDB e PP)

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

1. VALTER PEREIRA

LOBÃO FILHO

2. ROMERO JUCÁ

GERSON CAMATA

3. GILVAM BORGES

VALDIR RAUPP

4. LEOMAR QUINTANILHA

RELATOR

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ANTONIO CARLOS JÚNIOR

1. GILBERTO GOELLNER

DEMÓSTENES TORRES

2. EUSEU RESENDE

JOSÉ AGRIPINO

3. MARCO MACIEL

FRANIM MORAIS

4. KÁTIA ABREU

CÍCERO LUCENA

5. EDUARDO AZEREDO

FLEXA RIBEIRO

6. SÉRGIO GUERRA

PAPALÉO PAES

7. ARTHUR VIRGÍLIO

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI

1. FERNANDO COLLOR

PDT

FLÁVIO TORRES

1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUTACÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 345 / 2009

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC de B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC de B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELÍCIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - MAJORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES				
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	X				GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSE AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS	X				KÁTIA ABREU				
CICERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SERGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMUJASI					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLAVIO TORRES	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 10 SIM: 09 NÃO: -- ABS: -- AUTOR: -- PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 05/08/2009

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 3º - O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

PARECER

Nº 1.252, DE 2009

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 346, de 2009 (nº 810/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Nova União para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova União, Estado de Rondônia.

RELATOR: Senador **VALDIR RAUPP**

RELATOR "AD HOC": Senador **FLÁVIO TORRES**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 346, de 2009 (nº 810, de 2008, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Nova União* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova União, Estado de Rondônia. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

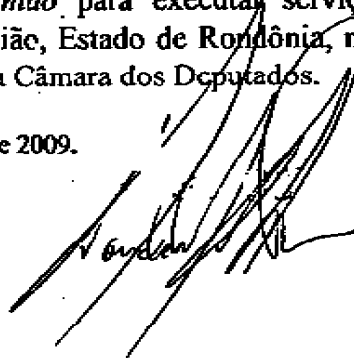
A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 346, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

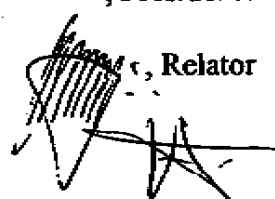
III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 346, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Nova União* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova União, Estado de Rondônia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 05 de agosto de 2009.



, Presidente



, Relator

Relator Ad Hoc
SENAO FLAVIO TORRES

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

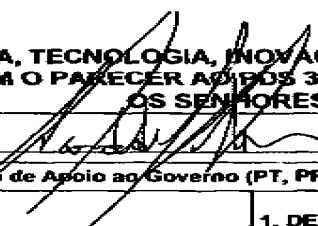
A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprovam o Projeto de Decreto Legislativo nº. 346, de 2009.

Sala das Comissões, 05 de agosto de 2009.


Senador FLEXA RIBEIRO
 Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
 Inovação, Comunicação e Informática

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AD 105 346/09 NA REUNIÃO DE 05/08/2009
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

 **Senador Flexa Ribeiro**
 Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)

MARCELO CRIVELLA

1. DELCÍDIO AMARAL

RENATO CASAGRANDE

2. FLÁVIO ARNS 

MAGNO MALTA

3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES

ROBERTO CAVALCANTI 

4. JOÃO RIBEIRO

Majoria (PMDB e PP)

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

1. VALTER PEREIRA

LOBÃO FILHO

2. ROMERO JUCÁ

GERSON CAMATA

3. GILVAM BORGES

VALDIR RAUPP

4. LEOMAR QUINTANILHA

RELATOR

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ANTONIO CARLOS JÚNIOR

1. GILBERTO GOELLNER

DEMÓSTENES TORRES

2. ELISEU RESENDE

JOSÉ AGRIPINO

3. MARCO MACIEL

FRAN MORAIS 

4. KÁTIA ABREU

CÍCERO LUCENA

5. EDUARDO AZEREDO

FLEXA RIBEIRO

6. SÉRGIO GUERRA

PAPALÉO PAES

7. ARTHUR VIRGÍLIO

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI

1. FERNANDO COLLOR

PDT

FLÁVIO TORRES 

1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 34612009

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELÍCIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES				
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X				GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS	X				KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLAVIO TORRES	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 10 SIM: 69 NÃO: 33 ABS: 00 AUTOR: 00 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 05/08/2009

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 49 É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 3º - O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

PARECER

Nº 1.253, DE 2009

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 361, de 2009 (nº 1.181/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Som Alvorada Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Formoso do Araguaia, Estado do Tocantins.

RELATOR: Senador **JOÃO RIBEIRO**

RELATOR "AD HOC": Senador **ANTONIO CARLOS JÚNIOR**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 361, de 2009 (nº 1.181, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *Rádio Som Alvorada Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Formoso do Araguaia, Estado do Tocantins. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazio em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

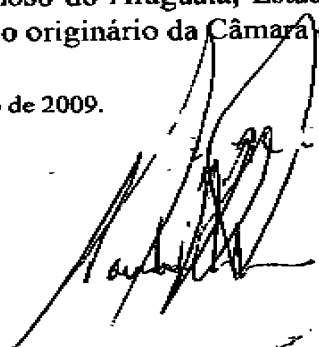
A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 361, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga permissão à *Rádio Som Alvorada Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Formoso do Araguaia, Estado do Tocantins, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

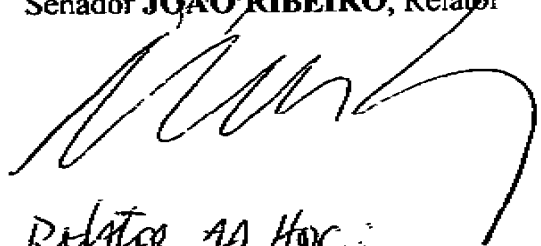
Sala da Comissão, 05 de agosto de 2009.



, Presidente



Senador **JOÃO RIBEIRO**, Relator

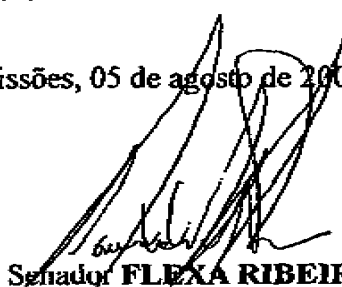


Relator AD HOC:
SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprovam o Projeto de Decreto Legislativo nº. 361, de 2009.

Sala das Comissões, 05 de agosto de 2009.



Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PLS 361/09 NA REUNIÃO DE 05/08/2009
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

Senador Flexa Ribeiro
 Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)

MARCELO CRIVELLA

1. DELCÍDIO AMARAL

RENATO CASAGRANDE

2. FLÁVIO ARNS

MAGNO MALTA

3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES

ROBERTO CAVALCANTI

4. JOÃO RIBEIRO

RELATOR

Majoria (PMDB e PP)

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

1. VALTER PEREIRA

LOBÃO FILHO

2. ROMERO JUCÁ

GERSON CAMATA

3. GILVAM BORGES

VALDIR RAUPP

4. LEOMAR QUINTANILHA

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR

1. GILBERTO GOELLNER

DEMÓSTENES TORRES

2. ELISEU RESENDE

JOSÉ AGRIPINO

3. MARCO MACIEL

FRAIM MORAIS

4. KÁTIA ABREU

CÍCERO LUCENA

5. EDUARDO AZEREDO

FLEXA RIBEIRO

6. SÉRGIO GUERRA

PAPALÉO PAES

7. ARTHUR VIRGÍLIO

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI

1. FERNANDO COLLOR

PDT

FLÁVIO TORRES

1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 3611 2009

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCIDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLAVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOAO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOHANO FILHO	X				ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES				
VALDIR RAUPP					LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X				GILBERTO GOELLNER				
DEMOSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS	X				KATIA ABREU				
CICERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SERGIO GUERRA				
PAPALEO PAES					ARTHUR VIRGILIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLAVIO TORRES	Y				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 10 SIM: 09 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 05/08/2009

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 3º - O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998.

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

PARECER

Nº 1.254, DE 2009

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 363, de 2009 (nº 1.204/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à *Associação dos Artesãos e Artistas de Lajeado* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lajeado, Estado de Tocantins.

RELATOR: Senador **JOÃO RIBEIRO**

RELATOR "AD HOC": Senador **ANTONIO CARLOS JÚNIOR**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 363, de 2009 (nº 1.204, de 2008, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação dos Artesãos e Artistas de Lajeado* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lajeado, Estado do Tocantins. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de

concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 363, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 363, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação dos Artesãos e Artistas de Lajeado* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lajeado, Estado do Tocantins, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 05 de agosto de 2009.

, Presidente

JOÃO RIBEIRO, Relator

Relator AS HCC

SENADOR ANTONIO CARLOS

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprovam o Projeto de Decreto Legislativo nº. 363, de 2009.

Sala das Comissões, 05 de agosto de 2009.


Senador FLEXA RIBEIRO
 Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
 Inovação, Comunicação e Informática

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
 ASSINAM O PARECER AO PDS 363/09 NA REUNIÃO DE 05/08/2009
 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

 **Senador FLEXA RIBEIRO**
 Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)

MARCELO CRIVELLA

1. DELCÍDIO AMARAL

RENATO CASAGRANDE

2. FLÁVIO ARNS 

MAGNO MALTA

3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES

ROBERTO CAVALCANTI

4. JOÃO RIBEIRO
 RELATOR

Maioria (PMDB e PP)

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

1. VALTER PEREIRA

LOBÃO FILHO

2. ROMERO JUCÁ

GERSON CAMATA

3. GILVAM BORGES

VALDIR RAUPP

4. DEOMAR QUINTANILHA

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR

1. GILBERTO GOELLNER

DEMÓSTENES TORRES

2. ELISEU RESENDE

JOSÉ AGRIPINO

3. MARCO MACIEL

FRANK MORAIS

4. KÁTIA ABREU

CÍCERO LUCENA

5. EDUARDO AZEREDO

FLEXA RIBEIRO

6. SÉRGIO GUERRA

PAPALÉO PAES

7. ARTHUR VIRGÍLIO

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI

1. FERNANDO COLLOR

PDT

FLÁVIO TORRES

1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 303 / 2009

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELÍCIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO IJUCA				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES				
VALDIR RAUPP					LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	X				GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSE ACRÍPIO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS	X				KATIA ABREU				
CICERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO				
FLÉXIA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAJALEO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLÁVIO TORRES	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 10 SIM: 09 NÃO: 01 ABS: 00 AUTOR: 00 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 05/08/2009

SENADOR FLÉXIA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 3º - O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

PARECER

Nº 1.255, DE 2009

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 375, de 2009 (nº 1.272/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à **SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA.-SIR** para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipuã, Estado de São Paulo.

RELATOR: Senador EDUARDO AZEREDO

RELATOR "AD HOC": Senador WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 375, de 2009 (nº 1.272, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à **SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA.-SIR** para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipuã, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

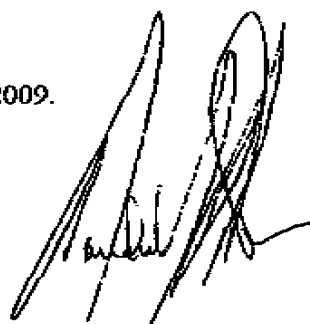
É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do

presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 375, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à *SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA.-SIR* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipuã, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 05 de agosto de 2009.



, Presidente



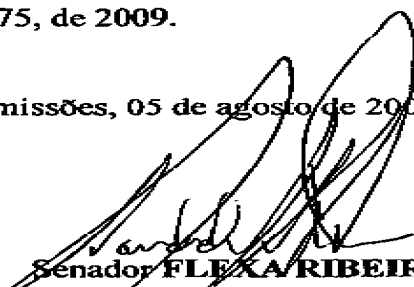
, Relator

Relator: Sr. Senador Wellington Intergal de Oliveira

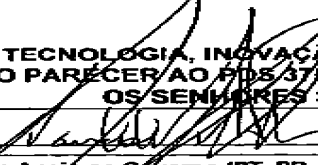
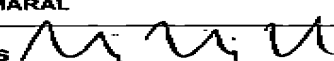



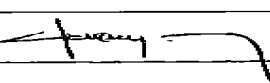

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprovam o Projeto de Decreto Legislativo nº. 375, de 2009.

Sala das Comissões, 05 de agosto de 2009.


Senador FLEXA RIBEIRO
 Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
 Inovação, Comunicação e Informática

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARÉCER AO PDS 375/09 NA REUNIÃO DE 05/08/2009
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	
 (Senador Flexa Ribeiro)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS 
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI 	4. JOÃO RIBEIRO
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA 	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3. GILVAM BORGES
VALDIR RAUPP	4. LEOMAR QUINTANILHA
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR 	1. GILBERTO GOELLNER
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL
FRANIM MORAIS 	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA	5. EDUARDO AZEREDO RELATOR
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
FLÁVIO TORRES 	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 375 / 2009

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC de B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC de B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCLIDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLAVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOAO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBAO FILHO	X				ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES				
VALDIR RAUPP					LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X				GILBERTO GOELLNER				
DEMOSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSE AGRIPINO					MARCO MACIEL				
ERAIM MORAIS	X				KATIA ABREU				
CICERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SERGIO GUERRA				
PAPALEO PAES					ARTHUR VIRGILIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLAVIO TORRES	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: NC SIM: 00 NÃO: 00 ABS: 00 AUTOR: 00 PRESIDENTE: 00

SALA DAS REUNIÕES, EM CS / CC / 2009

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 3º - O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

**PARECER
Nº 1.256, DE 2009**

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 386, de 2009 (nº 1.314/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Amazônia Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ananindeua, Estado do Pará.

RELATOR: Senador FLEXA RIBEIRO

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 386, de 2009 (nº 1.314, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *Amazônia Comunicações Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ananindeua, Estado do Pará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

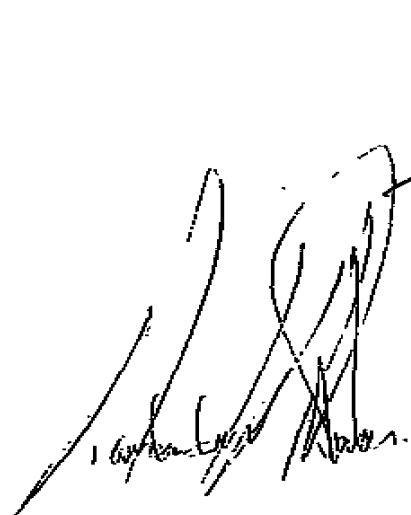
A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 386, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga permissão à *Amazônia Comunicações Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ananindeua, Estado do Pará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 5 de agosto de 2009.



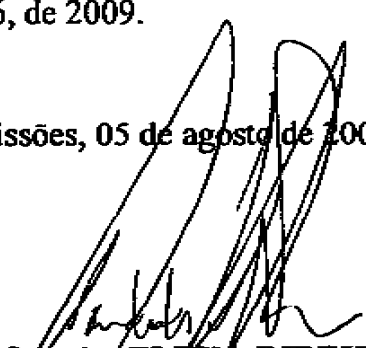
Senador *Luiz F. Lima*
Vice-Presidente
da Comissão de *Informática*

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprovam o Projeto de Decreto Legislativo nº. 386, de 2009.

Sala das Comissões, 05 de agosto de 2009.



Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 386/09 NA REUNIÃO DE 05/08/2009
OS SENHORES SENADORES:**

Assinatura do Presidente
PRESIDENTE:

Assinatura do Senador
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)

MARCELO CRIVELLA

1. DELCÍDIO AMARAL

RENATO CASAGRANDE

2. FLÁVIO ARNS

MAGNO MALTA

3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES

ROBERTO CAVALCANTI

4. JOÃO RIBEIRO

Maioria (PMDB e PP)

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

1. VALTER PEREIRA

LOBÃO FILHO

2. ROMERO JUCÁ

GERSON CAMATA

3. GILVAM BORGES

VALDIR RAUPP

4. LEOMAR QUINTANILHA

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ANTONIO CARLOS JÚNIOR

1. GILBERTO GOELLNER

DEMÓSTENES TORRES

2. ELISEU RESENDE

JOSÉ AGRIPINO

3. MARCO MACIEL

ERAM MORAIS

4. KÁTIA ABREU

CÍCERO LUCENA

5. EDUARDO AZEREDO

FLEXA RIBEIRO
RELATOR

6. SÉRGIO GUERRA

PAPALÉO PAES

7. ARTHUR VIRGÍLIO

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI

1. FERNANDO COLLOR

PDT

FLÁVIO TORRES

1- CRISTOVAM BUARQUE


COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 386 / 2009

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA	X				DELÍCIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLAVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SAIGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO					ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES				
VALDIR RAUPP					LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X				GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS	X				KÁTIA ABREU				
CICERO LUCENA					EDUARDO AZEVEDO				
FLEXA RIBEIRO	X				SÉRGIO GUERRA				
PAPALEO PAES					ARTEUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBHIASI					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLAVIO TORRES	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 10 SIM: 04 NÃO: 06 PRESIDENTE: 04

SALA DAS REUNIÕES, EM 05/08/2009



SENADOR LOBÃO FILHO
Vice-Presidente, no exercício da presidência,
da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação
e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 3º - O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

**PARECER
Nº 1.257, DE 2009**

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 404, de 2009 (nº 621/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Cultural e Social de Cardoso Moreira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cardoso Moreira, Estado do Rio de Janeiro.

RELATOR: Senador MARCELO CRIVELLA
RELATOR "AD HOC": Senador EFRAIM MORAIS

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 404, de 2009 (nº 621, de 2008, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação de Desenvolvimento Cultural e Social de Cardoso Moreira* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cardoso Moreira, Estado do Rio de Janeiro. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazio em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

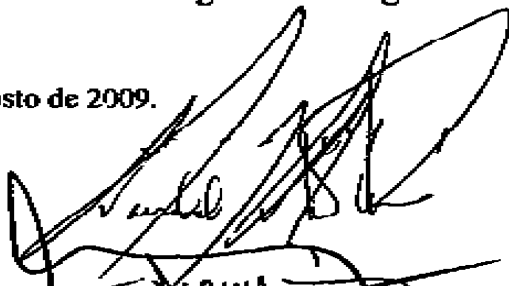
A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

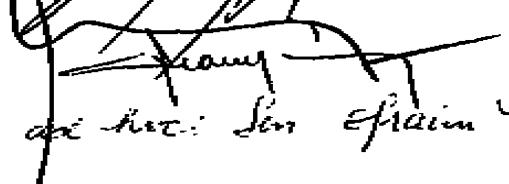
O exame da documentação que acompanha o PDS nº 404, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 404, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à *Associação de Desenvolvimento Cultural e Social de Cardoso Moreira* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cardoso Moreira, Estado do Rio de Janeiro, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, de 5 de agosto de 2009.


_____, Presidente

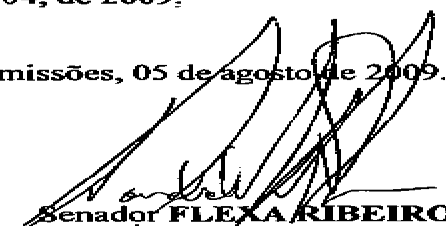

_____, Relator

Relatório de: Sen. Efraim Moreira

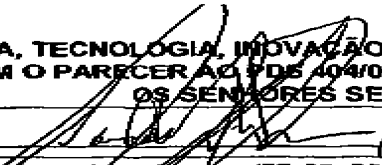
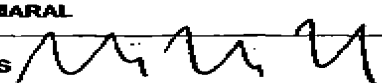
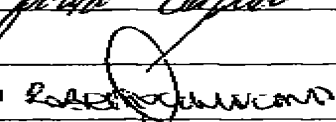
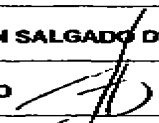
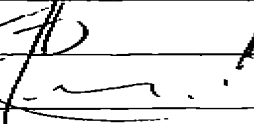

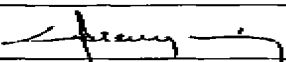

IV- DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprovam o Projeto de Decreto Legislativo nº. 404, de 2009.

Sala das Comissões, 05 de agosto de 2009.


Senador FLEXA RIBEIRO
 Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
 Inovação, Comunicação e Informática

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 404/09 NA REUNIÃO DE 05/08/2009
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	
 (Senador Flexa Ribeiro)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RELATOR	
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS 
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI 	4. JOÃO RIBEIRO
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO 	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA 	3. GILVAM BORGES
VALDIR RAUPP	4. LEOMAR QUINTANILHA
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR 	1. GILBERTO GOELLNER
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL
RAIM MORAIS 	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA	5. EDUARDO AZEREDO
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
FLÁVIO TORRES 	1- CRISTOVAM BUARQUE


COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 404 / 2009

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC de B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC de B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCLÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBAO FILHO	X				ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES				
VALDIR RAUPP					LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	X				GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSE AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS	X				KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALEO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLÁVIO TORRES	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 100 SIM: 93 NÃO: 7 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 05 / 08 / 2009


SENADOR FLEXA RIBEIRO
 Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
 Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988****Seção II
DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

**CAPÍTULO V
DA COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º - O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º - A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º - O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º - O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º - O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998.

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

PARECER

Nº 1.258, DE 2009

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 422, de 2009 (nº 1.259/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educacional Cultural João Calvino para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Resplendor, Estado de Minas Gerais.

RELATOR: Senador WELLINGTON SALGADO

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 422, de 2009 (nº 1.259, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *FUNDAÇÃO EDUCACIONAL CULTURAL JOÃO CALVINO* para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Resplendor, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

Devido à sua especificidade, os canais de *radiodifusão educativa* são reservados à exploração da União, Estados e Municípios, universidades e fundações constituídas no Brasil, com finalidade educativa, conforme preceitua o art. 14 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementou e modificou a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

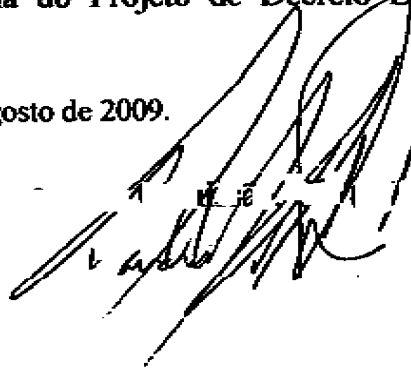
A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 422, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à *FUNDAÇÃO EDUCACIONAL CULTURAL JOÃO CALVINO* para executar serviço de radiodifusão sonora em

frequência modulada, *com fins exclusivamente educativos*, na cidade de Resplendor, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 05 de agosto de 2009.



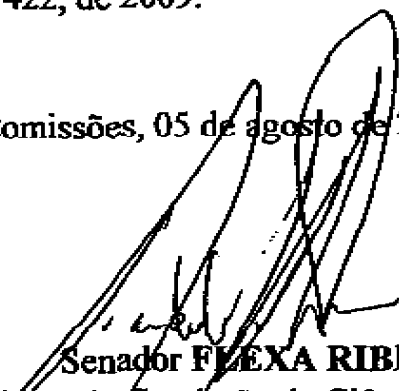
, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprovam o Projeto de Decreto Legislativo nº. 422, de 2009.

Sala das Comissões, 05 de agosto de 2009.



Senador FLEXA RIBEIRO

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 422/09 NA REUNIÃO DE 05/08/2009
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:

Senador Flexa Ribeiro
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)

MARCELO CRIVELLA

1. DELCÍDIO AMARAL

RENATO CASAGRANDE

2. FLÁVIO ARNS

MAGNO MALTA

3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES

ROBERTO CAVALCANTI

4. JOÃO RIBEIRO

Roberto Cavalcanti
Maioria (PMDB e PP)

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

1. VALTER PEREIRA

RELATOR

LOBÃO FILHO

2. ROMERO JUCÁ

GERSON CAMATA

3. GILVAM BORGES

VALDIR RAUPP

4. LEOMAR QUINTANILHA

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ANTONIO CARLOS JÚNIOR

1. GILBERTO GOELLNER

DEMÓSTENES TORRES

2. ELISEU RESENDE

JOSÉ AGRIPINO

3. MARCO MACIEL

FRAIM MORAIS

4. KÁTIA ABREU

CÍCERO LUCENA

5. EDUARDO AZEREDO

FLEXA RIBEIRO

6. SÉRGIO GUERRA

PAPALÉO PAES

7. ARTHUR VIRGÍLIO

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI

1. FERNANDO COLLOR

PDT

FLÁVIO TORRES

1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA —

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 422 / 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA	X				DELÍCIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLAVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA	X				ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES				
VALDIR RAUPP					LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	X				GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSE AGRIPIO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS	X				KÁTIA ABREU				
CICERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES					ARTHUR VIRGILIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLAVIO TORRES	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 10 SIM: 09 NÃO: 01 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 05/08/2009.

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

Seção II DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º - O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º - A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º - O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º - O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º - O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

DECRETO-LEI Nº 236, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967.

Complementa e modifica a Lei número 4.117 de 27 de agosto de 1962.

Art 14. Sómente poderão executar serviço de televisão educativa:

a) a União;

b) os Estados, Territórios e Municípios;

c) as Universidades Brasileiras;

d) as Fundações constituídas no Brasil, cujos Estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações.

§ 1º - As Universidades e Fundações deverão, comprovadamente possuir recursos próprios para o empreendimento.

§ 2º - A outorga de canais para a televisão educativa não dependerá da publicação do edital previsto do artigo 34 do Código Brasileiro de Telecomunicações.

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962.

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

**PARECER
Nº 1.259, DE 2009**

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 423, de 2009 (nº 1.275/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rede Metropolitana de Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tailândia, Estado do Pará.

RELATOR: Senador FLEXA RIBEIRO

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 423, de 2009 (nº 1.275, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *Rede Metropolitana de Rádio e Televisão Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tailândia, Estado do Pará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

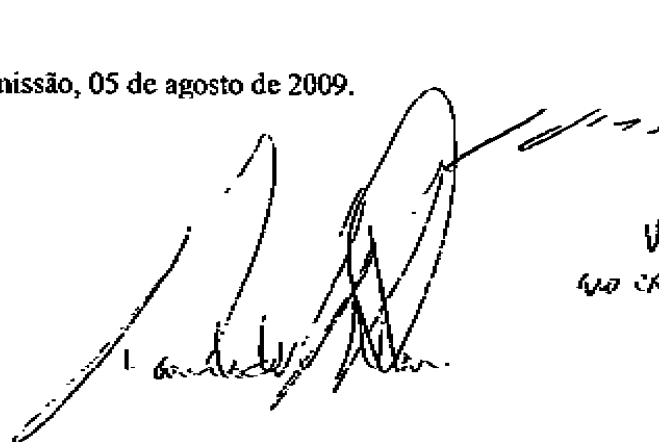
A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 423, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à *Rede Metropolitana de Rádio e Televisão Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tailândia, Estado do Pará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 05 de agosto de 2009.



Senador Leônidas Figueiredo

Vicê-Presidente
do Conselho do presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprovam o Projeto de Decreto Legislativo nº. 423, de 2009.

Sala das Comissões, 05 de agosto de 2009.



Senador FLÁVIA RIBEIRO

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 423/09 NA REUNIÃO DE 06/08/2009
OS SENHORES SENADORES:

1º **PRESIDENTE:**
W. L. L. Filho
 W. L. L. Filho

1º Senador Lobo Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)

MARCELO CRIVELLA**1. DELCÍDIO AMARAL****RENATO CASAGRANDE****2. FLÁVIO ARNS****MAGNO MALTA****3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES****ROBERTO CAVALCANTI****4. JOÃO RIBEIRO**

Majoria (PMDB e PP)

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA**1. VALTER PEREIRA****LOBÃO FILHO****2. ROMERO JUCÁ****GERSON CAMATA****3. GILVAM BORGES****VALDIR RAUPP****4. LEOMAR QUINTANILHA**

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ANTONIO CARLOS JÚNIOR**1. GILBERTO GOELLNER****DEMÓSTENES TORRES****2. ELISEU RESENDE****JOSÉ AGRIPIO****3. MARCO MACIEL****RAIM MORAIS****4. KÁTIA ABREU****CÍCERO LUCENA****5. EDUARDO AZEREDO****FLEXA RIBEIRO**
RELATOR**6. SÉRGIO GUERRA****PAPALÉO PAES****7. ARTHUR VIRGÍLIO**

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI**1. FERNANDO COLLOR**

PDT

FLÁVIO TORRES**1- CRISTOVAM BUARQUE**

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 123/2009

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELÍCIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE					FLAVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					VALTER PEREIRA				
LOBAO FILHO					ROMÉO JUCA				
GERSON CAMATA					GILVAM BORGES				
VALDIR RAUPP					LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JUNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DEMOSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSE AURIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS					KATIA ABREU				
CINERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO				
FLIXA RIBEIRO					SERGIO GUERRA				
PAULO PAES					ARTHUR VIRGILIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLAVIO TORRES					CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 10 SIM: 03 NÃO: 7 ASS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 05/08/2009

SENADOR LOBÃO FILHO
Vice-Presidente, no exercício da presidência,
da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação
e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

Seção II DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º - O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º - A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º - O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º - O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º - O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER

Nº 1.260, DE 2009

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 427, de 2009 (nº 1.299/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Amigos da Cultura para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

RELATOR: Senador WELLINGTON SALGADO

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 427, de 2009 (nº 1.299, de 2008, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação dos Amigos da Cultura* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

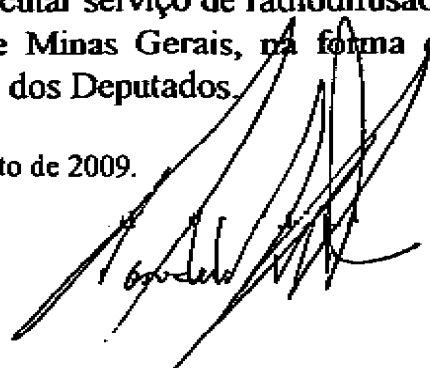
A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 427, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

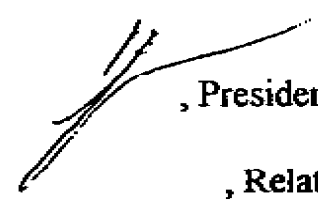
III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 427, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à *Associação dos Amigos da Cultura* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 05 de agosto de 2009.



, Presidente



, Relator

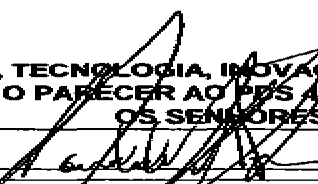






IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprovam o Projeto de Decreto Legislativo nº. 427, de 2009.

Sala das Comissões, 05 de agosto de 2009.


Senador FLEXA RIBEIRO
 Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
 Inovação, Comunicação e Informática

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 427/09 NA REUNIÃO DE 05/08/2009
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	
 <i>Senador Flexa Ribeiro</i>	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS 
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI 	4. JOÃO RIBEIRO
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA
RELATOR	2. ROMERO JUCÁ
LOBÃO FILHO 	3. GILVAM BORGES
GERSON CAMATA	4. LEOMAR QUINTANILHA
VALDIR RAUPP	
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR 	1. GILBERTO GOELLNER
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL
FRANK MORAIS 	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA	5. EDUARDO AZEREDO
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
FLÁVIO TORRES 	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 424 / 2009

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELÍCIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLAVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCA				
GILSON CAMATA	X				GILVAM BORGES				
VALDIR RAUPP					LEONAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	X				GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSE AGRIPIO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS	X				KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES					ARTHUR VIRGLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLAVIO TORRES	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 10 SIM: 09 NÃO: 01 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 05/08/2009.

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988****Seção II
DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

**CAPÍTULO V
DA COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º - O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º - A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º - O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º - O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º - O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998.

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

PARECER

Nº 1.261, DE 2009

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 430, de 2009 (nº 1.320/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Brigadistas de Sampaio – ARS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sampaio, Estado do Tocantins.

RELATOR: Senador **LEOMAR QUINTANILHA**

RELATOR “AD HOC”: Senador **GERSON CAMATA**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 430, de 2009 (nº 1.320, de 2008, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação dos Brigadistas de Sampaio - ABS* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sampaio, Estado do Tocantins. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

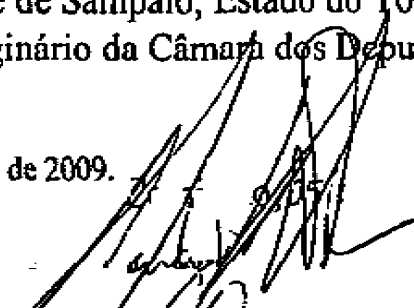
O exame da documentação que acompanha o PDS nº 430, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

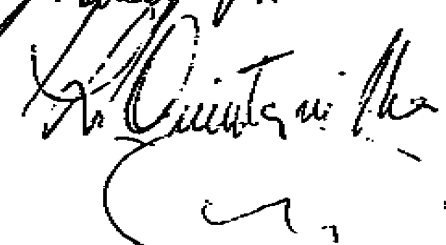
Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 430, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação dos Brigadistas de Sampaio - ABS* para executar serviço de

radiodifusão comunitária na cidade de Sampaio, Estado do Tocantins, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala das Comissões, 5 de agosto de 2009.



, Presidente



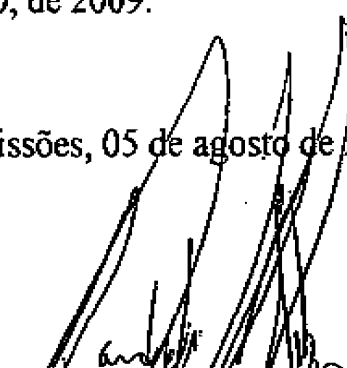
, Relator

Relator ad loc. Senador Gaspar Loureiro

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprovam o Projeto de Decreto Legislativo nº. 430, de 2009.

Sala das Comissões, 05 de agosto de 2009.



Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PLS 430/09 NA REUNIÃO DE 05/08/2009
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:

Bluco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)

MARCELO CRIVELLA

1. DELCÍDIO AMARAL

RENATO CASAGRANDE

2. FLÁVIO ARNS

MAGNO MALTA

3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES

ROBERTO CAVALCANTI

4. JOÃO RIBEIRO

Maioria (PMDB e PP)

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

1. VALTER PEREIRA

LOBÃO FILHO

2. ROMERO JUCÁ

GERSON CAMATA

3. GILVAM BORGES

VALDIR RAUPP

4. LEOMAR QUINTANILHA

RELATOR

Bluco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ANTONIO CARLOS JÚNIOR

1. GILBERTO GOELLNER

DEMÓSTENES TORRES

2. ELISEU RESENDE

JOSÉ AGRIPINO

3. MARCO MACIEL

FRANK MORAIS

4. KÁTIA ABREU

CÍCERO LUCENA

5. EDUARDO AZEREDO

FLEXA RIBEIRO

6. SÉRGIO GUERRA

PAPALÉO PAES

7. ARTHUR VIRGÍLIO

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI

1. FERNANDO COLLOR

PDT

FLÁVIO TORRES

1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMPUTAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 43012.009

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELÍCIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES				
VALDIR RAUPP					LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	X				GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS	X				KATIA ABREU				
CÍCERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SERGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLÁVIO TORRES	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 10 SIM 07 NÃO: 3 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 05/08/2009

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998.

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

PARECER

Nº 1.262, DE 2009

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 436, de 2009 (nº 1.341/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à FM São Bento de Amontada Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Banabuiú, Estado do Ceará.

RELATOR: Senador ROBERTO CAVALCANTI

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 436, de 2009 (nº 1.341, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *FM SÃO BENTO DE AMONTADA LTDA.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Banabuiú, Estado do Ceará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

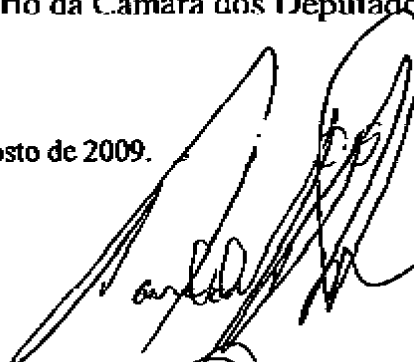
A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

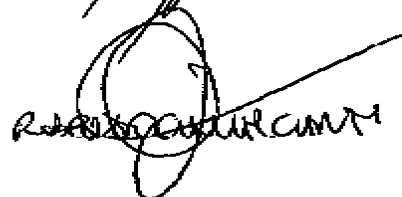
III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 436, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente...e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga permissão à **FM SÃO BENTO DE AMONTADA LTDA.** para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Banabuiú, Estado do Ceará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 5 de agosto de 2009.



, Presidente



, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprovam o Projeto de Decreto Legislativo nº. 436, de 2009.

Sala das Comissões, 05 de agosto de 2009.



Senador **FLEXA RIBEIRO**

—Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 436/09 NA REUNIÃO DE 05/08/2009
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

(Senador Flexa Ribeiro)
 Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)

MARCELO CRIVELLA

1. DELCÍDIO AMARAL

RENATO CASAGRANDE

2. FLÁVIO ARNS

MAGNO MALTA

3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES

ROBERTO CAVALCANTI
RELATOR

4. JOÃO RIBEIRO

(Roberto Cavalcanti)
 Maioria (PMDB e PP)

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

1. VALTER PEREIRA

LOBÃO FILHO

2. ROMERO JUCÁ

GERSON CAMATA

3. GILVAM BORGES

VALDIR RAUPP

4. LEOMAR QUINTANILHA

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ANTONIO CARLOS JÚNIOR

1. GILBERTO GOELLNER

DEMÓSTENES TORRES

2. ELISEU RESENDE

JOSÉ AGRIPINO

3. MARCO MACIEL

EFRAIM MORAIS

4. KÁTIA ABREU

CÍCERO LUCENA

5. EDUARDO AZEREDO

FLEXA RIBEIRO

6. SÉRGIO GUERRA

PAPALÉO PAES

7. ARTHUR VIRGÍLIO

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI

1. FERNANDO COLLOR

PDT

FLÁVIO TORRES

1- CRISTOVAN BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 436 12/09

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA	X				DELCLÍDIO AMARAL	X			
RENATO CASAGRANDE					FLÁVIO ARNS				
MAGNO MALTA	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES				
VALDIR RAUPP					LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X				GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISFU RESENDE				
JOSÉ AGUIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS	X				KATIA ABREU				
CICERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLÁVIO TORRES	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 10 SIM: 09 NÃO: 01 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 05/08/2009

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

PARECER

Nº 1.263, DE 2009

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 443, de 2009 (nº 1369/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Heliópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Heliópolis, Estado da Bahia.

RELATOR: Senador ANTONIO CARLOS JÚNIOR

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 443, de 2009 (nº 1369, de 2008, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária e Cultural de Heliópolis* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Heliópolis, Estado da Bahia. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

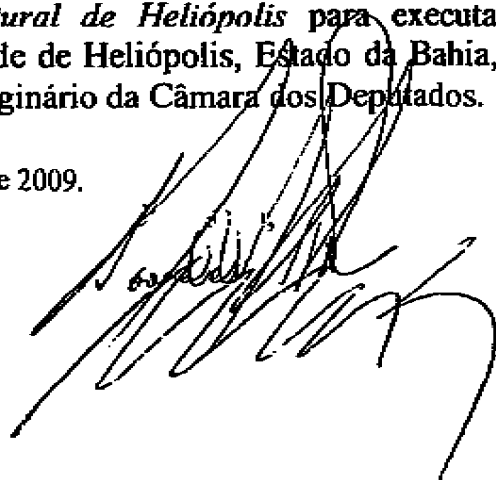
A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 443, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 443, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária e Cultural de Heliópolis* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Heliópolis, Estado da Bahia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 05 de agosto de 2009.



, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprovam o Projeto de Decreto Legislativo nº. 443, de 2009.

Sala das Comissões, 05 de agosto de 2009.


Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 443/09 NA REUNIÃO DE 05/08/2009
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

 (Senador FLEXA RIBEIRO)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)

MARCELO CRIVELLA

1. DELCÍDIO AMARAL

RENATO CASAGRANDE

2. FLÁVIO ARNS

MAGNO MALTA

3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES

ROBERTO CAVALCANTI

4. JOÃO RIBEIRO

Maioria (PMDB e PP)

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

1. VALTER PEREIRA

LOBÃO FILHO

2. ROMERO JUCÁ

GERSON CAMATA

3. GILVAM BORGES

VALDIR RAUPP

4. LEOMAR QUINTANILHA

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ANTONIO CARLOS JÚNIOR
RELATOR

1. GILBERTO GOELLNER

DEMÓSTENES TORRES

2. ELISEU RESENDE

JOSÉ AGRIPINO

3. MARCO MACIEL

EFRAIM MORAIS

4. KÁTIA ABREU

CÍCERO LUCENA

5. EDUARDO AZEREDO

FLEXA RIBEIRO

6. SÉRGIO GUERRA

PAPALÉO PAES

7. ARTHUR VIRGÍLIO

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI

1. FERNANDO COLLOR

PDT

FLÁVIO TORRES

1- CRISTOVAM BUARQUE


COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 431 2009

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA	X				DELÍCIO AMARAL	X			
RENATO CASAGRANDE					FLÁVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBAO FILHO	X				RONERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES				
VALDIR RAUPE	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	X				GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSE AGRIPINO	X				MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA					EDLARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SERGIO GUERRA				
PAPALEO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLÁVIO TORRES	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 10 SIM: 09 NÃO: 01 ABS: 00 AUTOR: 00 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 05/08/2009


 SENADOR FLEXA RIBEIRO
 Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
 Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998.

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

PARECER Nº 1.264, DE 2009

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 458, de 2009 (nº 804/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Antônio Nezinho de Souza – ACANS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mauriti, Estado do Ceará.

RELATOR: Senador ROBERTO CAVALCANTI

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 458, de 2009 (nº 804, de 2008, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Antônio Nezinho de Souza - ACANS* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mauriti, Estado do Ceará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem

sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

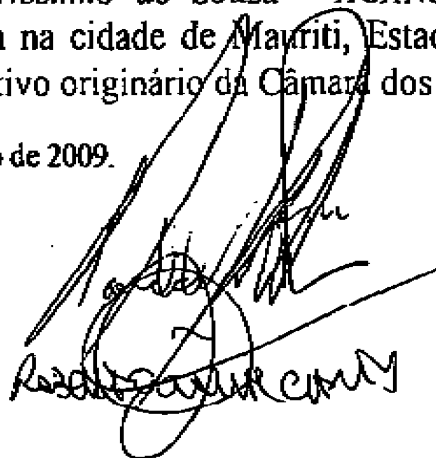
A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 458, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 458, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Antônio Nezinho de Souza - ACANS* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mauriti, Estado do Ceará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 5 de agosto de 2009.



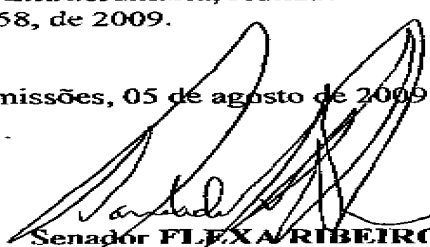
, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

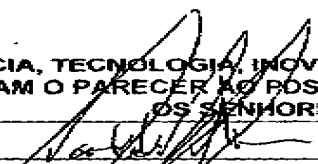
A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprovam o Projeto de Decreto Legislativo nº. 458, de 2009.

Sala das Comissões, 05 de agosto de 2009.


Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 458/09 NA REUNIÃO DE 05/08/2009
OS SENHORES SENADORES:

ESIDENTE:

 (Senador Flexa Ribeiro)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)

RCELO CRIVELLA

1. DELCÍDIO AMARAL

NATO CASAGRANDE

2. FLÁVIO ARNS

AGNO MALTA

3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES

OBERTO CAVALCANTI
ELATOR

4. JOÃO RIBEIRO

Maioria (PMDB e PP)

VELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

1. VALTER PEREIRA

OBÃO FILHO

2. ROMERO JUCÁ

GERSON CAMATA

3. GILVAM BORGES

VALDIR RAUPP

4. LEOMAR QUINTANILHA

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ANTONIO CARLOS JÚNIOR

1. GILBERTO GOELLNER

DEMÓSTENES TORRES

2. ELISEU RESENDE

JOSÉ AGRIPINO

3. MARCO MACIEL

FRANK MORAIS

4. KÁTIA ABREU

CÍCERO LUCENA

5. EDUARDO AZEREDO

FLEXA RIBEIRO

6. SÉRGIO GUERRA

PAPALÉO PAES

7. ARTHUR VIRGÍLIO

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI

1. FERNANDO COLLOR

PDT

FLÁVIO TORRES

1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 458/2009

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELÍCIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLAVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOAO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO IUCA				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES				
VALDIR RAUPP					LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINOR (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS TORRES	X				GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TÔRRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AURIM					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAES	X				KATIA ABREU				
CICERO ALVES					EDUARDO AZEREDO				
FLEURY					SERGIO GUERRA				
PAPALCO PAES					ARTHUR VIRGILIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLAVIO TORRES	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 10 SIM: 09 NÃO: 01 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 05/08/2009

SENADOR ELEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998.

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

PARECER

Nº 1.265, DE 2009

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 461, de 2009 (nº 952/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sistema de Rádio Jornal Cultura do Ceará Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santana do Acaraú, Estado do Ceará.

RELATOR Senador **CÍCERO LUCENA**

RELATOR "AD HOC": Senador **ROBERTO CAVALCANTI**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 461, de 2009 (nº 952, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *Sistema de Rádio Jornal Cultura do Ceará Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santana do Acaraú, Estado do Ceará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

**Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática**

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 461/09 NA REUNIÃO DE 05/08/2009**

OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

Senador Flexa Ribeiro
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)

MARCELO CRIVELLA

1. DELCÍDIO AMARAL

RENATO CASAGRANDE

2. FLÁVIO ARNS

MAGNO MALTA

3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES

ROBERTO CAVALCANTI

Relator Ad Hoc

4. JOÃO RIBEIRO

Maioria (PMDB e PP)

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

1. VALTER PEREIRA

LOBÃO FILHO

2. ROMERO JUCÁ

GERSON CAMATA

3. GILVAN BORGES

VALDIR RAUPP

4. LEOMAR QUINTANILHA

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ANTONIO CARLOS JÚNIOR

1. GILBERTO GOELLNER

DEMÓSTENES TORRES

2. ELISEU RESENDE

JOSÉ AGRIPINO

3. MARCO MACIEL

RAIM MORAIS

4. KÁTIA ABREU

CÍCERO LUCENA

RELATOR

5. EDUARDO AZEREDO

FLEXA RIBEIRO

6. SÉRGIO GUERRA

PAPALÉO PAES

7. ARTHUR VIRGÍLIO

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI

1. FERNANDO COLLOR

PDT

FLÁVIO TORRES

1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 461/2009

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE(S) BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELÍCIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS	X			
MÁRCIO WALTER					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE(S) (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GILVÂN BORGES				
VALDIR RAUPE					LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE(S) BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	X				GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSE AGRIPINO					MARCO MACIEL				
ERRAÍM VORAIS	X				KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA					EDUARDO AZEVEDO				
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALCO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE(S) PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE(S) PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLÁVIO TORRES	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 10 SIM: 09 NÃO: 01 ARS: 01 AUTOR: 01 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 05/08/2009.

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 3º - O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

PARECER Nº 1.266, DE 2009

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 520, de 2009 (nº 1.179/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO FM IGUATU LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Iguatu, Estado do Ceará.

RELATOR: Senador CÍCERO LUCENA

RELATOR "AD HOC": Senador ROBERTO CAVALCANTI

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 520, de 2009 (nº 1.179, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *RÁDIO FM IGUATU LTDA.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Iguatu, Estado do Ceará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

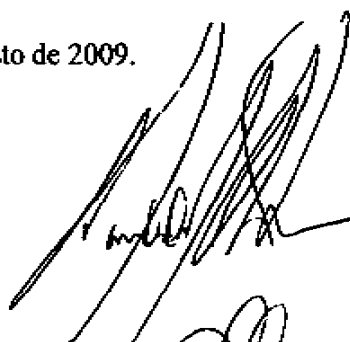
A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

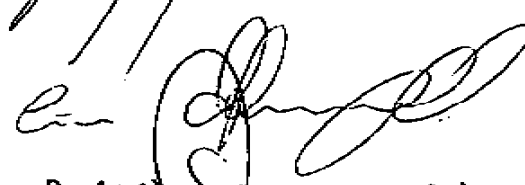
É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 520, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga permissão à **RÁDIO FM IGUATU LTDA.** para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Iguatu, Estado do Ceará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 5 de agosto de 2009.


, Presidente *Senador*
FLEXA RIBEIRO.

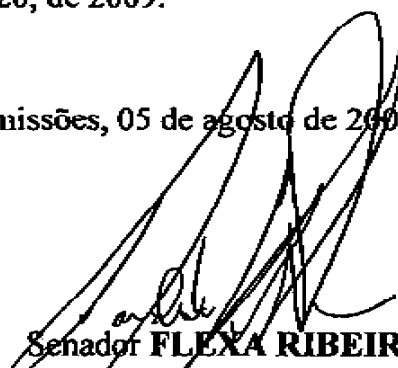

, Relator

ROSÁRIO SANT'ANNA
Relator Ad Hoc, *Senador* e Relator *Paralelo*

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprovam o Projeto de Decreto Legislativo nº. 520, de 2009.

Sala das Comissões, 05 de agosto de 2009.


Senador FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 520/09 NA REUNIÃO DE 05/08/2009**

OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

(Senador Flexa Ribeiro)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)

MARCELO CRIVELLA

1. DELCÍDIO AMARAL

RENATO CASAGRANDE

2. FLÁVIO ARNS

MAGNO MALTA

3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES

ROBERTO CAVALCANTI

4. JOÃO RIBEIRO

Relator Ad Hoc

Maioria (PMDB e PP)

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

1. VALTER PEREIRA

LOBÃO FILHO

2. ROMERO JUCÁ

GERSON CAMATA

3. GILVAM BORGES

VALDIR RAUPP

4. LEOMAR QUINTANILHA

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ANTONIO CARLOS JÚNIOR

1. GILBERTO GOELLNER

DEMÓSTENES TORRES

2. ELISEU RESENDE

JOSÉ AGRIPINO

3. MARCO MACIEL

RAIM MORAIS

4. KÁTIA ABREU

CÍCERO LUCENA

5. EDUARDO AZEREDO

RELATOR

FLEXA RIBEIRO

6. SÉRGIO GUERRA

PAPALÉO PAES

7. ARTHUR VIRGÍLIO

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI

1. FERNANDO COLLOR

PDT

FLÁVIO TORRES

1. CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 520/2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELÍCIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES				
VALDIR RAUPP					LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X				GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPIÑO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS	X				KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SERGIO GUERRA				
PAULÃO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLÁVIO TORRES	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 10 SIM: 09 NÃO: 01 ABS: 00 AUTOR: 00 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 05 / 08 / 2009.

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º - O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º - A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º - O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º - O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º - O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER

Nº 1.267, DE 2009

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 530, de 2009 (nº 1.339/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Milano FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná.

RELATOR: Senador FLÁVIO ARNS

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 530, de 2009 (nº 1.339, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *MILANO FM LTDA.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

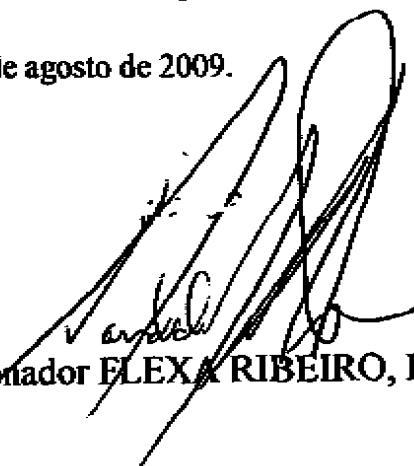
É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame

licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 530, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à *MILANO FM LTDA.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 5 de agosto de 2009.



Senador **ELEXA RIBEIRO**, Presidente



Senador **FLÁVIO ARNS**, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

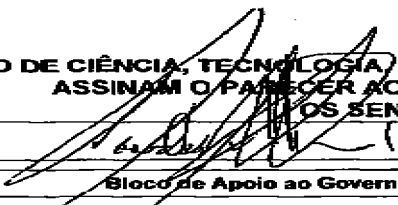
A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 530, de 2009.

Sala das Comissões, 5 de agosto de 2009.


Senador FLEXA RIBEIRO
 Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
 Inovação, Comunicação e Informática

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 530/09 NA REUNIÃO DE 05/08/2009
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

 (Senador Flexa Ribeiro)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)

MARCELO CRIVELLA

1. DELCÍDIO AMARAL

RENATO CASAGRANDE

2. FLÁVIO ARNS
RELATOR

MAGNO MALTA

3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES

ROBERTO CAVALCANTI

4. JOÃO RIBEIRO

Majoria (PMDB e PP)

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

1. VALTER PEREIRA

LOBÃO FILHO

2. ROMERO JUCÁ

GERSON CAMATA

3. GILVAM BORGES

VALDIR RAUPP

4. LEOMAR QUINTANILHA

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR

1. GILBERTO GOELLNER

DEMÓSTENES TORRES

2. ELISEU RESENDE

JOSÉ AGRIPINO

3. MARCO MACIEL

FRAIM MORAIS

4. KÁTIA ABREU

CÍCERO LUCENA

5. EDUARDO AZEREDO

FLEXA RIBEIRO

6. SÉRGIO GUERRA

PAPALÉO PAES

7. ARTHUR VIRGÍLIO

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI

1. FERNANDO COLLOR

PDT

FLÁVIO TORRES

1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 530 / 2009

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELÍCIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES				
VALDIR RAUPP					LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	X				GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EFFRAIM MORAIS	X				KATIA ABREU				
CÍCERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLÁVIO TORRES	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 10 SIM: 09 NÃO: 01 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 05/08/2009

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º - O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º - A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º - O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º - O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º - O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER

Nº 1.268, DE 2009

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 556, de 2009 (nº 890/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Fundação Potiguar para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte.

RELATOR: Senador **JOSÉ AGRIPINO**

RELATOR "AD HOC": Senador **EFRAIM MORAIS**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 556, de 2009 (nº 890, de 2008, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Fundação Potiguar* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

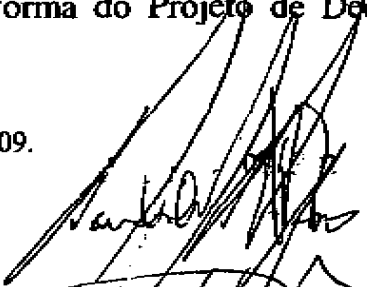

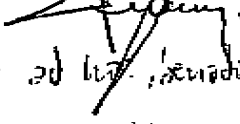
A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 556, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 556, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Fundação Potiguar* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

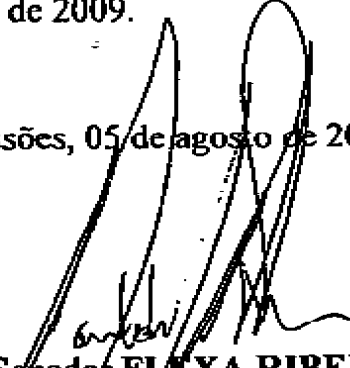
Sala das Comissões, 5 de agosto de 2009.

 , Presidente
 , Relator

Relator ad loc. Senador Cyro Maria

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprovam o Projeto de Decreto Legislativo nº. 556, de 2009.

Sala das Comissões, 05 de agosto de 2009.


Senador FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 356/09 NA REUNIÃO DE 05/08/2009**

OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)

MARCELO CRIVELLA

1. DELCÍDIO AMARAL

RENATO CASAGRANDE

2. FLÁVIO ARNS

MAGNO MALTA

3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES

ROBERTO CAVALCANTI

4. JOÃO RIBEIRO

Majoria (PMDB e PP)

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

1. VALTER PEREIRA

LOBÃO FILHO

2. ROMERO JUCÁ

GERSON CAMATA

3. GILVAM BORGES

VALDIR RAUPP

4. LEOMAR QUINTANILHA

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ANTONIO CARLOS JÚNIOR

1. GILBERTO GOELLNER

DEMÓSTENES TORRES

2. ELISEU RESENDE

JOSÉ AGRIPINO

3. MARCO MACIEL

RELATOR

RAIMOND MORAIS
rel. res

4. KÁTIA ABREU

CÍCERO LUCENA

5. EDUARDO AZEREDO

FLEXA RIBEIRO

6. SÉRGIO GUERRA

PAPALÉO PAES

7. ARTHUR VIRGÍLIO

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI

1. FERNANDO COLLOR

PDT

FLÁVIO TORRES

1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 556 18/08/09

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELÍCIDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLAVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES				
VALDIR RAUPP					LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	X				GILBERTO GOELLNER				
DEMÁSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS	X				KÁTIA ABRU				
CÍCERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SERGIO GUERRA				
PAPALEO PAES					ARTIUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLAVIO TORRES	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 10 SIM: 09 NÃO: 01 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 25/08/2009

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 3º - O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998.

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

PARECERES NºS 1.269 E 1.270, DE 2009

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2008, (nº 388/2003, na Casa de origem, do Deputado Maurício Rabelo), que altera a redação do art. 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor. (Inclui a substituição ou retirada de peças e componentes, sem autorização do consumidor no fornecimento de serviços).

**PARECER Nº 1.269, DE 2009,
(Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)**

Relatora: Senadora SERYS SLHESSARENKO

I – RELATÓRIO

Encontra-se nesta Comissão, para análise e decisão, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 143, de 2008 (PL nº 388, de 2003, na origem), de autoria do Deputado MAURÍCIO RABELO, que pretende aprimorar a norma consumerista.

Para tanto, o PLC nº 143, de 2008, propõe alterar a redação do art. 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, mediante a inclusão da expressão “e substituir ou retirar peças e componentes” no texto desse dispositivo legal.

O autor da proposição se refere *aos furtos de carros e objetos, ocorrentes nas oficinas e às retiradas de peças originais no prazo em que o consumidor deixa o objeto para orçamento*.

Na Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) da Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei (PL) nº 388, de 2003, foi apreciado e aprovado, por unanimidade, com Substitutivo. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, recebeu parecer unânime pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, nos termos do Substitutivo a ele apresentado na CDC.

Em 4 de setembro de 2008, o PL nº 388, de 2003, foi enviado ao Senado Federal, de acordo com o disposto no *caput* do art. 65 da Constituição e no art. 134 do Regimento Comum.

Após a análise neste Colegiado, o mérito do PLC nº 143, de 2008, será apreciado no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Posteriormente, a proposição será submetida ao exame do Plenário desta Casa.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 101, incisos I e II, alínea *d*, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão pronunciar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposta em questão, devendo ela, ainda, emitir parecer quanto ao mérito.

No tocante à constitucionalidade, a proposição em apreço cuida de assunto da competência da União. A sua análise encontra-se entre as atribuições do Congresso Nacional, conforme o art. 48 da Constituição. A iniciativa parlamentar é legítima, segundo o disposto no art. 61 do texto constitucional.

Em relação à juridicidade, a proposição cumpre as exigências de inovação, efetividade, espécie normativa adequada, coercitividade e generalidade.

Relativamente ao mérito, note-se que, no setor de prestação de serviços de conserto de aparelhos elétricos, eletrônicos e automóveis, pratica-se infração penal prevista no art. 70 da lei consumerista o fornecedor que, para o reparo do produto defeituoso, usar peças usadas, aproveitando-se da boa-fé do consumidor que está pagando pela reposição de peças novas. Esse infrator está sujeito à cominação de pena de detenção de três meses a um ano e multa.

O autor da proposição pretende aperfeiçoar o referido dispositivo legal, ao introduzir em seu texto o ato de substituir ou retirar peças e componentes, sem o devido consentimento, como crime contra as relações de consumo. Quando o fornecedor comete essa infração penal, ele lesa o consumidor. Ademais, essa prática também constitui crime contra o patrimônio, uma espécie de furto. Portanto, a iniciativa de reprimir essa fraude é meritória.

Como se percebe, o PLC nº 143, de 2008, merece prosperar, porquanto vem combater prática criminosa e, por conseguinte, contribuir para o aprimoramento da norma consumerista. A proposição representa um avanço efetivo para a tutela do consumidor.

Entretanto, no que diz respeito à técnica legislativa, apresentamos duas emendas de redação para conferir maior clareza ao texto legal.

III – VOTO

Diante do exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2008, com as emendas a seguir indicadas.

EMENDA Nº 1 – CCJ

Dê-se à ementa do projeto a seguinte redação:

“Altera a redação do art. 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, para nele incluir, como infração penal, a substituição ou retirada de peças e componentes, sem autorização do consumidor.”

EMENDA Nº 2 – CCJ

Dê-se ao art. 1º do projeto a seguinte redação:

“Art. 1º O art. 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescido do parágrafo único abaixo:

Art. 70.

Pena –

Parágrafo único. Incurrerá nas mesmas penas quem substituir ou retirar peças e componentes, sem autorização do consumidor.” (NR)

Sala da Comissão, 14 de maio de 2009.

Senador Wellington Salgado de Oliveira
Sergio Lessa

, Presidente em exercício

, Relatora

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 143 DE 2008ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 14/05/2009, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <u>em Conselho: Senador Wellington Salgado de Oliveira</u>	
RELATORA: <u>Senadora Serys Slhessarenko</u>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)	
MARINA SILVA	1. RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCADANTE	2. AUGUSTO BOTELHO
EDUARDO SUPLYC	3. MARCELO CRIVELLA
ANTONIO CARLOS VALADARES	4. INÁCIO ARRUDA
IDELI SALVATTI	5. CÉSAR BORGES
EXPEDITO JÚNIOR	6. SERYS SLHESSARENKO
MAIORIA (PMDB, PP)	
PEDRO SIMON	1. ROMERO JUCÁ
ALMEIDA LIMA	2. LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FRANCISCO DORNELLES	4. LOBÃO FILHO
VALTER PEREIRA	5. VALDIR RAUPP
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	
KÁTIA ABREU	1. EFRAIM MORAIS
DEMÓSTENES TORRES	2. ADELMIR SANTANA
JAYME CAMPOS	3. RAIMUNDO COLOMBO
MARCO MACIEL	4. JOSÉ AGRIPINO
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	5. ELISEU RESENDE
ALVARO DIAS	6. EDUARDO AZEREDO
SÉRGIO GUERRA	7. MARCONI PERILLO
LÚCIA VÂNIA	8. ARTHUR VIRGÍLIO
TASSO JEREISSATI	9. FLEXA RIBEIRO
PTB	
ROMEU TUMA	1. GIM ARGELLO
PDT	
OSMAR DIAS	1. PATRÍCIA SABOYA

**PARECER Nº 1.270, DE 2009,
(Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização
e Controle)**

Relator: Senador FLEXA RIBEIRO.

I – RELATÓRIO

Esta Comissão examina o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 143, de 2008 (PL nº 388, de 2003, na origem), de autoria do Deputado Maurício Rabelo.

Com o PLC nº 143, de 2008, pretende-se incluir a expressão “e substituir ou retirar peças e componentes” no texto do art. 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor (CDC).

Na justificação da proposta, o autor menciona os furtos de carros e objetos que ocorrem em oficinas e as retiradas de peças originais no período em que o consumidor deixa o produto para orçamento.

Com fundamento no *caput* do art. 65 da Constituição e no art. 134 do Regimento Comum, o PL nº 388, de 2003, foi encaminhado a esta Casa, em 4 de setembro de 2008.

No Senado Federal, passou a tramitar como Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2008, e foi distribuído à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e a esta Comissão.

Na CCJ, o parecer foi favorável ao PLC nº 143, de 2008, com a apresentação de duas emendas de redação.

Após o exame nesta Comissão, o projeto de lei será submetido à apreciação do Plenário desta Casa.

II – ANÁLISE

Cabe a esta Comissão opinar sobre o mérito de assuntos referentes à defesa do consumidor, nos termos do art. 102-A, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Para a avaliação do mérito, passamos a analisar as disposições do Código de Defesa do Consumidor pertinentes à matéria sob comento.

Nos termos do art. 70 do CDC, o emprego, sem autorização do consumidor, de peça ou componentes de reposição usados na reparação de produtos constitui crime contra as relações de consumo. Aquele fornecedor que pratica esse crime está passível de cominação de pena de detenção de três meses a um ano e multa.

O objetivo do PLC nº 143, de 2008, é inserir no texto do art. 70 a substituição ou retirada de peças e componentes, sem o consentimento do consumidor. Assim sendo, passa a ser tipificado como crime contra as relações de consumo o ato de substituir ou retirar peças e componentes, sem o consentimento mencionado.

Ressalte-se que esse ato é caracterizado como fraude no comércio, espécie de crime contra o patrimônio, por força do disposto no art. 175 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, o qual prevê que é crime enganar, no exercício de atividade comercial, o adquirente ou consumidor, vendendo, como verdadeira ou perfeita, mercadoria falsificada ou deteriorada, ou entregando uma mercadoria por outra. Com fundamento no Código Penal, aquele que comete esse crime está sujeito à pena de detenção, de seis meses a dois anos, ou multa.

Embora já constante do Código Penal como fraude no comércio, entendemos relevante e apropriada a proposta de tipificar como crime contra as relações de consumo o ato de substituir ou retirar peças e componentes, sem o consentimento do consumidor, uma vez que o CDC disciplina as relações de consumo.

Ademais, saliente-se que é louvável toda medida que, reconhecendo a vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo, contribua efetivamente

para o aperfeiçoamento da aludida Lei nº 8.078, de 1990, e, por conseguinte, da tutela do consumidor. Portanto, é incontestável o alcance social do projeto de lei em referência.

Vale, ainda, assinalar que um dos princípios basilares da Política Nacional das Relações de Consumo – definida no art. 4º da referida Lei nº 8.078, de 1990 – é o reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo (inciso I). Desse modo, o PLC nº 143, de 2008, está harmonizado com essa Política.

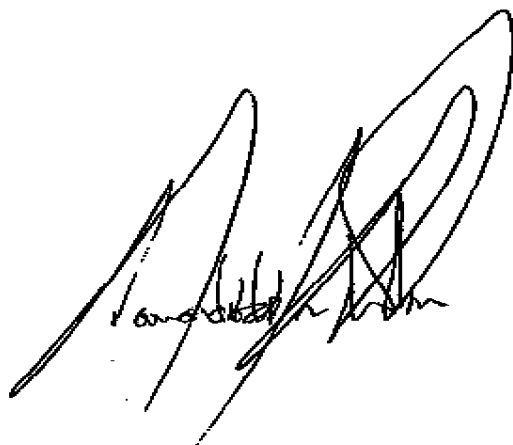
Por fim, a proposição é meritória.

No tocante às emendas de redação oferecidas na CCJ, destaque-se que são pertinentes e oportunas, porquanto aperfeiçoam a proposição.

III – VOTO

Pelas razões expostas, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2008, com as emendas de redação apresentadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sala da Comissão, 04 de agosto de 2009.



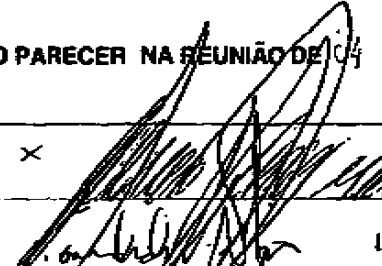
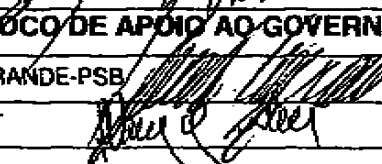
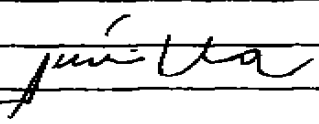


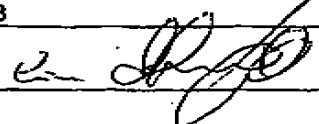
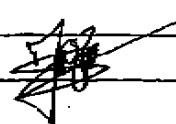
, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 143 DE 2008

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 04/10/2009, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <input checked="" type="checkbox"/>  (SEN. RENATO CASAGRANDE)	
RELATOR:  (SEN. FLEXA RIBEIRO)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
RENATO CASAGRANDE-PSB	FÁTIMA CLEIDE-PT
MARINA SILVA-PT	CÉSAR BORGES-PR
JOÃO PEDRO-PT	INÁCIO ARRUDA-PC DO B 
JOÃO RIBEIRO-PR	DELCIDIO AMARAL-PT
Majoria (PMDB)	
LEOMAR QUINTANILHA-PMDB 	ROMERO JUCÁ-PMDB
WELLINGTON SALGADO-PMDB	VALDIR RAUPP-PMDB
GILVAM BORGES-PMDB	ALMEIDA LIMA-PMDB
VALTER PEREIRA-PMDB	GERALDO MESQUITA-PMDB
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
GILBERTO GOELNNER-DEM 	ADELMIR SANTANA-DEM
KATIA ABREU-DEM	RAIMUNDO COLOMBO-DEM
HERÁCLITO FORTES-DEM	MARIA DO CARMO ALVES-DEM
ELISEU RESENDE-DEM	JAYME CAMPOS-DEM
ARTHUR VIRGÍLIO-PSDB	ALVARO DIAS-PSDB
CÍCERO LUCENA-PSDB 	FLEXA RIBEIRO-PSDB
MARISA SERRANO-PSDB	MÁRIO COUTO-PSDB
PTB	
SIM ARGELLO	SÉRGIO ZAMBAZI
PDT	
JEFFERSON PRAIA 	CRISTOVAM BUARQUE

Legislação citada anexada pela Secretaria Geral da Mesa

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Seção II DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III - fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV - planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V - limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI - incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembleias Legislativas;

VII - transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII - concessão de anistia;

IX - organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

~~**X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas;**~~

~~**XI - criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública;**~~

X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XI - criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XII - telecomunicações e radiodifusão;

XIII - matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV - moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

~~XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, por lei de iniciativa conjunta dos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)~~

XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

Subseção III Das Leis

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

~~c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;~~

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

~~e) criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública;~~

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

.....

Art. 65. O projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar.

Parágrafo único. Sendo o projeto emendado, voltará à Casa iniciadora.

.....

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990.

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

Art. 4º A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios: (Redação dada pela Lei nº 9.008, de 21.3.1995)

I - reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo;

II - ação governamental no sentido de proteger efetivamente o consumidor:

a) por iniciativa direta;

b) por incentivos à criação e desenvolvimento de associações representativas;

c) pela presença do Estado no mercado de consumo;

d) pela garantia dos produtos e serviços com padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho.

III - harmonização dos interesses dos participantes das relações de consumo e compatibilização da proteção do consumidor com a necessidade de desenvolvimento econômico e tecnológico, de modo a viabilizar os princípios nos quais se funda a ordem econômica (art. 170, da Constituição Federal), sempre com base na boa-fé e equilíbrio nas relações entre consumidores e fornecedores;

IV - educação e informação de fornecedores e consumidores, quanto aos seus direitos e deveres, com vistas à melhoria do mercado de consumo;

V - incentivo à criação pelos fornecedores de meios eficientes de controle de qualidade e segurança de produtos e serviços, assim como de mecanismos alternativos de solução de conflitos de consumo;

VI - coibição e repressão eficientes de todos os abusos praticados no mercado de consumo, inclusive a concorrência desleal e utilização indevida de inventos e criações industriais das marcas e nomes comerciais e signos distintivos, que possam causar prejuízos aos consumidores;

VII - racionalização e melhoria dos serviços públicos;

VIII - estudo constante das modificações do mercado de consumo.

.....

DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940.

Código Penal.

Art. 175 - Enganar, no exercício de atividade comercial, o adquirente ou consumidor:

I - vendendo, como verdadeira ou perfeita, mercadoria falsificada ou deteriorada;

II - entregando uma mercadoria por outra:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos, ou multa.

§ 1º - Alterar em obra que lhe é encomendada a qualidade ou o peso de metal ou substituir, no mesmo caso, pedra verdadeira por falsa ou por outra de menor valor; vender pedra falsa por verdadeira; vender, como precioso, metal de ou outra qualidade:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa.

§ 2º - É aplicável o disposto no art. 155, § 2º.

.....

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990.

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

.....

Art. 70. Empregar na reparação de produtos, peça ou componentes de reposição usados, sem autorização do consumidor:

Pena Detenção de três meses a um ano e multa.

Art. 71. Utilizar, na cobrança de dívidas, de ameaça, coação, constrangimento físico ou moral, afirmações falsas incorretas ou enganosas ou de qualquer outro procedimento que exponha o consumidor, injustificadamente, a ridículo ou interfira com seu trabalho, descanso ou lazer:

.....

PARECER

Nº 1.271, DE 2009

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador Expedito Júnior, que altera o art. 54 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para conceder aos “soldados da borracha”, no que couber, os mesmos direitos dos ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial.

RELATOR: Senador **GERALDO MESQUITA JÚNIOR**
RELATOR “AD HOC”: Senador **MARCO MACIEL**

I – RELATÓRIO

É submetida ao exame desta Comissão a Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2009, que tem por finalidade estender ao seringueiro recrutado nos termos do Decreto-Lei nº 5.813, de 14 de setembro de 1943, e amparado pelo Decreto-Lei nº 9.882, de 16 de setembro de 1946, os mesmos direitos conferidos ao ex-combatente, a que se refere o art. 53 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), com exceção do disposto no inciso I.

O direito previsto no inciso I do art. 53 da ADCT prevê o aproveitamento do ex-combatente no serviço público, sem a exigência de concurso público, com estabilidade.

Ao justificar sua iniciativa, o autor da proposição alega:

Embora o legislador constituinte não tenha se esquecido desses valerosos “soldados da borracha”, uma vez que insculpiu seus direitos no art. 54 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), acreditamos estar diante não de uma injustiça, mas de uma justiça imperfeita.

Isso porque os “soldados da borracha”, embora não tenham participado dos combates, estiveram sujeitos a condições de trabalho e sobrevivência extremamente severas, contribuindo diretamente para o mesmo objetivo dos ex-combatentes, que se uniram às Forças Aliadas para derrotar as potências do Eixo.

II – ANÁLISE

Do ponto de vista da constitucionalidade da matéria, não há nada a objetar, eis que o conteúdo da proposta não integra o elenco de matérias do art. 60, § 4º, da Constituição Federal, sobre as quais não pode haver deliberação, nem tampouco trata de matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada na atual sessão legislativa, conforme estabelece o § 5º do mencionado artigo. Não há também restrições quando à juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa.

Durante a Segunda Guerra Mundial, com a adesão dos norte-americanos ao conflito, os Estados Unidos da América precisavam da borracha natural brasileira. Em troca dessa matéria-prima, subsidiaram-se as despesas do governo brasileiro com o envio de voluntários para os seringais da Amazônia.

É quando surge a figura do “soldado da borracha”, que tem origem no Acordo de Washington, firmado entre Brasil e Estado Unidos da América, consagrado no Decreto-Lei nº 5.813, de 14 de setembro de 1943. O diploma legal criou a Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (CAETA) e encarregou o Exército Brasileiro de alistar os voluntários.

O recrutamento ganhava adeptos, por for força das propagandas que descreviam uma Amazônia completamente desvinculada da realidade, bem como um contrato de trabalho cheio de promessas, mas escondendo a hostilidade da região e o sistema de quase escravidão que aguardava pelos soldados nos longínquos seringais.

De acordo com os dados do Governo Federal, nesse período, cinquenta e seis mil nordestinos foram alistados como soldados da borracha. Desse

total, apenas 25% iriam sobreviver. O restante morreu na Amazônia, em decorrência de doenças como malária, febre amarela, beribéri e icterícia, dentre outras, sem considerar os ataques de índios e animais.

Terminada a Segunda Guerra Mundial, os “soldados da borracha” foram desmobilizados, mas boa parte deles não deixou os seringais, em virtude das dívidas assumidas com os empresários do setor.

Pelo art. 1º do Decreto-Lei nº 5.813, de 14 de setembro de 1943, foi aprovado o Acordo no valor de dois milhões e quatrocentos mil dólares para o recrutamento, encaminhamento e colocação de trabalhadores na Amazônia celebrado pelo Coordenador da Mobilização Econômica e pelo Presidente da Comissão de Controle dos Acordos de Washington com a *Rubber Development Corporation* em 6 de setembro de 1943.

A cláusula 3ª desse acordo previa:

O Governo brasileiro se compromete a aplicar a importância de US\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil dólares), mencionada na cláusula 1ª, no recrutamento e encaminhamento de aproximadamente 16.000 (dezesesseis mil) trabalhadores, os quais deverão ser colocados nos seringais em tempo de iniciar a extração da borracha na safra de 1944, bem como na assistência às famílias dos trabalhadores já recrutados pelo SEMTA e dos que o forem em virtude do presente Acordo.

O Decreto-Lei nº 9.882, de 16 de setembro de 1946, também mencionado no art. 54 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988 (ADCT) previa, em seu art. 1º, a elaboração de um plano para a execução de um programa de assistência imediata aos trabalhadores encaminhados para o Vale Amazônico, durante o período de intensificação da produção da borracha, para o esforço de guerra.

Infelizmente, esse programa de assistência ao “soldado da borracha” nunca saiu do papel. Sensibilizados, os Constituintes de 1988 criaram a pensão mensal vitalícia, no valor de dois salários mínimos, para os “soldados da borracha”.

Hoje, esses “soldados da borracha” são pouco mais de seiscentos. Infelizmente, os homens que participaram do esforço de guerra estão esquecidos e a Nação não lhes dá ainda o tratamento mais adequado. Com idade avançada e com poucos recursos, esses seringueiros reivindicam direitos e igualdade com os ex-pracinhas, que batalharam na Itália nos idos de 1945.

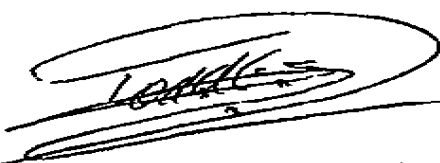
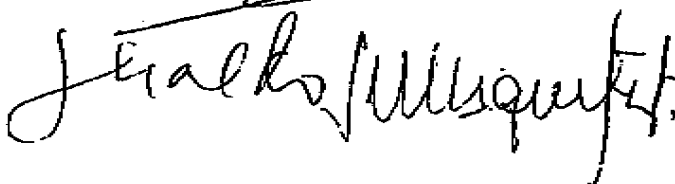
Por isso, chegou o momento de estender a esses homens os direitos concedidos aos ex-combatentes, ou seja, pensão especial correspondente à deixada por segundo-tenente das Forças Armadas, que poderá ser requerida a qualquer tempo; em caso de morte, pensão à viúva ou companheira ou dependente, de forma proporcional; assistência médica, hospitalar e educacional gratuita, extensiva aos dependentes; aposentadoria com proventos integrais aos 25 anos de serviço efetivo, em qualquer regime jurídico; e prioridade na aquisição da casa própria, para os que não a possuam ou para suas viúvas ou companheiras.

A presente proposta é, portanto, meritória porque faz justiça àqueles que colaboraram com o esforço de guerra, assegurando a produção e o abastecimento de borracha aos exércitos aliados, durante a Segunda Guerra Mundial.

III – VOTO

À vista do exposto, opinamos pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2009.

Sala da Comissão, 5 de agosto de 2009.

 Presidente
 Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PEC Nº 19 DE 2009

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 05/08/09, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: Senador DEMÓSTENES TORRES	
RELATOR: "Ad Hoc": Senador MARCO MACIEL	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)	
MARINA SILVA	1. RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCADANTE	2. AUGUSTO BOTELHO
EDUARDO SUPLICY	3. MARCELO CRIVELLA
ANTONIO CARLOS VALADARES	4. INÁCIO ARRUDA
IDELI SALVATTI	5. CÉSAR BORGES
EXPEDITO JÚNIOR	6. SERYS SLHESARENKO
MAIORIA (PMDB, PP)	
PEDRO SIMON	1. ROMERO JUCÁ
ALMEIDA LIMA	2. LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FRANCISCO DORNELLES	4. LOBÃO FILHO
VALTER PEREIRA	5. VALDIR RAUPP
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	
KÁTIA ABREU	1. EFRAIM MORAIS
DEMÓSTENES TORRES	2. ADELMI R SANTANA
JAYME CAMPOS	3. RAIMUNDO COLOMBO
MARCO MACIEL	4. JOSÉ AGRIPINO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. ELISEU RESENDE
ALVARO DIAS	6. EDUARDO AZEREDO
SÉRGIO GUERRA	7. MARCONI PERILLO
LÚCIA VÂNIA	8. ARTHUR VIRGÍLIO
TASSO JEREISSATI	9. FLEXA RIBEIRO
PTB	
ROMEU TUMA	1. GIM ARGELLO
PDT	
OSMAR DIAS	1. FLÁVIO TORRES

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– A Presidência recebeu o **Ofício nº 90, de 2009**, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, comunicando a aprovação em caráter terminativo dos **Projetos de Decreto Legislativo nºs 418, de 2006; 126, 135, 190, 250, 251, 345, 346, 361, 363, 375, 386, 404, 422, 423, 427, 430, 436, 443, 458, 461, 520, 530 e 556, de 2009**.

Nos termos do art. 91, inciso III, do Regimento Interno, combinado com a Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que as matérias sejam apreciadas pelo Plenário.

É o seguinte o ofício recebido:

Of. nº 90/2009 – CCT

Brasília, 5 de agosto de 2009

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada nesta data, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática aprovou, em caráter terminativo, os Projetos de Decretos Legislativos nºs 418, de 2006; 126, 135, 190, 250, 251, 345, 346, 361, 363, 375, 386, 404, 422, 423, 427, 430, 436, 443, 458, 461, 520, 530 e 556, de 2009. – Senador **Flexa Ribeiro**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Foram lidos anteriormente os **Pareceres nºs 1.269 e 1.270, de 2009**, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o **Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2008** (nº 388/2003, na Casa de origem, do Deputado Maurício Rabelo), que *altera a redação do art. 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor* (inclui a substituição ou retirada de peças e componentes, sem autorização do consumidor, no fornecimento de serviços).

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Fernando Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, eu gostaria de pedir a V. Exª a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– V. Exª é o primeiro inscrito.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Senador Mário Couto...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Só queria confirmar a minha ordem de inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– V. Exª é o terceiro da lista de inscrição e o primeiro presente aqui.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– V. Exª poderá fazer uso da palavra...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Agora?

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Agora.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pois não; então, eu o farei.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Sem prejuízo da ordem dos oradores inscritos, concedo a palavra ao nobre Senador Mário Couto, como orador inscrito; em seguida, o Senador Fernando Collor, para uma comunicação inadiável. (*Pausa*.)

Em virtude da gentileza do Senador Mário Couto, eu me inscrevo para uma comunicação inadiável.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador e ex-Presidente da República Fernando Collor de Mello, na sexta-feira passada, vim a esta tribuna, com certa alegria, comunicar à Nação que estávamos chegando a um acordo com referência ao problema dos aposentados. Parece que a coisa anda, Sr. Presidente. V. Exª é um dos que tanto lutou, junto com inúmeros Senadores, para que pudéssemos chegar a esse resultado. Amanhã ou depois de amanhã – acho que o mais certo é amanhã –, entraremos na última rodada com o Governo.

O Globo já noticia hoje o aumento de 7%. Obviamente que a batida final do martelo não será de nenhum Senador, mas das representações dos aposentados, das associações, dos sindicatos. Nós participaremos, amanhã, apenas para dar um apoio a essas associações. No entanto, quero deixar bem claro que a decisão será dada pela representação dos aposentados deste País.

Começamos essa luta há dois anos, quando chegamos aqui. Hoje me sinto gratificado em poder ver que a solução caminha a passos longos e acho que, nesta semana, poderemos dar finalmente a notícia de vitória a esta causa.

Saber que estamos amenizando o sofrimento dos aposentados deste País é uma enorme alegria, é uma enorme satisfação, porque tenho consciência, já que tenho observado, tenho estudado e tenho visto a situação precária de vida dos aposentados, de cada família de aposentado. Eles merecem o respeito de todos nós, políticos, pelo trabalho que fizeram por este País, cada um fazendo a sua parte para a construção desta Nação. No entanto, na hora em que mais precisam de respeito, na hora da sua velhice, recebem o abandono.

Por isso, logo que cheguei aqui, uma das primeiras coisas que fiz foi me agregar ao Senador Paulo Paim nesta luta, uma luta que nos custou várias reuniões, uma luta que nos custou dois anos de tribuna, dois anos de quase toda semana na tribuna, uma luta que nos custou várias reuniões com o Governo, mas uma luta que nos traz uma felicidade enorme pela causa que defendemos.

Amanhã, acredito, fecharemos essa rodada com o fator previdenciário. Oxalá, com esse maldito fator previdenciário sendo exterminado da vida dos brasileiros e, quem sabe, com o aumento real, haverá um ganho real para os aposentados de todo o País.

Acho que, no final, farei um pronunciamento de agradecimento a cada Senador e quero aqui nominar cada um que participou da vigília, que participou dos debates, que participou dessa luta, que participou de todas as reuniões: o Senador Mão Santa, o Senador Papaléo Paes, o Senador Romeu Tuma, Senador Geraldo Mesquita; enfim, tantos quantos Senadores participaram do movimento que criamos aqui em defesa dos aposentados, movimento que fluiu de uma maneira tal que conseguimos sensibilizar o Governo.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Mário Couto...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – E eu disse, Senador Mão Santa, que iria fazer um agradecimento ao Presidente Lula. Farei. Se isso se concretizar, eu farei, porque estou vendo que, até que enfim, “água mole em pedra dura tanto bate até que fura”. Até que enfim parece que o Presidente Lula começa a ter uma pequena sensibilidade em relação aos aposentados deste País.

Oxalá isso não mude de hoje para amanhã! Oxalá isso não mude esta semana e que as notícias que estamos vendo na imprensa sejam reais, que as reuniões que temos vivido até hoje continuem fluindo para uma solução!

Eu acredito que amanhã será o grande dia.

Senador Mão Santa, pois não.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Mário Couto, aí é que quero crer que, no momento mesmo

dessa crise do Senado, há muito gente que tem inveja das nossas conquistas. V. Ex^a ainda não estava aqui enriquecendo o Senado da República, mas, quando aqui entramos eu e Paulo Paim, o salário-mínimo era de US\$70,00. Começamos uma luta para chegar a US\$100,00. Nós éramos “São Tomé” e, de repente, estamos com um salário-mínimo de mais de US\$200,00. Essa campanha bonita de oportunidades de trabalho – e o fato é que faz lei – dos mototaxistas, dos taxiboyos, e que cantaram aqui agradecidos o Hino Nacional. E essa dos aposentados, que V. Ex^a já estava aqui, nós empunhamos e mostramos ao País como eles eram vítimas. Aqui eu relembro Juscelino Kubitschek, que dizia que a velhice é triste, mas ela desamparada é uma desgraça. E os aposentados sofreram; nunca antes houve tantos suicídios de aposentados, com a destruição da família em que o avô é o sustentáculo da família. Um bem nunca vem sem que seja acompanhado de outro bem. Barack Obama, Presidente Collor, tem dois livros – e eu já li os dois. Ele disse que, se não fosse o avô dele, ele seria um maconheiro. Hoje, é o maior líder do mundo, graças a Deus. Quer dizer, o avô é o exemplo, é a força, é a proteção da instituição maior da sociedade, que é a família. Rui Barbosa disse que a pátria é a família amplificada. Então, o avô perdeu sua credibilidade, porque ele trabalhou, teve seus sonhos de ajudar os netos, de ajudar a família, mas foram garfadas as aposentadorias com esse imoral fator redutor da aposentadoria, contra o qual nós todos lutamos. O projeto de lei foi do nosso Paulo Paim, eu fui o Relator. E V. Ex^a foi o líder de todos nós, V. Ex^a ameaçou até fazer uma greve de fome aqui. Graças a Deus, isso não foi necessário.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Parabéns a V. Ex^a, parabéns ao Geraldo Mesquita, parabéns ao Papaléo, ao Romeu Tuma; parabéns a tantos quantos se engajaram nessa luta em favor dessa causa justa. Haveremos de festejar, se Deus quiser, durante o decorrer desta semana. Espero assim.

Mas, Sr. Presidente, não vou tomar muito tempo nesta tribuna, na segunda-feira. Vim aqui apenas para relatar a saúde do meu Estado.

Olha, Sr. Presidente, sinceramente, é devastadora a situação da saúde do meu Estado; são devastadoras as causas de doenças pela o abandono de parte do Poder Público Estadual; é devastadora a situação da segurança pública. Mas hoje vou mostrar à Nação e ao meu Estado como tenho razão, muitas vezes, de fazer uma crítica construtiva a nossa Governadora.

Eu sei que a Governadora fica chateada. Eu sei que a Governadora está acionando, inclusive, a Bancada Estadual para procurar defeitos meus, para tentar calar esta voz nesta tribuna. Não vão calar! Mas

eu não quero, aqui, paraenses, falar da Governadora; eu quero, aqui, fazer críticas construtivas para que a Governadora possa melhorar sua condição de governar, que é péssima, é lamentável! Talvez seja uma das piores deste País.

Quantas vezes a Nação brasileira já viu este Senador, nesta tribuna, a falar? Outro dia, fui comentar aqui a reportagem de um jornalista Cláudio... Não tenho a reportagem aqui; não sei se é Cláudio Humberto ou Humberto Cláudio. Um negócio assim, mas um profissional do **Diário do Pará**, do meu Estado, em que mostrava que a Governadora bebia pelas ruas. E, aí, começaram a criticar este Senador, dizendo que eu estava falando de uma mulher, que eu estava falando da vida privada de alguém. Mas eu tenho, Senador Collor, eu tenho o direito de falar de uma Governadora que foi eleita pela maioria dos paraenses, que ganhou de um dos maiores líderes do Pará, o maior construtor de meu Estado nos últimos tempos, que se chama Almir Gabriel – um grande Governador! Ela ganhou desse homem! O Pará todo, Senador Collor, criou uma expectativa de que o Estado cresceria no seu governo. E não é o que se vê; e a decepção é muito grande.

Então, quando digo que uma senhora deveria ter uma postura mais sóbria, uma postura mais ética... Olha, Senador Collor, depois que eu assumi este Senado, eu prometi a mim mesmo que eu pararia de tomar qualquer pinga de álcool. Deixei de tomar qualquer bebida alcoólica que fosse, nem cerveja, nem uísque, nada, absolutamente nada. Deixei porque é minha responsabilidade. Eu, aqui, estou representando 1,5 milhão de paraenses que votaram em mim. É muito sério. Ela representa o povo do Pará, ela representa o Estado, ela é a governante, ela é a que manda no Estado do Pará. Ela tem que ser respeitada por todos os paraenses. Então, tem que ter dignidade. É isso, só isso.

E quando eu vejo o meu Estado abandonado, meu Presidente, quando eu vejo a saúde do meu Estado em estado de caos, meu Presidente, quando eu vejo os hospitais que atendiam a população do Pará como o Hospital Ophir Loyola, como a Santa Casa de Misericórdia se acabando, destruindo-se, eu não tenho que falar, eu tenho que ficar calado? Não posso, Presidente Papaléo! Eu tenho que falar, eu tenho que acionar as autoridades, eu tenho que criticar a Governadora e as suas atitudes, sim, também. Eu tenho esse direito.

Procurem o que quiserem de mim, mas não me vão calar. Não me vão calar, Presidente. Olha, aqui, Presidente, a Maternidade da Santa Casa. V. Ex^a é médico.

Vários Senadores do Norte, como Mozarildo e V. Ex^a estudaram, fizeram estágio. E num hospital de referência do Estado do Pará, um dos melhores hospitais do Estado do Pará, faz um ano, Presidente, um ano, Brasil, um ano, que morreram – agora tenho números certos – 260 crianças na Santa Casa de Misericórdia. O Senador Collor poderia olhar para mim e dizer assim: “O que tem isso? Morreram 260 crianças num ano”. Não, Senador; não foi num ano, foram em 45 dias. Aí é o drama. Num final de semana, 13 bebês morreram. Nada aconteceu, Pará! Aí, eu tenho que ficar calado, Pará? Eu tenho que aceitar tudo? O paraense pode olhar para mim na rua e dizer assim: “olha, foi naquele senhor ali que eu depusitei a minha confiança de ele ir para o Senado Federal representar o Pará, defender os nossos interesses, e aquele senhor foi para lá e nada fez! Sequer falou da saúde, que está um caos! Sequer falou da postura da Governadora! Sequer falou da segurança no Estado do Pará!

Os servidores, os funcionários da Santa Casa... Ora, V. Ex^a diz que o Governador do Piauí é pior do que a Ana Júlia Carepa. Não é, não, Mão Santa. Ana Júlia Carepa ganha de mil a zero do teu Governador! A tua Santa Casa está assim, a fechar as portas, a não ter esparadrapo? Sabem como é que eles fazem curativos? Estão aqui os jornais do Pará mostrando isso. Sabem como é que eles fazem curativos na Santa Casa de Misericórdia? É com saco plástico amarrado! E eu tenho de ficar calado, Geraldo Mesquita. Outro dia, passei próximo de um Senador, descendo daqui, da tribuna, e o Senador: “Tu exageras!” Eu não exagero em absolutamente nada! Tudo que falo aqui é com papel na mão. Eu não invento nada, não sei nada da minha cabeça; tudo é com comprovante; tudo é realidade.

E aí, Geraldo Mesquita? Quem é que será responsabilizado pela morte daqueles 260 bebês? Quem? Será que não podemos fazer nada? A Assembleia Legislativa do meu Estado é competente, um dos grandes Presidentes, melhor que eu, que fui Presidente por quatro anos daquele Poder. Fui Presidente por dois anos e reeleito por unanimidade. Unanimidade! Todos os 41 Deputados votaram em mim, mas esse que está lá é melhor que eu, reconhecidamente melhor que eu. Fez uma administração melhor que a minha, o Deputado Juvenil.

Duzentos e sessenta bebês mortos em quarenta e cinco dias, Deputado Juvenil; num final de semana, treze! A Santa Casa, hoje, está na mesma situação. Ninguém toma nenhuma providência. Vão morrer – já estão morrendo – mais bebês e mais gente naquele hospital, e nada! Nada de se saber quem foram os culpados, quem matou, quem assassinou. Aquilo ali foi

um assassinato à luz do dia! Assassinato à luz do dia, Mão Santa! E fica por isso, e ninguém toma nenhuma providência, Senador Mão Santa.

No Hospital Ophir Loyola, outro hospital de referência no tratamento do câncer, sabe o que estão fazendo? Mandando os doentes do câncer para o vosso Estado; estão exportando os doentes de câncer do meu Estado para o Piauí e para o Maranhão, a R\$24,00 a diária de cada doente. E aí eu tenho que ficar calado? E aí eu não posso falar nada? E aí eu não posso criticar a nossa Governadora? E aí eu tenho que dizer que a Governadora está certa, Pará?

Mostra, TV Senado, para o Brasil. Olhem aqui. Leia, Presidente; olha como a minha Governadora é: “Governo ‘exporta’ pacientes com câncer”. A R\$24,00, Papaléo, tu, que és médico. A R\$ 24,00 a diária, manda para o Maranhão e para o Piauí. Outrora, o Ophir Loyola, hospital do câncer no Pará, era um dos maiores hospitais do Brasil ou do mundo!

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Oxalá não feche as portas! Tomara que não feche suas portas! Tomara! Está fechando, praticamente fechado, uma das maiores referências de cura do câncer do Brasil!

Eu tive uma irmã cancerosa, uma irmã doente de câncer no intestino. Foi ao Hospital Ophir Loyola. Quando saiu de lá, eu fui a São Paulo com minha irmã, aconselhar-me com os médicos. Ela tinha 50 anos de idade, nova. Isso há uns sete ou oito anos. Chegamos em São Paulo e perguntaram onde eu havia levado a minha querida irmã. Eu disse: “No Ophir Loyola, em Belém do Pará”. Ao que me disseram: “Não tem outro diagnóstico. Pode levar em qualquer hospital do mundo, é igual”. Isso há oito anos, Senador Collor. Hoje, o hospital está quase fechando, mandando os pacientes de câncer para o Piauí, para o Maranhão, a R\$24,00 a diária. Frise-se: a R\$24,00 a diária!

Como está a saúde no interior do meu Estado se, na capital, está assim, falida? Quantos morrem por dia por falta de atendimento? Os hospitais de referência estão falidos.

Quantos morrem assassinados nas ruas de Belém por causa da violência? Quantos morrem nos hospitais? E, às vezes, até sem chegar nos hospitais; e, quando chegam, não há vagas, não há remédios, mandam para o Piauí, mandam para o Maranhão. Olhem como está o Estado do Pará.

Aí eu tenho que ficar calado? Não, Presidente Collor; não ficarei. Não ficarei, Senador Geraldo Mesquita. Posso até magoar algumas pessoas que, porventura, não entendam a minha postura. Mas a minha postura é guerreira, a minha postura é valente! Aqui,

desta tribuna, eu já acionei Ministério Público, Ministro da Justiça, Ministro da Saúde, já acionei tudo, já fiz tudo que posso fazer e, com altivez, sem medo de ninguém, critico o Governo do meu Estado!

Não queria fazer isso, não, Governadora Ana Júlia! Não queria! Queria poder aqui elogiar V. Ex^a; queria poder vir aqui e dizer que meu Estado está crescendo, que a sua economia está bem. Não está! Fechamos as maiores das madeireiras do meu Estado, fechamos as guseiras, que fabricam ferro-gusa. Tudo neste Governo. Acabamos com a evolução da exportação de boi em pé. O único Estado do Brasil que exportava boi em pé para o Líbano. Isso está praticamente acabado. O madeireiro era o setor que empregava mais. O mineral, o setor que mais produzia no Estado do Pará, tornando o Estado o sexto maior exportador deste País. Tudo falido hoje, Presidente Collor; tudo falido!

Presidente, vou descer desta tribuna certo de que estou cumprindo o meu dever de representante de Estado. Tenho a obrigação constitucional de defender o meu Estado aqui. Ninguém, ninguém fará com que esta voz se cale! E aqui mando, sinceramente, paraenses, meu desejo de que a Governadora Ana Júlia...

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – (...) possa sensibilizar-se com os problemas do meu Estado, que tem um povo ordeiro, Senador Geraldo Mesquita. Se V. Ex^a conheceu o Estado do Pará, deve ter ficado impressionado com o tratamento do povo paraense. O povo paraense é carinhoso, é ordeiro, é sensível, é trabalhador, é corajoso, mas está sofrendo demais. O povo paraense está sofrendo demais com a saúde, com a segurança principalmente. Temos problemas graves na educação, mas a segurança e a saúde maltratam violentamente o meu Estado. Maltratam violentamente o Estado do Pará!

Por isso é que sempre venho aqui falar. Não posso ver tudo isso e ficar calado. Não posso ver reportagens em jornais criticando a Governadora porque a Governadora está bebendo ali ou acolá. “Não fala; ela é mulher. Tu não podes falar. Tu estás maltratando uma mulher”. As próprias mulheres do meu Estado estão decepcionadas com a nossa Governadora. As próprias mulheres que votaram, maciçamente, na Governadora Ana Júlia estão decepcionadas com ela.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Senador Mário Couto...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pois não.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – É exatamente sobre esse assunto. Quero dizer que conheço como anda a saúde do Pará. Realmente, está muito precária. V. Ex^a colocou tudo como deveria ser colocado. Nessa ques-

tão de mulher, eu vejo o seguinte: dizer que com mulher não pode e com homem pode é discriminação. Não é isso que a mulher quer. A mulher quer, e já conquistou, grandes espaços, que eram só dos homens. Então, não temos que analisar se é homem ou se é mulher. Os dois têm o mesmo espaço para preencher. Nós temos que analisar a pessoa, independentemente do sexo. Porque é mulher não erra ou porque é homem não erra? Não. É a pessoa. Então, se nós começarmos a distinguir sexo, nós estaremos discriminando. A análise não é porque a Governadora é mulher; é a figura de quem comanda o Estado, não importa se homem ou mulher. Obrigado.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Veja bem, Senador Papaléo: quando eu falo da Ana Júlia mulher, eu estou falando da Governadora do meu Estado. A mulher que se propôs a ser a Governadora do meu Estado...

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – (...) é dessa Governadora que eu estou falando; é essa Governadora que eu julgo incompetente para acabar com a violência no meu Estado; é dessa Governadora que eu estou falando, e assumo a responsabilidade do que digo, assumo a responsabilidade. Ela é incompetente para governar o meu Estado. Ela, sim, tem culpa pelas mortes daqueles 260 bebês da Santa Casa. Ela tem culpa dos que caem, na rua, mortos pelos bandidos, tanto na capital como no interior. Ela tem culpa da negligência com a saúde do meu Estado. E ela sabe disso. Ela lê jornal todos os dias.

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Mais um minuto só, Sr. Presidente.

Ela tem dados, ela tem estatísticas, ela sabe, ela tem conhecimento da quantidade de paraenses que caem, hoje, mortos, tanto pela falência da saúde como da segurança no meu Estado, e não toma nenhuma providência!

Ministério Público do meu Estado, tanto o federal como o estadual, ajam! Ministério Público, não deixe o meu Pará na desgraça! Aja, Assembleia Legislativa, não deixe o meu Estado cair em desgraça!

Um minuto a V. Ex^a, para concluir.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Senador Mário Couto, todos nós, aqui no Senado, temos acompanhado e somos testemunhas do vigor com que V. Ex^a critica atos administrativos realizados no seu Estado, setores que aparentemente estão desordenados e causando graves embargos à população do Pará. O caso das crianças que morreram na Santa Casa do Estado do Pará é muito grave, exige apuração profunda, exige que pessoas sejam apontadas como responsáveis pelas causas que levaram a uma situação dramática

como essa. Agora desculpe a sinceridade daquele que lhe tem grande admiração, que é seu grande amigo. Eu apenas fico preocupado, Senador Mário Couto – e aqui não tenho procuração da Governadora, que nem é do meu Partido, a Governadora Ana Júlia, que foi nossa colega aqui, no Senado, por algum tempo –, quando V. Ex^a atribui todo esse descaso administrativo que V. Ex^a descreve aqui, dia após dia, no Senado, ao fato de um determinado jornal publicar parece-me até uma charge, vinculando a Governadora ao ato de ingerir bebida alcoólica, Senador, com toda a sinceridade, com todo o apreço que tenho por V. Ex^a, eu acho que, de certa forma, V. Ex^a desqualifica o seu próprio discurso. Apontar os erros e as mazelas ocorridas no Estado do Pará é sua obrigação, como V. Ex^a mesmo reconhece. É constitucional, é político. Agora esse é um aspecto pessoal. Não sei nem se procede, Senador...

(Interrupção do som.)

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Não sei nem se procede, Senador, porque V. Ex^a tem dito que é notícia de jornal. Ora, todos nós sabemos que, quando um jornal pega no pé de alguém, o que um jornal consegue fazer: distorce fatos e faz com que aquilo que pode não ser realidade passe a ser realidade. V. Ex^a se tem havido aqui com muita propriedade, quando bate mesmo naquilo que deve bater, criticando as ações erradas feitas no seu querido Estado do Pará, ou melhor, nosso querido Estado do Pará. Em 1996, Senador Mário Couto, passei cerca de quatro meses dirigindo interinamente a unidade da Procuradoria da Fazenda Nacional, a quem sirvo até hoje...

(Interrupção do som.)

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – (...) e nunca fui tão bem tratado na minha vida. O paraense é uma pessoa afável, educada, cordata, trabalhador inclusive. Dou aqui o testemunho dos meus colegas, lá no Estado do Pará, que atuam na Procuradoria, servidores, procuradores. Enfim, eu acho que a gente precisa verificar, Senador, primeiro, se isso procede, se isso tem correspondência com a realidade, porque – e não se trata de ser mulher ou homem – é uma autoridade do seu Estado, é um adversário político seu. E, repito, não se trata de ser mulher ou homem. Eu não me ateno a esse aspecto. Eu acho apenas que V. Ex^a, de certa forma, desculpe a sinceridade, desqualifica um pouco o seu discurso quando vai em cima de uma notícia de jornal que reproduz um fato como esse. E V. Ex^a não precisa disso. V. Ex^a não precisa disso. Perdoe-me a franqueza.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – É verdade, Senador.

(Interrupção do som.)

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Bastam os fatos que V. Ex^a traz aqui, diariamente, para que nós tomemos contato com a realidade do Estado do Pará. V. Ex^a não precisa disso. Eu acho que V. Ex^a precisaria refletir sobre isso, porque o mal-estar que me causa, quando V. Ex^a entra nesse campo, acho que causa também a muitos dos seus conterrâneos. Eu acho que V. Ex^a não precisa disso e deveria fugir dessa linha, porque nela não constrói. Desculpe a franqueza e a sinceridade.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Não há nada que desculpar. Até é bom que V. Ex^a tenha colocado isso. Primeiro, saiba que eu também tenho uma profunda admiração por V. Ex^a; segundo, Senador, aí está um Senador que está falando, Geraldo Mesquita, sem conhecimento da causa. Aqui está, do outro lado, um Senador, na tribuna, falando com conhecimento de causa.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Eu o escutei, eu o escutei, por favor. Eu o escutei, eu o escutei. Eu o escutei cinco minutos, atendo à sua fala. Deixe-me falar!

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Não... Eu estou dizendo o seguinte. Olhe...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Vou escutá-lo de novo.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – O que nós temos ouvido é que V. Ex^a se reporta sempre...

O SR. MÁRIO COUTO (PDB – PA) – Vou escutá-lo de novo.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – O que nós temos ouvido é que V. Ex^a se reporta sempre a uma notícia de jornal, a uma determinada charge, a uma notícia de jornal. Estou me pautando nisso Senador.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Errou. Aí está um Senador do Acre, bem distante do Pará, sem ter nenhuma preocupação, acho eu, com o seu governo, porque nunca o vi falar aqui, nunca vi V. Ex^a defender o seu Estado aqui, sem conhecer o meu, sem estar com dor profunda no coração, como eu estou.... Ah, se V. Ex^a soubesse o quanto dói ver um amigo, ver um parente, ver uma irmã, por exemplo, do Senador Papaléo, um parente, cair morto numa rua! Ah, se V. Ex^a sentisse essa dor, V. Ex^a não diria isso, não tocaria neste assunto na minha frente, Senador.

Eu respeito e amo o meu Estado Senador. Eu conheço o que digo, e tudo que digo, digo de cátedra. O jornal é uma complementação do meu discurso. Ainda ontem tive conhecimento de uma grande farra em

Marabá. Isso é uma falta de respeito ao meu povo, que morre, que cai. Não estou falando de nenhuma mulher; estou falando de uma governadora responsável pela segurança do meu Estado, responsável pela saúde do meu Estado Senador. Não venha Senador, não venha! Eu o respeito muito, Senador.

Gosto de V. Ex^a, mas respeite o meu Estado. Aqui, não! Respeite o meu Estado. Essa é a minha dor. De que falo aqui é da minha dor. Falo disso aqui porque o sinto na pele, sinto no coração, Senador. V. Ex^a não sente, não lhe dói, não lhe causa mal-estar; causa ao Mão Santa, por exemplo, o Governo do Estado dele. V. Ex^a é tranquilo. Nunca vi V. Ex^a falar do seu Governador. Está tudo bem no Acre. No Pará, não está. Não sou adversário de ninguém; sou defensor do Pará. Não diga que sou adversário de ninguém. Sou defensor do meu Estado. Não tenho adversários, não, Senador. Meus adversários, Senador, são aqueles que maltratam o meu Estado, que derrubam os meus irmãos, que matam os meus irmãos. Esses são os meus adversários, Senador.

Desculpe-me, Senador.

Obrigado, Senador Mão Santa.

Durante o discurso do Sr. Mário Couto, o Sr. Papaléo Paes, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Mário Couto, esse negócio de dizer que o Governo de V. Ex^a é pior do que o Governo do PT do Piauí não está bom. No Piauí, Mário Couto – Luiz Inácio talvez não saiba, nem o Cristovam Buarque – em um complexo de cidadania de jovens, em uma época de festividade – parece-me que foi no Natal –, um dos presos, Presidente Collor, menor de idade – a estrutura física fui eu que construí, mas aquilo era para ter psicoterapeuta, psicólogo, advogado, Direito, eu o criei assim; Cristovam, esse Governo do PT me dá nojo –, um dos detentos, menor, tocou fogo num colchão – ô Presidente Collor, – para alarmar. O vigia tinha ido embora e era final de semana. Ô Mário Couto, foram queimados, incinerados, dezenas de presos. Agora, não sai em jornal. Essa que é a vergonha.

Foi oportuno, daí o seu discurso crescer. Apenas a imprensa do Pará é livre; a do meu Estado não é.

Há dois dias, o mais respeitado radialista do País... Eu o vi em 1972, quando eu ia para São Luís, tinha uma eleição lá no Piauí, antes de Ulysses e do PMDB, e vi o Vereador mais votado agradecendo a história do Piauí, Carlos Augusto Lima, mais votado, radialista, da Rádio Pioneira. Fiquei arrepiado com o agradecimento dele. Esse homem, Secretário de Jus-

tiça e Deputado Estadual, foi afastado da televisão. Sabem por quê? Porque fez um comentário elogioso ao Prefeito de Teresina, que é do seu Partido. Tirou o chapéu e cortaram-lhe a palavra. O Piauí apenas tem a imprensa no maior arrocho.

Meus parabéns pela liberdade de imprensa.

Agora, o fato de os doentes do Pará saírem de lá para o Piauí não é mérito do Governador do PT. É preciso que saibamos – aí está o Professor Cristovam – que na ditadura Vargas, Presidente Collor, Getúlio saiu colocando tenentes como interventores pelo Brasil afora. O do Piauí foi, de 30 a 45, um médico pneumologista que estudou no Rio, Leônidas Melo, um piauiense de Barra. Ele fez avançar a Medicina no Piauí. Os outros todos eram interventores, não tinham luz. Ele fez na época um hospital e ainda colocou o nome de Getúlio Vargas, e o ditador o ajudou.

Então, Teresina tem, não graças ao Governo do PT, que está acabando com tudo... Então, ainda estamos na disputa. Eu acho o Governador do Piauí pior.

Pela ordem, tem a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Sr. Presidente, pela ordem, peço a minha inscrição pela Liderança do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Estou sendo informado aqui pelo Secretário João Pedro que V. Ex^a já está inscrito.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou encaminhando à Mesa um voto de pesar.

O Paraná perdeu na manhã do último sábado uma figura que conquistou seu lugar na história do Estado. E o conquistou exclusivamente graças a sua determinação empreendedora, profunda e passional dedicação ao bem comum e muita ousadia. Estou me referindo ao jornalista e empresário João Milanez, que se foi aos 85 anos, vítima de diversos problemas de saúde.

João Milanez foi um homem que, como ele mesmo gostava de lembrar, saiu do cabo da enxada, conheceu o mundo inteiro e foi recebido por reis e presidentes. Suas realizações, no campo do patrimônio pessoal, chegaram a construir um pequeno império de comunicação: o jornal *Folha de Londrina*; TV Tarobá, que criou em Cascavel e as rádios Folha AM e FM, que fundou em Londrina onde também adquiriu as rádios Cruzeiro AM e FM.

Sr. Presidente, há aqui um relato do o itinerário percorrido por João Milanez. Gostaria, apenas, de resumi-lo dizendo: era um trabalhador destemido, empreendedor, ousado, sonhador, irreverente e cordial; apesar da irreverência, era um homem cordial.

A história de João Milanez se mistura com a história de Londrina e do Paraná, especialmente de Londrina. É impossível escrever a história de Londrina sem reservar páginas fascinantes à vida de João Milanez.

O meu voto de pesar com condolências à família pelo falecimento desse amigo – posso chamá-lo de amigo – que era chamado por todos carinhosamente de patrão e ele retribuía sempre com a expressão “seu desgracido”; ele chamava todos os seus amigos de “desgracidos”, Senador Mário Couto. Era uma figura notável, fantástica mesmo.

Registro esse voto de pesar e manifesto minha solidariedade a todos os amigos de João Milanez.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, mostrando na eficiência administrativa da Mesa, passamos ao requerimento.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 980, DE 2009

Nos termos do art. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, apresentamos homenagem de pesar consistente em inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento ocorrido na manhã de sábado, dia 08, do jornalista e empresário, na área de comunicação, João Milanez, de Londrina, que V. Ex^a acabou de encaminhar com sua hábil oratória.

Apenas, queria relembrar que ele foi na comunicação, vamos dizer, comparável a Roberto Marinho e a Assis Chateaubriand. Ele fez um império de comunicação: o jornal **Folha de Londrina**; a TV Tarobá; as rádios da Folha AM e FM, que fundou em Londrina, onde também adquiriu a rádio Cruzeiro AM e FM. Então, vai ser encaminhado à publicação, atendida a reivindicação de V. Ex^a.

É o seguinte o requerimento na íntegra:

REQUERIMENTO Nº 980, DE 2009

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, de acordo com as tradições da Casa, homenagem de pesar, consistente em inserção em ata de Voto de Pesar e apresentação de condolências à família, pelo falecimento, ocorrido na manhã de sábado, dia 8, do jornalista e empresário da área de comunicação João Milanez, de Londrina, Paraná.

Justificação

O Paraná perdeu, na manhã do último sábado, uma figura que conquistou seu lugar na história do estado. Conquistou, convém frisar, exclusivamente graças à sua determinação empreendedora, profunda e apaixonada dedicação ao bem comum e muita ousadia. Estou me referindo ao jornalista e empresário **João Milanez**, que se foi aos 85 anos, vítima de diversos problemas de saúde.

João Milanez foi um homem que, como ele mesmo gostava de lembrar, saiu do cabo da enxada, conheceu o mundo inteiro e foi recebido por reis e presidentes. Suas realizações, no campo do patrimônio pessoal, chegaram a constituir um pequeno império de comunicação: o jornal Folha de Londrina; a TV Tarobá, que criou em Cascavel; e as rádios Folha AM e FM, que fundou em Londrina, onde também adquiriu as rádios Cruzeiro AM e FM.

O “Patrão”, como **João Milanez** sempre foi carinhosamente chamado pelos que trabalhavam com ele ou com ele se relacionavam, tem, no entanto, uma história muito maior que o patrimônio que construiu e que se confunde com a história de Londrina e do próprio Paraná. As histórias se confundem por tudo o que ele realizou em favor da cidade e do estado. E a história dele também é uma saga de superação de limites e principalmente ousadia, que se tornou sua marca registrada. Essa ousadia também se revelava na maneira irreverente com a qual sempre se dirigia a autoridades ou poderosos em geral. Atencioso com os humildes, irreverente com os poderosos eram duas facetas dessa figura marcante e singular.

Filho de agricultores, com instrução elementar, trocou a enxada pelas ferramentas de carpinteiro e marceneiro na pequena e pacata Meleiro, no extremo sul de Santa Catarina, onde nasceu. Não se conformou com o estreito horizonte que vislumbrava para sua vida no lugarejo interiorano. Por isso decidiu, aos 24 anos, em 1947, ir se aventurar na grande metrópole que já era São Paulo.

Com a mesma disposição para encarar novos desafios que o levara à capital paulista, no mesmo ano deu novo rumo à sua vida e partiu, como vendedor de títulos de capitalização, para outro lugar pequeno e interiorano, mas em franco e pujante desenvolvimento – Londrina, no Norte do Paraná, cuja economia deslanchava impulsionada pela cafeicultura.

Em pouco tempo, o vendedor de títulos se transmutava em dono de um jornal, em 1948. Uma empresa cujo patrimônio parecia mais uma piada: apenas um título – Folha de Londrina – e uma coleção de tipos móveis, que guardava no quarto de pensão onde vivia, pois o jornal também não tinha sede. No princípio ele

carregava nas costas, até uma gráfica, para a impressão, as pesadas páginas compostas em tipos metálicos; e depois, debaixo do braço, levava os exemplares do jornal impresso, que distribuía no centro da cidade e ao qual se referia sempre jocosamente como “o pasquim”. Quatro anos depois, em 1952, o jornal já tinha sede, impressora e circulava diariamente.

Foi essa a origem do diário que, alguns anos depois, graças à visão, determinação e ousadia de **João Milanez**, iria se tornar um fenômeno incomum, se não único, na história do jornalismo brasileiro: um jornal de uma cidade do interior, mas respeitado e com forte presença na capital do estado; e que não só circulava em praticamente todo o Paraná como também podia ser encontrado em bancas do centro de São Paulo ou de cidades do Mato Grosso do Sul.

Em 1992, **João Milanez** transferia o controle acionário e a direção do jornal ao empresário José Eduardo de Andrade Vieira. Mas, quando ainda estava sob seu comando, a **Folha de Londrina** chegou a ser considerada o principal jornal do interior do Brasil e um dos dez mais importantes do país. Foi o primeiro jornal do Paraná e um dos primeiros do país a adotar, ainda em 1969, a impressão em offset, assim que essa inovação tecnológica chegou ao Brasil. Mais do que avanços tecnológicos, no entanto, a **Folha de Londrina**, tornou-se, nos tempos de **João Milanez**, uma referência nacional de jornalismo independente. Não foram poucas as vezes, principalmente nos chamados anos de chumbo, em que o “Patrão” sofreu pressões de toda ordem por conta da linha de total independência que seus jornalistas mantinham no noticiário e nos editoriais. E por mais que as pressões o incomodassem e desgastassem, jamais fez valer sua situação de proprietário do veículo para impor limites ao trabalho profissional dos jornalistas.

Eu mesmo sou testemunha de como, naqueles tempos sombrios, **João Milanez** permitia que os jornalistas da Folha proporcionassem, apesar das limitações e do clima de temor à repressão que se vivia, algum espaço àqueles que, como nós, faziam oposição aos governos militares ou aos seus representantes no governo estadual.

A resistência da **Folha de Londrina** a se curvar ante o arbítrio dos governos militares foi de tal ordem que merece registro na história do jornalismo brasileiro: a Folha pode se orgulhar de ter sido, ao lado dos respeitáveis jornais **O Estado de S. Paulo** e **Jornal da Tarde**, uma das poucas publicações brasileiras, fora da chamada imprensa alternativa, que chegou a ter edição apreendida. Mais que isso, tal como os jornais da família Mesquita em São Paulo, também o de **João Milanez** chegou a funcionar sob censura dire-

ta, com agentes da repressão dando expediente em suas instalações, conferindo previamente cada linha do noticiário político.

Outra faceta marcante de **João Milanez**, que ele imprimiu em seu jornal, foi o empenho em favor do desenvolvimento da cidade e da região onde vivia. Ele não só colocava o jornal a serviço de toda e qualquer campanha com aquele objetivo como empenhava-se pessoalmente nelas, de forma ardorosa. Frequentemente, assumia o comando de iniciativas, principalmente quando havia necessidade de abrir portas de gabinetes ministeriais, coisa que ele conseguia com a maior facilidade, pelo jeito irreverente como se relacionava com seus titulares e pelo respeito que impunha graças ao prestígio do jornal.

Quem for pesquisar, hoje, as origens de algumas instituições e realizações da maior importância para Londrina e todo o Paraná, certamente irá encontrar nelas as marcas do entusiástico empenho pessoal de João Milanez para que deixassem de ser um sonho e se convertessem em realidade. Apenas a título de exemplo, cito a Universidade Estadual Londrina, que hoje oferece 43 cursos a cerca de 14 mil alunos; o Instituto Agrônomo do Paraná, uma referência nacional em avanços científicos na área da agricultura; e a Rodovia do Café, importante eixo da economia regional e que consolidou a integração entre o Norte e o Sul do Paraná.

Por todas essas realizações e pelo merecido lugar que conquistou na história do Paraná, com toda certeza o inesquecível empresário, jornalista e exemplo de cidadão devotado ao bem comum, **João Milanez**, se faz merecedor desta homenagem por parte do Senado Federal, que sinto-me extremamente honrado em propor.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 2009. – Senador **Alvaro Dias**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 981, DE 2009

Requeiro em aditamento ao Requerimento 931 de 2009, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a necessária autorização para participar da Sessão Extraordinária do Parlamento do MERCOSUL, na cidade de Montevideu, Uruguai, nos dias 17 e 18 de agosto de 2009.

Informo que estarei ausente do País no período de 16 e 17 de agosto do corrente ano para participar do referido evento.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 2009. – **Geraldo Mesquita Júnior**, Senador (PMDB-AC).

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento que acaba de ser lido será juntado ao processado do Requerimento nº 931, de 2009.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 982, DE 2009

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 256 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a retirada de tramitação do Requerimento 856/2009, de minha autoria.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 2009. – Senadora **Fátima Cleide**.

REQUERIMENTO Nº 983, DE 2009

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 256 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a retirada de tramitação do Requerimento 857/2009, de minha autoria.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 2009. – Senadora **Fátima Cleide**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência defere os requerimentos que acabam de ser lidos.

Agora, já estamos alternando. O primeiro orador desta sessão, a 127ª Sessão não Deliberativa, de segunda-feira, do Senado da República, foi o orador inscrito Mário Couto. Estou convidando para uma comunicação inadiável. Então, o primeiro inscrito é o Senador Fernando Collor.

O Senador Fernando Collor representa o Estado de Alagoas. Uma vida política, como toda a política, dura, difícil, cheia de ideal. Ele foi Prefeito de Maceió, Deputado Federal, Governador do Estado e Presidente da República. Hoje, Senador da República, preside, com muita competência, estoicismo e obstinação, uma das Comissões mais importantes do Senado da República, a Comissão de Infraestrutura. E aqui eu apresento o agradecimento, porque ele, com sua competência e experiência, permitiu audiências públicas sobre o Porto de Luiz Correia, no Estado do Piauí, uma vez que era um sonho centenário da Pátria, iniciado por Epitácio Pessoa, e reiniciaram as obras.

Então, em nome do Piauí... E eu tinha alocado as minhas dotações havia três anos, sucessivamente, ao Porto de Luiz Correia. Os nossos agradecimentos.

V. Ex^a poderá usar a palavra aí ou da tribuna. Regimentalmente, V. Ex^a teria 5 minutos, mas não vou... V. Ex^a deseja falar daí?

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Vou falar daqui mesmo, Sr. Presidente, com sua permissão.

Sr. Presidente Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, eu gostaria, Senador Mão Santa, Presidente desta sessão, de lhe agradecer as referências generosas a respeito da condução dos trabalhos que estamos tentando levar adiante na Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal. Fico feliz por saber que o Governo Federal e a Ministra Dilma Rousseff, sensibilizada pela solicitação feita por V. Ex^a com muita veemência e também pelo Senador Heráclito Fortes e pelo Senador João Vicente Claudino, tenha atendido àquela solicitação na audiência pública em que esteve presente o Ministro dos Portos e que o Porto de Luiz Correia já esteja com suas obras retomadas.

Sr. Presidente Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de dividir esta minha comunicação inadiável em duas partes. Na primeira delas, quero comunicar ao plenário desta Casa que, hoje, a Comissão de Serviços de Infraestrutura inaugura uma série de audiências públicas sobre a agenda 2009/2015, a respeito dos gargalos, dos problemas da infraestrutura brasileira. Hoje, iniciamos a reunião às 18h com o primeiro painel, que trata de inovação e de tecnologia. Esses painéis serão sempre realizados às segundas-feiras, às 18h, na sala nº 13 do setor de Comissões, sempre com a presença de convidados ilustres, preferencialmente do mundo acadêmico ou do mundo empresarial, aqueles que possam nos trazer uma visão diferente daquela meramente oficial, das questões relacionadas à infraestrutura brasileira.

No mês de outubro, estamos prevendo realizar uma série de painéis sobre o marco regulatório do Pré-Sal. Imaginamos que, até lá, o Governo Federal já envie a esta Casa, para deliberação, sua proposta de como será esse marco regulatório. Nossa Comissão de Serviços de Infraestrutura deseja estar na vanguarda dessa discussão e, por isso, já agendou para o mês de outubro uma série de painéis, para debatermos em conjunto sobre essa questão de tamanha importância para o presente e para o futuro do nosso País.

A segunda parte, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, refere-se à sessão da última segunda-feira, na qual tive oportunidade de fazer alguns reparos históricos no que aqui foi apresentado e de fazer também duas denúncias, entre outras. Mas focalizei essas duas denúncias em relação à revista *Veja*. Eu disse desta tribuna que a revista *Veja*, na questão relacionada ao

processo a que fui submetido, de afastamento da Presidência da República, havia cometido um crime por que havia surrupiado documentos e sabia que esses documentos surrupiados constituíam um crime. Assim sendo, não poderia o que constava desses documentos ser divulgado, sob pena de uma ação criminal contra o autor e contra a própria revista, o próprio hebdomadário. O resultado disso é que afinal encontraram um Deputado Federal que se juntou a essa armação e que aceitou dizer que havia recebido aqueles documentos anonimamente em seu gabinete e que, por assim dizer, daria uma garantia da publicação daqueles documentos, o que realmente aconteceu. Isso não é jornalismo. Isso não é jornalismo em lugar nenhum do mundo. Isso é crime, isso é fraude. Não vi, ao longo desta semana, nenhum desmentido desse hebdomadário sobre essa ação criminosa perpetrada pelos que tentam fazer dali um bom jornalismo.

A segunda denúncia que fiz foi relacionada àquele que empastela a última página desse hebdomadário, que havia procurado um Ministro do Supremo Tribunal Federal e oferecido a esse Ministro ampla reportagem nas páginas desse hebdomadário, inclusive com uma foto de capa. Nesta semana, agora, a revista *Veja*, mais uma vez, quinchou, seja publicando matéria em que tenta me detratar, seja pelo que escreveu o jornalista Roberto Pompeu de Toledo, que, querendo demonstrar ser um bípode, bateu o pé três vezes no chão, dizendo que era mentira, mentira e mentira o que eu aqui havia dito. Quero apenas ratificar para o plenário desta Casa, para o Sr. Presidente, que esta é a pura verdade: ele lá esteve e fez essa proposta a um Ministro do Supremo Tribunal Federal. Bastaria que ele pudesse ter um pouco mais de consciência e pudesse dizer a verdade, porque só a verdade poderá libertá-lo. De qualquer maneira, estamos fazendo um esforço. Tenho obrado na sua cabeça, essa última semana, todos os dias. Venho obrando, obrando, obrando na cabeça do jornalista Roberto Pompeu de Toledo, tentando com isso fazer com que uma graxa possa, de alguma forma, melhorar seus neurônios e com que ele possa, finalmente, cair em si e trazer a verdade. Ele, sim, é que é um mentiroso. Ele, sim, é que é um salafário. Ele, sim, é que é alguém que não merece o título de jornalista.

Tenho aqui, Sr. Presidente, ainda a afirmar o seguinte: é necessário que todos entendam que a reação que tive no que diz respeito ao publicado por aquele hebdomadário nada mais é do que algo muito pequeno, muito pouco, de quem, durante quinze anos, vem sofrendo nas mãos deles. Durante quinze anos, disseram e falaram o que quiseram. Deram as versões as mais diversas, diferentes, diversificadas e fantasio-

sas que desejaram dar aos episódios que culminaram com meu afastamento da Presidência da República. Várias versões foram oferecidas à opinião pública. Livros foram escritos por estelionatários e por jornalistas outros, querendo dar sua versão com invencionices, com mentiras. E, agora, quando posso ter uma tribuna para dar a versão de quem viveu o fato – fui eu quem viveu o fato –, quando posso trazer fatos, de quando em quando, para registros e reparos da História, como foi feito na segunda-feira, há uma verdadeira ebulição, uma excitação em relação a esses fatos que trago. E me sinto no dever, diante da Nação brasileira, de assim agir, para que a Nação brasileira possa fazer o correto juízo do que aconteceu nos idos de 1992.

Por isso, peço a esse jagodes, Roberto Pompeu de Toledo, que ele, por favor, aproveite essa grande obra que estamos colocando sobre sua cabeça, para que ele raciocine melhor e possa, finalmente, naquela lambuzada página que tenta impingir aos leitores desse hebdomadário, reconhecer que ele pecou, sim, e que somente a verdade irá libertá-lo.

Obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Acabamos de ouvir o Senador Collor. A grandeza da democracia é esta: o Senador Collor chegou a esta Casa com uma brilhante e ímpar campanha na história político-democrática. Sou do Nordeste e vi. O Professor Cristovam, foi um mês de campanha. S. Ex^a olhou, com sua firmeza, para o povo alagoano e disse: “Permitam que eu me defenda das injustiças que fizeram”. Essa é a História. A civilização democrática está cheia de episódios assim. Winston Churchill, em uma reflexão, disse: “Política é como a guerra, com a diferença de que, na guerra, a gente só morre uma vez”. O próprio Winston Churchill sofreu isso, bem como o nosso Charles de Gaulle, o irmão Perón e o nosso Getúlio Vargas. E acontece agora com o Presidente Collor. Sou do Nordeste. E a campanha dele foi ímpar na História, foi feita em um mês.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL. *Fora do microfone.*) – Em 28 dias.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Foram 28 dias. Desculpe-me. Eu o acompanhei, porque sou do Nordeste. Ele lançou outro; tirou-o, faltando prazo, e falou, olhando com nitidez, ao povo de sua terra: “Permitam-me apresentar. Eu nunca pude me defender”. Então, a História está aí.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL. *Fora do microfone.*) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Aqui, estamos seguindo o que é de praxe. Então,

agora, convidamos para usar da palavra um orador inscrito, o Senador Papaléo Paes. Depois, já anuncio, para o Distrito Federal e para o Brasil, o pronunciamento de um líder, que é o Professor Cristovam Buarque, que tem a representação do PDT para usar a palavra como líder.

O Senador Papaléo Paes, orador inscrito, representa o Amapá, foi Prefeito da sua capital, é médico cardiologista renomado. Mesmo como Senador, nos fins de semana, ainda mantém uma clínica de caridade para atender o povo.

V. Ex^a poderá usar da palavra pelo tempo que achar conveniente.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Senadores e todos que nos estão assistindo, só para esclarecer, é um trabalho filantrópico que faço há muitos anos, nos Capuchinhos, em Macapá. E mesmo eleito Senador, continuo mantendo semanalmente meu trabalho voluntário. É um local muito bem organizado. Ali fazemos Medicina mesmo, não tem nada a ver com ligação político-partidária. É Medicina mesmo. Por isso eu me sinto muito bem lá e à vontade para atender meus pacientes.

Mas, Sr. Presidente, já que estamos falando de saúde, é oficial: o Governo Lula volta a se mexer para ressuscitar a CPMF. Para quem não se lembra da sigla: Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira.

Recentemente, o Presidente Lula deu sinal verde ao Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, para reiniciar a batalha pela aprovação do imposto, que agora receberá novo nome: CSS (Contribuição Social para a Saúde). O nome é diferente, alguns detalhes mudam, mas a essência é a mesma. O que muda já havia sido definido em 2008, no âmbito do PLC nº 360, daquele ano.

O novo imposto taxará as movimentações financeiras de todos os brasileiros com renda superior a R\$3.038,00. A alíquota, que era de 0,38% em caráter provisório, agora será de 0,10% em caráter permanente.

O que não muda é o caráter predatório da cobrança. Não há garantias de que os recursos serão plenamente aplicados na saúde e não serão desviados para outras áreas do Governo, como aconteceu no passado. Foi por esses e outros motivos que a derrubamos, e será pelos mesmos motivos que a derrubaremos novamente, se e quando a ocasião se apresentar.

É claro que reconhecemos, Sr. Presidente, como reconhecíamos anteriormente, que a saúde pública do Brasil padece de graves carências orçamentárias.

Como V. Ex^a, sou médico, e acompanho de perto, assim como V. Ex^a acompanha, essas questões.

Em 2009, por exemplo, calcula-se que o déficit na contabilidade do Ministério da Saúde será de algo em torno de R\$2 bilhões. A situação não é boa para o País, nós admitimos, assim como admitimos que alguma solução precisa ser encontrada, e rápido, para despejar recursos no orçamento da saúde pública.

O que podemos sugerir é que se avance na regulamentação da muito discutida Emenda Constitucional nº 29. Esse, aliás, parece ser um dos únicos pontos de concordância entre situação e oposição no cenário político atual.

Boas notícias estão chegando até mesmo do Palácio do Planalto, que, por nove anos, moveu mundos e fundos para impedir a regulamentação da Emenda nº 29. As notícias são de que o Presidente Lula deu sinal verde para o Ministro Temporão lutar também pela Emenda nº 29, paralelamente ao trabalho da recriação da CPMF.

É compreensível o apego do Ministro Temporão a todas as formas legítimas de angariar mais fundos para a saúde. Afinal, a luta pela CPMF é, formalmente, legítima e democrática. É no mérito que dela discordamos. Não acreditamos que ela seja capaz de solucionar os problemas da saúde, como não foi capaz de fazê-lo no passado.

A luta pela regularização da Emenda nº 29, porém, é também, como para V. Ex^a, Sr. Presidente, e para os demais Senadores, a nossa luta. Nesse particular, estamos de braços dados com o Ministro Temporão, e ele pode ter a certeza de contar com todo o nosso apoio.

De forma legítima, meritória e segura, a regulamentação da Emenda nº 29 garantirá uma fonte permanente de recursos para a saúde pública brasileira, nas três esferas – federal, estadual e municipal.

Estima-se que isso represente algo em torno de R\$15 bilhões por ano para a saúde. São valores que, de um lado, têm potencial para sanear as contas dos órgãos da área; por outro lado, o montante dispensa a necessidade de subterfúgios como a CPMF e, agora, a CSS, que não contam com apoio popular, nem oferecem ao setor da saúde as garantias que a Emenda nº 29 oferece.

A CPMF, aliás, vem sendo manchete por motivos outros, que não a tentativa de sua recriação. O Tribunal de Contas da União (TCU) e a Corregedoria-Geral da União (CGU) descobriram, em algumas de suas auditorias, que vários gestores de contratos do Governo Federal não atualizaram seus contratos após o fim da CPMF, no final de 2007.

Dessa forma, o valor da CPMF continuava a ser incluído no cálculo das bonificações a que essas empresas fazem jus. Com a extinção da CPMF, os gestores governamentais deveriam ter revisado todos os contratos, excluindo os reembolsos referentes à contribuição, a partir de janeiro de 2008. Isso não aconteceu em inúmeros casos, como o TCU e a CGU estão descobrindo agora.

Ainda não se tem uma estimativa do rombo que o reembolso indevido da CPMF e de outros tributos causou às contas governamentais, pois as auditorias do TCU e CGU são pontuais. Porém, já há indícios de que o problema pode ser generalizado e de que o buraco esteja na casa das centenas de milhões de reais.

Com a grande quantidade de obras de infraestrutura em andamento no País e levando-se em conta os valores astronômicos de vários contratos firmados entre empresas e Governo, é possível ter a noção de que o tamanho do rombo deve ser imenso.

Concluindo, Sr^{as} e Srs. Senadores, reafirmamos que a nossa posição diante da tentativa de recreação da CPMF é de resistência. Não tenho dúvida de que, uma vez mais, não será difícil reunir o apoio necessário, para derrubar novamente uma contribuição que não tem razão de ser.

Reiteramos, também, nosso apoio à regulamentação da Emenda nº 29. Nessa batalha, nossos objetivos vão ao encontro das metas do Ministro da Saúde e de todos aqueles que buscam solucionar, de forma definitiva, o quebra-cabeças que se tornou o financiamento da saúde pública deste País.

Repudiamos, finalmente, o desleixo com que os gestores dos contratos governamentais vêm tratando o dinheiro público, no que se refere aos reembolsos indevidos da CPMF e de outros tributos. É um deslize imperdoável, em especial se considerarmos que os valores pagos indevidamente dificilmente serão devolvidos aos cofres públicos.

Com muita honra, concedo o aparte ao nobre e querido Senador Geraldo Mesquita.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Senador Papaléo, é importante o seu discurso, que toca num ponto muito sensível da população brasileira. Tudo que a gente puder fazer, encaminhar, votar aqui no sentido de propiciar ao povo brasileiro a melhor assistência na área da saúde, é nosso dever fazê-lo. V. Ex^a menciona o fato – também já detectei, por meio de algumas notícias aqui e acolá – de que o Governo pretende retomar a iniciativa de propor algo semelhante à CPMF no Congresso Nacional. Quando daquela discussão, que travamos aqui, acerca da prorrogação ou não da CPMF, cheguei a sugerir ao Governo Federal que uma questão como essa não poderia prescindir de

uma consulta à população brasileira e expliquei minhas razões. A carga tributária brasileira é elevadíssima, e creio que, por mais legitimidade que tenhamos nesta Casa, ela já está num ponto em que, sobre qualquer alteração para mais, Senador Papaléo, precisaríamos respaldar nossa decisão numa consulta ampla à população brasileira. Sugerir isso ao Governo Federal. O Presidente Lula, do alto do seu prestígio, tenho certeza, tenho a convicção, convenceria a população brasileira de que aquela prorrogação seria necessária, mas ele optou por não fazê-lo. Eu aqui, modestamente, queria aproveitar seu discurso e sugerir, mais uma vez, ao Governo Federal, ao Presidente Lula, que, se pensar, realmente, em tomar essa iniciativa, que não deixe de promover uma ampla consulta popular, Senador Papaléo. Se a população brasileira considerar necessário, desde que o recurso esteja absolutamente vinculado ao setor de saúde, se a população brasileira entender como necessário, esse respaldo legitimaria ainda mais a decisão do Presidente da República, a decisão eventual do próprio Congresso Nacional. É um assunto sensível, extremamente delicado, e, pelo tamanho da carga tributária brasileira, repito, qualquer alteração para mais nela não pode ocorrer no País sem uma consulta popular. Portanto, queria aproveitar o seu pronunciamento, para sugerir ao Presidente da República que, se tiver interesse em tomar novamente essa iniciativa, não deixe de fazê-la de forma casada com um plebiscito, uma consulta popular, para legitimar tal decisão, se ela vier a ser adotada.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Senador Geraldo Mesquita, lembro-me muito bem da proposta de V. Ex^a, uma proposta muito coerente, visto que aquele imposto que seria provisório estava em vista de ser votado aqui, para tornar-se mais uma vez prorrogado. Ou seria permanente? *(Pausa.)*

Seria mais uma vez prorrogado.

V. Ex^a tomou essa iniciativa, que considereei muito importante, porque o clima aqui dentro já estava contrário à prorrogação do imposto que se vinha perpetuando indefinidamente, não trazendo os resultados que todos esperávamos para a saúde, visto que aqueles 0,38% o Governo já tinha dividido. Em vez de destinar tudo para a saúde, já tinha dividido, e me parece que só 0,10% estavam sendo destinados à saúde. Havia também outras ações de Governo, que não tinham nada a ver. Então, o Governo não soube aproveitar a ideia, a iniciativa de V. Ex^a. Se fosse feito um plebiscito e a população estivesse a favor, claro, estaria decidido. Vontade do povo. Nós aqui representamos o povo e, logicamente, iríamos todos acatar a vontade do povo.

Agora, até pelo teor do meu discurso, V. Ex^a já vê que ficamos com os dois pés atrás contra a CSS. Já estamos preventivamente contra por quê? Porque já tivemos no passado o mau exemplo da CPMF e agora não podemos dar chance a outro exemplo ruim, porque é um imposto definitivo. Mas, se o Governo toma a iniciativa de fazer uma consulta popular e o povo aceita esses 0,10%, com certeza absoluta, vamos referendar, como povo que somos, o aceite da população.

Então, isso aí seria pacífico, não teríamos o que discutir a respeito. Mas tem que haver a consulta popular, sim, porque senão a proposta já vem aqui sendo analisada por nós de uma forma negativa.

Ainda referente à questão da CPMF, os desmandos que se fizeram com aqueles recursos, as más aplicações e os desvios, reafirmo o que o Tribunal de Contas da União e a CGU apuraram quanto aos reembolsos indevidos da CPMF e de outros tributos: é preciso aprofundar as investigações, apurar as responsabilidades dos envolvidos e punir os casos em que se comprovar má fé na gestão do dinheiro público.

Agradeço a V. Ex^a. pelo seu aparte.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela sua paciência.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Esta foi a palavra do Senador Papaléo Paes, que representa o PSDB do Amapá e traduz a grandeza desta Casa. Um profissional médico de virtudes, que o povo assim o reconheceu e o mandou para esta Casa para representá-lo com dignidade.

Papaléo simboliza as virtudes desta Casa. Orgulho-me de ser um profissional médico. Ele faz da Ciência Médica a mais humana das Ciências e é um benfeitor da humanidade. Vamos, na prática: sem um tostão despendido, é Senador da República pelas virtudes que possui.

Assim é a Casa do Senado da República!

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque, que representa o PDT, o Distrito Federal e, sem dúvida, as esperanças da boa educação em nosso País.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, Presidente da Mesa.

Sr. Presidente, o senhor e muitos de nós quando observam as coisas lembram que, no meio do turbilhão, no meio do problema, quem está dentro tem mais dificuldade de perceber o que está acontecendo. É preciso um olhar externo para demonstrar com clareza a dimensão dos problemas que uma pessoa ou um grupo atravessa. E, nesse fim de semana, tive essa sensação clara. Apesar de estar aqui na quinta-feira e na quarta-feira, nesses dias todos, Senador Geraldo

Mesquita, percebendo o que a gente pode chamar da tragédia que são os trabalhos desta Casa, só vim a ter a plena percepção dessa tragédia ao ler os jornais e as revistas no fim de semana, ao caminhar nas ruas nesse fim de semana, ao estar hoje em uma pequena escola de ensino fundamental na cidade do Gama, no Distrito Federal. Foi aí que pude perceber, com os olhos de fora, não com os vícios de dentro, a dimensão da crise em que vivemos. As fotos, as referências, os artigos de fundo, os noticiários, eles dão uma marca muito mais grave do que aquela que é preciso e possível a gente ter aqui dentro.

Nesta manhã, visitei um colégio do ensino fundamental, e, desde que ali entrei, Senador Pedro Simon, até eu sair, durante toda a manhã, a pergunta que mais ouvi foi: “E quando é que vocês vão acabar com essa bagunça no Senado?”. Crianças, meninos e meninas, riam, de certa maneira até debochando, o que é o pior de tudo.

Ao ler na revista *Veja* as declarações de alguns ex-caras-pintadas, ainda que haja a possibilidade de terem sido escolhidas essas figuras – mas não o foram; tenho quase certeza de que elas representam o conjunto daqueles jovens de 1992 –, a gente se assusta, mais do que no meio das coisas que acontecem aqui dentro.

E é essa observação externa, Senador Gim Argello, que me dá a lembrança de dois fatos que estão ocorrendo neste momento no Brasil e que demonstram com clareza a falência dos partidos, sem dúvida alguma, e, de certa maneira, a perda de controle do Congresso como representante pleno da população.

Do ponto de vista da falência dos partidos, vejo essa esperança nova que surge sob a forma da candidatura da Senadora Marina Silva. No Brasil, são proibidas candidaturas independentes, ela tem de usar um partido. Mas eu, que, durante quinze anos, fui filiado ao Partido dos Trabalhadores, que fui militante do Partido e que tive de fazer esse gesto que ela está fazendo, sei como é doloroso. E o é ainda muito mais no caso dela, porque é mais orgânica, porque é de um Estado com uma história petista muito forte. Fiquei surpreso quando vi essa possibilidade de que a Senadora Marina possa ser candidata por outro partido. E quero dizer que isso reacendeu minhas esperanças. Tenho a esperança de que mais alguém vai carregar a bandeira de alguma utopia.

As candidaturas que existem aí são candidaturas exatamente iguais, são candidaturas da aceleração, não da inflexão na história do País. Há momentos de aceleração, há momentos de inflexão, e vivemos um momento que exige uma inflexão, uma inflexão até mesmo civilizatória, mais mesmo do que uma inflexão

do ponto de vista social. Muito menos vai nos bastar uma aceleração. Uma aceleração de um crescimento perverso contra a natureza, concentrador da renda, não vai levar a um bom destino nosso País.

Precisamos fazer uma inflexão, para termos um projeto de Nação. Deve haver uma soberania integrada no projeto global, não mais uma soberania isolada. Devemos sair do fanatismo da estatização para o respeito ao serviço público, colocando o público como algo diferente do Estado. Deve-se sair da concentração para vender mais bens caros e caminhar para a distribuição, para vender mais bens públicos. Deve-se sair da ideia de que crescer destruindo a natureza é um projeto suficiente e permanente, entendendo que esse é um projeto insustentável e trazendo para a dimensão nacional a ideia de que só servirá ao nosso País um desenvolvimento plenamente sustentável com a natureza, distributivo com a sociedade, integrado internacionalmente na defesa dos interesses nacionais, pondo o público na frente do privado e na frente do Estado também. Só com essa nova visão é que haverá uma eleição em que, além da escolha de um novo Presidente ou de uma nova Presidenta, haverá também um processo educativo das massas, da população, que é uma das funções do processo eleitoral.

Dezesseis anos de um mesmo discurso – o tempo de mandato do ex-Senador Fernando Henrique Cardoso com o do Presidente Lula –, todo esse tempo de um mesmo discurso está fazendo a nossa juventude esquecer a possibilidade de mudar a história do País, está viciando a nossa juventude na ideia de que a gente só precisa acelerar nesse destino que vai levar, certamente, a um abismo. Em alta velocidade, a gente pode chegar ao abismo, mas não vai deixar de ser um abismo.

A vinda dessa Senadora para o debate nacional, como candidata a Presidente, traz, a meu ver, uma esperança nova. Ela mesma me disse, quando liguei para ela: “Sinto a necessidade de que haja portadores de utopia e estou disposta a ser a portadora de uma utopia”. Isso vai ajudar muito o Senado. Venho cobrando deste Senado, há alguns anos, que, aqui, todos nós deveríamos agir como se fôssemos candidatos a Presidente, cada um trazendo sua responsabilidade de um discurso capaz de trazer a população atrás das nossas mensagens. E perdemos isso.

Na vinda da Senadora Marina a esta tribuna, a partir do momento em que ela for candidata, o discurso será outro. Ela não vai ficar perdida nos discursos e no dia a dia aqui: ela vai começar a falar como candidata a Presidente ou Presidenta; ela vai começar a dizer o que pensa de cada problema nacional; ela vai

engrandecer o discurso enfraquecido, envergonhado e nervoso que temos tido nos últimos meses.

Mas esse é um fato que mostra como estamos sem a plena percepção da crise, porque a Senadora Marina não deveria precisar sair de partido, como eu não deveria precisar sair de partido, por descontentamento com a linha do partido. Além disso, a mudança de partido deveria ser algo extremamente raro, mas, hoje, é absolutamente simples, porque ficaram todos iguais. Não adianta a gente querer extrapolar para um ou para outro, numa dimensão maior da falta de uma ideologia, de princípios, de valores.

Continuo achando que o Presidente Lula tem sido um bom Presidente quando comparado com os de antes dele, mas é um Presidente que, entre outros problemas, trouxe um esvaziamento do debate político, um enfraquecimento das forças políticas, um acomodamento dos movimentos sociais. Hoje, nossa juventude está menos motivada e menos mobilizada do que antes, até porque o grande mobilizador deste País era o Partido dos Trabalhadores, que passou a ser um Partido acomodado. E isso aconteceu também com a União Nacional dos Estudantes (UNE), que passou a ser uma entidade acomodada. Nós nos acomodamos no País e perdemos a capacidade de sonhar com alternativas.

Outro indicador da gravidade que vivemos, Senador Alvaro Dias, é a mobilização que começa a surgir agora, depois de dezesseis anos quase paralisada, sobretudo depois de oito anos. Na quinta-feira desta semana, às 10 horas da manhã, na sede nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), haverá uma grande manifestação pela ética no Senado. Está sendo preciso que a OAB desperte, para forçar mudanças dentro do Senado. Nós, Senadores, não estamos sendo desejosos ou capazes de fazê-las, as reformas. Hoje, aqui, nós nos dividimos em dois grupos: os que não desejam fazer as mudanças e os que são incapazes de fazê-las.

De fora, está surgindo um movimento. Fui informado no sábado de que há cidades no Estado de Santa Catarina que estão programando fechar as portas do comércio, Senador Mão Santa, durante uma ou duas horas, algum dia, em sinal de protesto e de luta pela ética no Senado. Quando esse movimento surge, já é prova de que estamos falindo como líderes. Não deveria ser este o caminho para mudar o Senado, de fora para dentro.

Aqui, na sexta-feira, pedi desculpas ao povo brasileiro, embora tenha afirmado claramente que não falava em nome de ninguém. Não tenho liderança alguma; estou falando como Líder do PDT por concessão do Senador Osmar Dias, não por que eu seja Líder. Ao

mesmo tempo em que eu falava que era preciso pedir desculpas pelo que estamos fazendo aqui e pelo que não estamos fazendo aqui, era hora de a juventude se levantar, mobilizar-se. Para minha surpresa, os discursos que a gente pensa aqui, Senador Simon, e que ninguém ouve, descobri que muita gente os ouve. E muita gente telefona, manda *e-mails* e se coloca em movimento, independentemente da gente, sem esperar lideranças que saiam daqui de dentro. Eles já não acreditam em lideranças daqui de dentro, eleitas, não só do Senado, mas em geral.

Então, Senador Alvaro Dias, na quinta-feira, às 10 horas, haverá uma manifestação na OAB, na sua sede nacional em Brasília, pela ética no Senado. Em outras cidades, a OAB está organizando atos como esse. As universidades –algumas estão ainda de férias por causa da gripe –, não tenham dúvida, vão se manifestar outra vez.

O desencanto que foi passado pelos jornais nesse último fim de semana chegou aos caras-pintadas, que disseram que se arrependem até do que fizeram, que perderam todo o encanto com a política. De repente, uma nova juventude pode sair às ruas, agora, contra a própria instituição do Senado como ela está. Espero que não se dirijam no sentido de alguns e contra o Senado como é, querendo extingui-lo definitivamente.

Faz alguns meses, eu disse – fui muito mal interpretado, e sempre é culpa de quem fala –, que, se houvesse um plebiscito, votariam pelo fechamento do Parlamento, não só do Senado. Creio que um Presidente que conseguir convocar uma Constituinte em breve, não tenho dúvida, passará a ideia de um Brasil unicameral, o que é uma tragédia para um País com Estados tão desiguais como o nosso. O Brasil unicameral será um Brasil dominado por três Estados: Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Não haverá a menor possibilidade de o Estado do Acre ter uma representação capaz de filtrar o que sair da Câmara única, que seria a Câmara dos Deputados. Por isso, há necessidade da permanência do Senado, que hoje está em discussão na sociedade brasileira.

Um jurista como Dallari faz artigos dizendo que o Brasil não precisa de Câmara alta, como se chama o Senado; que não precisa de Câmara revisora, que é o Senado; que basta uma Câmara. Disse que um país unicameral será mais bem administrado. Isso funciona nos países onde há igualdade, e, mesmo nesses, há Parlamento com duas Casas quando há Estados diferentes, quando há federação, como é o caso de muitos países, não só do Brasil.

Mas, hoje, somos uma instituição ameaçada. Espero que os movimentos que surjam não surjam na ideia de que se deveria acabar o Senado, nem também na

idéia de que todos os 81 Senadores deveriam renunciar, porque aí estamos igualando todos. Além disso, se todos não renunciaram, mas só alguns – não tenham dúvida –, o que vai passar é que alguns venderam o resto do seu mandato para o próprio suplente.

Desejo que, aqui dentro, encontremos as saídas, para que não seja necessário que a sociedade civil se mobilize contra nós. A mobilização popular contra o Poder Legislativo significa o fracasso do sistema legislativo. Numa mobilização contra o Poder Executivo, é simples: substitui-se a pessoa. Numa mobilização contra o Poder Legislativo, não é simples, porque é a perda da crença na legitimidade daqueles que representam o povo. Mas esta é a realidade em que a gente vive: fracasso dos partidos sem nitidez, “desideologizados”, sem programas em comum entre seus filiados, cada um pensando de um jeito. Raros pensam em ter candidato a Presidente. Deveria ser obrigatório, para ser partido político, ter candidato a Presidente, porque é a única forma de dizer: “Temos uma proposta para o País”. Não somos uma Federação de pequenas associações e clubes eleitorais, que é o que hoje caracteriza a realidade dos nossos partidos. Estamos vivendo este momento hoje.

Apesar da minha tristeza de ver o povo se mobilizando contra o Senado ou, pelo menos, pela ética no Senado, o que é uma desmoralização para todos nós daqui, prefiro o povo mobilizado em defesa dessa ética a continuarmos como estamos. Mas há tempo ainda. Ainda há tempo. Se quisermos, algumas medidas muito claras poderão levar o Senado da República a recuperar o prestígio que já teve. Mas, antes de falar nisso, prefiro passar a palavra, para o aparte, ao Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Cristovam Buarque, também sinto, como V. Ex^a, que o Senado está ameaçado pela indignação do País, até porque, hoje, imagina-se ser o Senado o depositário de todas as mazelas do Poder Legislativo de forma geral. O Senado absolveu as outras Casas legislativas, a Câmara, as Assembléias, as Câmaras de Vereadores. As mazelas se concentram todas aqui. Isso é o que está no consciente popular. Estamos blindando, portanto, as outras Casas legislativas do País com os excessos que aqui aconteceram e com seus desdobramentos. Temos de recolocar as coisas no devido lugar, a nossa responsabilidade. Essa discussão não pode ser passional. O Senado é uma instituição fundamental num País continente como o nosso, com contradições regionais reconhecidas. É evidente que, se estabelecêssemos como solução o unicameralismo, três grandes Estados brasileiros comandariam o País: São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Então, é essencial que o

Senado seja o instrumento garantidor do equilíbrio da Federação. É evidente que temos de combater nossos erros, temos de fazer uma assepsia geral. As vísceras já estão expostas. Essa assepsia é indispensável para que o Senado volte a recuperar a credibilidade. Se as entidades agora se movem, ótimo! Elas não se moveram durante o mensalão; o grande escândalo nacional dos últimos tempos não motivou essas entidades a se mobilizarem. É ótimo que se mobilizem agora! Mas que, se possível, alarguem!

Não se concentrem no Senado, alarguem. A corrupção não está aqui apenas. Se ela existe aqui, ela existe ali do outro lado da rua. É preciso ampliar, então. Aqui, por exemplo, Senador Cristovam Buarque, podemos discutir: devemos ser três Senadores por Estado ou devemos ser dois? Eu advogo a causa de que os Estados podem ser representados por apenas dois Senadores. Vamos cortar na própria carne. Vamos enxugar. Vamos fazer do Senado uma Casa mais enxuta, mais ágil, mais eficiente, mais transparente. Mas vamos reconstruí-lo, valorizando para buscar o respeito outra vez da opinião pública e...

(Interrupção do som.)

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – ...certamente, concluindo – obrigado, Presidente –, essas entidades haverão de colaborar com sugestões para a recuperação desta instituição essencial no Estado democrático de direito. E parabéns a V. Ex^a pela luta reiterada, exatamente para que possamos edificar, sobre esses escombros que estão visíveis, uma instituição muito mais sólida e respeitada.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Eu agradeço, Senador Alvaro Dias. E quero dizer a V. Ex^a que elaborei um conjunto de propostas e uma delas era esta: reduzir o número de Senadores, como já foi no passado, de três para dois. E fiquei surpreso e feliz quando descobri que já havia esse projeto seu. Se não me engano, dois projetos seus. Não é isso?

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – *(fora do microfone)*

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Exatamente. E acrescentaria mais coisas, como, por exemplo, redução do mandato para quatro anos – não tem por que ser oito. Proibição de reeleição mais de uma vez para todos os cargos neste País. E ainda: ao assumir um cargo no Poder executivo, isso exigirá a renúncia. Não poder fazer como eu fiz, que tirei licença do cargo de Senador para ser Ministro. Isso tem que acabar, porque deixa o Senado nas mãos do Poder Executivo. O Poder Executivo é dono de algumas cadeiras, já que pode mandar o Ministro de volta para cá quando quiser, tirando, portanto, um suplente que o

incomodar. É o caso, por exemplo, hoje, do Presidente do Conselho de Ética e da Comissão Parlamentar de Inquérito da Petrobras. Em ambos os casos, o Presidente da República pode tirar esses dois presidentes. Não é o caso, por exemplo, daqueles que substituem os que morreram, ou os que assumiram o governo do Estado. No caso do Senador Paulo Duque, apesar de ele substituir um governador eleito, S. Ex^a é suplente do suplente. Então, o governador, em qualquer momento, pode substituir o Presidente do Conselho. Veja que contradição. O Congresso brasileiro escolhe o presidente de um Conselho de Ética que está nas mãos de um governador Estado. Isso é uma contradição. Isso é uma situação inusitada do ponto de vista do equilíbrio dos Poderes.

São reformas como essas, Senador Alvaro Dias, que precisamos fazer. Mas além dessas mudanças estruturais – e apesar de dizerem que tenho interesse uma vez que moro aqui –, penso que temos que ficar mais tempo aqui. Nós temos que ficar mais tempo reunidos. Não é possível que um Congresso possa funcionar terça de tarde, quarta e quinta e, na segunda e na sexta, estejamos assim, como estamos hoje. É preciso que haja um lugar para parlamentar. E não se parlamenta se não se fica no mesmo lugar. E, hoje, nós não ficamos.

Além disso, há...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Um minuto para concluir. V. Ex^a...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Em um minuto eu concluo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a usa da tribuna como Líder, regimentalmente...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Cinco minutos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Cinco minutos. Eu agradeço toda a sua gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Mas a sensibilidade, o espírito da Lei...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Mas eu peço um minuto...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – ...e a grandeza do Senado da República, como nunca antes houve. Nunca antes na História ele se reuniu segunda-feira.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Mas, ao invés de um minuto, eu peço 60 segundos porque o senhor tomou 25 dos meus segundos.

Creio que para mudar a estrutura do Senado, antes que lá de fora nos façam mudar, temos que resolver também os problemas imediatos: essa camada que está na superfície incomodada, e essa eu creio que exige o afastamento do nosso Presidente atual. E quando eu digo afastamento, não estou dizendo licença ou renúncia, mas que pelo menos haja um afastamento enquanto tudo seja apurado e, logo depois ou concomitantemente, que se penetre, mergulhe fundo no Senado, porque eu defendo o afastamento do Presidente Sarney, mas a culpa de tudo isso não é dele, não. Na hora em que ele se afastar, isto aqui não vai ficar uma maravilha logo, não. Apenas vamos ter condições de começar a trabalhar antes que o povo passe por cima de nós.

Era isso, Sr. Presidente. Agradeço-lhe muito a gentileza com o meu Partido, ao me deixar falar mais do que os cinco minutos, bastante mais, aliás.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Shakespeare disse que não tem bem nem mal. É interpretação.

Quanto ao suplente, permita-me discordar. V. Ex^a se ausentou e trouxe um dos melhores suplentes da História.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – *(Fora do microfone.)* Eu não falei contra o suplente, eu falei...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pode falar. Estamos abertos para o debate.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Mas aqui não tem microfone. O que eu disse é que, para ser Ministro, tem que renunciar, como fez – e vamos elogiar aqui...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a foi – isso foi o que eu quis dizer – e trouxe uma das figuras mais notáveis da história do Senado. E vou dizer: foi o único suplente que, quando terminou o mandato, todos do Senado se reuniram e fizeram uma despedida, um banquete. Então, a nossa homenagem ao seu suplente, Eurípedes, que veio de uma vida operária; parece um Barack Obama.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Mas eu quero prestar uma homenagem ao meu suplente. Talvez, se houvesse o que estou propondo, eu teria renunciado a Senador e ele teria continuado, mesmo depois de eu haver sido demitido pelo telefone. O que estou dizendo é que tem de renunciar. E prestemos uma homenagem.

O Presidente Meirelles, do Banco Central, para assumir o lugar de Presidente do referente Banco, renunciou à cadeira de Deputado Federal, para a qual ele havia sido eleito, antes mesmo de tomar posse. Por que para o Banco Central tem que renunciar, mas para Ministro não precisa?

Creio que Secretário de Estado, Secretários Municipais, enfim... Se é Parlamentar, é Parlamentar; se quer ser Secretário, Ministro, que seja Secretário e Ministro, mas que renuncie. Aí o suplente deixa de sê-lo e assume, porque só se é suplente, quando o Senador está pronto para voltar. Quando um Senador morre, quem assume não é suplente, mas substituto.

Neste caso, acabaria a figura do suplente e haveria a figura do substituto. Sai um e outro entra, mas com plenos poderes, não submetido à caneta do Presidente da República de tirá-lo quando quiser, com o uso simplesmente de um telefone, mandando voltar para o Senado o Ministro dele. E aí mudou: aquele que era Senador deixou de ser Senador, que era o suplente.

Pois bem, eu creio que nós precisamos correr para tentarmos recuperar e não sermos atropelados pelo movimento de massa neste País, pois o povo não avisa quando acorda. Ele está dormindo, como vem dormindo e, de repente, dá um grito, como um vulcão, e passa por cima das instituições.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Posso aqui, na Presidência do Senado, falar como Cícero. Ele dizia: “O Senado e o povo de Roma”. Posso dizer: “O Senado e o povo do Brasil”. Nós o representamos.

Nunca antes, em quase dois séculos, este Senado teve uma Mesa Diretora como esta, extraordinária, da qual me orgulho. É Presidente do Senado da República, eleito democraticamente, o Presidente Sarney, ex-Presidente da República. O Vice-Presidente é o melhor nome do PSDB. Numa visão de estadista, o Presidente Sarney podia ter ganhado a chapa total, como diz o povo, “de cabo a rabo”. S. Ex^a poderia fazê-lo, mas abriu uma tendência histórica da Casa de pacificar, com a proporcionalidade. Convidou o PSDB a sugerir o nome. O PSDB colocou ali seu melhor nome: Marconi Perillo, ex-Governador.

O Partido dos Trabalhadores, derrotado aqui pelo Presidente Sarney na eleição, foi buscar seu melhor nome, após discussão: a professora Serys, ex-Deputada, que derrotou o fenômeno eleitoral Dante Oliveira. O DEM foi buscar um ex-Prefeito de Teresina extraordinário, de vida parlamentar longa: Heráclito Fortes. O PTB mandou o nome de um jovem vitorioso empresário, que foi meu ex-Secretário de Indústria e Comércio quando governei – nunca vi uma pessoa com tanto zelo com a coisa pública! –, o Dr. João Vicente Claudino.

Deus me permitiu estar aqui. Fui prefeitinho na minha cidade, que hoje é dominada pelo PT. Peço que se faça uma CPI da minha vida, na minha cidade. Governei o Estado do Piauí também, que é dominado pelo PT. Peço que se faça uma CPI da minha vida e dos dias que aqui passei.

O Quarto Secretário era uma mulher, a Senadora Patrícia, com sua sensibilidade. Tirou licença, e já demos posse ao o Senador César Borges, ex-Governador da Bahia.

Então, digo, orgulhoso: “Nunca antes...”. Digo isso inspirado no Presidente da República. Camões dizia “nunca dantes”. Digo: “Nunca antes, houve uma Mesa Diretora tão responsável na história dos duzentos anos desta Casa!”. E tenho a galhardia de representá-la. Estamos trabalhando muito, é um estoicismo. Basta de dizer que, em duzentos anos, este Senado nunca funcionou nas segundas-feiras.

Convidamos para usar da palavra o orador inscrito Senador Pedro Simon, do PMDB.

Senador Cristovam, quero que o PMDB faça o que tem de fazer, faça suas primárias, aproxime-se do povo, e eu me aproximarei como candidato. Está entendendo? Não é a Marina, não! O erro está aí, está nos Partidos, não na Mesa Diretora, não! Que Michel Temer tenha a coragem de proceder como se faz nos modelos democráticos: faça as primárias! Eu me apresentarei como candidato. Pedro Simon é um bom candidato. Requião é um bom candidato. Dizer que o PMDB não tem candidato? São uns energúmenos! Estamos aqui. O Senado é para isso.

Tem a palavra Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, há uma semana estive aqui e fiz um chamamento à concórdia. Dizia eu que tínhamos 24 horas para tomarmos um rumo que seja de reorientação do Senado Federal, de recolocação do Senado nos rumos que ele merece, ou então caminharíamos para o imponderável.

Infelizmente, o Presidente Sarney e, diga-se de passagem, mais do que o Presidente Sarney, o Presidente Lula agiu de maneira radical, determinando inclusive à bancada do seu Partido, o PT, exercendo influência para que o Presidente Sarney não renunciasse nem se licenciasse.

Os acontecimentos vieram, e é qualquer coisa de fantástico. O mínimo que se dizia – e V. Ex^a, Senador Alvaro, foi um dos primeiros que disse isto – é que o Senador Sarney não tinha condições de isenção para conduzir o processo, que ele deveria ter a sensibilidade de se afastar.

Eu imaginei: o Presidente Sarney vai fazer um gesto excepcional, vai conduzir o processo, onde ele é o principal envolvido, dando uma demonstração de grandeza, de isenção, mostrando que ele tem a capacidade de ser “culpado” por alguns e juiz orientador do processo.

Mas o que aconteceu nessa semana?

O Senador Suplicy levantou uma questão de ordem aqui. Quando o Presidente Sarney, presidindo a sessão, comunicava que transferiria o seu pronunciamento de terça para quarta-feira, o Senador Suplicy propôs, para haver um entendimento, que o pronunciamento do Presidente nesta Casa, que era muito importante, não coincidissem com a reunião do Conselho de Ética, onde se discutiriam as ações interpretadas contra o Presidente Sarney.

Para surpresa, o Presidente Sarney falou aqui no mesmo horário em que começou o Conselho de Ética. E, é claro, a TV Senado e a Rádio Senado transmitiram o discurso do Presidente daqui e não transmitiram a reunião do Conselho de Ética.

O interessante é que várias televisões e vários rádios, como a Globo News, por exemplo, e rádios do Brasil, transmitiram a reunião do Conselho de Ética. Se era para passar despercebida a reunião, não passou. Foi transmitida a reunião. E, olhe, eu até gostei que a TV Senado não tivesse transmitido. Que reunião triste, que reunião cruel, que reunião dramática aquela do Conselho de Ética!

Temos de nos respeitar mutuamente, gostando ou não gostando dos nossos colegas de representação. Mas o ilustre Presidente do Conselho de Ética teve um procedimento inédito na história daquele Conselho ou de qualquer comissão parlamentar deste Congresso Nacional.

A imprensa está comentando, a imprensa está falando.

Aí ficaram faltando sete representações e, pela primeira vez, não se marcou reunião para decisão do Conselho de Ética. O Presidente pediu a um assessor seu, e seu assessor entregou, na Secretaria da Comissão de Ética, seus despachos pelo arquivamento, sem mais nem menos.

As petições deveriam ser lidas uma por uma, o Presidente pedir o arquivamento – e ele tinha o direito – uma por uma, e a Comissão falar. Nem reuniu Comissão, nem esteve presente, e mandou arquivar todas. Todas as representações contra o Presidente Sarney foram arquivadas sem que a Comissão de Ética tivesse oportunidade de opinar.

Interessante que as representações contra o Presidente da Casa não foram lidas em lugar nenhum, nem na Comissão de Ética. Nas quatro primeiras, o Presidente deu o parecer contrário. Ponto. As sete últimas, ele mandou, pelo seu secretário, entregar na Secretaria da Comissão.

A representação contra o Líder do PSDB foi lida no plenário do Senado. Eu não me lembro, na história desta Casa, de nenhuma outra ocasião em que a representação contra quem quer que seja fosse

lida no plenário desta Casa. O normal era ser lida no Conselho de Ética, que é o lugar preparado.

As representações contra o Presidente não foram lidas nem aqui, nem no Conselho de Ética. As decisões sobre as sete últimas representações, o Presidente da Comissão não foi nem lá, nem reuniu a Comissão de Ética: mandou que o Secretário entregasse na Secretaria. A diferença de comportamento é muito importante. É muito importante!

O que vai acontecer nesse segundo passo? Eu não sei. A liderança do PT dá a entender que, provavelmente, ela aceite que, quanto a uma das representações, no plenário da Comissão, ela recorra para que seja discutida, analisada e debatida. Uma delas, ao acaso, seja lá qual for.

Repare, Sr. Presidente, a maneira difícil, muito difícil com que esta questão está sendo conduzida. Um Conselho de Ética... A Mesa foi escolhida em fevereiro. As Comissões Especiais foram escolhidas em fevereiro. Ninguém se lembrou de criar o Conselho de Ética, de eleger o Conselho de Ética. O Conselho de Ética foi escolhido depois das representações apresentadas aqui, e da forma que a gente sabe: uma coluna avançada garantindo o seu resultado.

É impressionante a repercussão negativa que teve na sociedade esse fato. É impressionante, nos vários segmentos da sociedade. É a partir daí que o jurista Dalmo Dallari parte para defender a tese de que o Senado deve ser extinto. É daí que o Ministro da Justiça, Dr. Tarso Genro, apresenta uma tese no Congresso do PT de que o Senado deve ser extinto. É a partir daí que os programas humorísticos de televisão, os programas sérios, os comentários, os debates, todos só focam o Senado. Eu nunca tinha visto nada igual. Já vi focar o Presidente da República em horas de crise. Já vi focar o Congresso Nacional e a Câmara dos Deputados. Já vi focar a classe política.

Mas o Senado Federal? O Senado Federal, é a primeira vez.

Quando o Presidente Sarney diz: “Primeiro, eu não cometi deslize nenhum”. Eu não quero analisar, pelo menos na segunda-feira – e na quarta-feira eu não quis analisar – mas os fatos apresentados são graves. O problema da fundação que leva o seu nome é um fato grave. S. Ex^a diz que é presidente de honra. **O Estado de S. Paulo** diz que ele é presidente perpétuo, que, se ele morrer, assume a esposa; se a esposa morrer, assume o filho; se o filho morrer, assume o neto. Não sei, ainda não li o estatuto, mas o *Estadão* afirma com todas as letras. Também não acredito na afirmativa do *Estadão* que diz que, se for extinta a fundação, os bens da fundação passam para a família. Juro que não acredito. Mas tem que ver. Como um prédio espetacular

daqueles de repente sai da fundação e passa para a família? Mas não é para arquivar pura e simplesmente sem analisar essas questões.

Os fatos se sucedem. O Presidente Sarney foi o primeiro Presidente que introduziu a cúpula e está no seu terceiro mandato. Tirando ele, os outros, que o intermediaram, renunciaram para não serem casados: Antonio Carlos, com o problema do painel; o Jader, uma série de problemas; e o Renan, que nós sabemos. O grave é que, em todos esses fatos, não tomamos medida nenhuma no sentido de melhorar, de alterar, de modificar para melhor esta Casa. Pelo contrário, os fatos foram se agravando, se agravando, cada vez com mais falta de preocupação no sentido de preservar a Casa.

Eu disse que o supramundo do máximo para mostrar aonde a gente chegou foi quando parlamentares pegaram as suas cotas de passagem e trocaram com agências de viagem, com certo deságio. E o Presidente do Senado... Alguém andou fazendo um levantamento, mas nunca na minha cabeça... Digo isso com o maior respeito pelo Presidente do Senado: ele, com o seu cartão de crédito, com o seu dinheiro, mandou comprar uma passagem para a Europa. Mas o despropósito, a despreocupação era de tal natureza, que terminaram vendendo para o Presidente do Senado – aliás, do Supremo – uma passagem dessas da cota dos parlamentares. A que ponto chegamos!

Os fatos são vários, são muitos e são repetitivos.

Vi agora o Senador Cristovam, quando falava, dizer que esta Casa é um Parlamento, é uma casa de falar, de conversar, de debater, de analisar, de fazer costuras políticas. E, numa Casa que funciona terça de tarde, quarta o dia inteiro e quinta de manhã, não dá para falar coisa nenhuma. Dá para conversar, mas costurar, entender, debater, aprofundar, estudar não é possível. Até hoje não se conseguiu mudar isso. Até hoje não se conseguiu modificar isso; pelo contrário, cada vez esta Casa funciona com menos preocupação com a profundidade dos estudos.

Olha, Sr. Presidente, eu creio que, se o Presidente Sarney não renunciar, independentemente de nós uma mobilização vai acontecer. Eu sinto isso nas representações que eu recebo de estudantes, de intelectuais, de instituições que estão se manifestando no sentido de irem às ruas. E eu sinto que vamos perder a grande oportunidade de nós fazermos alguma coisa.

Volto a dizer: se nós quiséssemos caminhar no sentido da dignidade, da certidão, da retidão, da ética, da modificação dos fatos, nós teríamos que ter grandeza. Nós teríamos que nos sentar à mesa, independentemente de partido, colocar na mesa os fatos e as alterações

que devem ser feitas e fazê-las. Mas eu não sinto essa disposição por parte da Liderança do meu Partido e do próprio Presidente Sarney. Nota-se que há uma espécie de tropa de choque no sentido de agitar, de tumultuar, de impedir que o assunto seja debatido.

A imprensa tem falado muito, na andança para lá e para cá, de dossiê em dossiê, no sentido de atemorizar. “Olha, mas tem uma coisa contra fulano, tem uma coisa contra beltrano, tem uma coisa contra não-sei-quem.” Eu acho que, se há alguma coisa contra fulano, contra beltrano, contra não-sei-quem, fala-se, mas não na forma de chantagem, na hora em que estão apurando contra o fulano, contra o cidadão, contra o Presidente do Senado. Até porque, na minha opinião, tem que ter fila: vamos esgotar o primeiro, depois passar para o segundo, o terceiro e o quarto. Mas não da maneira como querem falar.

Na CPI da Petrobras, o Relator, Líder do Governo, arquivou 90% das petições. A primeira é vir não como convocado, mas como convidado, o presidente da Petrobras. Uma CPI convida o presidente a vir depor. Eu não sei, mas, com toda sinceridade, não confio, meu querido amigo Alvaro Dias... Acho muito difícil que, se V. Ex^a e a Casa não tiverem atitude firme e dinâmica, a gente chegue a um determinado denominador comum. A mim parece que a disposição não é essa. A disposição é debater...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E acho positivo debater a Petrobras (fora da microfone), debater o pré-sal, debater as questões do crescimento, do desenvolvimento, as diversas formas de modificações que devam ser feitas, mas não foi para isso que a CPI foi criada. A CPI foi criada a partir de fatos graves e sérios que estariam acontecendo naquela instituição.

Eu disse a V. Ex^a que assinei a CPI, mas houve um determinado momento em que fiquei angustiado. Será que foi o melhor caminho? Será que aquela tese de convocar, de convidar o presidente da Petrobras de vir aqui fazer uma ampla exposição no plenário não seria melhor antes de qualquer coisa? Mas a reação do Governo foi tão fanática, tão radical no sentido de impedir de qualquer jeito, de criar todos os empecilhos que se imaginassem, que eu passei a dizer: “Eu assinei bem. Não me arrependo. Se eu não tivesse assinado, assinava agora”. Parece até que há coisas que a gente não sabe, mas que eles sabem, e têm medo de que venham à tona.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a tem razão ao manifestar preocupações em relação aos desdobramentos da CPI da Petrobras. A primeira reunião sinalizou para uma estratégia de, se

possível, não ouvir denúncias, não ouvir acusações, constituindo um tribunal de advogados de defesa, sem promotor. Essa é a definição para a primeira reunião da CPI da Petrobras. Um fato que demonstra, com clareza, essa estratégia é não permitir, quando se vai tratar de uma suposta mágica contábil efetuada no final do ano passado pela direção da empresa, que se ouça a ex-Secretária da Receita, que foi exatamente quem denunciou aquela suspeita operação, que manifestou seu inconformismo, a discordância em relação à prática adotada pela direção da Petrobras naquele momento. Pois bem, não se aceita ouvi-la. Traz-se o atual Secretário da Receita Federal.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Qual o motivo que eles apresentaram para não ouvi-la?

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Não há motivo apresentado. Apenas alega-se que não há razão para ouvi-la. E, em sua entrevista recente à *Folha de S. Paulo*, a ex-Secretária faz revelações. Uma das revelações é a de que a Ministra Dilma interferiu no sentido de que interrompesse – esta foi a manifestação dela –, interrompesse, deixasse para lá uma investigação em curso na Receita Federal sobre a atividade fiscal, financeira de Fernando Sarney. Então, exatamente um pedido da Ministra Dilma para que se agilisassem os procedimentos, ou seja – a conclusão dela –, para que não se fizesse a investigação. É um fato relevante que nós não podemos desconsiderar. Amanhã, teremos nova reunião da CPI. Vamos, mais uma vez, fazer um apelo à maioria para que aceite esse convite à ex-Secretária Lina Vieira, a fim de que ela possa depor na CPI. Se, eventualmente, isso não for possível, resta aí a possibilidade de convidá-la em outra Comissão da Casa; pode ser a Comissão de Constituição e Justiça ou uma outra Comissão do Senado Federal. Mas ela tem o que dizer, deve dizer o que sabe e o Senado tem que ouvir, até para, se necessário, adotar alguma providência posterior. V. Ex^a, mais uma vez, está de parabéns pelo pronunciamento. E nós, certamente, concordamos com V. Ex^a em relação à necessidade de promover aqui mudanças fundamentais para que esta Casa não seja destruída pela indignação popular.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu agradeço a V. Ex^a e volto a dizer: este é o Senado da República. Esta é a Casa composta de pessoas, com mais de 35 anos, que, em tese, deveriam ter tido a experiência necessária para aqui funcionarem como uma espécie de conselheiros – conselheiros da República –, anciãos para orientar a República.

Os escândalos apontados contra nós atingem o limite do inacreditável. E, na hora de se querer apurar... E olhem que não estou preocupado, nunca estive preocupado, com o apurar, eu estive preocupado com o

resolver, o terminar, o dar basta. Mas o comando não quer. O comando, a Liderança do PMDB, na hora de escolher, escolhe pessoas que estão lá dispostas a não apurar.

Toda essa bateria de fatos que a imprensa vem apresentando e permanentemente vem sendo apresentada, o Presidente da Comissão de Ética arquiva em dois minutos: “Está arquivado”. Isso não é sério! Eu não entendo como as pessoas aceitam isso. Esse não é o conceito de ser governo, de ser oposição. Se é governo e quer defender, que pelo menos finja, que pelo menos faça a fórmula, o método, siga um ritual: “vamos ver, vamos levantar, vamos discutir, vamos debater, vamos analisar, vamos conhecer; e, depois, vamos dizer não”. Mas, pura e simplesmente, arquiva-se. Cá entre nós...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – isso não fica bem para o Senador Sarney, que é o Presidente da instituição, que garantiu ficar na Presidência e conduzir o processo.

E, olha, o Presidente Lula... Tenho que dizer aqui: eu vi ministros militares, generais, presidentes de plantão agirem em funcionários. Eu não vi uma intervenção tão grosseira, com tanta falta de pudor, como a que o Presidente Lula está fazendo na intervenção com relação à manutenção do Presidente Sarney. Eu nunca vi.

Eu fico a pensar: será que passa pela cabeça do Senhor Presidente Lula que, essa forma de agir, a sociedade não sabe interpretar e está somando para a Ministra Dilma? Será? Será que ele pensa que fazer a Ministra Dilma ir lá na casa do Presidente Sarney, como foi na semana passada, pedir para ele não renunciar, soma para a Ministra Dilma? Meu Deus! Meu Deus! E a Ministra Dilma não merece isso.

A Ministra Dilma, eu a conheci em outro padrão. Eu a conheci na luta. O PMDB, o PT, o Sarney, do lado de cá, brigando para politizar a Petrobrás; e a Ministra...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não me lembro de nenhum nome indicado pela Ministra Dilma que fosse de político, que fosse de politicagem, dentro Petrobras ou dentro da Eletrobrás. Os nomes apresentados por ela eram de técnicos. Ela perdeu; ela foi derrotada. Ganhou o Sarney; ganhou o PMDB; ganhou o PT; e ganhou o PCdoB. E lá estão os diretores político-partidários.

E aí está agora, Senador Alvaro Dias, essa enxovalhada de coisas, que não aconteciam quando os técnicos estavam lá.

A Ministra Dilma vive momentos difíceis, e a gente reza para que se saia bem. Ela já saiu bem do primeiro período. Que saia bem também do segundo período da sua luta contra a doença. Mas é claro que ela, tida como uma pessoa enérgica, dura, rígida, já está numa posição fraca, porque ela é a candidata do Presidente. O PT, praticamente, teve que aceitar.

Então, o Lula tem essa preponderância sobre a autoridade da candidata Dilma. Mas não pode expô-la a isso, não. Não pode expor a sua bancada. Olhem o Senador Mercadante! É uma figura brilhante, um grande companheiro, é uma figura para quem hoje a imprensa está expondo uma posição tremendamente inconveniente: uma hora, o Presidente Lula, publicamente, puxa as orelhas dele dizendo que ele não devia ter falado. Disse que ele falou em nome de um, dois. Depois, vem a bancada e diz que mais de oito falaram, e praticamente toda a bancada diz que concorda com a primeira nota pelo menos. Pela posição do PT, o Presidente Sarney deveria ter sido afastado, mas o Presidente Lula obrigou o PT a engolir a sua nota. E o partido não assinou a manifestação do Senador Cristovam – que chegou a 39 –, que muitos não assinaram, e que iria a mais de 41, pedindo o afastamento.

Eu não consigo entender aonde o Presidente Lula quer chegar. Eu tenho dito desta tribuna e tenho repetido: o Presidente Lula, de modo especial a nível internacional, vive um grande momento, um grande momento. Num mundo em que as grandes lideranças saíram, algumas estão iniciando, e ele é o grande nome das nações em desenvolvimento. Acho que no momento em que ele manteve a política econômica... E a forma como a está conduzindo e como nós estamos saindo da crise – que não é nossa, é mundial, mas nós estamos saindo – somam para o Presidente.

O perigo para o Presidente Lula, Presidente, é a soberba. Ah! Se o Presidente Lula chamasse o Frei Betto para explicar para ele o que é a soberba! Muitas vezes a gente se deixa dominar pela soberba e não se dá conta do que ela é. As coisas são tão bacanas: 80% a favor dele; o Obama chega e diz que ele é o cara; o Presidente da França o chama lá para tirar uma fotografia com ele em Paris; ele é o convidado de honra para a reunião dos países africanos na África. Ele teve uma atitude positiva e excepcional na reunião dos países americanos com o Obama, mas a soberba é algo que, se o cara não tem os pés no chão, não sabe distinguir o que é do que não é...

O Presidente Lula – já lhe darei o aparte, com o maior prazer – já foi o responsável, junto com o seu partido, por algumas atitudes realmente muito impor-

tantes, interessantes e outras negativas: se dependesse do Presidente Lula e do PT, o Presidente da República seria o Maluf e não o Tancredo, porque eles não votaram. E expulsaram os parlamentares do PT que votaram no Tancredo. Expulsaram! Se dependesse dele, o Maluf seria o presidente. Se dependesse do Lula e do PT – eles não votaram a Constituição –, não teríamos hoje a Constituição.

Se dependesse do Lula e do PT, o Projeto Real não teria sido votado. Eles foram contrários.

Então, são questões muito estranhas. A gente fica a se perguntar o que é, o que querem. Agora, para surpresa da surpresa, hoje, os homens da confiança absoluta do Presidente Lula neste Congresso são o Dr. Sarney e o Dr. Renan. São homens que exercem uma influência acima do bem e do mal.

Pois não, Senador.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Simon, em primeiro lugar, quero dizer da minha satisfação pelo senhor ter escutado, na quinta-feira, quando lhe disse que não engolissem nada que traz dentro de si. Tudo o que o senhor traz dentro de si e fala para nós é o que lhe dá prestígio, e é uma das coisas que ajudam a salvar ainda o Senado. Parabéns! Não engula! Segundo, quero dizer que o senhor está trazendo aqui uma demonstração de que, talvez, o pior sempre acabe acontecendo. A impressão é que estamos saindo do nepotismo para o despotismo, o que é pior ainda. Com o despotismo, você pode fazer o que quiser. É despotismo a maneira como as coisas estão sendo tratadas aqui, no Senado. A lembrança sua de que as representações e denúncias contra o Presidente Sarney foram engavetadas sem nem ao menos consultar os demais; e que, no caso do Arthur Virgílio, a representação foi lida aqui no plenário... Essas são demonstrações de despotismo, que também é fruto da soberba. Uma maioria muito consolidada sente-se em condições de praticar o despotismo, que é pior que tudo, porque faz tudo que quiser. Agora, o senhor lembrou também algo que é muito triste, que o Partido dos Trabalhadores, o partido que mais foi portador de utopia, hoje está se prestando – e vamos ver nos próximos dias – a algo muito triste. Imagine que, para salvar as aparências, mande engavetar uma porção de denúncias e escolha uma ou duas com menos substância. Será que povo vai entender que, de fato, foi manipulado? Essa é uma coisa. E a outra é se o Partido dos Trabalhadores impedir a discussão do assunto... Porque se o que estivesse em jogo, Senador Neuto, fosse a cassação do Presidente Sarney, eu até admito que não haveria razão para a gente cobrar de nenhum partido, de nenhum parla-

mentar, votar nisso. Isso é uma questão de consciência pessoal. Agora, a abertura de um processo, o esclarecimento das denúncias, isso ser escondido! Isso é uma vergonha! Essa é uma vergonha que eu imagino que o Partido dos Trabalhadores não passe de maneira alguma, e não passe isso para a opinião pública. Lamentavelmente, porém, a gente vive um tempo, Senador, que o sem sentido ficou sem sentido no Brasil. Não tem mais sentido dizer que algo não tem sentido. Até o mais absurdo é possível. E a gente pode acordar qualquer dia desses descobrindo que o Partido dos Trabalhadores impediu as investigações, as apurações para saber se tudo isso é ou não é verdade. Porque continuo mantendo ainda a possibilidade de que não sejam verdadeiras as denúncias feitas...

(Interrupção do som)

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – ...ou as apurações pedidas. Mas, para isso, têm de ser investigadas. E eu concluo o que o senhor falou do papel dos militares. E aqui quero lembrar alguém que é muito caro ao Senador Mão Santa. Senador Mão Santa, o seu herói, que o senhor sempre cita aqui, Petrônio Portella. Petrônio Portella teve posições aqui mais firmes contra o Poder Executivo, mesmo nas mãos dos militares, do que hoje se estão tomando em relação ao Presidente Lula. Deus quisesse que tivéssemos um Petrônio Portella hoje aqui! Estou dizendo coisas que o senhor vem dizendo há muito tempo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço muito a V. Ex^a. E V. Ex^a salientou um fato que realmente é muito importante. V. Ex^a tem razão, os simpáticos ao Governo e ao Presidente Sarney poderiam, a qualquer momento, lá pelas tantas, votar contra. Votar contra! Mas não querer apurar, pedir o arquivamento, pura e simplesmente, sem fazer sequer reunião do Conselho de Ética para discutir? Sinceramente, eu não consigo entender. Eu não consigo entender. E o Presidente Sarney diz: “Eu não cometi deslize nenhum”. É um direito dele. Mas vamos provar, vamos analisar, vamos debater, vamos discutir. Tristes os dias que estamos vivendo.

Com relação a engolir ou não engolir, olha, meu querido Senador, eu, com dezoito anos, entrei na vida universitária. Hoje, vou fechar 79 anos e, desde que fui deputado pela primeira vez, não tem um dia sem mandato na minha vida. E enfrentei lutas difíceis, lutas árduas, até porque meu estilo é geralmente ficar na oposição. Mas o que tinha que dizer eu disse. Disse na hora que podiam cassar, prender, degolar, desaparecer;

disse na hora em que se dizia que, em época de muda, passarinho não canta, e muita gente não falou.

Com relação ao orador de segunda-feira, fiz a interpelação ao Presidente do Senado para ele se dirigir ao Corregedor. Que ele dê a explicação, que apresente os fatos com relação a minha pessoa. Isto é importante: o que existe, o que S. Ex^a tem que me deixaria muito mal perante a sociedade, e que a sociedade tem que saber. S. Ex^a disse: “Direi quando quiser”. S. Ex^a até hoje não disse, nunca tinha dito e poderia ficar mais dez anos sem dizer. Mas, no momento em que disse que tem, tem que dizer, porque agora a imprensa está na expectativa de que fatos são esses. A interpelação foi feita. Já falei com o Corregedor, o Senador Tuma, que diz que está esperando para tomar as providências, e vamos ver que fatos são esses.

Para quem fala como eu falo e luta como eu luto a vida inteira, as ameaças, as coações, as denúncias se repetem. Até a última que aconteceu aqui. De repente, o Senador Renan disse que o meu problema com o Senador Sarney é de ciúme, porque eu queria ser Vice-Presidente da República do Tancredo e Tancredo preferiu ele. Mas eu desafio que alguém traga uma vírgula, uma nota, em qualquer momento, quando nós fizemos a aliança para eleger Tancredo, que o Vice não fosse da chamada Arena. Nós precisávamos dos votos da chamada Arena para fazer a maioria, senão nós não tínhamos chances. O que tinha é que nem o Tancredo nem o PMDB faziam questão...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Os candidatos do Dr. Tancredo eram Marco Maciel, Nelson Marchezan, que não aceitaram porque foram eleitos pelo PDS, enquanto Sarney foi eleito Senador pela Arena, quatro anos antes. Extinta a Arena, criado o PDS, o Marchezan e o Marco Maciel foram eleitos Deputados pelo PDS. Se saíssem do PDS para entrar no MDB para serem candidatos a Vice, tinha um dispositivo que dizia: “Perde o mandato o político que se candidatar por partido outro daquele em que ele foi eleito”. E eles tinham sido eleitos pelo... O Sarney, não. Porque o Sarney tinha sido eleito pela Arena, e a Arena tinha sido extinta. Então, isso não se aplicava a ele.

Mas daí ao que foi afirmado aqui! Não é o Pedro Simon. Duvido que tenha o nome de uma pessoa,...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – ...um parlamentar, alguém do MDB, em quem se tivesse falado para ser candidato a Vice-Presidente. O Vice tinha que ser da Arena. E foi. De repente, levantam aqui...

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Nobre Senador Pedro Simon...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – ...da maneira mais ridícula uma afirmativa daquela natureza. Pois não.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Pedro Simon, eu escutava o pronunciamento de V. Ex^a, presidindo a Mesa, e chamei o Senador Papaléo, porque gostaria de fazer um aparte a V. Ex^a. Escutei atentamente o vosso pronunciamento. É preocupante a situação do nosso Senado, muito preocupante. Calcule V. Ex^a que, uma tarde, meu líder chegou comigo... E V. Ex^a sabe que, há uns dois anos, eu venho lutando pela abertura da CPI do Dnit. Todos sabem nesta Casa. E meu líder me consultou. Estariam tentando negociar um pacote: para o funcionamento – perceba bem, Senador, aonde nós chegamos – da CPI da Petrobras, nós teríamos que segurar a CPI do Dnit. Olhe aonde nós chegamos, em que situação nos encontramos! Eu sempre disse dessa tribuna que nós estamos em uma ditadura política. Sempre afirmei, por várias vezes, isso. Então, o Senador não tem condição de ter a liberdade de abrir uma CPI. Tivemos de parar essa CPI do Dnit – não sei quando poderá ser instalada – para ser instalada a CPI da Petrobras, senão não teria a CPI da Petrobras. Olhe aonde nós chegamos! Eu só fiz este aparte para observar a V. Ex^a a preocupação com o momento por que passamos nesta Casa. Torno a lhe afirmar, olhe esta minha colocação sobre o que V. Ex^a dissertou hoje: trata-se de uma ditadura política incontestável. É isso por que passamos neste momento, Senador. Parabéns pela sua preocupação!

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Para confirmar o que V. Ex^a está dizendo: lá atrás, nós pedimos a criação da CPI do Mensalão. Por todo aquele escândalo que aconteceu, aqueles absurdos, nós pedimos a CPI. Aqui, no Senado, os líderes se negaram a indicar nomes, Senador. E deram uma nota, o Líder do MDB, do PT e não me lembro de que mais partido: “Nós, os líderes, não concordamos com a criação dessa CPI. E só se criará a CPI aqui quando a maioria concordar”. O artigo da Constituição que diz que a CPI é um direito da minoria, um terço é suficiente, acabou. E o Presidente da Casa, Dr. Sarney, não criou a CPI. Nós entramos com um requerimento ao Presidente Sarney. Está no Regimento: se os líderes não indicam, cabe ao Presidente indicar. E ele não indicou.

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Aí, o Senador Jefferson Péres e eu entramos no Supremo. E, pela primeira vez na história do Congresso brasilei-

ro, o Supremo interveio e mandou criar. E foi criada, a mando do Supremo. Agora, acontece o mesmo. E, com relação à CPI de V. Ex^a, para fazer essa, tiveram que retirar a sua. Tiveram que concordar em retirar. Não sei. Para ser sincero, não consigo entender. Não consigo entender aonde querem chegar.

Vejo com simpatia a Ministra Dilma, mas sou obrigado a reconhecer que hoje tem um fato novo no panorama brasileiro. É aquela mocinha simples, singela, humilde, que pesa quarenta e poucos quilos: Dona Marina. Eu não sei, mas se as coisas não seguirem outro rumo, um fato novo pode estar acontecendo, um fato novo muito importante, que, com o desgaste do Presidente Lula, que ele está levando para a sua candidatura, pode ter um novo destino.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mário Couto.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Mário Couto, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Questão de ordem, Senador Fernando Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de poder falar, neste momento, à Nação brasileira. Todos sabem, alguns podem não se lembrar, mas todos sabem que, nos idos de 1992, a minha saída da Presidência da República pelo processo de **impeachment** instaurado pela Câmara dos Deputados teve como patrocínio o Partido do atual Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e também a simpatia do atual Presidente do Senado da República, Presidente José Sarney.

Fui vítima de uma campanha insidiosa. Nas palavras do ex-Governador Leonel Brizola, saudoso Governador, muito mais violenta do que aquela sofrida pelo não menos saudoso Presidente Getúlio Vargas. Sofri, e muito. Arrancaram-me o mandato, levaram-me a mãe, dispersaram minha família, suspenderam meus direitos políticos, violando o Regimento da Casa e as leis do País, por oito longos anos.

E hoje aqui estou, no Senado da República, representando o meu Estado, Alagoas, apoiando o Presiden-

te, o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e apoiando o Presidente desta Casa, José Sarney.

Portanto, a minha posição é absolutamente insuspeita. Se calasse dentro de mim algum tipo de rancor, de raiva, algum espírito de revanche, momento propício melhor não haveria do que este. E por que não o faço? Não o faço, em primeiro lugar, porque não acolho esses sentimentos subalternos dentro de mim, e, segundo, porque não desejo a ninguém, nem mesmo àqueles que, no passado, estiveram em campos opostos ao meu, que sejam vítimas de campanhas como essas que estão vitimando o Presidente desta Casa, Presidente José Sarney, e, por extensão, do ponto de vista político, o Governo do Presidente Lula.

Quando apóio as ações do Governo Federal, apóio, como disse anteriormente, pela consciência plena que possuo de que o seu Governo vem atingindo as expectativas da população brasileira, sobretudo a população mais sofrida.

Quando apoio a permanência do Presidente José Sarney nessa cadeira em que V. Ex^a, Senador Papa-léo Paes, preside a sessão, é porque não desejo que ele seja alcançado por essas injúrias, calúnias, mentiras. Ouvem-se várias vezes daqueles que querem retirar o Presidente Sarney da cadeira para a qual foi legitimamente eleito pela maioria dos integrantes desta Casa: “Li na publicação X”, “Diz a publicação Y”, “Fala-se nas ruas”. E não se dão sequer o cuidado de procurar ler essas acusações, de procurar entender essas acusações. E dizem exatamente assim: “Não li ainda o processo, mas, pelo que vejo publicado, isso não pode, isso tem de acabar.” Como se o Presidente José Sarney fosse o culpado por tudo que vem acontecendo neste Senado.

E permitam V. Ex^a e as Sr^{as} e os Srs. Senadores colocar-me também como uma pessoa insuspeita nesse processo, porque aqui cheguei eleito em 2007. E o que tenho eu a ver com tudo isso que hoje está sendo aí levantado, como alguns outros poucos companheiros que estão inaugurando um mandato, como inaugurei em 2007?

O que foi solicitado à Mesa Diretora do Congresso Nacional essa Mesa Diretora vem fazendo e mostrando serviço. As providências estão sendo tomadas de forma adequada, sem que se impeça nem o Ministério Público, nem a Polícia Federal de que tomem as atitudes que julguem convenientes, entre as atribuições que lhes confere a Constituição da República brasileira, sobre aquilo que todos nós desejamos, ao final, esclarecer.

Há, sim, um movimento político em jogo. E esse movimento é feito exatamente às vésperas do processo eleitoral, o que inibe alguns companheiros de tomarem alguma posição de acordo com a sua consciência e com a razão. Mas, infelizmente, pela proximidade das eleições, optam por ouvir o intangível ruído das ruas. A mesma coisa aconteceu comigo. A votação para o meu afastamento se deu às vésperas de uma eleição, para inibir companheiros parlamentares de votarem contra o meu afastamento, porque tinham receio desse movimento que se criava e que, julgavam eles, poderia prejudicá-los no pleito que se avizinhava.

Lamentavelmente, vejo que isso, mais uma vez, acontece. E gostaria de dizer a esses companheiros que, aqui e acolá, de alguma forma, têm manifestado esse receio que não tragam para sua decisão esse tipo de atitude receosa. A multidão – e a sua vontade – nem sempre ou quase nunca tem razão. A razão é alcançada com base numa reflexão profunda dos fatos que nos estão cercando e do conhecimento desses fatos.

Temos exemplos na história. O nosso Jesus Cristo foi levado à cruz, porque a turba optou por Barrabás, em vez de optar por Jesus.

Getúlio Vargas. Getúlio Vargas. Aqueles que, na véspera do dia 24 de agosto de 1954, andavam pelas ruas do Rio de Janeiro, cometendo arruaças, fazendo badernas, quebrando portas de comerciantes pró-Getúlio, tentando empastelar jornais que eram a favor de Getúlio, ou jornal a favor de Getúlio, a favor da constitucionalidade, como **Última Hora**, aqueles mesmos que pelas ruas caminhavam tentando incendiar os espíritos dos brasileiros contra o Presidente legitimamente eleito pelo voto popular, quando da madrugada do dia 24 de agosto, depois do trágico episódio, caminhavam eles mesmos pelas mesmas ruas, querendo caçar (com “c” cedilha) aqueles que porventura estivessem a comemorar o falecimento trágico de Getúlio Vargas. Esse é o comportamento da massa. Esse é o comportamento da turba, quando não informada de maneira conveniente.

E parte da mídia deste País não está informando de forma conveniente. Parte da mídia deste País, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todas as senhoras e os senhores que nos estejam escutando, neste momento, parte da mídia deste País está querendo engolir, fazer engolir a cada um de nós essas empulhações cometidas contra o Presidente José Sarney.

Aqueles que têm alguma coisa contra o termo “engolir” devem sofrer de um período de regressão. Não conseguiram ultrapassar a fase oral da primeira infância, e isso traz graves problemas na fase adulta, porque engolir, deglutir é algo absolutamente natural,

aliás, é algo – V. Ex^a e o Senador Mão Santa, que são médicos, sabem – que faz parte da nossa fisiologia.

Então, parte da mídia está desejando impor a linha de pensamento único: “Temos que mostrar a força. Temos que tirar José Sarney da Presidência do Senado e ponto final”. Mas a mídia não irá conseguir consagrar o seu intento. A mídia não fará com que esta Casa, como disse anteriormente, agache-se diante dela. Esta Casa é muito mais alta do que isso, muito mais alta do que isso.

Há que se respeitar esta Casa, porque há que se respeitar o processo democrático. E se tudo isso que está acontecendo no âmbito do Senado Federal, com as CPLs – e volto a dizer, pedindo licença a V. Ex^a., Sr. Presidente, e às Sr^{as} e aos Srs. Senadores, que fala aqui uma pessoa insuspeita, que foi vítima de CPLs viciadas, foi vítima de um processo espúrio, que não deixou, em nenhum momento, de fornecer à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito todas as documentações solicitadas, mas que, por isso mesmo, por ter essa experiência, por ter passado por essa experiência, não desejo isso a ninguém, nem àqueles que estiveram em campos opostos nos idos de 1992 – por isso, peço à Nação brasileira que faça uma reflexão, veja onde está a verdade e onde está a mentira.

Em cada uma dessas representações feitas contra o Presidente José Sarney, não se deixem levar somente pelo lide da matéria, não se deixem levar apenas pelos títulos das matérias, não se deixem levar apenas pelos humores dos colunistas e dos cronistas.

Procurem aprofundar-se um pouco mais. Solicitem aqui ao Senado da República que recebam as interpelações e as representações feitas na íntegra.

Discutam esse problema e não apenas queiram fazer do Presidente do Senado da República a bola da vez, como no jargão popular costumam utilizar.

Por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu venho aqui, mais uma vez, para fazer este chamamento à Nação, para que a Nação, conhecendo, sim, o inteiro teor das representações que foram apresentadas contra o Presidente José Sarney, possa, a partir do conhecimento dessas interpelações e dessas representações, fazer o correto juízo do que aqui está acontecendo. Este é um jogo político em que forças a favor do Governo Lula e forças contra o Governo Lula estão se digladiando, tendo como pano de fundo as eleições de 2010.

Eu aqui me ponho dessa forma, Sr. Presidente, e peço a todos aqueles que nos escutam neste momento que façam essa reflexão para depois tomarem a sua decisão.

Obrigado, Sr. Presidente.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senador Fernando Collor.

Antes de passar a palavra, para uma comunicação inadiável, ao Senador Mão Santa, eu vou ler o expediente que se encontra sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Encerrou-se, na última sexta-feira, o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 47, de 2009, de autoria do Senador Renato Casagrande, que *dispõe sobre as atividades, processos e estruturas de controle interno do Senado Federal*.

Ao projeto foi apresentada a Emenda nº 1, de Plenário, do Senador João Vicente Claudino, que será publicada na forma do Regimento.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para exame da proposição e da emenda, onde se encontra o Projeto de Resolução nº 17, de 2009, que altera o Regimento Interno do Senado Federal, uma vez que o projeto supracitado também modifica a referida norma interna, seguindo, posteriormente, à Comissão Especial da Reforma do Regimento Interno.

É a seguinte a Emenda apresentada:

EMENDA

Emenda apresentada ao Projeto de Resolução nº 47, de 2009, de autoria do Senador Renato Casagrande, que Dispõe sobre as Atividades, Processos e Estruturas de Controle Interno do Senado Federal.

EMENDA Nº 1 – PLEN

Dê-se a seguinte redação aos arts. Projeto de Resolução do Senado nº 47/2009:

“Art. 1º

e) exercer as atividades de corregedoria

§ 4º À Controladoria do Senado Federal, por seu titular, cumpre instaurar sindicância, procedimentos e processos administrativos outros, inclusive promovendo a aplicação da penalidade administrativa cabível.

§ 5º Cumpre à Controladoria do Senado Federal, na hipótese de identificar a participação de parlamentar, transladar os autos à Mesa Diretora do Federal para continuidade da apuração.

§ 6º A Controladoria do Senado Federal encaminhará à Advocacia-Geral do Senado Federal os casos que configurem improbidade administrativa e todos quantos recomendem a

indisponibilidade de bens, o ressarcimento ao erário e outras providências a cargo daquele órgão, bem como provocará, sempre que necessária, a atuação do Tribunal de Contas da União, da Secretaria da Receita Federal e, quando houver indícios de responsabilidade penal, encaminhar cópia do processo ao Ministério Público Federal, inclusive quanto a representações ou denúncias que se afigurem manifestamente caluniosas.

Art. 2º

§1º

VI) promover a apuração de responsabilidade dos servidores do Senado Federal;

VII) fomentar o incremento da transparência da gestão no âmbito do Senado Federal.

§ 2º

VI) promover a integração de ações com os demais órgãos integrantes dos Sistemas de Correição dos Poderes da União.

VII) planejar, dirigir e executar as atividades de correição, utilizando como instrumentos a investigação preliminar, a sindicância, o processo administrativo geral e o processo administrativo disciplinar.

Justificação

Cuida-se de emenda para complementar o Projeto de Resolução do Senado nº 47/2009, sugerindo atribuir à Controladoria do Senado Federal as atividades de correição – que ainda as não possui – para apuração de responsabilidade dos servidores, efetivos e comissionados, desincumbindo da referida tarefa o corpo diretivo, tanto administrativo como parlamentar.

A proposta, em si, é deveras salutar na medida em que tal concentração da atividade de correição contribui para o aprimoramento da atividade fim dos Senadores (produção legislativa e fiscalizatória), por conseguinte, para o fortalecimento da imagem do Senado Federal.

O exercício do poder, não raro, induz a abusos, impondo-se, por esse motivo, a necessidade do surgimento de controles para a sua utilização. Nesse contexto, quanto mais poder, maior deve ser o controle sobre ele, evitando assim abusos e desmandos.

A busca do controle sobre o poder já vem desde os tempos mais remotos. Atualmente, o controle dos atos públicos é feito de vários modos, de acordo com o sistema político e as peculiaridades sociais e culturais de cada povo.

Sala das Sessões, – Senador **João Vicente Claudino**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa para uma comunicação inadiável.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Senador Papaléo Paes, que preside esta sessão de segunda-feira, eu parodiava o Presidente Luiz Inácio: nunca antes o Senado da República reuniu-se às segundas-feiras. Façam uma reflexão! Parlamentares presentes, brasileiros e brasileiras que aqui nos assistem e que nos acompanham pelo sistema de comunicação do Senado, o Senado é... Essa conversa aí não adianta. Ele é tão forte, que eu nunca vi – olha que tenho muito conhecimento da história universal – uma campanha tão insidiosa contra uma instituição! Nunca vi. Não tem isso na história, nunca. Não atinge nada. Esse negócio de dizer... Não, não. Sou é filho da rua. Sou filho do povo. Sou Senador da República. Não estou nesta conversa, não! Eu ando na rua e sou aplaudido. Dou autógrafos. Tiro retratos. Não tem nada... O povo é sábio. O povo é soberano. O povo... Somos filho do povo, do voto e da democracia.

Isso é este momento. O Senado da República foi e é a única instituição que garantiu a liberdade democrática. Todas foram cooptadas. Todas! Aqui, não! Então, este País não é Cuba, ô Presidente Collor! Não é a Venezuela de Chávez; não é o Equador do Correa; não é a Bolívia do Morales; o Paraguai do Padre reprodutor; a Nicarágua e Honduras. Só por nós! Todos se curvaram. Todas as instituições. Aqui, não passa. As intenções, o desejo é grande. Não passa!

A CPMF foi um teste. Quiseram nos corromper. A CPMF foi um teste. Não passou! Eu disse que não passava. Conheço aqui. Eu convenço, Alvaro Dias. Lutamos juntos. Aquilo foi um teste. Eu disse: trinta e cinco, como aqueles trezentos que seguraram Atenas, que seguraram Esparta. Há o filme, assistam! E eles sabem. Eles precisariam de dois terços para que houvesse um continuísmo, para que isso fosse igual a Cuba, igual à Venezuela de Chávez, igual ao Equador de Correa, o Morales, que já conseguiu na Bolívia, o Padre do Paraguai, a Nicarágua, Honduras. Por aqui.

Eu, há um tempo, fiz um pronunciamento em que... Mesmo o Presidente Sarney não iria votar um negócio desse. E ele tem uma liderança aqui, todo mundo sabe, de Senador do Amapá, do Maranhão.

Então, era mais da metade. E ele sabe os que queriam a continuação, os que queriam o terceiro mandato. E são muitos. Tem sessenta mil aloprados com DAS aí. O DAS-6, Presidente Collor, talvez V. Ex^a não se recorde, nem o Alvaro Dias... O Alvaro Dias foi Governador e o Governo só tem um DAS-4, como

eu... O DAS-6 ganha R\$10.548,00! Sem um concurso, sem uma noite indormida. Com uma assinatura, estão aí! Isso é um exército, um exército a tentar o próprio Presidente Luiz Inácio com essa tentativa... A tentar! E ele sabe que aqui não passa. Seriam necessários dois terços. Aqui, jamais! Ele sabe disso. Então, daí essa campanha. Ele não tem nem maioria simples para isso. Mas o Senado... é isso que somos aqui.

Presidente Collor, isso é tão forte! Ô Dornelles, V. Ex^a sabe, porque foi em Minas. Ô Presidente Dornelles, Presidente do PP... Ele está atento ali, querendo falar. Na última visita de Getúlio Vargas a Juscelino Kubitschek, ele o recebeu e o homenageou. E tinha o DIP, Departamento de Informação Pública, a imprensa... Nada, não houve. Não houve o atentado da Rua Tonelero, não houve a morte do Major Vaz. E daqui, daqui, daqui, Afonso Arinos bradou: "Será mentira o órfão? Será mentira a viúva? Será mentira o mar de lama?". E Getúlio, bondoso, não pactuava com aquilo. Mas existia, existia o Gregório. Existiu e tomou aquela atitude naquele momento, que não coincidia com a sua dedicação a este País. Tantos anos! Foi um curso daqui.

Isso é tão forte, Presidente Collor! Quero lhe dizer o seguinte: no Piauí, houve um crime que já estava lá há quase meio ano. Um playboyzinho pegou uma moça linda que foi comprar um xampu, Papaléo, no carro dela. Um playboyzinho rico, do Ceará, pegou o carro, drogado... Uma estudante de medicina, linda, Tallyne Teles, no quarto ano de medicina... Esse playboyzinho rico do Ceará, drogado, pegou-a no carro dela, Papaléo, levou-a para o Norte do Piauí, perto da minha cidade, e deu dois tiros na sua cabeça. Voltou... e estava no Ceará, no bem-bom.

A família era importante, Feitosa, com coronel. E nada! A mãe me fez uma carta, e eu a li daqui, na semana passada, contando a indignação. O playboyzinho, rico, de família tradicional e poderosa, fugiu para o Ceará. Alegou aquele negócio de estar doente. Está ouvindo, Papaléo? Apresentou atestado, está no hospital quase há meio ano. Peguei a carta da mãe e a li. De repente, Inácio Arruda, constrangidos com a imoralidade e com a indignidade, Tasso Jereissati e Flávio Brito pegaram a carta, e, no dia seguinte, estava lá o Governador Cid Gomes.

Todo mundo sabe que é difícil prender os ricos; o que se prende é pobre mesmo. Essa é a verdade. E estava lá – esse é um deles – apadrinhado, coronelato, há quase meio ano. A família, a mãe, o pai, o médico... Era uma jovem linda a Tallyne. Está aqui: no Ceará, o Governador se mobilizou, foi ligeiro. Está aqui o preso. É só uma leitura daqui!

São dois séculos de moral, de grandeza, de Rui Barbosa a nós. Esta é a Casa da moral; se nela estou eu, tem... Mas olha que somos fruto do voto do povo. Aqui, temos mais voto do que Luiz Inácio. Já somei: aqui, temos oitenta milhões de votos. Com todo o respeito, Luiz Inácio teve sessenta milhões de votos. Esta Casa é que é o sustentáculo da democracia. Não se resiste! Ninguém resistiria a uma mídia dessa que tem interesses outros, só o Senado da República.

Ó, Mozarildo, sou povo! Ando na rua, aclamado, aplaudido, fotografado. Dou autógrafo. Crianças gritam: "É o Mão Santa, do Piauí". Agora, lá em Campo Maior, no aniversário, os velhos, os idosos diziam: "Que negócio é esse?!". O Senado é amado, é querido. O Senado é o povo. Nós somos o povo! Somos o sustentáculo da democracia. Há o bem, o mal. E há quantas leis! E o salário mínimo? Era de US\$70,00. Olhem os velhinhos aposentados aqui, hoje! Olhem os mototáxis! Olhem os Vereadores! Olhem os idosos! Olhem a pedofilia! Nós é que a enfrentamos.

Para a mãe, sofrida e injustiçada, fez-se justiça: "Acusado de matar estudante chega nesta semana". Está vendo, Papaléo? Era mais um rico. Só que não aguenta!

Esta é a tribuna. Aqui, somos povo, somos a verdade. Falo como Cícero, que simboliza o Senado romano. Houve crise: um Governador doido lá, Calígula, colocou um cavalo como Senador, Incitatus. Acabaram? Não acabaram não! Está lá a democracia, está o Senado. Lá viveram uma crise, e a história e a civilização preservam o Senado romano. É isso.

O Senadinho – ô Alvaro Dias – de Cristo era pequenininho: eram somente treze, escolhidos por Ele, o filho de Deus, iluminado. Rolou dinheiro, renderam o homem. Não foram acabar com a Igreja de Cristo, não! Não acabou, não.

Temos problema, mas o melhor é que há ali um, basta um: Francisco Dornelles. Tancredo Neves, que se imolou pela democracia, entregou a chave do cofre àquele homem. Está aqui como Senador da República e foi Ministro do Trabalho por duas vezes. É respeitado aqui? Não, ele é respeitado no mundo. Eu o vi, Papaléo, em Genebra, representando este País, e também na França. Somos o Senado da República. Esse negócio daí é uma campanha só.

Ô Alvaro, V. Ex^a foi Vereador de Londrina, e peço à Câmara de Vereadores da minha cidade – que hoje o PT domina, e eu sou contra – que faça uma CPI. Sr. Prefeito, convoque uma CPI para investigar sobre a minha vida. Ao Governo do Estado do Piauí, que está na mão do PT, peço que os aloprados façam lá uma CPI da minha vida. E, aqui, os senhores co-

nhecem o dia a dia. Então, somos este Senado da República. Essa campanha insidiosa não pega.

Mas quero agradecer ao Senador Inácio Arruda, que foi fabuloso e que fez um discurso. Comoveu-se também pela perda da jovem o nosso Senador Jayme Campos, bem como o Senador Tasso Jereissati, Flávio Britto e o Governador Cid Gomes. Olha que, em pouco tempo, o homem foi preso – já ia fazer seis meses. Era de família poderosa, com coronel. Só houve um pronunciamento aqui, e é lógico que teve a sensibilidade dos homens de bem do Ceará. Agradeço a S. Ex^a, o Governador Cid Gomes. Entreguei o *e-mail* ao nosso Senador Arruda, que o levou ao Governador do Estado. Este é o Senado. Isso é credibilidade. Aqui, está a carta da mãe que recebemos.

Eu queria dizer o seguinte: isto é para isso mesmo. Não acredito nesse entusiasmo do Governo. Aqui, há o *Diário*: “Piauí tem 54% de obras de estradas não concluídas”. E está terminando o Governo, o segundo. Quer dizer, só há propaganda. É o jornal que diz isso. São 54%! Já está no fim. Acabou. Lá há vários candidatos. Cinquenta e quatro por cento! É só mídia. Está aqui o jornal. Não sou eu, Senador, que diz isso, não. É aquele negócio: uma mentira repetida se torna verdade. Dizem que está no programa, pá, pá, pá, mas nem começaram. São obras eleitoreiras, todas! Aqui, estão várias obras que nem iniciadas foram: Marcos Parente a Jerumenha; Pedro Laurentino, entroncamento com a BR-020; Sigefredo Pacheco, entroncamento com a PI-115; Palmeirais/Amarante; Teresina/Palmerais; Simplício Mendes/Colônia do Piauí/Oeiras; Simplício Mendes/Conceição/Jacobina; Teresina/José de Freitas/Cabeceiras; Barras/Batalha, Curralinhos/Entroncamento com a BR-316; Piracuruca/Entroncamento com a BR-222 (Alto Alegre); Porto/Miguel Alves; Picos/Aroeira do Itaim; Domingos Mourão. Quer dizer, nem iniciaram essas obras, só estão cacarejando. Já está terminando o segundo Governo. Acabou.

Segurança? A pior possível. Crimes? Olha, Papaléo, fui a uma farmácia, e o farmacêutico me disse: “São seis assaltos por mês. Ele não divulga senão não vai mais ninguém... Mas são seis assaltos”. O que está salvando é o pedido telefônico, Mozarildo. No Piauí, com sua característica cristã, ô Dornelles, quando morria uma pessoa, havia aquele negócio de velório, de sentinela. Outro dia, fui com a Adalgisinha a um velório: “Não, Adalgisa, vamos de noite”. Cheguei lá, e disseram: “Nós já o enterramos”. “Mas ele não morreu às cinco horas?” “Enterramos às cinco e meia.” “Por que?” “Porque o vizinho ficou no velório, tiraram as joias deles, assaltaram tudo.”

A melhor empresa de fotografia, do Irineu, tinha umas seis lojas, mas já fecharam três, a de trás, a cem metros do Karnak, a matriz. Olha aí como esses bichos mentem e roubam. Já estão até, como em São Paulo, querendo matar no Piauí. Até já pegaram a Polícia Federal. Está quase igual. Olha essa, Senador! Assaltaram o Irineu, botaram o revólver na cara dele, não sei o quê – ele é um empresário corajoso –, a cem metros do Palácio do Governo. A manchete dos jornais dizia: “Prendemos os assaltantes”. Aí o Irineu foi lá, mas não eram os assaltantes, não havia nenhum ali. Ele disse: “Mas como? O cara passou três horas com o revólver na minha cabeça, e eu não ia reconhecer?”. Mas, só para fazerem mídia e para dizerem que estavam trabalhando, falaram que tinham prendido o assaltante. E o Irineu fechou três lojas, e a mais importante era a de fotografia.

Na cidade do interior de São Miguel do Tapuio, o Banco do Brasil está fechando. Essa é a verdade. Os crimes estão aí. As estradas estão aqui. E a mentira é pior. Vou terminar, Papaléo. É o seguinte: os bichos pensam que governar é mentir.

“Banco do Brasil vai cobrar taxa de servidores estaduais.” Olha a vergonha, o que é o Governo do PT, ô Mozarildo! O Banco do Brasil acabou comprando o Banco do Estado. São noventa mil funcionários do Estado que recebiam dinheiro no Banco do Estado. Era assim quando eu governava. Eles prometeram. Aqui, é dito: “Empréstimo do BB vai sair do bolso do funcionalismo”. E, agora, o Banco do Brasil, para pagar, cobra taxa dos homens, R\$16,00. Comprometeram-se que não ia haver prejuízo. Então, os funcionários que já ganham muito pouco, que não têm mais o lapep de saúde, têm agora de pagar uma taxa que, ao longo da história do Piauí, era paga pelo Banco do Estado. Agora, R\$16,00 são descontados de cada pagamento pelo Banco do Brasil.

Olha a mentira! Regina Sousa é do PT e é uma espécie de Dilma de lá. Aqui, diz-se o seguinte:

“Regina Sousa cita que o servidor não terá prejuízo porque continuará recebendo do mesmo local, pois o banco fez convênio com os correspondentes bancários. A única mudança é que os servidores podem ser clientes do Banco do Brasil. Regina Sousa ressaltou que não haveria encargo para o servidor, ou seja, continuaria sendo conta-salário. ‘O banco não vai cobrar nada. Será do mesmo jeito que tem conta do BEP (...)’

Mas o Banco do Brasil informou que o cliente proveniente do BEP ficará isento só 30 dias. Após este prazo, estará sujeito a cobrança de tarifas BB."

Então, o servidor, que é lascarado, que já ganha pouco – acabaram com o sistema de saúde –, agora, tem de pagar mais essa taxa de R\$16,00, que, para quem ganha pouquinho, é muito. Essa é a história. Então, Papaléo, esse é o Governo do PT no Piauí.

Mas estamos aqui garantindo a democracia. Ernest Hemingway, nascido nos Estados Unidos e morto em Cuba, disse que a maior estupidez é perder a esperança. Estamos aqui com essa esperança porque garantimos a democracia, em que há alternância no poder.

Alvaro Dias, comunique lá! Alvaro dias, preste atenção! V. Ex^a é tucano? Comunique que vi umas pesquisas em que José Serra tem 60% dos votos no Piauí, e a Dilma, 20%. Eu mesmo fiquei chateado, Mozarildo. Passei sem dormir. Como ele poderia ter mais votos do que eu? Ora, tenho uma vida lá, fui médico, fiz tudo lá. Aí entendi que todo mundo está se juntando. O Heráclito e o Prefeito de Teresina, que é do PSDB, muito forte, estão se somando. Então, essa é a realidade. Essa alternância do povo no poder é a esperança do povo do Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Obrigado, Senador Mão Santa. Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Senador Francisco Dornelles pela Liderança do PP, por concessão do orador inscrito, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Papaléo Paes, quero indagar a V. Ex^a – e fiz uma permuta com o Senador Dornelles – se falarei em seguida ou há outro orador antes, para que eu possa me programar pois ainda pretendo falar.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a falará após o Senador Francisco Dornelles, como orador inscrito.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu queria, inicialmente, declarar meu integral apoio às medidas que foram tomadas pelo Presidente José Sarney, meu apoio ao Presidente, à Mesa Diretora e fazer votos de que essas medidas permitam que o dissenso político que existe no Senado hoje e que é normal em todos os Senados, em todas as disputas políticas, possa ser administrado dentro de um clima de harmonia e de respeito.

Eu queria dizer, Sr. Presidente, da minha preocupação com notícias divulgadas pela imprensa, nas últimas semanas, sobre as mudanças nas regras da

exploração do pré-sal. Eu considero isso da maior importância e acho que o Senado deveria dar a elas um caráter e uma atenção muito especial.

Entendo, Sr. Presidente, que desconcentração de competência, desconcentração de poder e privatização são palavras-chave da reforma do Estado brasileiro. O que pode ser feito pelos Estados não deve ser feito pela União; o que pode ser feito pelos Municípios não deveria ser competência nem da União, nem dos Estados; o que pudesse ser feito pelo setor privado não devia ser nem da União, nem dos Estados, nem dos Municípios.

Eu acho, entretanto, dentro de exceções que existem nesse contexto teórico, extremamente importante a presença da Petrobras na exploração de petróleo brasileiro. Ela tem feito um trabalho excepcional na exploração, na pesquisa, mas eu acho que, a seu lado, nós devemos admitir também a presença de empresas privadas nacionais e estrangeiras na exploração do petróleo.

E me preocupa muito a modificação do marco regulador do petróleo. O sistema de concessão adotado pela legislação brasileira é o regime da eficiência e da transparência, que faz do Estado brasileiro sócio oculto e privilegiado dos resultados da exploração do petróleo, sem o desgaste administrativo e sem o risco de prejuízo.

Os contratos de partilha da produção que se pretende para o pré-sal são adotados em países que não dispõem de um regime fiscal ou tributário adequado; exigem a criação de uma empresa estatal, com a finalidade de contratar e fiscalizar as atividades de exploração do petróleo. Os contratos de partilha não oferecem transparência, uma vez que a contratação de bens e serviços é objeto de negociações posteriores; não propiciam ganhos de eficiência ou de otimização por parte dos operadores.

Pelo modelo de partilha, Sr. Presidente, os custos que a empresa tem para explorar e extrair petróleo são inteiramente ressarcidos pelo governo. No modelo de concessão, são integralmente assumidos pelo investidor.

O senhor vê, Sr. Presidente, a burocracia que será o Estado, o Poder Público avaliar as despesas realizadas por empresa que investir no petróleo.

A adoção do modelo dos contratos de partilha exigirá mudanças legislativas e prolongada discussão no Congresso.

O modelo da concessão, em vigor, permitiu dobrar a produção do petróleo em dez anos. Nossa produção subiu de 900 mil barris por dia, em 1997, para quase 2 milhões, em 2008. Permitiu, também, a atração de

investimentos de empresas privadas, nacionais e estrangeiras – e foram esses investimentos, ao lado da presença da Petrobras, que levaram ao aumento da produção, da produtividade, da lucratividade de nossas reservas.

O Poder Público, Sr. Presidente, pode obter, pelo regime de concessão, a mesma remuneração do sistema de partilha. O bônus de assinatura, cuja arrecadação variou de R\$322 milhões, em 1999, para mais de R\$2 bilhões, em 2008, será enormemente ampliado em decorrência da diminuição do risco. A participação especial hoje cobrada, com a isenção de até 450 mil metros cúbicos e progressividade de até 40%, poderia ser ampliada em relação aos novos campos.

Assim, Sr. Presidente, por decreto específico, sem necessidade de modificação na lei, sem criação de nova empresa ou adoção do critério de partilha, o Poder Público pode ter participação aumentada na exploração das reservas do petróleo do pré-sal, pela cobrança maior de empresas que viessem a explorar o novo campo.

O Estado pode, por meio da concessão, ter o controle absoluto sobre a exportação do pré-sal, estabelecendo até mesmo regras referentes à política industrial e à exportação. Esse aspecto afasta a preocupação de alguns de que o País pode tornar-se exportador de petróleo bruto, sem beneficiá-lo.

As mudanças anunciadas para os *royalties* e participação especial do pré-sal devem ser analisadas dentro do quadro constitucional. O § 1º do art. 20 da Constituição assegura a participação dos Estados e Municípios no resultado da exploração do petróleo nos respectivos territórios, plataforma continental e mar territorial.

O que a norma estabelece, Sr. Presidente, é uma espécie de compensação ou participação aos Estados e Municípios cujos territórios sejam afetados pela exploração do petróleo ou naqueles contidos nos bens de titularidade da União. As receitas dessa compensação ou participação são originárias do Estado, que é compensado, e não receitas originárias da União.

O artigo tem objetivo desconcentrador: centraliza a propriedade dos bens nas mãos da União e descentraliza o resultado de sua exploração. Como os Estados e Municípios onde os bens em questão se situam não podem explorá-los, embora sofram consequências negativas resultantes dessa exploração, a Constituição prevê a participação dos Estados e Municípios nos resultados econômicos ou correspondente compensação financeira.

Não é, pois, possível, mediante projeto de lei, vedar aos Estados e Municípios produtores a compen-

sação ou participação financeira prevista no art. 20, § 1º, da Constituição, pois tal vedação é incompatível com o dispositivo constitucional.

A proposta que vem sendo anunciada pelo Governo de substituir o regime transparente e eficaz da concessão pelo regime burocratizado da partilha, inclusive com a criação de mais uma empresa estatal, constitui um enorme retrocesso na política em vigor no País para a exploração do petróleo.

Vedar também, através de lei, a participação dos Estados e Municípios no resultado da exploração de petróleo na plataforma continental ou mar territorial, além de inconstitucional, constituirá a maior agressão jamais feita pelo Governo Federal, na história do Império da República, contra o Estado do Rio de Janeiro, que é o maior produtor de petróleo do País.

Como Senador pelo Estado do Rio de Janeiro, quero demonstrar aqui a minha total discordância com as propostas que vêm sendo anunciadas pelo Governo e dizer que o Rio vai sentir-se agredido, que, jamais, na história do Império da República, o Governo central ameaçou o Rio de forma tão violenta e brutal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Francisco Dornelles.

Comunico aos Srs. Senadores e às Sr^{as} Senadoras que a sessão será encerrada impreterível e regimentalmente às 18h30, caso eu permaneça como Presidente da Mesa.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti. V. Ex^a, como orador inscrito, terá 20 minutos para o seu pronunciamento. Lembro que já fizeram uso da palavra os Senadores Papaléo Paes, Cristovam Buarque, Mário Couto, Fernando Collor, Pedro Simon, Mão Santa, Francisco Dornelles e agora o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Papaléo Paes, que preside com muita competência esta sessão de hoje, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, Srs. telespectadores e Sr^{as} telespectadoras da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, coincidentemente V. Ex^a está presidindo esta sessão, e eu, aqui da tribuna, vou abordar um tema do qual tinha ouvido falar. Alguns profissionais da saúde no Brasil, em depoimentos, queixaram-se desse assunto, mas eu não tinha visto ainda uma matéria tão bem feita, tão profunda quanto a produzida pelo *Correio Braziliense*, no domingo, na primeira página.

O título é “Os Piratas da Medicina”. Veja, Senador Papaléo, a que ponto chegamos! Na própria Medicina, quer dizer, onde se lida com a vida de pessoas, com

a saúde das pessoas, o mercado negro, vamos dizer assim, tomou conta. A pirataria e a fabricação de remédios e de equipamentos médicos está sendo feita de maneira como se pirateia um CD, um DVD ou outras coisas que a gente houve falar a toda hora.

Eu fiquei, não só por ser médico, mas como cidadão, extremamente chocado com a matéria que li. Aliás, o **Correio Braziliense** começa, na primeira página, dizendo:

“A falsificação de medicamentos e de equipamentos médicos movimenta um comércio clandestino de cifras astronômicas e que mata milhares de pessoas no Brasil todos os anos. De hoje, [quer dizer, de ontem, domingo], até sexta, o **Correio** e **O Estado de Minas** publicam uma série de reportagens que mostra como se organiza esse crime, cada vez mais próximo do narcotráfico e do esquema de roubo de cargas. A ação desses bandidos causa enorme sofrimento a vítimas como a gaúcha Denise Borges de Medeiros, [que aparece na foto da primeira página]. Depois de se submeter a uma cirurgia para corrigir um problema nas vértebras, ela descobriu, [Senador Papaléo], que os parafusos colocados em sua coluna cervical estavam tortos e quebrados.”

Porque era material pirateado, material, portanto, de péssima qualidade, como soem ser esses materiais.

A matéria vai longe aqui. Na outra página: “A Falsificação da Cura”. Veja, Senador Papaléo, há um parque industrial chamado Taiwan. O Parque Industrial de Taiwan – aqui tem uma foto bonita da entrada, por sinal –, próximo a Ciudad del Leste, fabrica equipamentos hospitalares, inclusive. Aqui, na foto, tem o equipamento preso pela Polícia Federal. E vai decifrando o caminho dos remédios fatais, como eles vêm; alguns vêm da Colômbia, outros vêm do Paraguai, outros, de outros países vizinhos, mas aqui, no Brasil, já existem as fábricas instaladas. Por exemplo, no Rio Grande do Sul: “Complexo industrial em Porto Alegre onde funcionam as novas empresas do grupo denunciado pelo Ministério Público por comercializar próteses piratas”.

Quer dizer, amanhã, você vai se submeter a uma cirurgia para implantar uma prótese em qualquer local do corpo e você está usando um material de péssima qualidade, malfeito, tecnicamente errado. E, muitas vezes, o profissional de saúde não tem como avaliar, porque a coisa é muito bem embalada.

Aqui listam vários medicamentos, até esse remédio que está sendo usado na dita gripe suína, na Influenza A, que é o Tamiflu. Está sendo produzido um medicamento no Paraguai que diz ter os mesmos efeitos do Tamiflu. E como hoje, no Brasil, esse remédio não está sendo vendido nas farmácias, as pessoas correm atrás de tomar o remédio, porque não têm, às vezes, acesso nem sequer à consulta médica. Esse é um problema que já venho abordando, da questão do sistema público de saúde, que é um caos.

Pior do que isso: falei dos parafusos para colocar na coluna, mas há próteses de quadril também falsificadas.

A reportagem é ampla, Senador Papaléo, muito ampla mesmo. O próprio jornal fala que vai até sexta-feira abordando esse tema. Eu queria, inclusive, pedir a V. Ex^a a transcrição dessas matérias a que estou aqui me referindo, mas queria fazer uma reflexão sobre essa questão, que tem a ver, primeiro, com a saúde pública no País.

Apesar de que a reportagem diz que a Anvisa participou de algumas operações, não estou convencido, Senador Papaléo, de que as agências reguladoras funcionem como esperávamos que funcionassem quando aqui aprovamos a criação dessas agências reguladoras, seja a Anvisa, no caso da saúde, seja a Anatel, no caso das telefonias.

Vou falar aqui da telefonia. Neste fim de semana, tentei ligar para vários amigos, cujos números tenho cadastrados no meu telefone, com quem falo frequentemente, e sabem qual era a mensagem que a companhia telefônica mandava para mim? Que aquele número não existia; nem sequer usam o usual de dizer que “o número está fora da área de serviço ou temporariamente desligado”. Chegam ao absurdo de dizer para você, que fala todo dia com a mesma pessoa, que aquele número não existe. Para que Anatel?

Vamos para o caso da Anvisa. Pela dimensão que tomou essa questão aqui, deveríamos chamar aqui, realmente, e criar até...

Eu não gosto muito dessa história de, por qualquer coisa, criar-se CPI, mas eu acho, por exemplo, que a Subcomissão da Saúde, da Comissão de Assuntos Sociais, à qual pertencemos, deveria convocar não só a Anvisa, mas também autoridades como o Ministro da Saúde, toda a área competente – ou incompetente – para prestar esclarecimentos sobre isso, porque não podemos ser coniventes com uma situação dessas. Isso é um absurdo realmente. Apesar de que aqui existem vários fatos registrados de ações da Polícia Federal, do Ministério Público Fe-

deral, eu acho que aqui deveria haver uma mobilização, porque é brincar com a vida das pessoas, com a saúde das pessoas.

E o pior é que – até no mapa aqui aparece – a maior parte desses medicamentos, Senador Papaléo, vai para as regiões mais pobres do País. Mas também é adquirida nos grandes centros.

E eu fico muito preocupado de ver que há, por parte do Governo Federal, a preocupação, por exemplo, de gastar sem fiscalização, porque o Presidente Lula tem dito, claramente, que o Tribunal de Contas da União, que a fiscalização atrapalha o Governo dele, no que tange à execução das obras.

Mas vimos, hoje, uma ação da Polícia Federal, no Mato Grosso, em Cuiabá, que prendeu uma série de empresários e de funcionários públicos envolvidos numa falcatura estimada em R\$200 milhões.

Então, é preciso que o Tribunal de Contas até aprofunde a fiscalização e o funcionamento de órgãos como a Anvisa, órgãos como o Ministério da Saúde, órgãos como a Fundação Nacional de Saúde. E, principalmente, quero aqui fazer um apelo ao Conselho Federal de Medicina, à Associação Médica Brasileira, à Federação dos Médicos, a todas as congêneres na área da saúde no sentido de que haja grande união nesta questão, porque é muito séria.

Há também um similar do Viagra, Senador Papaléo, que é produzido também no Paraguai. E quantas pessoas vão usar esse medicamento pensando que tem efeitos, e não tem efeitos primários, mas tem, principalmente, efeitos secundários ou nenhum efeito, porque às vezes estão comprando um remédio que tem apenas o rótulo de remédio, é um pó qualquer, de trigo ou maizena.

Quero aqui chamar a atenção das autoridades, mas especialmente dos órgãos fiscalizadores: o Tribunal de Contas da União... A Anvisa, nesse caso, acho que tem que ser fiscalizada; o Ministério da Saúde tem que ser fiscalizado, porque, se chegamos a esse ponto, é porque esses órgãos não estão funcionando.

Agora, vamos ver a preocupação do Governo de não vender o Tamiflu nas farmácias, porque pode ser que as farmácias vendam sem receita médica ou pode ser que médicos despreparados passem receita no primeiro sintoma ou por pressão da família. Isso é estimular realmente a pirataria, porque, se você não legaliza, não deixa funcionar o que é legal, você está estimulando o que é ilegal. Até estetoscópio produzido no Paraguai e em outros lugares vem para o Brasil com marcas falsificadas.

Uma pessoa falsificar um DVD ou um CD, que, como sabemos, já na segunda vez de uso, não está prestando, muito bem, o comprador apenas deixou de ouvir uma música ou deixou de assistir a uma cena. Mas a pessoa comprar um remédio ou utilizar um equipamento médico pensando que ele é correto, e ele ser uma falcatura, uma pirataria, é realmente de estarrecer.

Até tenho falado aqui que roubar é condenável em qualquer área da atividade humana, mas roubar, piratear ou fazer safadeza na área de saúde, brincando com a saúde e com a vida das pessoas... É realmente necessário que se possa considerar isso como um crime. Já apresentei um projeto, Senador Papaléo, aumentando a pena para os casos de corrupção na área de saúde e de educação.

Mas acho que tínhamos que ir mais além. Acho que realmente tínhamos que transformar isso em crime hediondo, porque é hediondo mesmo. Quantas pessoas estão aí, vítimas desses bandidos que pirateiam medicamentos, equipamentos médicos? Aí acho que realmente tem que haver uma grande mobilização.

E gostaria de contar com V. Ex^a, Senador Papaléo Paes, para que fizéssemos imediatamente uma convocação do Ministro da Saúde, da Anvisa e de outros órgãos da saúde que estejam envolvidos para ouvirmos explicações melhores. Essa reportagem do **Correio Braziliense**, junto com o jornal **O Estado de Minas**, realmente, está sendo um grande serviço prestado à Nação neste momento.

Eu não posso deixar, portanto, que nós, os Parlamentares, mas, especialmente nós, médicos, deixemos essa coisa passar como mais uma reportagem qualquer que não tenha consequência, porque essa reportagem é muito fundamentada e me deixou, Senador Papaléo, sem sono esse fim de semana.

Portanto, eu gostaria, aqui, de registrar essa reportagem – pedindo, novamente, a V. Ex^a a transcrição da matéria – e o meu protesto e, ao mesmo tempo, pedir, como vou pedir, amanhã, um requerimento, em que espero também contar com a assinatura de V. Ex^a, para que nós convidemos ou convoquemos – mas acho que têm de ser convocados mesmo – o dirigente da Anvisa e o Ministro da Saúde para prestarem os esclarecimentos necessários sobre esse tema.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI**
(Inseridos nos termos do art. 210, § 1º e
inciso II, do Regimento Interno.)

Correio Braziliense

OS PIRATAS DA MEDICINA

Alana Rizzo, Thiago Herdy, Maria Clara Prates e Renato Alves

A falsificação de medicamentos e de equipamentos médicos movimentam um comércio clandestino de cifras astronômicas e que mata milhares de pessoas no Brasil todos os anos. De hoje a sexta-feira, o Correio e o *Estado de Minas* publicam uma série de reportagens que mostra como se organiza esse crime, cada vez mais próximo do narcotráfico e do esquema de roubo de cargas. A ação desses bandidos causa enorme sofrimento a vítimas como a gaúcha Denise Borges de Medeiros. Depois de se submeter a uma cirurgia para corrigir um problema nas vértebras, ela descobriu que os parafusos colocados em sua coluna cervical estavam tortos e quebrados.

As histórias acima são de brasileiros que, no lugar da cura, encontraram a dor e, em muitos casos, a própria morte. O Brasil não produz estatísticas que mostrem o número total de pessoas que perderam a vida ou foram enganadas quando tinham esperança de recuperação. Estima-se que, apenas no Rio Grande do Sul, esse número ultrapasse os 7 mil. Em três casos de adulteração de medicamentos identificados pelas autoridades sanitárias nos outros estados brasileiros, foram quatro dezenas de mortos. E o volume de apreensões das falsificações nos sete primeiros meses deste ano contribui para revelar a dimensão do problema: 313 mil quilos de medicamentos foram recolhidos de norte a sul do país, em pequenos e grandes municípios. É um número sete vezes maior do que o registrado em todo o ano passado, quando 45 mil quilos de remédios pirateados acabaram incinerados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

A falsificação de medicamentos e de produtos médicos no país transformou-se em problema de saúde pública, com status de crime organizado e cada vez mais infiltrada nas estruturas do Estado. Grupos conseguem, até mesmo, abastecer o Sistema Único de Saúde (SUS) com as drogas e os equipamentos da morte. Ao longo de 68 dias, o Correio/Estado de Minas frequentou o submundo do crime para mostrar os bastidores da pirataria de remédios e equipamentos. A reportagem - que será publicada em série até a próxima sexta - visitou as fronteiras do Brasil com o Paraguai, a Bolívia e o Uruguai para flagrar a facilidade como o comércio clandestino ocorre. Acompanhou a ligação cada vez mais próxima desse mercado com o narcotráfico e os esquemas de roubo de cargas. Investigou como atuam organizações que chegam a se infiltrar entre médicos para levar os produtos a todos os cantos do país. E foi atrás das prefeituras que compraram medicamentos falsos nos pregões eletrônicos e dos relatos das cirurgias em que foram usados equipamentos de péssima qualidade e sem registro, pagos com dinheiro público.

Criminosos

Mesmo diante desse quadro aterrador, em 18 meses, apenas 104 pessoas foram presas acusadas de envolvimento com os crimes e 80 pontos de venda foram interditados. E mais de seis anos depois dos episódios de falsificação de remédios mais chocantes do país, envolvendo as marcas Androcur e Celobar, a impunidade reinou. O Correio/Estado de Minas apurou que os criminosos não foram devidamente responsabilizados e, em alguns casos, levam uma vida de luxo. Às famílias dos doentes iludidos com a compra dos remédios falsificados, restou apenas a saudade dos que partiram para sempre.

A própria Anvisa admite que "enxuga gelo" com as ações de repressão. A situação não é diferente em relação à Receita, que não consegue interceptar mais de 5% de todo o contrabando que passa pela Ponte da Amizade, em Foz do Iguaçu (PR), na fronteira com o Paraguai, principal responsável pelo abastecimento do mercado de piratas no Brasil. Trata-se de um problema que envolve pelo menos 20% dos medicamentos que circulam pelo mundo, conforme a Organização Mundial de Saúde (OMS).

O Parque Industrial de Taiwan, instalado no município de Minga Guazú, a apenas 20km de Ciudad del Leste, é apontado pela Anvisa como um dos locais onde são montados equipamentos médicos, como aparelhos de pressão. O letreiro na entrada informa que se trata de uma empresa alimentícia, mas no local, um terreno com 500 metros de frente e um quilômetro de extensão, só existem galpões, sem chaminés, necessárias à indústria de alimentos.

A FALSIFICAÇÃO DA CURA

AS HISTÓRIAS DE QUEM COMPROU MEDICAMENTOS E EQUIPAMENTOS PIRATEADOS E ENCONTROU SOFRIMENTO E MORTE

ALANA RIZZO, THIAGO HERDY E MARIA CLARA PRATES

O comprimido azul era a promessa de sobrevida na luta contra uma doença pulmonar grave. A prótese adiaría, por muitos anos, o último baile. O pino acabaria com as dores na coluna, martírio de quem passava incontáveis horas em pé, na sala de aula. As seis pílulas brancas de todo dia eram a esperança para vencer o câncer de próstata. Os quatro parafusos no pescoço, solução para retomar aventuras entre trilhas, mares e montanhas. E o contraste de raio-x - tomado para um exame - era só para conferir se a gastrite, adquirida em anos de trabalho com adolescentes ou na rotina exaustiva na manutenção de máquinas, poderia ter melhorado.

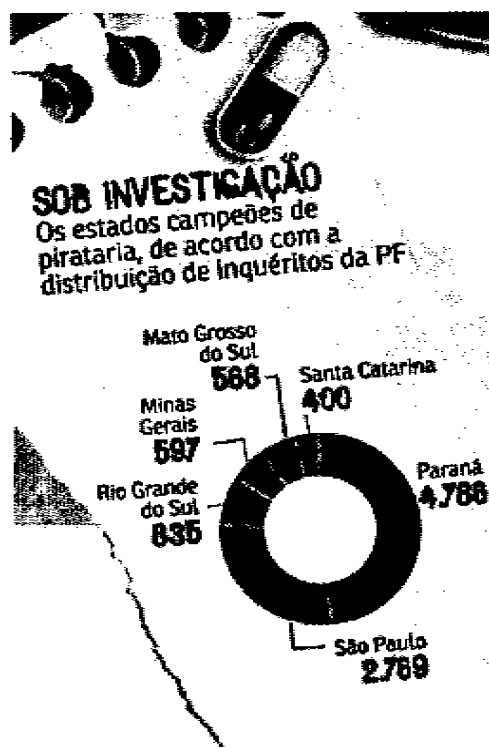
O CAMINHO DOS REMÉDIOS FATAIS

MEDICAMENTOS PIRATAS SÃO PRODUZIDOS EM FÁBRICAS DISTANTES, MAS ENTRAM NO BRASIL SEM DIFICULDADES

• Alana Rizzo
Thiago Herdy
Maria Clara Prates
Renato Alves

Até chegar às mãos do consumidor brasileiro, remédios e equipamentos falsificados percorrem longo caminho, que começa do outro lado do globo. A fabricação é realizada em países onde a fiscalização é nula, nas regiões do Sudeste Asiático e Leste Europeu, República Popular da China, Índia, Afeganistão e Paquistão. De acordo com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), naqueles países os produtores recebem encomendas e as despacham para mercados consumidores. O perfeccionismo é tanto que próteses e medicamentos falsificados já seguem com embalagens adequadas ao idioma do destino.

Criada há pouco mais de dois anos, a Assessoria de Segurança Institucional da agência garante que, até então, não havia sido encontrada no território brasileiro estrutura mais sofisticada para a montagem de equipamento médico ou adulteração de remédios em larga escala. Mas há sinais de que a origem da pirataria não está mais tão distante. A Anvisa recebeu a informação de que um navio de bandeira chinesa, localizado a 200 milhas da costa brasileira, produz materiais como seringas e agulhas descartáveis sem controle.



A fábrica flutuante funciona 24 horas por dia e aproveita a mão de obra barata para inundar o mercado brasileiro com produtos falsificados. Para evitar rastreamento e repressão, os criminosos movimentam a embarcação de tempos em tempos. E a Anvisa não pode fazer nada.

As organizações criminosas especializadas na pirataria da saúde usam as mesmas rotas desbravadas por outros grupos que trazem para o Brasil armas, drogas e produtos eletrônicos. Os produtos chegam pelos portos legais e ilegais, para depois serem levados às fronteiras, quase sempre sem condições adequadas de fiscalização. A rota inclui tanto as mais movimentadas, exemplo de Paraguai e Uruguai, como as mais remotas, caso da Bolívia.

Estado mais populoso e mais desenvolvido do país, São Paulo é líder na preferência dos grupos criminosos na hora de despejar os produtos em território brasileiro. Centenas de atravessadores cruzam a Ponte da Amizade, que separa Foz do Iguaçu, no Paraná, e Ciudad del Leste, no Paraguai, para buscar mercadorias que abastecerão o estado considerado polo distribuidor dos remédios e equipamentos da morte. A tarefa não é difícil. Cerca de 80 mil carros e motos realizam a travessia diariamente.

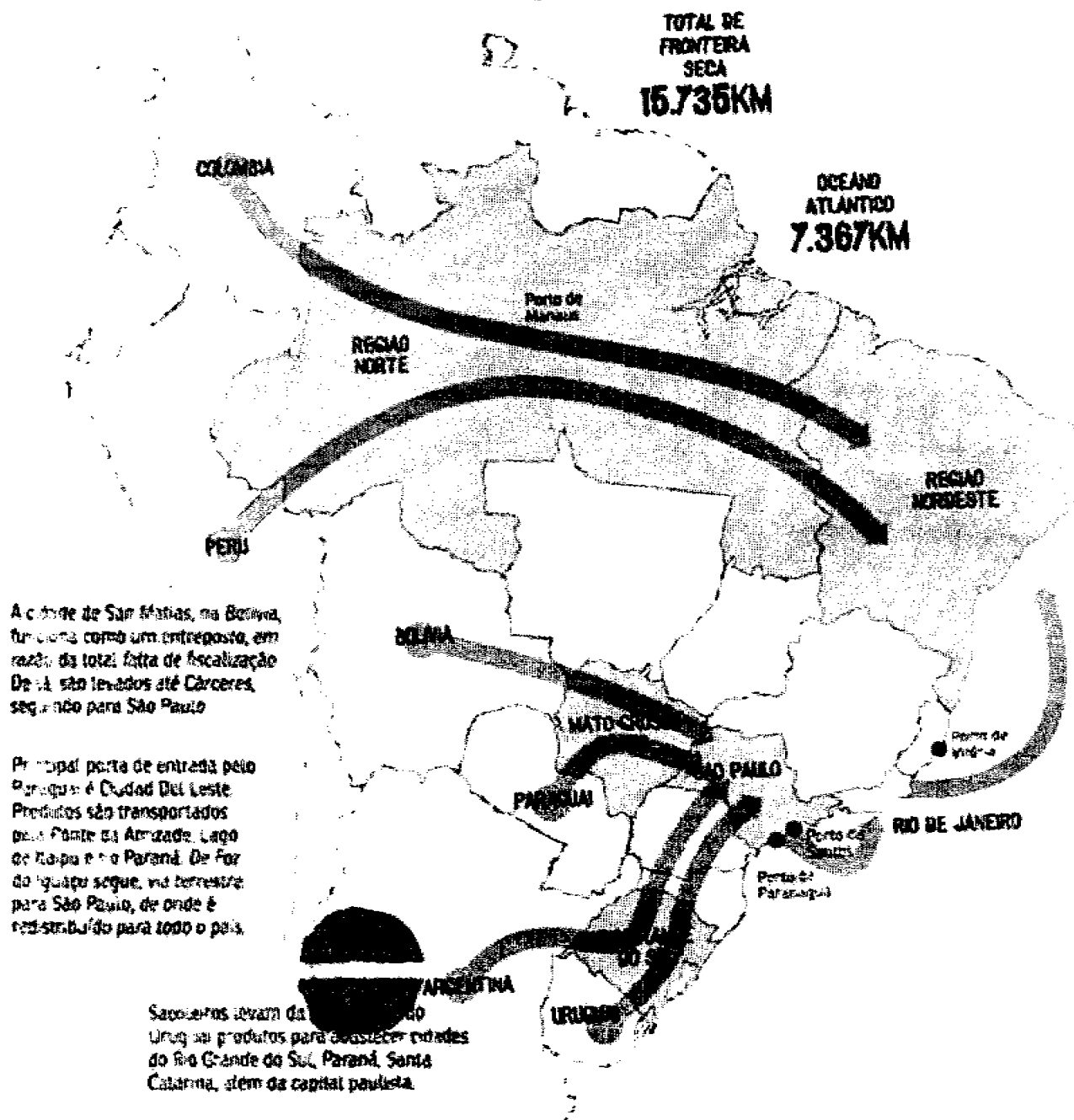
Pela fronteira com o Uruguai, criminosos abastecem Rio Grande do Sul e Paraná. Na esquecida fronteira com a Bolívia, uma nova rota se estabelece por Cáceres, no Mato Grosso, a partir de San Mathias, cidade do país vizinho. Nos dois casos, produtos são despejados também em outros estados ao longo do caminho até São Paulo. É de lá que atravessadores, distribuidores de fachada e farmácias criminosas se encarregam de repassar produtos a outras empresas, principalmente de Minas e do Rio. O mapa das apreensões da Anvisa mostra que, depois disso, os produtos chegam rapidamente aos consumidores. Apenas nos últimos 18 meses, a agência foi solicitada a agir em 73 municípios de Norte a Sul do país.

200 milhas

é a distância que um navio de bandeira chinesa — que produz medicamento pirateado — estaria da costa brasileira. A fábrica flutuante abasteceria o território nacional a partir de contatos com distribuidores nacionais

AS ROTAS DE ENTRADA

Os dois países - Colômbia e Peru - funcionam como importantes receptores do material falsificado. De lá, na maioria das vezes, os produtos seguem para o Norte e abastecem ainda o mercado negro das cidades do Nordeste. Na Colômbia, a polícia desmontou uma fábrica que produzia aproximadamente 5 mil comprimidos por dia. Parte da carga - Postan, Voltarein, Novalgina - era encomendada pelo Brasil.



313 TONELADAS

de medicamentos apreendidos em 2009

US\$ 360 BILHÕES

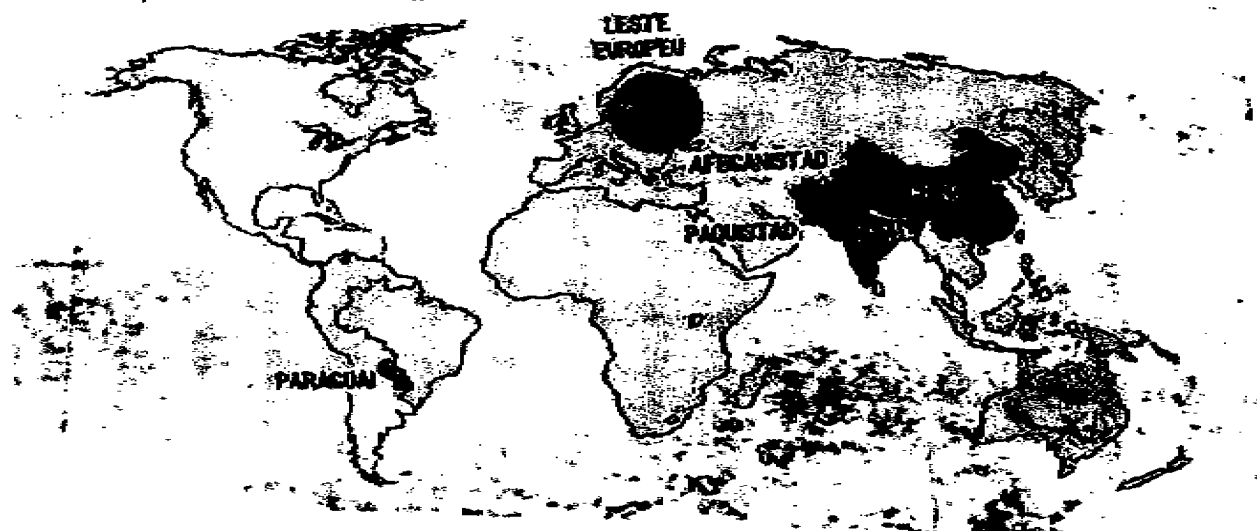
é o quanto movimenta o tráfico de drogas

20%dos medicamentos que circulam
no mundo são falsos**US\$ 520 BILHÕES**

é o quanto movimenta a pirataria

QUEM PRODUZ

Os medicamentos e equipamentos médicos são produzidos sob encomenda de distribuidores e comerciantes brasileiros e chegam ao país em caixas "personalizadas", ou seja, com dizeres em português. A Anvisa diz que nunca foram encontradas fábricas em território nacional. No caso do Pramil, (versão do Viagra paraguaio), ele é produzida em fabriquetas de fundo de quintais nas proximidades de Ciudad Del Este, no Paraguai.

**BASTIDOR**

Quatro equipes de reportagem do Correio/Estado de Minas percorreram 838 mil quilômetros de avião e outros 4,7 mil quilômetros de carro para investigar a falsificação de medicamentos e equipamentos médicos em quatro países — Brasil, Bolívia, Uruguai e Paraguai. A fim de contar essa história, os repórteres estiveram em Minas Gerais, Goiás, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Rio de Janeiro e São Paulo.



OS EMPRESÁRIOS DA ILUSÃO DOS DOENTES

INTEGRANTES DO ESQUEMA DE FABRICAÇÃO E VENDA DE PRÓTESES ORTOPÉDICAS ATUAM IMPUNES HÁ 10 ANOS NO PAÍS

Porto Alegre (RS) - O rastro de dor deixado pelas próteses de mentira não tem fim. Nem mesmo os processos movidos pelas vítimas e as denúncias do Ministério Público Estadual (MPE-RS) foram capazes de parar um negócio, que começou há quase 10 anos. O empresário Alberto Fernandes Silva e os três filhos — Diego, Douglas e Deives — continuam fabricando e vendendo próteses ortopédicas. Em 2006, eles foram acusados junto com o médico Ernani Abreu Vianna de cometer crimes contra a saúde pública, fabricando e vendendo produtos sem registro. No mesmo período, três novas empresas ligadas à família, a Bioteck, a RDC e a Brasilmed começaram a funcionar. E já estão sob investigação. Todas funcionam em um mesmo terreno em Porto Alegre. A última foi vendida para dois empresários de Brasília.

As novas empresas, dessa vez, não contam, pelo menos oficialmente, com a participação do médico Ernani. No portão, apenas a placa da Bioteck. A RDC foi fundada em novembro de 2006, logo após as denúncias, mas não tem autorização de funcionamento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a Anvisa.

A Brasilmed, agora Fusão Sul Soluções para Medicina, foi fundada em 2005. A autorização prevê armazenamento, distribuição, importação e transporte de produtos médicos. Agora está nas mãos dos empresários Carlos Augusto Montandon Borges e Vittorio Alberto Beltran Gomes. Os irmãos são donos ainda da VC Medical Material Hospitalar, na Asa Norte, em Brasília, que comprava material das antigas empresas da família. A VC Medical também não tem registro de autorização. Os dois irmãos têm outras cinco empresas em São Paulo, Rio, Goiânia e na capital federal.

Além dessas empresas, Alberto estaria por trás da GI Metalúrgica e Usinagem Ltda. A empresa está em nome de laranjas e produz instrumentos para a Bioteck.

É para burlar as regras da Anvisa e dos setores de compras dos hospitais que Alberto trabalha com mais de uma empresa. Foi a forma encontrada para oferecer concorrência na hora da escolha do produto para médicos, hospitais e até mesmo o poder público, que pagou algumas das cirurgias com verba do Sistema Único de Saúde.

Antigas empresas como a Equimed (EBS), Techymed e Titanium foram abandonadas depois das denúncias de crime contra a saúde. Os empresários acabaram, em 2006, acusados de fabricar e vender próteses sem controle de qualidade. O titânio medicinal era mesclado ao industrial. Restos de sucata e metais compunham o produto, que foi vendido para hospitais. O grupo também clonava produtos originais e conseguia atingir uma margem de lucro alta, chegando a mais de 1000%. Mas o resultado era o aumento das dores nos pacientes, o que levava a uma nova cirurgia, e a metalose, que é a reação causada no organismo pelas partículas de titânio liberadas pela prótese. O processo inflamatório pode provocar o desprendimento do implante do osso. A estimativa é que, só no Rio Grande do Sul, 7 mil pessoas foram lesadas. O número deve ser ainda maior, já que as empresas eram líderes de mercado e vendiam para o Brasil todo.

PARAFUSOS QUEBRADOS NA COLUNA**Denise Borges de Medeiros, 46 anos, Porto Alegre (RS)**

“Namastê.” Com as palmas das mãos coladas e os dedos apontando para o alto, na altura do peito, o cumprimento é uma saudação a Deus, segundo a cultura indiana. Os cabelos longos e encaracolados escondem um pouco o rosto e as olheiras de quem dormiu mal. Podia ser efeito dos remédios, da tensão, ou um pouco dos dois. Pela primeira vez estava disposta a falar publicamente sobre o assunto. “Nem todo mundo sabe.”

Os hábitos zens ajudam a lidar com o mal que se esconde dentro do corpo. Uma cirurgia na coluna para corrigir um problema nas vértebras transformou-se em pesadelo no dia em que começou a sentir fortes dores de cabeça. Os médicos lhe informaram: os parafusos colocados anteriormente estavam quebrados e tortos. Havia indícios de que tinham sido produzidos a partir de restos de material industrial. O custo de cada um, R\$ 16 mil, não batia com a notícia. Entrou com um processo na Justiça estadual.

Passaram-se quatro anos e Denise ainda aguarda a nomeação de um perito. “Procurei o melhor médico, o melhor hospital. Nunca imaginei que isso poderia acontecer.” As mudanças na rotina resultaram em isolamento. Dirigir virou sofrimento. Agora, o ato de assumir o volante é precedido por períodos de descanso na horizontal, para poupar a coluna.

“Não consigo acompanhar o ritmo de uma pessoa normal. Não posso dançar, colocar um salto alto, ficar sentada muito tempo.” Os remédios a fazem adormecer antes da madrugada, por isso acorda cedo no dia seguinte. Mas não tem muito o que fazer. Escolheu o computador como principal arma de comunicação com o mundo e, na frente da tela, passa horas mergulhada no mundo médico. Está sempre atrás de soluções para viver em paz.

Em uma das pesquisas, conheceu um cirurgião alemão, que se disse disposto a operá-la. “Ninguém no Brasil quer fazer. Sei que há um risco. Mas também tem outro, ainda maior, se eu ficar com os parafusos.” O custo da intervenção é alto: R\$ 150 mil. A expectativa é conseguir na Justiça o valor. A aposentadoria do INSS de pouco mais de R\$ 1 mil é insuficiente até mesmo para manter o filho mais novo, de 13 anos.

Nesse isolamento, precisou encontrar outro tipo de força. Não aquela que já tinha feito escalar picos, desvendar geleiras, pilotar barcos e aviões. “Tudo tem solução. Eu sigo em busca da minha”, diz ela, que encontrou refúgio em uma pequena casa, na serra gaúcha, para meditar e rezar. Com ela, duas gatas e um pit bull. “O valor do tempo mudou, não posso mais ter pressa. Vejo a vida passar com paciência e cada dia se torna mais valioso.”

A casa antiga, de Porto Alegre, está à venda. Guarda histórias e lembranças de outra vida, materializadas em quadros trazidos da Espanha, pratos da Austrália e da Nova Zelândia, uma imagem de Tumo, o deus da medicina, que veio na bagagem de uma viagem ao Peru. “Ainda quero voltar a Machu Picchu e fazer a trilha inca”, diz. Sobre a mesa e nas paredes, os budas de cerâmica, feitos por ela mesma, são imagens da viagem que ainda não fez. Ver a Índia e a Cordilheira do Himalaia é um sonho que Denise ainda não sabe se conseguirá realizar.(AR)

A CLANDESTINIDADE ÀS VISTAS DO PODER

CHEFES DA QUADRILHA DE PIRATAS NA ÁREA DA SAÚDE SÃO FREQUENTADORES DA ALTA SOCIEDADE GAÚCHA

ALANA RIZZO

MARIA CLARA PRATES

Duas linhas de produção. Uma era regular e tinha autorização de funcionamento. A outra atuava na clandestinidade. A estratégia, usada no passado, ajudava a mascarar os negócios da família e garantir a distância dos fiscais da vigilância sanitária. A suspeita é que o mesmo esteja acontecendo novamente.

A Equimed só obteve autorização para funcionamento na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) em dezembro de 2000, enquanto a Titanium e a Techymed conseguiram em 2005. Antes disso, eram clandestinas, apesar de comercializarem centenas de produtos para hospitais de todo o país. “A intenção não poderia ser outra: obtenção do lucro fácil à custa de pacientes desinformados e desprotegidos, alheios ao processo de compra e venda de produtos de saúde que neles seriam implantados”, aponta denúncia do Ministério Público Estadual. A Titanium e a Techymed funcionavam como distribuidoras, para que o grupo pudesse comercializar os produtos sem registro e produzidos pela Equimed.

Os empresários queriam afastar a possibilidade de a principal empresa ser interdita ou punida. O raciocínio foi o mesmo na hora em que Alberto Fernandes Silva destacou laranjas - a mulher e o cunhado - no quadro social das duas empresas sem registro.

Alberto é considerado por pessoas próximas um homem esperto e com uma lábia capaz de convencer qualquer pessoa “a comprar uma geladeira no Polo Norte.” Começou como propagandista de remédios e prosperou rápido. Em menos de uma década, se transformou em um poderoso e milionário empresário. Ostenta alguns luxos, como carros e barcos. Os três filhos, que desde o início acompanharam os negócios do pai na área médica, alegaram que não participavam das decisões da empresa. Deives, Douglas e Diego tinham a tarefa de gerenciar legal e comercialmente as empresas.

Entretanto, o esquema não prosperaria sem a conivência de médicos: 134 profissionais foram denunciados no Rio Grande do Sul. Alberto sabia como agradá-los. Fazia churrascos, pagava viagens, entre outros mimos. Na lista de empresas da família, consta também uma agência de turismo.

O elo entre os negócios e o mundo dos hospitais coube ao médico Ernani Abreu Vianna. Sócio da Equimed e da Titanium, ele ajudou a incluir os produtos das empresas na lista de compras dos principais hospitais do estado e era responsável pelo “lobby” com os colegas. Ressaltava a qualidade e a eficiência das próteses, além dos lucros que poderiam ser obtidos.

Frequentador das altas rodas da sociedade gaúcha, o médico mora em apartamento de luxo no bairro Moinho de Ventos. Hoje tem em seu nome a Abreu e Simões Médicos Associados e a Fisioforma Clínica Fisioterápica. A mulher dele figura como dona desta última, além da Andraz Serviços e Alimentação e a Emporio Carlos Gomes Serviços e Alimentação.

Metalose

A estratégia desenvolvida pelo grupo de Alberto de criar duas linhas de produção em muito se assemelha à investigada pela Polícia Federal na Operação Metalose, em julho de 2007, voltada para identificar fraudes na produção de próteses ortopédicas. Cinco pessoas acabaram presas sob a acusação de envolvimento no esquema. Foram cumpridos na época mandados de busca e apreensão em 12 cidades de São Paulo, Paraná, Pernambuco e Maranhão.

A repercussão do caso teve como consequência a decretação de segredo de Justiça. Advogados de grandes empresários, entre eles Ruy Salvati Baumer, com assento na poderosa Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), requereram a medida e foram atendidos pelo Judiciário. Devido à extensão da rede de envolvidos com a fraude da prótese, a PF adotou também um procedimento que tornou mais difícil o acompanhamento do escândalo.

As investigações, antes concentradas em Marília (SP), com o delegado José Navas Jr., foram fracionadas. Ou seja, ficou a cargo das superintendências estaduais da PF a conclusão dos inquéritos referentes aos suspeitos que moravam fora de São Paulo. Além disso, em alguns casos, o Judiciário entendeu também que a competência era da Justiça estadual e os casos foram repassados às promotorias locais. Uma dispersão que praticamente inviabiliza o acompanhamento dos processos desencadeados a partir da Metalose, e que também beneficia os suspeitos, em razão da burocracia na remessa dos autos.

Defesa

Em resposta, por e-mail, ao Correio, Diego Schmitz informou que as empresas EBS (antiga Equimed), Titanium e Equimed ingressaram com uma ação judicial. A sentença ainda não foi dada. A nota diz ainda que a matéria-prima utilizada era compatível com uso humano e importada dos EUA e que a fábrica possuía registros de vários itens. As ações das vítimas estão sendo contestadas caso a caso, na medida, segundo a nota, em que fatores deixaram de ser considerados.

O Correio deixou recados no consultório do médico Ernani Abreu, que não retornou as ligações. A empresa VC Medical não foi localizada no endereço que constava na Asa Norte e nenhum dos dois empresários de Brasília foi localizado para comentar a relação com as empresas denunciadas pelo MPE.

O ÚLTIMO BAILE FOI O DA SAUDADE

Jaime Cardoso, 72 anos, Torres (RS)

Festa de São João, 24 de junho de “Me falha a memória. Não me faz lembrar. Faz tempo, muito tempo”. Naquele dia, as barraquinhas estavam montadas na avenida paralela à Igreja Santa Luzia. O frio, muito mais intenso naquela época do ano, desaparecia em meio aos passos marcados do típico vanerão e outros ritmos gaúchos. O copo cheio de quentão também ajudava. Olhou-a como quem já sabia que ela gostava de dançar. Combinou um xote com o primo, tocador de gaita da banda. “Se (sic) mandamos para o asfalto.” O par não mais se desfez. “Foram 10 anos. Não foram 10 dias.” Se havia um baile na cidade, os dois estavam lá. “Foi lindo”, lembra Jaime.

Alvina Teixeira Clezar sempre foi uma mulher adorável, que gostava de servir e ajudar. Começou no ofício de preparar e servir merenda em uma escola da cidade. Em pouco tempo, ocupou as salas de aula. “A gurizada era fã dela.” Devota de Nossa Senhora Aparecida, não passava um domingo sem visitar a gruta da Santinha, na beira da praia. Assim como os bailes, as procissões tornaram-se um sacrifício por conta de uma dorzinha na coluna, que teimava em não passar.

Procuraram um médico em Porto Alegre. Dr. Ernani Abreu, um profissional com referências. Era especialista em coluna e trabalhava em um dos melhores hospitais da cidade, o Ernesto Dornelles. Abreu indicou um colega, Dr. Walter Schumacher, para operar Alvina em outubro de 2000. Implantariam oito parafusos na sua coluna e o corpo estaria novamente preparado para bailar um tango. Quarenta dias depois da primeira cirurgia, Alvina não conseguia mais caminhar. Tentaram mais duas operações, que de nada adiantaram. “A coitadinha sofreu demais.” Jaime passou a dormir no chão para estar ao lado da mulher e não movimentar a cama durante a noite. “Queria que ficasse boa, que vivesse.” O sacrifício durou dois anos. Os invernos pareceram mais rigorosos naquela época.

A dor era tão grande que ela, mulher que só desejava o bem, chegava a pedir que o Dr. Ernani sentisse o que sentia, para entender seu sofrimento. “Ele errou. Colocaram parafusos nela, mas desses iguais aos de furadeira.” Ficou comprovado por perícia que nenhum dos parafusos implantados em Alvina seguia as normas técnicas — todos tinham procedência ignorada. Jaime acompanhou o sofrimento da mulher por seis anos. No fim, já sabia que não haveria um último baile. Alvina morreu em casa. Em um dia difícil, quando não conseguia nem mesmo respirar. “E pensar que tudo começou com uma dorzinha.”

FRONTEIRA ABERTA AOS PIRATAS DA SAÚDE

Maria Clara Prates

Os remédios e produtos médicos de mentira circulam no Brasil em volume cada vez maior. Apenas nos sete primeiros meses do ano, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) apreendeu durante operações de rotina 551.400 medicamentos contrabandeados. O número é maior que o confiscado nos 12 meses de 2008 e cresce ano a ano.

Na segunda reportagem da série *Cura Falsificada*, o *Correio/Estado de Minas* mostra que as portas do país estão escancaradas para a entrada de falsificados em sua fronteira mais cosmopolita. No Paraguai, é possível encomendar não apenas grandes quantidades de comprimidos e ampolas de remédios sem efeito, mas também termômetros, medidores de pressão e até estetoscópios.

Somente em uma ação de repressão na região, realizada pela Assessoria de Segurança Institucional da Anvisa em abril, foram apreendidos 21 mil comprimidos de diversos medicamentos, além de equipamentos.

CIDADE PARAGUAIA É A PRINCIPAL CONEXÃO DOS FABRICANTES DE PRODUTOS E MEDICAMENTOS FALSOS COM BRASIL

O vaivém de turistas pelas ruas apertadas e cobertas de camelôs de Ciudad del Leste - município paraguaio fronteiriço com o Brasil - esconde uma face mais cruel do que a apresentada àqueles que a conhecem em busca de bugigangas. Responsável por 80% dos produtos pirateados que invadem o comércio nacional, de acordo com a Associação Brasileira de Combate à Pirataria, Ciudad del Leste é também a grande fornecedora de medicamentos falsificados e equipamentos médicos sem registro. Um negócio que encontra em mil quilômetros de fronteiras - seca e de portos clandestinos no Lago Itaipu e Rio Paraná - todas as facilidades para prosperar.

Diferentemente de organizações criminosas especializadas no tráfico de drogas e no contrabando de mercadorias importadas, o comércio ilegal de medicamentos e equipamentos médicos não tem uma estrutura formal. Pior. É usado o esquema de transporte de outros grupos criminosos para fazer aumentar o cruel negócio.

Essa fatia de comércio não tem um grande controlador e pode ser abocanhada por qualquer um, de acordo com o chefe da Delegacia de Polícia Federal, José Alberto Iegas. Medicamentos como o Pramil - o Viagra paraguaio - são produzidos em fabriquetas de fundo de quintal nas proximidades de Ciudad del Leste, que podem desaparecer num piscar de olhos e reabrir em outro local.

As facilidades, no entanto, não param por aí. A apenas 20km de Ciudad del Leste - terceira maior zona franca do mundo, atrás apenas de Miami e Hong Kong -, no município de Minga Guazú, está localizado o imponente Parque Industrial de Taiwan (PTI). Todo em estilo oriental, num terreno imenso com 500m de frente e mais de 1km de profundidade, o complexo industrial é apontado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) - responsável pelo controle da venda de medicamentos e equipamentos médicos no país -

como centro de montagem de equipamentos importados, entre eles o aparelho de pressão à mostra nas ruas da cidade paraguaia.

Para entender melhor a falta de interesse na repressão a esse crime no país vizinho, é preciso estender a imaginação à estreita relação entre o Paraguai e Taiwan. A ilha se tornou ao longo dos anos o maior credor daquele país, o único da América Latina e um dos 23 no mundo que não reconhece a existência da República da China.

A importância do Paraguai para Taiwan fica clara também com a visita, em agosto do ano passado, do presidente taiwanês Ma Ying-Jeou, que ofereceu mais ajuda ao país ao então eleito bispo Fernando Lugo. O bispo disse durante sua campanha à presidência que pretendia rever suas relações com a China, o que poderia significar o fim de uma aliança de mais de 51 anos com Taiwan.

Ações inócuas

A partir da análise do terreno fértil em que se prolifera a pirataria, fica fácil entender também porque as operações policiais na região da fronteira são tão inócuas quanto os remédios falsos comercializados. Com representantes de organizações infiltradas nas estruturas do Estado, o vazamento de informação impede o sucesso.

De acordo com o chefe substituto da PF em Foz do Iguaçu (PR), Ricardo Schneider, os contrabandistas operam na mesma frequência dos rádios da polícia, e integrantes da Marinha do Paraguai se encarregam de fazer a escolta de embarcações dos criminosos que atravessam o lago com os produtos ilegais. "Em 2007, foi montada uma operação durante a noite. Para nossa surpresa, fomos atacados a tiros de fuzis que partiram do território da Marinha paraguaia", conta Schneider.

Não bastasse a grande extensão da fronteira e a escolta oficial, cerca de 80 mil veículos cruzam a Ponte da Amizade por dia, sendo que apenas um mototáxi pode fazer até 20 deslocamentos, segundo a Polícia Rodoviária. Para realizar a travessia, o custo é de R\$ 2 na moto, e para transportar remédios falsificados, os motoqueiros não cobram mais de R\$ 200.

Levantamento da Anvisa revela ainda que a capacidade de fiscalização da Receita na Ponte da Amizade não ultrapassa 5% do número de veículos. Ali, a agência não faz vistoria nos carros, só atua na análise de mercadorias já apreendidas pelo fisco. Para tentar tornar mais eficaz a repressão, por meio da Assessoria de Inteligência Institucional da Anvisa, são montadas operações especiais periódicas.

A facilidade de invasão no território nacional pode ser vista pelos números. Apesar de a Anvisa contabilizar a comercialização de mais de 300 toneladas de remédios falsificados e sem registro, nos dois últimos anos, em operações de rotina da PRF, em Foz do Iguaçu, foram apreendidas 74 mil unidades de Viagra, Reumazin, Pramil, Citotec, em 18 ocorrências, no ano passado.

Este ano, até julho, foram sete ocorrências com apreensão de 43,1 mil unidades dos medicamentos. A maior delas, este ano, aconteceu no dia 19, quando remédios eram transportados para Maringá (PR), dentro de computadores e brinquedos. Apenas o motorista foi preso. Ele receberia R\$ 500.

ENTREGA EM DOMICÍLIO

CAMELÔS E LOJISTAS PARAGUAIOS PROMETEM DEIXAR MERCADIRIAS PIRATAS NO HOTEL DO COMPRADOR NO BRASIL

Ciudad del Leste – Os anúncios de venda de medicamentos falsificados ou sem registro nas ruas de Ciudad del Este, no Paraguai, saltam aos olhos, mesmo dos mais desavisados visitantes. E pior. Mesmo que ele não enxergue, os camelôs que lotam as ruas se encarregam de avisá-los que têm a mercadoria em pequenas e grandes quantidades, ao gosto do freguês. Isso tudo à luz do dia e em pleno Centro da cidade. Não existe constrangimento e um inofensivo vendedor de capas para máquinas digital, como Eugênio, um homem de pouco mais de um metro e meio e cara de índio, garante que pode entregar, no hotel em que está o cliente em Foz do Iguaçu, um carregamento de estimulantes sexuais, como Viagra e Ciallis, além do genérico do badalado Tamiflu, contra a gripe suína, mediante um pequeno acréscimo. "Tenho um taxista que pode fazer isso sem problemas".

Na verdade, os camelôs não passam de braços do comércio legal, farmácias e lojas de venda de equipamentos médicos, incrustados em galerias empoeiradas e escuras, ou em pontos estratégicos do comércio local. Para levar um comprador até um destes pontos de venda, os camelôs, a maioria de origem indígena, ganham apenas US\$ 1, mas lutam por ele de unhas e dentes. A simples presença de um brasileiro é capaz de atrair meia dezena deles. Eles ouvem a proposta do concorrente para, em seguida, oferecer ao comprador preço melhor ou alguma facilidade. Foi assim com Eugênio. O Estado de Minas/ Correio Braziliense simulou negociação com outro camelô que oferecia um aparelho de pressão por R\$ 35. Com jeito manso, o concorrente disse que fazia por R\$ 25 um número maior de unidades e poderia ainda facilitar a compra de medicamentos.

Cartaz

No meio do burburinho das ruas de Ciudad del Leste, saltam aos olhos os anúncios de venda de medicamentos da Farmaútil. Em cartazes amarelos com letras vermelhos, eles oferecem Viagra, Ciallis, Reumix, o genérico do Tamiflu, entre outros, sem qualquer cerimônia. Mas não dá para dizer que se compra enganado remédios pirateados. O preço deixa, no mínimo, a pulga atrás da orelha. Uma cartela dos estimulantes sexuais, vendidos no Brasil por cerca de R\$ 100, são oferecidos por apenas US\$ 6. E se a opção for pelo similar paraguaio, o Pramil, paga-se apenas US\$ 4 por 20 comprimidos. Com a oferta vem logo as facilidades que podem ser oferecidas, como transporte do carregamento criminoso até São Paulo, com o acréscimo de 50% do valor total da compra.

Os equipamentos médicos, além de expostos pelos camelôs nas ruas, estão em estandes, como no recém-construído Shopping Del Leste, logo na entrada da cidade. A loja é a Medical Center Instrumentos pertence aos mesmos donos de uma loja de departamento a La Petisqueira. Nela, são oferecidos desde perfumes, isqueiros e óculos de leitura até os mais sofisticados aparelhos eletrônicos. A Medical Center tem um filial bem mais modesta em uma galeria mal iluminada. Ali, a vendedora sorridente oferece um aparelho de pressão – além de estetoscópio e outros equipamentos médicos -, sem nome do fabricante e sem o lote de produção.

A venda dos ilegais funciona como uma rede bem trançada: o camelô leva até a loja, que oferece o transporte para evitar a fiscalização na Ponte da Amizade. Os comerciantes, por sua vez, têm sempre o transportador para atendê-lo. Os tipos de transporte mais comuns são os taxistas ou mototáxisa paraguaios. Medicamentos e equipamentos são transportados no interior da lateria dos velhos carros. Já os mototáxis se arriscam colando ao corpo cartelas de remédio ou escondendo sob capas que cobrem o tanque de combustível. A opção pelas motos é mais barata e não ultrapassa R\$ 200 para driblar as autoridades brasileiras.

A REPORTEGEM DO CORREIO/ESTADO DE MINAS SIMULOU A COMPRA DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E REMÉDIOS FALSOS OU SEM REGISTRO EM CIULAD DEL LESTE PARA COMPROVAR A FACILIDADE DE ABASTECER O MERCADO BRASILEIRO COM PRODUTOS ILEGAIS.

NEGOCIAÇÃO EM LARGA ESCALA

REPÓRTER – TEM MÁSCARA?

VENDEDORA – TEM

R – SÓ TEM AZUL? NÃO TEM BRANCA? QUANTO É?

V – R\$ 1

R – ESTE MEDICAMENTO PARA GRIPE SUÍNA, QUAL É?

V – É OSELTAMIVIR

R – MAS O NOME NÃO É TAMIFLU?

V – TAMIFLU É O NOME COMERCIAL E A FORMULA É O OSELTAMIVIR

R – QUANTO ESTÁ?

V – ESTÁ A US\$ 30

R – SÃO 10 CÁPSULAS?

V – 10 CÁPSULAS, OSELTAMIVIR

R – MAS VOCÊS VENDEM GRANDE QUANTIDADE DESSE MEDICAMENTO?

V – VENDO...

R – MAS ENTREGA NO BRASIL?

V – NÃO

R – É PRODUZIDO AQUI, ESSE? ENTÃO, EU NÃO POSSO VENDER LÁ, NÉ?

V – PARA FARMÁCIA, NÃO SEI...

R – E ESSES OUTROS MEDICAMENTOS, VOCÊS VENDEM AQUI? SÃO FEITOS AQUI?

V – SIM

R – MAS...

V – EU TENHO UMA PESSOA QUE LEVA, MAS COBRA SEPARADO ...

R – COBRA QUANTO PARA LEVAR UMA QUANTIDADE MAIOR?

V – 50% DO VALOR DA MERCADORIA

R – QUAIS SÃO ESSES OUTROS MEDICAMENTOS? É PRAMIL?

V – PRAMIL... É REUMAZIM

.....

R – AÍ, EU TERIA DE FAZER UM PEDIDO GRANDE DE QUANTO MAIS OU MENOS?

V – O MÍNIMO É US\$ 1 MIL? PARA SÃO PAULO?

R – NÃO, MINAS...

V – MINAS

R – É SÓ ME ENTREGAR DO OUTRO LADO DA PONTE... AÍ, QUAL A QUANTIDADE QUE EU TENHO QUE LEVAR? OU QUALQUER QUANTIDADE EU PAGO 50%?

V – SIM

COMÉRCIO FALSIFICADO DENTRO DE UM SHOPPING

R – EU QUERIA VER UNS EQUIPAMENTOS SEUS? (APONTA PARA ESTETOSCÓPIO)

V – AGORA, AGORA, NO MOMENTO EU SÓ ESTOU TENDO O PEDIÁTRICO E O CARDIOLÓGICO

R – E ESTÁ QUANTO?

V – O PEDIÁTRICO ESTÁ US\$ 170 E O CARDIOLÓGICO DA LITTMANN ESTÁ US\$ 270. E ESTE É O MASTER, SAI POR US\$ 300.

R – IH, AGORA NÃO SEI QUAL MEU AMIGO QUER...

V – DEIXE EU TE MOSTRAR...

R – QUAL A DIFERENÇA?

V – OS CARDIOLOGISTAS PREFEREM O MASTER PORQUE AUSCUTAM MELHOR

R – POSSO ANOTAR...

V – SIM, VOU FAZER ISSO PARA VOCÊ...

R – AQUI TEM APARELHO DE PRESSÃO TAMBÉM, NÉ?

V – SIM....

R – ESTE É MAIS SIMPLES, NÃO?

V – ESSE APARELHO DE PRESSÃO É UMA PROMOÇÃO... US\$ 130 O APARELHO E O ESTETOSCÓPIO ...

R – EU POSSO COMERCIALIZAR ISSO NO BRASIL?

V – NO BRASIL... SIM. A SENHORA QUER VENDER PARA ESTUDANTE?

R – NÃO... FOI UMA IDEIA QUE ME OCORREU...

V – ESSA É UMA MARCA MUITA CONHECIDA, INCLUSIVE QUE OS PROFESSORES RECOMENDAM ...

R – E TEM AQUELE ALI QUE É MAIS SIMPLES

V – ESSE NÃO É MAIS SIMPLES, MAS UM TECNOLOGIA DIFERENTE. UM É DE UMA MARCA MAIS CONHECIDA E ESSE AQUI É DE OUTRA FÁBRICA

R – EU PASSO COM ISSO AQUI NA FRONTEIRA? NA PONTE?

V – FACILMENTE...

R – MESMO SE FOR UMA QUANTIDADE MAIOR? PORQUE EU ESTOURO A COTA E TENHO QUE DECLARAR.

(OUTRO VENDEDOR INTERVÉM NA CONVERSA: SE FOR QUANTIDADE MAIOR ENTREGO EM SEU HOTEL SEM CUSTO ADICIONAL. A GENTE TEM UM ESQUEMA E ENTREGA PARA A SENHORA)

R – E EM QUANTO TEMPO VOCÊS EM ENTREGAM?

V – EM UMA HORA, DUAS HORAS...

R – E EU PAGO TUDO AQUI OU LÁ NA HORA

V – PAGA AQUI

PRÓTESE DE MENTIRA NO QUADRIL

Petri Sá, 81 anos, Porto Alegre (RS)

ALANA RIZZO

Nunca tinha processado alguém. Homem de postura mansa e espírito sereno, passou ao largo de todas as revoluções em seus 81 anos. Trabalhou boa parte da vida em farmácia, mas sonhava, quando criança, virar pedreiro. "Queria comer pão com banana." Mas, logo no primeiro emprego, veio a lei proibindo menores de 18 anos de trabalhar. Chegou a Porto Alegre ainda jovem, com a mulher. Mora na mesma casa há quase 30 anos. É torcedor do Grêmio desde sempre.

Sempre gostou de andar a pé. Até que a perna direita começou a dar sinais de fraqueza. O médico indicou a cirurgia e a colocação de uma prótese no quadril. Operação simples, não havia porque se preocupar. Os dois anos seguintes à cirurgia foram uma beleza. Entrou até para a academia. Mas, pouco a pouco, as dores voltaram.

Um dia, no trabalho, sentiu uma fígada. Pediu ajuda a uma amiga e ela o levou para casa. Não tinha forças para ir ao médico.

Quando conseguiu, o doutor perguntou, espanto: "Mas como você quebrou a prótese?" O susto foi recíproco. Tentou puxar na memória, que sempre foi boa, alguma explicação para o problema. Lembrou-se de um tombo. "Mas não tinha como quebrar a prótese. Teria que ter quebrado a perna também. Quando aconteceu, bati a cabeça.

Foi preciso se submeter a outra operação e procurar a justiça. A resposta veio nos laudos do laboratório de Metalurgia Física da Fundação Luiz Englert: "A prótese rompeu por fadiga, sendo encontrados diferentes pontos de nucleação de trincas". Os materiais usados - carbetto e ferrita delta - são proibidos em próteses, porque, entre outros problemas, reduzem a vida útil do produto.

Por causa da nova cirurgia, teve que ficar dois meses deitado com a perna estendida. Hoje três braçadeiras seguram os ossos. Aos poucos, a vida vai voltando ao normal. A justiça determinou que recebesse R\$ 84 mil de indenização, mais uma pensão vitalícia de dois salários e meio por mês.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Eu agradeço a V. Ex^a, Senador Mozarildo. Inclusive, já até fiz uma anotação para solicitarmos, logicamente com a sua assinatura, sua subscrição, eu e V. Ex^a, uma audiência pública para discutirmos essa questão, que é gravíssima – aonde nós chegamos, Senador...

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, lembrando que a sessão será encerrada, impreterivelmente, às 18h30min, como diz o Regimento.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Papaléo Paes, Sr^s e Srs. Senadores, a liberdade de não ter medo é o tema de meu pronunciamento de hoje.

Em face desse tortuoso itinerário que vem percorrendo, nos últimos tempos, o Senado Federal, e dos desdobramentos, que são preocupantes, exatamente em função disso, eu gostaria de fazer uma reflexão à luz de alguns antecedentes históricos.

Todos têm conhecimento do poder de coação e de intimidação que os sucessivos governos autoritários exerceram sobre a sociedade e o povo durante um longo tempo de um regime que foi de 1964 a 1985.

A ruptura institucional, paradoxalmente declarada no dia 1º de abril de 1964 – o dia consagrado à mentira –, constituiu as faces da surpresa e da inquietação.

A multiplicidade de prisões como reação em cadeia, por um lado, e as manifestações de euforia, por outro, eram contrastes que revelavam cenários tão distintos quanto antagônicos. Nas ruas e nas praças ressonavam os **slogans** das marchas “da família, com Deus pela liberdade”, enquanto nos porões e nas salas de torturas ecoavam os sons dos gemidos e modelavam-se as máscaras dos tormentos físicos e espirituais. Havia a manipulação legal para impor um direito penal do terror com os processos utilizados contra dissidentes ideológicos e políticos e todos quantos passariam a receber o labéu de subversivo. Os inquisidores foram reencarnados; as vítimas sacrificadas em homenagem aos novos deuses; o itinerário das penas corporais e infamantes, tudo isso e mais os infernos da mente inundaram os espaços públicos e particulares dos brasis condenados a reencenar suplicios e martírios.

Desde os primeiros dias de 1964 até o final dos anos 70, quando a Emenda Constitucional nº 11, de 1978, revogou o malsinado Ato Institucional nº 5, de 1968, foram retomados os meios e os métodos das terríveis Ordenações Filipinas, que, de 1603 até o advento da Constituição Imperial (1824), se abateram sobre o nosso generoso povo.

A intitulada Revolução de 1964 desarquivou os variados tipos de autores que circulavam ao tempo das

leis do Reino de Portugal: hereges, apóstatas, feiticeiros, blasfemos, benzedores de cães e outros bichos sem autorização do rei e outras categorias criminais que perambulavam nas salas de interrogatórios e nas celas dos presídios. E, no lado oposto, desfilavam os dirigentes e os inúmeros prepostos do Comando Supremo, inflados pela colaboração de imensas legiões de alcaguetes e revolucionários de primeira hora que, encarnando instâncias do poder civil, eram, ao mesmo tempo, os atores e os espectadores daquele teatro do absurdo.

Em nossos dias, mais de quarenta anos depois, ressurgem os métodos de violência e intimidação. Os instrumentos de tortura física e moral manejados nas prisões e nos processos criminais por motivos políticos, nas cassações de mandato e nos decretos de suspensão dos direitos políticos por dez longos anos, foram agora aprimorados na técnica da dissimulação e do terror. Mudaram os instrumentos e os meios; mantiveram-se, porém, o terror e a chantagem. O Senado não pode ser um centro reprodutor da epidemia do medo e da metástase da anomia. Os dossiês distribuídos para a imprensa substituíram os relatórios que circulavam sigilosamente nos escaninhos do Poder; a ameaça de prisão e de cassação de mandato no tempo da ditadura assumiu novas formas de restringir as liberdades parlamentares de palavra e voto no Estado democrático de direito. A divulgação de supostas faltas no passado, em forma de ameaça e retaliação, tem sido a espada de Dâmocles para ceifar as liberdades de pensamento e da palavra, convertendo-se em opressão da consciência e sequestro da alma. Disse muito bem a jornalista Dora Kramer: “A idéia não é denunciar infrações mas tentar pôr de joelhos o adversário.” (“Tigre de Papel”, em **O Estado de S.Paulo**, 31.07.09, p. 16).

Entre as liberdades fundamentais asseguradas pela Constituição existe uma delas que não é declarada literalmente, mas que é indispensável para exercer todas as demais: é a liberdade de não ter medo. Sem ela não se poderá exercer, com plenitude, nenhuma das demais que compõem o repertório dos direitos humanos, sociais, políticos e culturais. As liberdades do pensamento e da comunicação, de expressão, opinião e crítica, de locomoção e outras tantas jamais poderão servir à verdade e ao interesse público se forem mutiladas ou suprimidas pelo domínio do medo.

A gravíssima crise de credibilidade do Senado Federal jamais poderá ser debelada pela indústria das retaliações pessoais e pelo triunfo da audácia criminosa e da mentira organizada. Todos os cidadãos em geral e os parlamentares em especial não devem desertar do dever de revelar a corrupção e os desvios da admi-

nistração da Câmara Alta e lutar, com todas as suas forças e suas armas, para erradicar tais males.

No mês de janeiro de 1941, o mundo estava sofrendo as consequências devastadoras da 2ª Grande Guerra. Os Estados Unidos ainda não haviam sofrido o ataque dos aviões torpedeiros japoneses em Pearl Harbor, mas o Presidente Franklin Delano Roosevelt sentia que, a qualquer momento, a grande nação poderia ser arrastada para o meio do conflito que se expandia. Foi assim, no dia 6 de janeiro, que ele proferiu o antológico discurso que o revelou como paladino da democracia e das quatro liberdades. A primeira é o direito de palavra e de livre expressão; a segunda é a liberdade de celebrar um Deus à sua maneira; a terceira é a liberdade de estar livre das necessidades; e a quarta é a liberdade de estar a salvo do medo.

No início dos anos 90, veio a lume a publicação de entrevistas concedidas pelo Papa João Paulo II na qual revela a experiência e o pensamento acerca de temas religiosos e filosóficos. A obra chegou ao Brasil e recebeu o sugestivo título: **Cruzando o Limiar da Esperança**. Dentre as 35 questões respondidas, merece relevo a que envolve a mais importante das liberdades humanas: a liberdade de não ter medo. Sobre ela, assim falou o Santo Padre:

Quando a 22 de outubro de 1978 pronunciei na Praça de São Pedro as palavras ‘Não tenham medo!’, não podia ter a consciência de quão longe teriam levado a mim a Igreja inteira. (...)

A exortação “Não tenham medo!” precisa ser lida numa dimensão muito ampla.

(...) “Não tenham medo daquilo que vocês próprios criaram, não tenham medo nem mesmo de tudo aquilo que o homem produziu e que está se tornando, dia após dia, cada vez mais, um perigo para ele. Enfim, não tenham medo de vocês mesmos.”

Faço da exortação papal uma convocação a todos os cidadãos, parlamentares ou não, para assumirem a defesa dos valores essenciais da República, convertendo a indignação em ação na luta contra a corrupção e a improbidade administrativa, luta que pode e deve ser enfrentada e vencida com a coragem, a perseverança, o civismo, como sentimentos que estão acima e além do medo.

Concluo, Sr. Presidente, com as palavras do patrono desta Casa, Rui Barbosa, em memorável discurso proferido nos idos de 1914:

“De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto cres-

cer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto.”

Esse, talvez, tenha sido o mais antológico de todos os discursos de Rui Barbosa, e é com os seus ensinamentos que eu concluo este pronunciamento, Sr. Presidente. Mas essa é a primeira parte dele, porque pretendo voltar ao tema “a liberdade de não ter medo”.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Papaleo Paes, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Agradeço-lhe, Senador Alvaro Dias, a concisão do seu pronunciamento.

Concedo a palavra, de imediato, ao Senador Valdir Raupp, do PMDB de Rondônia.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Agradeço-lhe, Senador Alvaro Dias, a concisão do seu pronunciamento.

Concedo a palavra, de imediato, ao Senador Valdir Raupp, do PMDB de Rondônia.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma vez venho a esta tribuna para dizer que, em visita a meu Estado no final do recesso e início dos trabalhos do Senado Federal na última semana, visitei várias feiras e exposições no meu Estado, que é eminentemente agrícola e pecuário.

Como há o predomínio da agricultura e da pecuária, 36 cidades realizam, todos os anos, feiras e exposições. Visitei Guajará-Mirim e Nova Mamoré, onde, aproveitando a passagem, tivemos algumas audiências públicas sobre a Escola Técnica Federal do Iata, entre Guajará-Mirim e Nova Mamoré, e sobre a ponte binacional que liga Guajará-Mirim a Guayará-Mirim, na Bolívia. Há um tratado de mais de cem anos, do Governo brasileiro com o Governo boliviano, que até o momento não foi cumprido. O Presidente Lula determinou ao Ministério dos Transportes e ao Dnit que realizem o projeto executivo para que, tão logo esteja pronto – e espero que esteja pronto até o final do ano –, se realize a licitação e o contrato dessa obra tão importante para o Brasil e para a Bolívia, dando à Bolívia uma saída para o Atlântico.

O Tratado de Petrópolis, assinado em 1902, já tem 107 anos e agora está saindo do papel para se tornar uma realidade. Eu acredito na determinação

do Presidente Lula, que determinou a esses órgãos federais executarem esse projeto; se não for possível concluí-lo, que, pelo menos, seja iniciado até o final do seu Governo, isto é, até o final do ano de 2010.

Estive presente também na Amostra de Quadri-lhas de Boi-Bumbá na cidade de Guajará-Mirim, onde foi construída uma arena, com recursos federais também, que foi inaugurada nesse final de semana, com milhares e milhares de pessoas levando a Rondônia e ao Brasil a cultura do povo de Guajará-Mirim.

Queria ainda dizer, Sr. Presidente, que estive na cidade de Rolim de Moura, participando da feira agropecuária; na cidade de Ouro Preto, na abertura; na cidade de Cacoal; na cidade de Chupinguaia. Passamos também pela cidade de Porto Velho, apesar de a feira já ter sido realizada.

Eu queria, Sr. Presidente, neste dia, falar de um projeto que tem nos preocupado muito e que o Estado de V. Ex^a, Senador Mozarildo Cavalcanti, que preside esta sessão, conseguiu aprovar há algum tempo, assim como o Estado do Amapá. Refiro-me à transposição dos servidores estaduais para federais.

Isso tem prejudicado o Estado de Rondônia, porque, quando da criação do Estado, da transição de Território para Estado, a União se comprometeu a, por dez anos, tutelar esses Territórios transformados em Estados. Assim foi com o Acre, que foi o primeiro dos Estados mais jovens; depois, com o Estado do Amapá e com Roraima. E deveria ser com Rondônia também, mas, não sei por que, Rondônia ficou esquecido. Não sei por que Rondônia ficou fora e não lhe foi dado esse tratamento isonômico da transposição dos servidores estaduais contratados naquela época para o quadro da União.

Em Rondônia, temos em torno de 12 mil trabalhadores que estão ainda, desde aquela época, no quadro do Estado. O Estado vem bancando, todos os meses, todos os anos, esses 12 mil trabalhadores – de 81 a 91.

A Senadora Fátima Cleide entrou com um projeto aqui no Senado, há uns três anos. Nós o votamos, após discuti-lo amplamente, exaustivamente, com o Governo Federal, com o Ministério do Planejamento, com o Ministério da Fazenda, com a Casa Civil. E conseguimos aprovar, num acordo com o Governo, há aproximadamente três anos, essa PEC de autoria da Senadora Fátima Cleide.

Eu me considero coautor desse projeto, porque fui o segundo a assiná-lo. Na época, ainda estava aqui o Senador Amir Lando, que nos ajudou, assim como toda a bancada do PMDB. Depois, sob a liderança do PMDB, ajudamos nas Comissões, ajudamos aqui no plenário e o votamos.

A Câmara dos Deputados trabalha com esse projeto há três anos nas Comissões. Agora, ele está pronto para ser colocado em votação. E há, Sr. Presidente, um compromisso do Presidente Michel Temer, com o qual estou marcando uma audiência para esta semana... Possivelmente, conversarei com o Presidente Michel Temer, novamente – porque já conversamos com ele –, esta semana para que ele coloque esse projeto em pauta para ser votado durante o mês de agosto.

Isso vai ajudar, sobremaneira, o Estado de Rondônia, porque vai aliviar os cofres do Estado com o pagamento de pessoal em, aproximadamente, R\$30 milhões por mês.

Entendo que, um Estado novo, um Estado ainda em desenvolvimento, um Estado ainda em formação, não é tão pesado para a União bancar, tendo em vista que há uma dívida da União com o Estado de Rondônia. Até se fôssemos levar à risca, pela Justiça, a União deveria pagar todo o retroativo, desde quando fui Governador, desde o final do Governo Jerônimo Santana, quando o Território já tinha sido transformado em Estado. Então, daquela época para cá – quatro, cinco governos –, a União deveria ressarcir os cofres do Estado de Rondônia pelo pagamento feito a esses servidores.

Então, eu faço aqui, Sr. Presidente... Não quero me alongar muito, até porque há vários oradores ainda para fazer uso da palavra. E V. Ex^a, aliás, o Senador Papaléo Paes, que presidia a sessão anteriormente, disse que ela se encerraria, impreterivelmente, às 18h30. Mas eu sei que há vários Senadores, chegando agora de viagem que, com certeza, vão querer usar da palavra, e V. Ex^a deve dilatar um pouco esse prazo.

Em síntese, Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Senadores, mais uma vez, eu queria fazer esse apelo. Eu sei que a Senadora Fátima, autora do projeto, já o tem feito. Também o Senador Expedito Júnior, que chegou aqui depois, com muita veemência, também tem feito apelos para que esse projeto seja votado. Eu quero dizer, por outro lado, que tenho recebido alguns apelos no meu Estado. Alguns, desinformados, ainda dizem assim: “Mas vocês estão omissos com esse projeto”. Eu respondendo: Ôpa! Nós votamos esse projeto no Senado há três anos. Eu e a Senadora Fátima Cleide discutimos exaustivamente, como já disse aqui, com todos os Ministérios envolvidos, discutimos com as lideranças do governo aqui, no Senado Federal, com as lideranças partidárias, e votamos esse projeto. Nós já votamos esse projeto aqui no Senado. Ele está na Câmara. Neste momento, só nos cabe, aqui, da tribuna, cobrar, cobrar e cobrar a Câmara dos Deputados para que vote esse projeto, porque não há muito que fazer. A não ser que ele volte. Ele poderá até voltar para o Senado, e aí

eu me comprometo, como fiz da primeira vez, há três anos, a trabalhar exaustivamente, novamente, nas Comissões e aqui no plenário, para que ele seja votado o mais rapidamente possível aqui, no Senado... Isso, se ele tiver que voltar. Se ele receber alguma emenda na Câmara e tiver que voltar ao Senado Federal.

Então, esse compromisso eu assumo com Rondônia, com esses servidores do meu Estado, que estão lá ansiosos para serem transpostos aos quadros da União... É claro! Pois melhora o salário, melhoram as garantias, melhora a aposentadoria, melhora tudo. A União – é claro – é mais rica do que os Estados. A prima rica da Federação é a União. Os Estados têm dificuldades, principalmente os Estados novos, em formação, como eu já disse, como é o Estado de Rondônia.

Então, este compromisso eu quero assumir aqui: como já fiz há três anos, juntamente com a Senadora Fátima, eu quero fazer daqui para frente. Se for votado na Câmara – e eu espero que seja votado – e tenha que voltar para o Senado, eu quero assumir este compromisso de me debruçar sobre o projeto onde ele estiver para acelerar, junto às lideranças, do meu partido, do Governo e também dos partidos de oposição, aqui, no Senado Federal.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Obrigado, Senador Valdir Raupp.

Eu quero dizer que, lamentavelmente, o Governo Federal parece que não assimilou que os ex-territórios, hoje, são Estados.

Eu quero passar a palavra de imediato ao Senador José Nery, como Líder do PSOL.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (PR – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Pois não, Senador.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (PR – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já que se vai cumprir rigorosamente o Regimento, então que se cumpra também o tempo rigorosamente para que possamos tanto eu quanto a Senadora Rosalba e o Senado Casagrande fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Com certeza, V. Ex^a será atendido.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, quero, nesta oportunidade, manifestar o meu profundo pesar pelo falecimento, no último sábado, dia 8 de agosto, do Prof. Manoel Amaral, conhecido carinhosamente como Prof. Manoelzinho. Assim era chamado nos movimentos sociais, nos movimentos sindicais, populares e estudan-

til de que fez parte no Estado do Pará, especialmente na capital do nosso Estado, Belém do Pará.

Manoel foi assessor do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Pará (Sintepp) durante vários anos, historiador e, no último período, cumpria tarefa junto à equipe do nosso mandato, Senador Valdir Raupp, em Belém do Pará. Todos nós que convivemos com Manoelzinho, um líder popular... Ele foi durante muitos anos integrante dos quadros do Partido dos Trabalhadores e desde 2005 integrava os quadros do PSOL no Estado do Pará, sendo um dos seus dirigentes e um dos mais animados na luta pela construção de uma alternativa socialista para o Brasil.

Eu queria, Sr. Presidente, além de registrar este fato tão triste para nós que convivemos com um militante, um lutador do nosso povo, ao mesmo tempo, manifestar à família, aos amigos e aos companheiros de luta de Manoelzinho o nosso pesar e a nossa dor por sua perda tão jovem – ele tinha apenas 34 anos. Deixa quatro filhos, a esposa Lílian, os seus sete irmãos e familiares. A todos o nosso mais completo voto de solidariedade pelo ocorrido.

Queria também registrar que Manoelzinho recebeu, quando da cerimônia fúnebre, manifestações e homenagens do Sindicato dos Educadores do Estado do Pará; do Sindiprev (Sindicato dos Previdenciários); da Federação Nacional dos Trabalhadores da Previdência Social; da Governadora Ana Júlia Carepa e dos dirigentes do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), do Partido dos Trabalhadores, além de várias lideranças de vários movimentos sociais, como a CNBB, a Pastoral da Terra, o MST e várias outras entidades populares, porque durante muito tempo, pelo menos na última década e meia, Manoelzinho foi parte integrante das lutas e de movimentos por mudança e por transformação em nosso Estado do Pará, em Belém e em nosso País.

Quero, por último, Sr. Presidente e ainda tratando desse fato que abalou a todos que militam no PSOL e nas organizações da educação em nosso Estado, ler um poema de despedida de autoria do ex-Presidente do Sintepp, Professor Eloy Borges, que assim se refere à morte de Manoel:

Travaste tua última batalha,
Solitário mas não sozinho.
Estávamos contigo mesmo sem estarmos
junto a ti.
Quão efêmera tua vida!
Quão injusta tua partida!
Em nossa luta permanecerão teus sonhos.

Como se fora uma estrela cadente tua
breve e brilhante luz jamais será esquecida.

Hoje a floresta silenciou para escutar o uirapuru lamentar a morte de um guerreiro.

Adeus, Manoelzinho!

Adeus, nosso mano Manoel!

Fica aqui, então, Sr. Presidente, em nome da Liderança do Partido Socialismo e Liberdade, a homenagem de todos que conheceram, conviveram e lutaram junto com Manoel, seja no Pará, seja em outras manifestações, encontros e congressos pelo Brasil afora.

Por último, Sr. Presidente, só queria registrar um evento importante que ocorre, nesta semana, em Brasília. Os trabalhadores rurais sem terra farão manifestações em Brasília, iniciando hoje, dia 10, até o dia 21 de agosto. O ato de abertura do Acampamento Nacional pela Reforma Agrária ocorrerá hoje, às 19h, ou seja, daqui a pouco, em frente ao estádio Mané Garrincha, Centro Poliesportivo Ayrton Senna, aqui, em Brasília, atividade em que estaremos presente, quando, Sr. Presidente, serão tratadas pelo menos três grandes questões. Primeiro, a luta pela garantia dos recursos orçamentários que foram cortados do Orçamento de 2009 – algo em torno de R\$400 milhões. A discussão em relação à efetivação de um programa de reforma agrária que beneficie 90 mil famílias atualmente acampadas e 45 mil assentadas, que esperam por investimentos em habitação, infraestrutura e produção. E ainda, Sr. Presidente, os acampados querem que a utilização dos índices de produtividade, utilizados como referência para classificar o imóvel rural como improdutivo, seja, de fato, rediscutida num patamar aceitável.

Portanto, Sr. Presidente, quero registrar a realização desse importante evento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que vem em caravana. São mais de três mil trabalhadores, de 23 Estados brasileiros, que merecem a acolhida do Parlamento, do Governo e das instituições comprometidas com um Brasil onde queremos, de fato, reforma agrária e justiça no campo.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra à Senadora Rosalba Ciarlini para uma comunicação.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estou chegando mais uma vez, praticamente há meia hora, do meu Estado, como faço todos os fins de semana. E esse fim de semana não foi diferente, estive em vários pontos do Estado, iniciando já na sexta-feira, na Serra de São Bento, onde houve o Festival de Inverno. Aquele é um local realmente bonito, de beleza natural estonteante e de clima muito gostoso. Esse Festival promove o

turismo, movimentando a cidade. O povo me recebeu de forma realmente muito acolhedora.

Depois, estive em Mossoró, na Festa do Bode, já tradicional, criada quando eu era Prefeita, depois da construção do Mercado do Bode. É uma festa de exposição de caprinos e de ovinos, uma feira, que já está no calendário nacional e que é uma das maiores do Nordeste.

Também há a Feira do Livro naquela cidade, outro evento que teve início na minha gestão como Prefeita, e a que sempre demos o maior incentivo. Fiquei muito feliz em ver que essa Feira continuava e estava consolidada.

Já no domingo, tivemos a oportunidade de estar presentes à formatura de mais de trezentos professores de dez cidades que ficam em nossa região, em torno da cidade de Mossoró, pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, no curso de pró-formação. Esse programa foi fundamental para fazer com que os professores de ensino médio pudessem ter o 3º Grau. Infelizmente, essa era a última turma, já que o programa está sofrendo uma modificação. E a carência ainda é muito grande. Só no nosso Estado, cerca de cinco mil professores ainda não tiveram a oportunidade e precisam urgentemente desse processo para completar o 3º Grau e para, assim, contribuir para a melhoria do ensino.

Ainda no domingo, fomos também participar do Dia dos Pais, na Feirinha Cultural, dentro da programação da festa na cidade de Acari, lá no Siridó, a festa da padroeira da cidade, Nossa Senhora da Guia, momento em que há uma confraternização, o encontro de filhos ausentes, nessa cidade que é considerada e reconhecida como a mais limpa do País. A cidade de Acari tem um povo também bastante acolhedor. Foram momentos muito bons.

Voltando a Natal, hoje, pela manhã, fui fazer uma visita. Todos sabem que sou médica. Já tive uma relação de trabalho, como médica, com a previdência social. Lá, os vínculos de amizade são muito fortes, temos conhecimento da luta e do trabalho de homens e de mulheres que, no dia a dia, prestam serviço relevante à população. Mas, hoje, o quadro que vi tocou meu coração e me deixou realmente indignada. Senador Mozarildo, encontrei funcionários já aposentados fazendo greve de fome. Greve de fome! Seis funcionários estavam fazendo greve de fome coletiva, indignados e revoltados com a falta de atenção e de respeito a esses trabalhadores. Trago a esta Casa, para conhecimento, essa realidade que acontece no meu Estado, lá em Natal. Eles estavam na sede, na entrada.

Está aqui o Sr. Manoel Moura, um dos seis previdenciários que estão fazendo greve de fome. Esse

senhor é diabético, é aposentado e já está há 21 em greve, correndo risco de vida, em função da falta de respeito a questões que, inclusive, já eram consideradas direitos desses trabalhadores.

Vou aqui ler rapidamente, pois sei que o tempo é curto, uma comunicação inadiável, para que se tenha uma ideia do que aconteceu: “Servidores do INSS em greve de fome coletiva”. Esse é um dossiê que eles entregam àqueles que vão se solidarizar com essa situação tão grave, tão injusta. Realmente, não encontramos palavras. Trabalhadores de uma vida toda têm de fazer greve de fome na tentativa de serem ouvidos, de serem atendidos em direitos que são básicos.

“Após serem surpreendidos com uma medida administrativa de desincorporar dos seus salários a vantagem judicial de 84,32%, os servidores do INSS/RN decidiram utilizar-se dos seus direitos constitucionais (art. 37, VII) e deflagraram uma greve que durou vinte e nove dias (16 de fevereiro a 16 de março). O percentual mencionado refere-se às perdas salariais originadas pelo Plano Collor, em processo que já havia sido transitado em julgado na justiça brasileira e fazia parte dos salários desses servidores há mais de 15 anos.

No decorrer da greve, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva determinou a aplicação do Código 28 (falta não justificada) no ponto dos grevistas. Com essa medida, os servidores decidiram suspender a greve e continuar lutando pelos seus direitos. Nessa ocasião, como mais uma medida de pressão junto ao governo, o servidor aposentado Manoel Moura promoveu uma greve de fome que durou mais de oito dias. Esse conjunto de medidas, adicionado às ações políticas parlamentares e jurídicas [quanto às ações políticas, todos os parlamentares do Rio Grande do Norte acompanharam os servidores do INSS em uma verdadeira maratona, na Advocacia-Geral da União (AGU), na Previdência e na Justiça, em busca da reincorporação], resultou na reincorporação dos 84,32% aos contracheques dos servidores.

Quando tudo parecia caminhar para a normalidade, o governo federal descumpriu o acordo de greve de 2005 e, unilateralmente, determinou o cumprimento de carga horária de 40 horas semanais ou 30h com redução de salário. Vale mencionar que esses servidores vinham praticando carga horária de 30h semanais, proveniente de acordo feito há vinte e dois anos, no então governo Sarney.

Em consequência disso e em defesa da incorporação da Gratificação de Desempenho aos Salários (GDASS), a FENASPS – Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social – decidiu, por meio de plenária da categoria, iniciar greve nacional no dia 16 de junho por tempo indeterminado. No decorrer da greve, os servidores do RN mais uma vez foram surpreendidos, desta feita por decisão judicial, para desincorporar o percentual dos 84,32% e ainda devolver os valores percebidos.”

Tenho aqui um dos contracheques, que mostra que, com essa desincorporação, os funcionários ficaram recebendo negativo. Negativo! São pais de família que têm seus compromissos. Tiraram-lhes, de repente, 84%, e eles ainda têm de devolver o que receberam, quando essa era uma causa já transitada e julgada. Mas o Governo apelou, foi atrás, perseguindo e prejudicando esses trabalhadores, sendo injusto com eles.

“[...] Diante da brusca redução dos salários – ao ponto de centenas de servidores perceberem remunerações inferiores a meio salário mínimo – dos descontos dos dias em greve, do aumento da carga horária e da exigência de produtividade além dos limites humanos, os servidores passaram a sofrer com a perda acentuada da qualidade de vida. Isso pode ser visto claramente, através de dados estatísticos que comprovam o elevado número de licenças médicas.

Toda essa situação motivou sete servidores do INSS a iniciarem uma GREVE DE FOME, que teve início no dia 20 de julho do corrente ano...”

Desde o dia 20 de julho, eles se encontram em greve de fome, alguns começando uma situação extremamente preocupante, Senador Nery. Hoje, ao lado de um cardiologista que os vem acompanhando, estive conversando com eles, tentando fazer com que entendessem que a vida tem de estar acima de tudo, mas, infelizmente, estão irredutíveis nessa decisão. Dizem que não vale a pena viver depois de tanta luta, dizem que tanto lutaram, mas que hoje não têm mais nada.

Continuo a leitura:

“...colocando suas próprias vidas em risco, como último recurso para garantir os direitos coletivos da categoria e consequentemente poderem exercer suas funções públicas com dignidade.

Nesse contexto, os servidores em greve de fome Manoel Moura, Francimar Maia,

Erinaldo Nunes, Nilo Dias, Eugênio Pinheiro, Plínio Ramalho e João Bento, representando a categoria do INSS, conclamam o presidente da república, seus ministérios e o parlamento federal a se sensibilizarem diante da situação exposta e tomarem todas as medidas necessárias, com URGÊNCIA, para reverter esse quadro. [...]"

Estive lá, solidarizando-me e comprometendo-me, Senador Mão Santa, de aqui continuar essa luta. Desde o início, estive com os servidores nessa luta. E vou pessoalmente, Senador Nery, levar este dossiê ao Ministro da Previdência. É importante que sejam salvas essas vidas. Minha preocupação agora é a preocupação do ser humano. Não é possível que ninguém veja o que está acontecendo. É preciso que se pense. É preciso ter consciência. Meu Deus do céu, e se de repente acontecer o pior? Será que é tão insensível o Governo?

Era algo a que eles tinham direito há quinze anos. Isso estava incorporado aos seus salários.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI. *Fazendo soar a campanha.*) – Desculpe-me interrompê-la.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Entendo. Estou terminando.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Regimentalmente, a sessão iria terminar às 18h30. Prorrogo-a por mais meia hora, para que algum Senador que queira usar da palavra possa fazê-lo e para que V. Ex^a termine sua oratória.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Posso conceder um aparte ao Senador Nery, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pode, Senadora.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Concedo, com muito prazer, o aparte a V. Ex^a, Senador Nery.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Senadora Rosalba, o tema que V. Ex^a traz à tribuna, nessa parte do seu pronunciamento, exige de nós toda a atenção, para que, ao final desse movimento relacionado com a garantia de direitos dos trabalhadores da previdência social, especialmente no seu Estado, o Rio Grande do Norte, além de seus direitos, sejam preservadas suas vidas, tendo em vista que estão em greve de fome há 21 dias. Portanto, solidarizo-me com os trabalhadores nessa sua mobilização. Já temos feito esforços no sentido de uma solução, de uma negociação para esse impasse. Concorro com V. Ex^a: é preciso levar urgentemente essa questão ao Ministro da Previdência Social, ao INSS, para verificarmos a possibilidade de

uma efetiva solução do problema, sem o sacrifício de vidas humanas. Portanto, V. Ex^a, ao trazer essa questão, conta com nossa integral solidariedade, bem como todos os trabalhadores da previdência social que estão em luta e que carecem, neste momento, da atenção do Governo Federal, do Ministério da Previdência, para o atendimento dessa questão, buscando uma solução que leve à resolução desse impasse. Sugiro a V. Ex^a, com relação a essa iniciativa da visita ao Presidente do INSS e ao Ministro da Previdência, que organize uma comissão de membros daquela Comissão que preside, a Comissão de Assuntos Sociais, e da Comissão de Direitos Humanos, tendo em vista a urgência e a necessidade de tratamento adequado, imediato, urgente da questão que envolve a greve de 21 dias dos servidores da previdência social no Estado do Rio Grande do Norte. Cumprimento V. Ex^a. Vamos trabalhar juntos, para que o impasse seja solucionado e para que os trabalhadores sejam atendidos em seus direitos. Muito obrigado.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Muito obrigada, Senador Nery. V. Ex^a, realmente, mais uma vez, é solidário com o trabalhador brasileiro. Eu gostaria de contar com sua presença nessa Comissão. Vamos formar essa Comissão. Como falei ao subir à tribuna, estou chegando, há pouco tempo, do Rio Grande do Norte, mas vou solicitar de imediato essa audiência com o Ministro. Vamos convocar aqueles que formam a Comissão de Assuntos Sociais e de Direitos Humanos, para juntos levarmos uma solução a essa situação gravíssima, revoltante, de muita injustiça. O que precisamos é de salvar vidas. Trata-se agora das vidas que estão em jogo das pessoas que, há 21 dias, estão em greve de fome.

Além do mais, Senador Mão Santa, há só um detalhe: o gerente do INSS da cidade de Natal foi ser solidário aos seus colegas, porque também é um trabalhador, e já foi demitido sumariamente e substituído. Isso parece não um Governo democrático, mas muito mais uma ação ditatorial. Quer dizer, tem de ficar todo mundo calado, ninguém pode reclamar. Ninguém pode dizer nada, tem de aceitar tudo. Não! São seres humanos, é a sua família, é a sua vida, é a sua história, é a sua luta que precisa ser respeitada.

É exatamente o que fizemos aqui e continuamos fazendo, unidos, Senador Mão Santa. V. Ex^a está sempre nessa luta, assim como o Senador Expedito, o Senador Nery, o Senador Paim e muitos outros, contra as injustiças que acontecem com o aposentado.

Então, quero aqui finalizar, agradecendo ao Presidente, que nos deu mais um tempo, para que pudéssemos expor essa situação tão grave.

E quero dizer mais, Senador Mão Santa: estive, no sábado, na Festa do Bode, e conversei com vários pequenos produtores de todas aquelas comunidades e de cidades vizinhas. Todos assistem à TV Senado e acompanham o seu trabalho. Inclusive, o Galego, conhecido como o Galego da Rapadura, uma rapadura famosa da região, feita com leite de cabra, pediu que V. Ex^a provasse dessa rapadura. Mandou-a para V. Ex^a, porque sabe que é um nordestino e que valoriza a luta do homem que está no campo.

Então, fica aqui o agradecimento, por nos dar essa oportunidade.

Amanhã, estaremos na Comissão de Assuntos Sociais. Em primeiro lugar, convidamos todos para uma audiência pública importante sobre a questão da saúde da mulher e da mortalidade materna, que ainda acontece e que é grave no nosso País, principalmente no parto e no pós-parto. V. Ex^a é médico e conhece essa realidade. Vamos debater isso amanhã, na nossa Comissão, às 9 horas. Convidamos todos a comparecer. Também vamos discutir, prioritariamente, a questão que fala de vida, que fala do respeito ao direito dos trabalhadores, da questão do INSS e da greve de fome.

Peço aqui, mais uma vez, a solidariedade e o apoio, para que possamos encontrar um caminho, uma solução e uma forma de eles pararem com essa greve de fome e possam ter suas vidas de trabalho desempenhadas com dignidade, como sempre fizeram. Eles precisam ser reconhecidos como trabalhadores valerosos.

Muito obrigada, Senador Mão Santa.

Durante o discurso da Sra. Rosalba Ciarlini, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senadora Rosalba Ciarlini, eu que agradeço, como Presidente, neste instante, do Senado da República.

Como Cícero, que dizia: “*O Senado e o povo de Roma*”, posso falar: o Senado e o povo do Brasil. “Um quadro vale por dez mil palavras”, Confúcio. Contra fatos não há argumento. V. Ex^a é esse quadro, que mostra para o País a grandeza deste Senado, uma mulher virtuosa.

O Senado somos nós, filhos do povo, do voto, da democracia, que sustentamos a democracia. V. Ex^a é mulher extraordinária, médica de que nos orgulhamos; faz da ciência médica a mais humana das ciências e é uma benfeitora da humanidade, pela Medicina. Três vezes Prefeita! Não foi Prefeita de Mossoró. Foi extraordinária Prefeita de Mossoró. V. Ex^a, aqui, no Senado

da República, com competência, com estoicismo, dirige a Comissão de Assuntos Sociais, da qual faço parte com muito orgulho, e vejo a devoção.

Este é o Senado da República. Não adianta essa campanha insidiosa. Nomes como o de V. Ex^a dão qualidade ao Senado da República. Eu acredito neste Senado por nomes como o de V. Ex^a. Nossos parabéns, nossa admiração e nosso agradecimento ao homem lá do Rio Grande do Norte que nos mandou uma rapadura, traduzindo, com esse simples presente, o carinho, o amor e a confiança que o povo do Brasil tem aos seus Senadores da República!

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Obrigada, Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra, como orador inscrito, o Senador Expedito Júnior, jovem na política, com vários mandatos de Deputado Federal, extraordinário Senador da República, com perspectivas invejáveis na política do seu Estado de Rondônia e do Brasil.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, quero cumprimentar V. Ex^a que, neste momento, preside esta Casa; cumprimentar os Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras; cumprimentar todo o povo brasileiro que nos assiste neste momento, e dizer da alegria, Sr. Presidente, de participar de várias solenidades no Estado de Rondônia durante todo esse final de semana. Acabei de chegar do meu Estado e fiz questão de vir para cá por causa de um compromisso que assumi com a população do meu Estado. Eu disse à população de Rondônia que estaria durante todo o mês de agosto fazendo uma contagem regressiva sobre o compromisso feito pelo Presidente Michel Temer de pautar a Proposta de Emenda à Constituição nº 483, a PEC da transposição dos servidores públicos do meu Estado.

Eu ouvi aqui, agora há pouco, o Senador Raupp fazendo um pronunciamento, mais uma vez, também cobrando do Presidente do seu partido, que é o Presidente Michel Temer, da Câmara dos Deputados, filiado ao PMDB, que assumiu o compromisso, segundo o Senador Raupp e segundo a Senadora Fátima Cleide, de que botaria em pauta a votação da PEC da transposição dos servidores públicos do meu Estado.

Estou fazendo isso desde o retorno nosso do recesso. Hoje, falta apenas 21 dias, Senador Mão Santa, para terminar o mês de agosto e eu vou fazer uso da tribuna amanhã, vou fazer uso da tribuna na quarta-feira, na quinta-feira, cobrando do Presidente Michel Temer.

Eu disse, Senador Mão Santa – e V. Ex^a presidia naquele momento a sessão –, que seria até chato, mas

estaria aqui cobrando, durante todo o mês de agosto. Abriria mão dos demais discursos que deveríamos fazer em prol do País, em prol do nosso Estado, mas, praticamente, iria cobrar aqui, quase que todos os dias, a questão da votação da PEC da transposição dos servidores públicos do Estado de Rondônia.

Eu percebo que, de repente, querem segurar a votação da PEC da transposição, Sr. Presidente, para o ano que vem, porque o ano que vem é um ano político. E eu faço um apelo, aqui, ao Senador Michel Temer: o servidor público do meu Estado não é moeda de troca. Sr. Presidente, a única coisa que eles, os servidores públicos do meu Estado, pedem é para que tenhamos um tratamento isonômico, o mesmo tratamento que foi dado a Roraima e o mesmo tratamento que foi dado ao Amapá. Não é possível ficarmos de pires na mão, exigindo e cobrando, Sr. Presidente, o nosso direito. É um direito do servidor, do funcionalismo público do meu Estado. Eu disse e não vou abrir mão: vou subir à tribuna do Senado até que seja pautada a PEC da transposição dos servidores públicos do meu Estado. Caso isso não aconteça, Senador Mão Santa, nós vamos ter a maior manifestação no começo de setembro. A maioria dos servidores públicos, em mais de dez ônibus, mais de 500 pessoas, em torno de 600 servidores públicos do meu Estado virão aqui para dentro da Câmara dos Deputados exigir que essa matéria seja pautada e seja votada.

Eu repito, mais uma vez: precisou com os mototaxistas fizessem aquela pressão que fizeram aqui para que nós pudéssemos votar a regulamentação do serviço de mototáxi. Precisou que os Vereadores, suplentes de Vereadores, fizessem, Senador Mão Santa, aquela manifestação que foi feita, pacífica, ordeira, aqui no Senado, para que pudéssemos também votar a PEC dos Vereadores, a assim chamada PEC dos Vereadores. E não tenha dúvida, Senador Mão Santa, de que os servidores do meu Estado virão para cá exigir essa votação.

Hoje, eu me deparei com vários sindicalistas que vieram para Brasília, no vôo que saiu por volta de 13 horas e 30 minutos lá do meu Estado, de Porto Velho. E estavam presentes o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde no Estado de Rondônia (Sindsaúde); o Presidente do Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado de Rondônia (Sinsepro); o Presidente do Sindicato dos Motoristas Oficiais do Estado de Rondônia (Simporo); o Presidente do Sindicato dos Auditores fiscais do Estado de Rondônia (Sindafisco); a Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia (Sintero); do Sindicato dos policiais Cíveis de Rondônia (Sinsepol), Cícero, em nome do qual eu gostaria de agradecer a

presença de todos os líderes e presidentes sindicalistas do meu Estado; o Presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários de Rondônia (Singeperon) e também o do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Executivo do Estado de Rondônia (Sintraer). Estão vindo para cá, Sr. Presidente, representando os servidores públicos do meu Estado, numa audiência que deve realizar-se amanhã, segundo o Senador Raupp anunciou da tribuna, com o Deputado Michel Temer, Presidente da Câmara.

E eu peço, mais uma vez, encarecidamente, ao Presidente da Câmara dos Deputados que pautasse essa matéria. Na Câmara dos Deputados, a maior bancada é a do PT, a maior bancada é a do PMDB, e eu não acredito que essa matéria não seja votada favoravelmente ao meu Estado, porque nós não estamos pedindo nada de anormal. Como eu disse, nós estamos pedindo aqui um tratamento isonômico aos ex-Territórios. É o que estamos pedindo também para o nosso Estado.

Mas, Sr. Presidente, eu gostaria ainda de fazer dois comentários. V. Ex^a esteve lá no Flor de Maracujá, onde houve a apresentação dos Bois-Bumbás, das quadrilhas dançantes lá de Porto Velho. E, nesse final de semana, nós tivemos o Duelo da Fronteira, um pouquinho diferente do que acontece em Parintins, e diferente só por causa da infraestrutura, que não tem no Município de Guajará-Mirim, para a apresentação dos bois, a infraestrutura necessária.

Mas eu estive presente lá, Sr. Presidente, no grande duelo, que inclusive estava empatado: cinco vitórias. Em cinco anos consecutivos, o Malhadinho sagrou-se campeão; e, por cinco anos, também o Flor do Campo sagrou-se campeão. Ontem, foi a final e a disputa entre os dois bois. Começou na sexta-feira e ontem foi a apresentação final, o duelo final, o chamado Duelo da Fronteira, porque já faz divisa com a Bolívia. Mas uma apresentação bonita, uma apresentação belíssima. A população participou, Sr. Presidente, parecendo que estava em Parintins. Nós, o Governo do Estado, por intermédio de uma emenda, ainda na época do Deputado Cazara, uma emenda que foi liberada para o Município de Guajará-Mirim, nós iniciamos a construção do nosso Bumbódromo, mas ainda falta muita coisa para termos lá o Bumbódromo definitivo, um espaço definitivo para a população de Guajará-Mirim. Espero que possamos concluir aquela obra e entregar para a população de Guajará-Mirim. Mas foi uma festa bonita. Não deixamos nada a desejar para o Município de Parintins, do Amazonas. Nós temos a nossa Parintins, que é o Município de Guajará-Mirim.

Outro assunto, Sr. Presidente, que eu gostaria de colocar aqui é que, durante a semana – acho que

V. Ex^a acompanhou, a grande imprensa brasileira divulgou –, a BR-364, no sentido que liga Rondônia ao Acre, ficou interdita por conta de uma manifestação, também pacífica, de uma manifestação em prol da emancipação da Ponta do Abunã.

Sr. Presidente, li na imprensa o Ministro da Justiça dizendo que ia mandar para lá a Força Nacional, inclusive com armas letais, se fosse necessário e se fosse o caso. Eu queria dizer ao Ministro da Justiça que isso não é necessário. Não foi necessário e não foi preciso isso.

Agora, o que precisamos é que... Aqui, no Senado, nós já aprovamos a questão das emancipações dos Municípios criando regras claras e determinando isso, e esse projeto está paralisado na Câmara dos Deputados, porque lá na Câmara, Senador Mão Santa, tudo para. Lá, o Governo Federal age como rolo compressor; lá, ele tem maioria absoluta e os projetos aprovados aqui pelo Senado chegam à Câmara e adormecem, são paralisados. E esse é um projeto para ser aprovado rápido.

Se esse projeto já tivesse sido aprovado na Câmara dos Deputados, certamente as comunidades que eu gostaria de defender aqui, a comunidade da Ponta do Abunã, a comunidade de Extrema, de Califórnia, que fizeram essa manifestação, manifestação sadia, manifestação em prol de um sonho, Sr. Presidente, que está acalentado há muito tempo pela população da Ponta do Abunã, um sonho da sua emancipação... Temos vários outros Municípios no Estado de Rondônia que certamente não dão a metade da população do Município de Extrema, não dão a metade da população de Nova Califórnia. Já poderíamos ter mais dois Municípios no Estado de Rondônia.

Então, Sr. Presidente, faço um apelo aqui ao Presidente Michel Temer. Sei que estamos aí numa crise, inclusive o Senado também. Não se votam muitas matérias importantes, mas gostaria de fazer um apelo. Essas matérias lá na Câmara, que estão sendo votadas no Senado e que vivem adormecidas nas gavetas da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, sei que a culpa não é do Presidente Michel Temer, mas de todo um conjunto, principalmente do Colégio de Líderes daquela Casa. Assim como foi feito na gestão passada, em que se buscou um entendimento, Sr. Presidente – e entendemos a dificuldade –, mas, naquilo que era possível, se fazia um entendimento, se pavimentava um caminho, de votar matérias paralisadas na Câmara, de interesse do Senado; e de votar matérias paralisadas no Senado, de interesse da Câmara... Eu gostaria que retomássemos essa discussão para que pudéssemos votar algumas matérias importantes que estão adormecidas, paralisadas na Câmara dos Deputados.

Quero, aqui, da tribuna do Senado – não estive presente na manifestação que fizeram na Ponta do Abunã –, defender aquela comunidade. Eu quero defender aquela população. É necessário que se busquem alternativas para que possamos ter alguns distritos, principalmente esses que são abandonados... Nem o Acre dá atenção à Ponta do Abunã, nem Porto Velho dá atenção à Ponta do Abunã, e eles estão abandonados! Então, é necessário que se dê a eles a oportunidade de trilhar o seu próprio destino, e aí, Sr. Presidente, não vejo outro caminho a não ser a emancipação da Ponta do Abunã.

Senador Mão Santa, muito obrigado pela oportunidade e também por ter me estendido um pouco mais no meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Expedito Júnior, V. Ex^a não é só Senador do seu Estado de Rondônia, mas do Brasil. Chegou aqui um *e-mail* para V. Ex^a. Está encaminhado, e V. Ex^a vai tomar as providências.

Convidamos para usar da palavra o Senador Casagrande. Casagrande representa o PSB e o grandioso Estado do Espírito Santo, Vitória. E um Partido grandioso, porque tem como patrono Miguel Arraes,...

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Grande Miguel Arraes.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – ...um dos maiores líderes na história do Nordeste, e sou agradecido, porque, quando Governador, fiz um livro: *A Mão que Luta*, e Miguel Arraes o prefaciou.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Prefaciou.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Então, o seu neto continua a sua política no Estado de Pernambuco. E o seu Partido também é muito forte no Piauí. O Vice-Governador, Dr. Wilson Martins, neurocirurgião extraordinário e político, foi líder quando eu era Governador do Estado e tem perspectivas invejáveis na política do Piauí e do Brasil.

Então, quero dizer a V. Ex^a que o seu Partido é muito forte também no Piauí.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Mão Santa, pelas referências ao nosso saudoso e eterno Dr. Miguel Arraes; também ao nosso atual Governador, Eduardo Campos, de Pernambuco, que é o nosso Presidente Nacional do PSB; e ao Wilson, que é o nosso Vice-Governador do Estado do Piauí.

Quero cumprimentá-lo, cumprimentar os Senadores, cumprimentar o Senador Expedito Júnior, que acabou de se pronunciar.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Tem também um extraordinário Deputado Federal, um dos melhores homens públicos do Piauí: Átila Lira.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Professor Átila.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – E estadual também, um dos melhores homens que eu conheço: Wilson Brandão.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Conheço todos eles.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Então, o Partido de V. Ex^a...

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu, com esses homens, empataria com Barack Obama.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Muito bem. O senhor já empata; com esses nomes, o senhor ganharia.

Mas eu quero, Sr. Presidente, primeiro, fazer um registro. Nós temos acompanhado nos últimos meses a luta do Vice-Presidente da República contra o câncer, e temos admirado a forma como ele se comporta. Eu terei oportunidade, naturalmente, nos próximos dias, de fazer um pronunciamento sobre a referência, sobre o exemplo que é o Vice-Presidente da República José de Alencar para todos nós – pessoas de mais idade, pessoas de média idade, pessoas mais novas – e a forma como ele enfrenta essa doença, o valor que ele dá a vida, a visão que ele tem da morte. Ele nos tem dado uma lição muito grande, e está novamente passando por um tratamento mais intenso. Então, faço aqui da tribuna do Senado também a manifestação do meu desejo de que tudo dê certo, de que o Vice-Presidente da República José Alencar possa vencer essas batalhas cada vez com mais dignidade, como ele tem feito, com mais força, com mais intensidade, com mais energia, e que possa continuar sendo uma referência para a população brasileira.

Eu queria fazer esse registro. Sinto-me na obrigação de fazer o registro do comportamento, da forma como o Vice-Presidente, como o cidadão José Alencar se comporta – mais do que o Vice-Presidente. Mas, como ele é o Vice-Presidente, neste momento quando temos referências ruins na política, é bom ter uma boa referência, porque a gente vê que a política precisa ser local de gente decente, de gente séria, Faça, então, essa referência.

Mas, depois dessa referência e da minha expectativa, do meu pensamento positivo voltado para o tratamento que o Vice-Presidente, Senador José Alencar, está passando, quero, além de deixar isso registrado,

me pronunciar sobre o que temos dito aqui nas últimas semanas.

Eu não estava presente aqui. Na quinta-feira passada, tive de me deslocar mais cedo para minha cidade de Vitória, para o meu Estado do Espírito Santo, para um compromisso à noite no meu Estado. E não participei aqui daquele debate que tivemos aqui entre alguns Senadores. Mas, aquilo é uma demonstração clara da crise que temos vivenciado.

Temos defendido aqui, insistentemente, nessas últimas semanas, nesses últimos dias, que o caminho que nós temos é a investigação através do Conselho de Ética. Faço minha crítica veemente à forma como o Presidente Paulo Duque tem se comportado na Presidência do Conselho de Ética, não a ele pessoalmente, mas à sua prática política e ao seu comportamento de fazer o arquivamento de todas as representações e denúncias. Fiz isso no Conselho de Ética, na presença dele, estou fazendo aqui hoje, porque, se nenhuma representação tramitar no Conselho de Ética, esse Conselho de Ética perderá toda a sua capacidade de se apresentar perante a sociedade brasileira, um Conselho de Ética que já nasceu sob suspeição, porque foi formado, Presidente Mão Santa, no meio da crise. Um conselho formado no meio da crise já é um conselho sobre o qual as pessoas ficam em dúvida, porque quem foi escolhido já vai lá para cumprir alguma tarefa e alguma função.

E, quando se vê o Presidente do Conselho arquivando todas as representações, todas as denúncias, de fato, a gente fica pensando o que está acontecendo, uma vez que nenhuma das representações, nenhuma das denúncias, nenhuma delas tramitará efetivamente no processo de investigação. Até o Presidente Sarney não terá condições, nem nós – se quisermos dar ao Presidente Sarney a legitimidade de se defender – poderemos, porque ele está arquivando todas essas representações. Não teremos nenhum processo investigativo, a não ser que o recurso seja vitorioso – alguns Senadores o fizeram – no Conselho de Ética.

Então, a crise teria um fim se algumas dessas representações tramitassem no Conselho de Ética com uma avaliação técnica, efetivamente técnica. Como isso não está acontecendo, nós ficamos com a crise latente aqui ainda, no Plenário do Senado. O caminho também mais curto seria o afastamento do Presidente Sarney, que também já disse que não se afasta, mas seria esse um dos caminhos. Então, nós vamos precisar continuar insistindo, para que, através do recurso, a gente consiga caminhar efetivamente em algum processo de investigação.

Mas o momento que vivemos aqui na semana passada, tanto na segunda-feira como na quinta-feira,

é decorrente da falta de comando, de liderança no Senado. E eu tenho de compreender que não poderemos, mesmo enfrentando todos os processos que estamos enfrentando, que o Senado está enfrentando, mesmo não tendo um fim a crise, eu não posso apenas concordar em que esse tipo de prática e de debate aconteça no Senado sem que nós nos pronunciemos sobre isso. Defendo que haja a continuidade da investigação. Que possamos chegar ao final desse processo investigando efetivamente, para que respondamos à sociedade brasileira; é importante responder à sociedade. Quem tem andado pelo País afora, quem tem andado pelo seu Estado, está vendo o acompanhamento que a sociedade está fazendo da crise que estamos vivendo no Senado. Esta não é uma crise fantasiosa, não é uma crise presente só aqui no plenário do Senado, ela está junto à população, que tem cobrado uma reação do Senado, que deve caminhar no sentido do respeito no debate interno, que deve ficar dentro do respeito no debate político.

Existem Senadores que defendem o Presidente Sarney, existem Senadores, como eu, que defendem seu afastamento, mas deve ficar no âmbito do debate político, para que nós possamos ser referência. Falávamos em referência há algum tempo. Queremos ser referência porque as pessoas estão nos acompanhando por meio da TV Senado e outros meios de comunicação. Tivemos votos para chegarmos aqui, então assumimos muitas responsabilidades. Quem ocupa um cargo público, quem ocupa a liderança religiosa de alguma igreja, quem ocupa a liderança de alguma entidade tem muito mais responsabilidade do que quem não tem um espaço desses, do que quem não representa efetivamente.

Nós temos um poder delegado, então nossa postura aqui deve e precisa ser efetivamente a do debate político. Portanto, que fiquemos no debate político. Nós devemos mostrar que a crise não é da instituição Senado, porque o Senado é uma instituição importante para a Federação, tanto é que temos uma Federação e quando se tem uma federação existem os poderes distribuídos, mesmo que mal distribuídos. Tem que existir o Senado, que é uma instituição que tem a representação igualitária do equilíbrio federativo, para que não tenhamos as distorções causadas pela população maior em um Estado do que em outro.

O Estado do Senador Eduardo Suplicy tem 70 Deputados Federais. O Estado do Senador Expedito Júnior tem oito Deputados Federais. O meu Estado tem dez Deputados Federais. O Estado de V. Ex^a deve ter oito, nove ou dez Deputados Federais. Então, verifique V. Ex^a que a Câmara é a representação da população. E quando nós temos uma Federação, um Brasil do

tamanho que temos, da diversidade que temos, das diferenças que temos, das diferentes perspectivas, o equilíbrio se encontra aqui.

Não é porque vivemos esta crise que o Senado perdeu a sua função. O Senado tem uma função muito importante. E as pessoas estão perdendo a visão da importância do Senado porque estamos vivenciando crises atrás de crises. As pessoas estão perdendo a visão da importância do Senado. O Senador Expedito Júnior acabou de dizer que diversos projetos precisam ser votados por esta Casa ou pela Câmara, mas não conseguimos achar um caminho. Então, vivemos uma crise que precisa ter um fim, mas não é um fim para jogar debaixo do tapete, mas um fim para investigar, para se chegar a um resultado, a um fim institucional que respeite a instituição, que tramite pelos órgãos da instituição. Mas temos que chegar a um fim investigando. Ao mesmo tempo, temos de manter o diálogo entre os diversos Senadores. Temos de manter o diálogo, que é fundamental para que possamos estabelecer, aqui no Senado, um trabalho que seja bem referenciado pela população brasileira, para que a população possa ver a importância do Senado, para que o Senado, de fato, cumpra o seu dever junto à opinião pública.

E temos que acompanhar, temos que lançar aqui um trabalho, um manifesto, uma ação coletiva envolvendo todos os Senadores que desejam. Nós temos que lançar um trabalho de um movimento de reconstrução do Senado, o Senado tem que ser reinventado, tem que renascer uma instituição com a transparência devida. E, agora, com o Portal da Transparência, isso é importante, porque as pessoas já estão acompanhando o que acontece aqui dentro da instituição com relação à execução orçamentária, financeira, com relação aos contratos, com relação ao número de servidores.

Isso é fundamental, a transparência é fundamental, a corrupção não suporta a luz do sol. A luz do sol mata a corrupção, e a transparência na Administração Pública é a luz do sol. Então, temos que ter transparência nesta instituição. Nós precisamos, Senador Eduardo Suplicy – de fato, eu apresentei um projeto de controle interno da instituição –, da implementação de controle interno da instituição, e é fundamental que tenhamos um controle interno estabelecido aqui dentro, com prestação de contas de seis em seis meses.

Então, temos que reinventar, temos que ter um movimento dos Senadores para que, independentemente de sair Sarney ou ficar Sarney – porque outros Senadores já foram afastados da Presidência – a crise tenha um desfecho adequado, que respeite a sociedade brasileira. E, depois dessa crise, possamos ter uma instituição diferente e possamos acompanhar a reconstrução dessa instituição.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Senador Eduardo Suplicy, com a palavra.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Renato Casagrande, primeiro quero expressar a minha afinidade com o que V. Ex^a aqui expressa com respeito à necessidade de colocarmos em prática formas de garantir transparência total dos atos administrativos do Senado Federal. Eu, de pronto, quando V. Ex^a apresentou o seu projeto visando à instituição de um portal de transparência, o apoiei. Apoiei a decisão da Mesa Diretora de colocar em prática o Portal da Transparência, que, agora, já coloca o número de servidores, sua respectiva função e lotação, faltando, entretanto, um item que está no projeto de resolução que apresentei e que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde o Senador Antonio Carlos Júnior foi designado Relator. Espero que ele possa dar o seu parecer. Sugeri a ele que dialogue com o Prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, dos Democratas, porque, lá, ele está colocando em prática o que eu sugeri. Porque, para completar essa transparência, falta a relação completa da remuneração dos servidores, respectivamente. Mas tudo aquilo que V. Ex^a também propôs, que eu acho importante e também está no meu projeto, é que, regularmente, no Portal de Transparência, no sítio eletrônico do Senado, esteja a relação completa de todos os contratos, relações com terceiros e assim por diante. Também quero expressar a minha concordância a respeito de estarmos no Senado Federal tendo um procedimento de trabalho profícuo, sério e que passemos, a partir de já, a examinar os projetos, iniciativas de lei, seja do Executivo, seja do Legislativo, mais importantes para a Nação brasileira. Que o procedimento de exame dessas representações que agora estamos tendo responsabilidade de levar adiante não paralise os nossos trabalhos; e que possamos ter aqui, entre os 81 Senadores, comportamento civilizado, de respeito mútuo, por maiores que sejam as nossas divergências. Também quero aqui expressar a minha concordância sobre o ponto importante que V. Ex^a assinalou, a sugestão de que, diante das representações realizadas...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ... pelo PSOL e pelo PSDB com respeito ao Presidente José Sarney e outras representações, mas sobretudo essas com respeito ao Presidente do Senado, que ele possa se afastar, em caráter de licença, do cargo enquanto perdura o exame dessas representações. É fato que o Presidente José Sarney, na última semana, realizou pronunciamento importante do ponto de vista

de iniciar sua defesa sobre os diversos pontos, mas o que se verificou após aquela defesa é que inúmeras dúvidas perduraram, diversos pontos ainda merecem o exame técnico, o aprofundamento para a melhor averiguação.

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Eu estou de acordo com V. Ex^a, respeitando a decisão do Presidente Paulo Duque, mas não concordo e acho que há necessidade de averiguação mais aprofundada. Por isso – eu sou, hoje, suplente no Conselho de Ética, mas aqui já externo minha opinião –, avalio que deve ser aprovado o recurso para o aprofundamento do exame das representações e que possa o Presidente José Sarney, ali no Conselho de Ética... A minha recomendação, como a de V. Ex^a e de outros Senadores, é a de que ele, inclusive, se licencie para que não se diga que ele esteja utilizando o poder presidencial durante este período. Esse é o sentido do pedido, da sugestão da licença, para ficar bem claro.

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Uma vez examinado ali, em profundidade, aí, sim, teremos elementos adequados para a decisão.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Muito obrigado.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Cumprimento V. Ex^a.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Senador Expedito Júnior.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – Senador Renato Casagrande, eu gostaria só de manifestar aqui o meu apoio a parte do discurso de V. Ex^a, principalmente no que tange a esta Casa estar paralisada. Não é possível que estejamos vivendo uma crise – e eu sei que estamos vivendo esta crise – e que o palco já não seja mais este. Os debates já não são mais aqui no plenário. Os debates hoje já são no Conselho de Ética. E não se busca, não se consegue votar nada nesta Casa. A sociedade já começa a nos cobrar isso. O que estamos fazendo aqui no Senado? Nós temos aí vários projetos paralisados..

(Interrupção do som.)

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – Nós temos vários projetos bons para serem votados, para serem discutidos. Já tivemos audiências públicas nas comissões, votações nas comissões. E os projetos estão prontos para serem votados. E não justifica, em nome da crise, não votarmos nada nesta Casa. Então, eu queria também fazer o apelo que V. Ex^a está

fazendo, para que se apure tudo que deve ser apurado; mas que não se paralise os trabalhos desta Casa. A rotina normal tem que ser retomada urgentemente, para que possamos fazer uma prestação de contas. Afinal de contas, nós fomos eleitos para isto, nós fomos eleitos para trabalhar aqui, e nós temos vários projetos para serem votados que favorecem a sociedade brasileira.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES)

– Sr. Presidente, me conceda mais dois minutos para eu terminar meu pronunciamento? E agradeço a V. Ex^a.

Bem, eu quero só fazer um resumo, agradecendo ao Senador Eduardo Suplicy e ao Senador Expedito Júnior, pelos apartes que enriqueceram o meu pronunciamento, e dizendo que, primeiro, precisamos fazer alguma investigação, Sr. Presidente. Sem nenhuma investigação esta Casa se desmoraliza. Nós precisamos fazer alguma investigação.

O Presidente Sarney não se afasta voluntariamente. E essa é uma decisão dele. Então, já está decidido: ele não se afasta voluntariamente. Nós precisamos fazer alguma investigação. É fundamental por que já surgiram dúvidas depois do seu pronunciamento de defesa. E só a investigação é que vai dizer se aquilo que ele disse está correto ou não.

Segundo, nós precisamos de ter um movimento nesta Casa de reconstrução do Senado, de reinvenção do Senado. E aí aprofundando e radicalizando a transparência da instituição, avançando no controle interno. A proposta que eu fiz exige que o auditor, o controlador, o corregedor interno do Senado possa ir à Comissão de Fiscalização e Controle, de seis em seis meses, para apresentar todo o trabalho que está sendo feito de controle interno do Senado. Que o Diretor-Geral vá, de seis em seis meses, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para apresentar o trabalho. Nós temos que verificar alguma legislação que a gente possa aprovar com relação aos Senadores, efetivamente, ao mandato dos Senadores, aos suplentes de Senadores. Nós temos que ver o desempenho e a implementação das demais medidas adotadas pela Mesa Diretora, pelo Presidente José Sarney.

Então, um movimento, nesta Casa, que possa, efetivamente, ser permanente, que é o movimento de reconstrução dessa instituição, que V. Ex^a já faz parte dela há muito tempo e sabe da importância dela, até que a gente possa salvá-la, para que a gente possa manter essa instituição com a importância que ela tem, nós temos que fazer esse movimento permanentemente, independente da crise, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –
Prorrogamos a sessão por mais meia hora para que

os oradores ainda inscritos, Senadora Fátima Cleide e nosso Senador Eduardo Suplicy, possam falar.

Convidamos para usar da palavra a Senadora Fátima Cleide, como oradora inscrita.

E o Senado da República tem uma Mesa que conduz; uma Mesa consciente das suas responsabilidades. O Presidente da Mesa Diretora é o ex-Presidente da República, Sr. José Sarney. Tem como membros, do PSDB, Marconi Perillo, com grande experiência administrativa, por duas vezes governou o Estado de Goiás; a Senadora Serys Slhessarenko, Professora, ex-Deputada Estadual; Heráclito Fortes, ex-Prefeito de Teresina e Deputado Federal por várias legislaturas; João Vicente Claudino, ex-Secretário da Indústria e Comércio do Estado do Piauí no meu Governo; Mão Santa, ex-Prefeito, ex-Secretário de Saúde, governou o Piauí por duas vezes e, substituindo Patrícia Saboya, César Borges, ex-Governador da Bahia. Esses somos nós, os responsáveis pelo bom andamento do Senado da República.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.)
– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com muita alegria que venho a esta tribuna, neste início de noite, para falar de dois projetos importantíssimos sancionados pelo Presidente Lula, na quinta e na sexta-feira. Um deles resultou na Lei nº 12.014, oriunda do Projeto de Lei do Senado nº 507, de 2003, que apresentei no primeiro ano de mandato nesta Casa.

Sinceramente, Sr. Presidente, não imaginava quantas dificuldades e quantas pedras no caminho, assim como em tantas outras matérias que tenho apresentado, teria que retirar para poder aprovar algo tão simples e justo para a comunidade educacional deste País.

Esse projeto foi aprovado por unanimidade na Comissão de Educação do Senado. Depois, seguiu para a Câmara dos Deputados, ainda em 2005, onde foi produzida a atual emenda da Câmara dos Deputados, depois de ampla discussão, retornando a esta Casa no final de 2008, pronto para ser votado aqui. Ao ser analisado na Comissão de Educação, Cultura e Esportes, foi aprovado. A Senadora Ideli Salvatti, que foi Relatora na primeira vez e no retorno, naquele dia emitiu um parecer com o qual concordo plenamente. As alterações sofridas no Projeto de Lei do Senado nº 507, pela emenda da Câmara dos Deputados, melhoraram a redação, dando-lhe muito mais objetividade e indo muito além do que eu pensei ao elaborar esse projeto, Sr. Presidente.

Em 2003, apresentei essa matéria, fruto de uma luta de trinta anos de educadores brasileiros, que buscam a profissionalização e a identificação, como educadores, de mais de 1,5 milhão de brasileiros e brasi-

leiras que trabalham nas escolas públicas deste País e, por que não dizer, também nas escolas privadas como merendeiras, zeladoras, secretárias de escola, vigias, inspetores.

Como o mundo mudou, Sr. Presidente, com a globalização e a tecnologia, os avanços da ciência e da informática também fazem com que a educação tenha que se adequar a esses novos tempos. Infelizmente, quando da discussão LDB, naquele momento em que constituíamos o Fórum Nacional em Defesa da Educação Pública de qualidade, nós não conseguimos fazer com que o Congresso Nacional aprovasse essa matéria.

Graças a Deus, nós tivemos, na quinta-feira, a sanção do Presidente Lula sem veto a esse projeto.

O projeto de profissionalização dos trabalhadores em educação foi aprovado por unanimidade no plenário desta Casa na última sessão antes do recesso do primeiro semestre de 2009.

Em 6 de agosto de 2009, o Presidente Lula sancionou, sem vetos, a Lei nº 12.014, que inclui como profissionais da educação escolar básica os trabalhadores em educação portadores de diplomas de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa lei é uma manifestação de respeito pelo valor humano e profissional de milhares de trabalhadores e trabalhadoras que, muitas vezes com sacrifício pessoal, atuam como educadores em escola, do Oiapoque ao Chuí. Da portaria à secretaria, esses trabalhadores ensinam na escola a convivência em sociedade e provam que educação não é apenas instrução. É na escola que devem aprender o respeito pelos que trabalham.

É com imenso júbilo, Sr. Presidente, que celebro, neste plenário, a sanção da lei que permite a profissionalização dos funcionários de escola. Um júbilo redobrado porque, ao aprovar o projeto de lei, o Senado Federal não sucumbiu às crises que tentam nos impor.

Queria, Sr. Presidente, agradecer especialmente ao Presidente Lula, ao Ministro da Educação, Fernando Haddad, e a todos aqueles que participaram ativamente dos debates para a confirmação desse objetivo. Entre estes, destaco a pessoa do professor Francisco das Chagas Fernandes, Secretário Executivo Adjunto do MEC hoje, que foi Secretário de Educação Básica e, nessa função, criou, entre outros, o Pró-Formação, aqui citado hoje pela Senadora Rosalba, o Pró-Infância e também o Pró-Funcionário.

Quero destacar também e agradecer a participação dos Deputados Carlos Abicalil e Fátima Bezerra e, especialmente, da Senadora Ideli Salvatti, além de todos e todas que contribuíram com críticas construtivas e que permitiram a construção do consenso.

Faço também menção especial ao Consultor de Educação do Senado e quero daqui, da tribuna do

Senado, mandar um grande abraço no dia em que o professor João Monlevade, grande idealizador deste projeto, está enlutado pelo falecimento de sua mãe. Quero mandar-lhe um abraço e dizer, Sr. Presidente, do meu agradecimento profundo ao nosso querido João Monlevade pelo pronto atendimento às demandas.

Também quero agradecer aos companheiros e companheiras da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), na pessoa do seu Presidente, Franklin Leão, e a todos os funcionários de escola que, em todos os momentos, estiveram conosco à frente desta luta.

Não posso deixar de agradecer as manifestações diversas de apoio de várias Câmaras de Vereadores de todo o País, além de centenas de *e-mails*, cartas e telefonemas, apoiando essa reivindicação, que, mais do que um benefício para servidores, é um grande avanço para a qualidade da educação neste País. É essa manifestação popular, Sr. Presidente, que nos gratifica verdadeiramente pela atividade parlamentar.

Quero, também, dizer que espero que, a exemplo deste momento, esta Casa seja pautada por uma agenda positiva, que atenda às demandas legislativas do nosso povo.

E quero, Sr. Presidente, registrar o segundo projeto aprovado, que resultou na lei sancionada pelo Presidente Lula na sexta-feira e publicada no **Diário Oficial** no dia de hoje. Ela altera o Título VI da parte especial do Código Penal, tornando mais rígida, mais rigorosa a pena para crimes de violência sexual que afetem menores de idade, atualiza o conceito de estupro e cria tipificações para o tráfico internacional e tráfico interno de pessoas.

A Lei nº 12.015 é resultado do trabalho da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual. Após cinco anos de tramitação, foi aprovada no dia 16 de julho também.

Das cinco propostas legislativas apresentadas pela CPMI da qual participei, esta, sem dúvida, é a mais importante, por sua abrangência e mudança feita em legislação anacrônica, de 1940, que incorporava conceitos e costumes da época que são totalmente dissociados da realidade de hoje.

A inovação da lei começa por alterar o título da Parte Especial, denominada “Dos Costumes”, para “Dos Crimes Contra a Dignidade Sexual”. A CPMI tinha indicado o título “Dos Crimes Contra a Liberdade e o Desenvolvimento Sexual”. Infelizmente, a Câmara o alterou. Não vejo prejuízos para os artigos, que deixam no passado formulações de proteção a juízos morais, costumes e hábitos conservadores. Estupro, agora, Sr. Presidente, é conceito que envolve não apenas a mulher, mas a pessoa humana. E, se a vítima for menor de 18 anos e maior de 14, a pena é prisão

de 8 a 12 anos. Se do ato do estupro resultar morte, a pena é de 12 a 30 anos de prisão.

Antes, no artigo que se refere ao estupro, art. 213, mencionava-se a mulher como vítima, e a detenção estipulada era de 6 meses a 10 anos.

Sr. Presidente, hoje já foi falado aqui, pelos Senadores que representam o nosso Estado, e tem sido falado constantemente, quase todos os dias, da necessidade de a Câmara Federal aprovar matéria de muita relevância para o Estado de Rondônia, que é a Proposta de Emenda Constitucional nº 483.

Quero aqui registrar, Sr. Presidente, que uma delegação de dirigentes sindicais está vindo, mais uma vez, para Brasília, na sua estratégia, que se iniciou em 2003, de acompanhamento persistente e determinado dessa matéria. Quero dizer que acredito naquilo que foi compromisso do Presidente Michel Temer de pautar essa matéria para ser apreciada pelo Plenário da Câmara, em primeiro turno, agora, ainda no mês de agosto.

Só queria ressaltar, Sr. Presidente, que o trabalho mais importante que os sindicalistas vêm fazer junto conosco aqui é o trabalho de conversar com os líderes partidários da Câmara Federal, porque esta matéria requer 308 votos favoráveis. Não são poucos. Temos apenas oito deputados no Estado de Rondônia. Sabemos que tem muita gente compromissada, pelo menos a Bancada de Rondônia é compromissada. Mas essa matéria precisa ser votada em dois turnos na Câmara e, como ela foi alterada na Câmara, ela ainda vai voltar para o Senado Federal.

Portanto, o argumento de que estamos querendo postergar a votação da matéria para 2010 é falacioso, porque, na realidade, queremos votar o mais rapidamente possível. Mas temos a consciência de que precisamos ter muita articulação, muita conversa com os líderes partidários na Câmara para garantir 308 votos favoráveis.

Quero também, Sr. Presidente, por último, fazer alguns registros. Esse final de semana, também estive em visita à cidade de Guajará-Mirim, que fica na fronteira do Brasil com a Bolívia, no nosso Norte, onde promovemos audiências públicas, participamos de audiências públicas que foram convocadas pela Vereadora Marileth Deniz, que é do PT de Guajará-Mirim. Foram duas importantes audiências públicas, uma sobre a Ponte Binacional. E quero agradecer ao Ministério dos Transportes, ao Dnit e, principalmente, ao nosso Diretor de Planejamento do Dnit, Miguel de Souza, que prontamente compareceu àquela audiência para iniciar um processo de esclarecimento sobre essa importante obra na fronteira do Brasil com a Bolívia, no Estado de Rondônia.

É uma obra, Sr. Presidente, que já tem o projeto básico iniciado, já se está fazendo, também, o projeto ambiental, e o Dnit espera licitar em fevereiro de 2010.

A exemplo do que foi dito a respeito das hidrelétricas do rio Madeira, em Rondônia existem autoridades que não acreditam na construção dessa ponte. Mas nós entendemos o compromisso do Presidente Lula, acreditamos nele, porque duas pontes já foram feitas no Estado do Acre: uma ligando o Brasil ao Peru e outra ligando o Brasil à Bolívia pelo Estado do Acre. E essa obra é um compromisso do Presidente Lula, é um acordo que já passou pelo Senado Federal, já foi aprovado aqui na Comissão de Relações Exteriores, e o projeto básico já foi iniciado. Portanto, Sr. Presidente, foi uma importante audiência em que a sociedade presente, os Vereadores, puderam tirar suas dúvidas.

Outra audiência também muito importante que fizemos – e contamos, nas duas, com a participação do Senador Valdir Raupp e da Deputada Marinha Raupp, também – foi no Distrito do Lata para discutir a retomada do Projeto Hotel Escola naquele distrito. E eu quero agradecer ao Professor Jimenez, que é o reitor do Instituto Federal de Educação Tecnológica de Rondônia, que apontou a possibilidade de nós retomarmos aquela obra importante como um núcleo do Instituto Federal de Educação Tecnológica, voltado para o turismo, que é a vocação do Município de Guajará-Mirim.

Quero, também, parabenizar a população de Guajará-Mirim pelo brilhante festival folclórico Duelo da Fronteira, já registrado nesta tarde, aqui, nesta tribuna, e dizer que, há quatro anos, nós vimos ajudando – eu e o Deputado Eduardo Valverde – na realização daquele festival. Infelizmente, no ano passado, ocorreu um problema lá na divisão dos recursos entre os dois Bois, e nós decidimos que, a partir de agora, vamos ajudar no sentido de que os dois Bois façam uma associação para que não haja mais problemas no repasse de recursos federais entre as duas entidades, que são muito importantes para o festival folclórico de Guajará-Mirim.

Sr. Presidente, para finalizar, registro que estive presente também no Município de Ouro Preto do Oeste, acompanhando o Seminário sobre a produção camponesa e a sua relação com a agroecologia. Esse Seminário foi promovido pela Via Campesina, que reúne o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que, hoje, inicia um acampamento na luta por Reforma Agrária neste País, aqui em Brasília, reunindo, também, o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

Ontem, pela manhã, Sr. Presidente, eu pude saborear um belíssimo Café Camponês. Foi o segundo Café Camponês, promovido pela Via Campesina, cujo

objetivo é mostrar a diversidade da produção agrícola no nosso Estado. Diferentemente das grandes exposições que mostram apenas a produção da carne, lá tivemos um café onde havia mais de cem pratos feitos, para um café da manhã, pelos camponeses do nosso Estado.

Essa realização mostra a possibilidade, a viabilidade de resgatar as sementes crioulas, de resgatar a diversidade na produção e, principalmente, a produção orgânica no Estado de Rondônia.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Quero concluir agradecendo pela sua paciência, mas acredito que é muito importante a celebração, neste momento, principalmente das duas Leis, a nº 12.014 e a nº 12.015, sancionadas pelo Presidente Lula.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra, como último orador inscrito, o Senador Eduardo Suplicy, do Partido dos Trabalhadores e representante de São Paulo.

Senador Eduardo Suplicy, quero apresentar meus cumprimentos, porque, andando lá pelo Piauí, o Senado recebeu elogios por V. Ex^a ter cantado uma música em comemoração ao Dia dos Pais. Este é o Senado da República, que em todos os instantes se apresenta bem. Foi uma homenagem a todos os pais do Brasil. Até nisso, este Senado é grandioso. É deste Senado grandioso que V. Ex^a faz parte.

Nós nos orgulhamos de pertencer a este Senado e, principalmente, à Mesa Diretora. Eu, que conheço a história do Senado, diria, como o nosso Presidente, que nunca antes vi uma equipe tão forte: o Presidente é o Senador José Sarney; o Vice-Presidente, o Senador Marconi Perillo, do PSDB; e há a Senadora Serys Slhessarenko e os Senadores Heráclito Fortes, João Vicente Claudino, Mão Santa e César Borges. Então, isso garante a continuidade da grandeza histórica deste Senado da República.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prezado Presidente, Senador Mão Santa, é muito importante a família de cada um. Sei o quanto V. Ex^a tem dedicação à sua senhora e aos seus filhos. Para mim também é muito importante a família.

Quando o Senador Paulo Paim, na Presidência do Senado, na manhã de sexta-feira, ao final da manhã, leu um bonito poema que ele próprio havia escrito em homenagem ao Dia dos Pais, eu estava como que me preparando para atender a uma homenagem que os meus filhos gostariam de prestar a mim – eles haviam me convidado para estar no programa Brothers, que eles apresentam no sábado, das 18 às 19 horas, na Rede TV. Como eles haviam me convidado para cantar essa bonita música de Cat Stevens, “Pai

e filho”, “**Father and son**”, então, eu aqui cantei uma breve estrofe.

Aconteceu uma dificuldade, porque, como eu estava no ato em que a Ministra Dilma Rousseff se encontrou com mais de cinco mil, talvez dez mil simpatizantes e filiados do Partido dos Trabalhadores, lá na Rua Tabatinguera, Quadra do Bancários, no sábado, à tarde, eu acabei saindo apressado e fui guiando o meu carro. Quando cheguei, na hora de entrar na Avenida Kennedy, onde está a Rede TV!, acabei indo pela Castelo Branco e só pude fazer o retorno no quilômetro 24, o que me levou, infelizmente, a causar tristeza em meus dois filhos – o Eduardo, que é o Supla, e o João –, porque, quando cheguei, havia terminado. Cheguei na hora em que terminou.

Eles, então, fizeram uma gravação, e eu me propus a tentar compensar: no sábado que vem, estarei lá com eles novamente. Desta vez, vou chegar antes das seis, para estar assistindo no auditório, mesmo que seja para ficar quietinho, e vou levar meu outro filho André e meus netos que estejam em São Paulo, porque uma das coisas mais importantes para qualquer ser humano, inclusive para nós Senadores, é estarmos nas horas certas apoiando os nossos filhos e, para quem tem filha, as filhas. Eu tenho duas netas e três netos.

Então, o que V. Ex^a comentou me permitiu dar essa explicação. Sei que V. Ex^a tem paciência, dedicação ao Senado e a disposição de permanecer aqui quando Senadores, como aconteceu comigo hoje, chegam mais no final da tarde. Tive compromissos na Assembleia Legislativa de São Paulo e na representação da Presidência do Banco do Brasil. De manhã, participei de um simpósio importante sobre crise e oportunidade, que o Professor Ladislau Dowbor coordenou e eis que posso aqui falar graças à disposição e à generosidade de V. Ex^a, mas que tem sua senhora, seus familiares a aguardá-lo em casa. V. Ex^a se dedica tanto ao Senado e avalio que sua família compreende os momentos em que V. Ex^a avalia que o interesse público maior é estar aqui, inclusive ouvindo Senadores de quaisquer Estados mais este Senador de São Paulo. Mais uma vez, agradeço a V. Ex^a a generosidade e a paciência, Senador Mão Santa.

Primeiro quero falar sobre o tornado que estremece o Senado. Um violento tornado passa sobre o Senado Federal. Desmandos de diversas naturezas vieram a público, representações foram apresentadas ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar contra o Presidente José Sarney e outros Senadores. As discussões no plenário, na semana passada, se caracterizaram por ofensas pessoais que pouco contribuem para o esclarecimento das denúncias publicadas. Pior,

os debates e as votações de grande relevância para a Nação estão sendo postergados

Com o apoio de significativo grupo de Senadores, sugeri ao Senador José Sarney que se licenciasse do cargo de Presidente com o objetivo de apresentar esclarecimentos sobre os fatos que lhe foram imputados. Avaliamos que essa seria uma atitude que engrandeceria o cargo de Presidente, demonstraria sua vontade de proceder com isenção, pois não estaria utilizando-se do poder presidencial para realizar a sua defesa.

Em 5 de agosto, o Presidente José Sarney fez um discurso com um tom que parecia ser o de querer esclarecer todos os fatos, mas as explicações deixaram margem a muitas dúvidas. Por exemplo, no que diz respeito à sua influência como fundador e instituidor da Fundação José Sarney, mesmo que delegando a administração a terceiros; a nomeação de pessoas da sua família e a ela relacionadas em postos do Senado Federal; além do fato de ter feito outras afirmações que foram contestadas em sua veracidade. Essas dúvidas é que fundamentam os recursos apresentados ao Conselho de Ética contra a decisão do Presidente Senador Paulo Duque de arquivar as representações. Avalio que tais recursos deverão ser aprovados.

Naquele pronunciamento, o Senador José Sarney ressaltou a forma como tem sido um aliado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, aliás, uma das preocupações do Presidente Lula é sobre o que pode acontecer no Senado caso Sarney se licencie.

Será que o Vice-Presidente Marconi Perillo, do PSDB, ao assumir interinamente a Presidência, não a utilizará para prejudicar o Governo? Garantiu-me o Senador que, nessa excepcional circunstância, agiria de forma republicana e isenta.

Ainda que o Presidente Lula tenha me dito: "Eduardo, você acredita em Papai Noel?", minha resposta é que, nas atuais circunstâncias, a licença do Presidente Sarney é o caminho que os brasileiros esperam de seus representantes, assim como a investigação de todas as denúncias, não apenas as relativas ao Senador José Sarney, mas a todos os 81 Senadores que, porventura, cometeram qualquer desvio de procedimento que possa ser objeto de representação no Conselho de Ética.

Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I do Regimento Interno, a necessária autorização para desempenhar missão no exterior por indicação dessa Presidência – refiro-me ao Presidente do Senado, José Sarney – para participar, como representante do Senado Federal, no Seminário Internacional sobre Governança e Desenvolvimento: Construindo a Agenda País, a convite do Senhor Presidente do Paraguai, Fernando Lugo, do Congresso Nacional e da Srª Rossana Polastri, Administradora do Banco Mundial

no Paraguai, que ocorrerá na cidade de Assunção, no Paraguai, no dia 12, depois de amanhã. O convite e a agenda do evento encontram-se anexos.

Na oportunidade, comunico a V. Ex^a, em cumprimento ao disposto no art. 39, inciso I do Regimento Interno, que me ausentarei do País nos dias 11, amanhã no final da tarde, e 12 de agosto, para o desempenho dessa missão. Cabe ressaltar que não haverá ônus para o Senado Federal. Conforme o convite anexo, o Banco Mundial irá financiar ou se responsabilizar pelas despesas de viagem e de estadia, que será só na noite de amanhã.

E essa conferência internacional sobre governabilidade e desenvolvimento do Paraguai, construindo a Agenda País, terá abertura na quarta-feira, às 8 horas, pelo Presidente da República Fernando Lugo, o Presidente Miguel Carrizosa, do Congresso Nacional da República do Paraguai; Enrique Salyn Buzarquis, Presidente da Câmara de Deputados da República do Paraguai; Federico Franco, Vice-Presidente da República do Paraguai.

Haverá uma conferência mestre do Sr. Alejandro Foxley, ex-Ministro da Fazenda e de Relações Exteriores e ex-Senador da República do Chile, de 1990 a 2009, com a moderação do Dionisio Borda, Ministro da Fazenda do Paraguai.

Às 9h35min se iniciará o debate sobre a Inclusão Social e Oportunidades, e o primeiro orador será este Senador que lhes fala. E, justamente, falarei sobre a proposta da Renda Básica de Cidadania. E, na mesma mesa, estarão Jaime Saavedra, Gerente do Grupo Redução da Pobreza para a América Latina e Caribe, do Banco Mundial, com moderação de Miguel Ángel López Perito, Ministro Secretário Geral e Chefe do Gabinete Civil da República do Paraguai, e comentários da Deputada Desiree Massi e do Senador Sílvio Ovelar. Haverá mais uma mesa sobre a Concertação Orçamentária e Objetiva do Desenvolvimento.

Quero dizer que, quando o Presidente Fernando Lugo visitou o Senado Federal e também quando o Presidente do Senado do Paraguai aqui esteve com ele, eu me dispus a participar de debates no Congresso e perante o Governo do Paraguai. E agora me senti muito honrado com este convite do Presidente do Paraguai, do Congresso do Paraguai, do Banco Mundial.

Por isso, aceitei o convite com muita honra. Mas falta... V. Ex^a sabe que agora nós, Senadores, só podemos sair mediante autorização da Comissão de Relações Exteriores e da Mesa Diretora. Já conversei com o Presidente Eduardo Azeredo, para que, excepcionalmente, tendo em vista que o convite chegou no final da semana passada, de quinta para sexta-feira, e só agora pude apresentar o requerimento, a Comissão

de Relações Exteriores, excepcionalmente – repito –, possa apressar o exame deste requerimento.

Muito obrigado, Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a será atendido, de acordo com o Regimento.

Fazemos votos de felicidade na viagem, com a certeza de que V. Ex^a representará, com grandeza, o grandioso Senado da República do Brasil, principalmente em relação a esse tema, que V. Ex^a tem apresentado não só internamente, no Brasil, mas eu já tive a oportunidade de vê-lo apresentá-lo no Chile e em vários outros países: a renda mínima, para a melhoria da vida da humanidade.

Ainda há alguma coisa, João Pedro?

Nós queríamos, antes de encerrar, cumprimentar a cidade de Campo Maior. Sábado ela fez aniversário: 247 anos.

A cidade de Campo Maior é uma das mais antigas do Piauí e das mais importantes da história do Brasil. Este Brasil não ia ser uma pátria grande e una. A nossa Independência foi um fato de pai para filho. D. João VI, o Zezinho, chamou D. Pedro e lhe disse: “Pedro, meu filho, fique com o sul, a que já demos uma estrutura administrativa e burocrática europeia, e Portugal ficará com o norte do Brasil. Será o país Maranhão”. E mandou o seu afilhado e sobrinho, o grande comandante Fidié, para essa missão. Entretanto, no Piauí, houve grandes reações, principalmente na cidade de Parnaíba e na própria capital, Oeiras, culminando com a grande batalha em terra hoje de Campo Maior. Foi a Batalha de Jenipapo. Nós, piauienses, tendo como aliados alguns cearenses de Granja, fizemos uma batalha sangrenta, expulsando os portugueses do norte do Brasil. E é essa cidade, Campo Maior, que comemora mais um aniversário. A cidade, de grande importância na história do Piauí, na Independência do Brasil, na unidade do Brasil, vive momentos de glória quando o seu povo soube escolher como Prefeito o líder João Félix, do PPS.

João Félix Santos foi Prefeito de uma pequena cidade, Jatobá, criada no meu governo, quando Governador do Estado do Piauí. Saiu-se tão bem, graças a sua competência, dedicação e obstinação, com o apoio do seu irmão, o engenheiro José Félix, que hoje eles conquistaram a cidade mãe de Campo Maior, vamos dizer, a capital da região. Ele vem na segunda administração de Campo Maior, trazendo resultados extraordinários, num progresso urbanístico, com várias inaugurações, inclusive de uma praça, Aarão Santana. A tradicional família Santana lá estava presente. E todas as lideranças de Campo Maior e o povo aplaudiram o Prefeito.

Durante as festividades, com várias realizações de ações no campo da educação, da saúde, da urbanização, a mais importante – o essencial é invisível

aos olhos – foi vermos no povo a felicidade, tanto das crianças sorridentes quanto dos mais idosos, agraçados ao grande administrador João Félix. De tal maneira que ele se torna hoje, pela quarta vez, prefeito: duas de Jatobá e duas – agora, a segunda – em Campo Maior, um político de perspectivas invejáveis na política do Piauí e do Brasil.

Sem dúvida nenhuma, culminou a festividade com ele outorgando vários diplomas de apoio e reconhecimento pela cidade de Campo Maior a líderes. Os três Senadores da República do Piauí foram agraciados – Heráclito Fortes, João Vicente e Mão Santa. Entre outros, também o Deputado Federal Ciro Nogueira e o extraordinário Prefeito de Teresina, Sílvio Mendes, que é filho natural de Campo Maior.

Então, Campo Maior vive um dos seus grandes momentos de desenvolvimento na história do Piauí. A eles, os nossos parabéns, principalmente ao Deputado Estadual Antônio Félix, jovem Deputado que já consolidou a sua liderança, continuando, portanto, a grandeza e a importância de Campo Maior na política do Piauí!

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 1.272, DE 2009

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 400, de 2009 (nº 500/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo Modificativo do Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias no Mercosul, assinado no Rio de Janeiro, em 19 de janeiro de 2007.

Relator: Senador **Pedro Simon**

I – Relatório

O Protocolo foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 367, de 13 de junho de 2007, acompanhada de Exposição de Motivos do Ministro das Relações Exteriores, datada de 18 de abril de 2007.

O Projeto de Decreto Legislativo que o aprova foi oferecido pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, nos termos do que dispõe o art. 5º, inciso I, da Resolução nº 1, de 2007-CN. Na Câmara dos Deputados, recebeu parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Foi aprovado pelo Plenário daquela Casa em 14 de maio de 2009, vindo ao Senado Federal onde foi distribuído a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

II – Análise

Segundo explica a Exposição de Motivos, as modificações propostas ao Protocolo de Olivos visam a torná-lo adequado a futuras alterações no número de Estados Partes do Mercosul. Para tanto, deverão sofrer modificações os artigos 18, 20 e 43 do Protocolo de Olivos.

Destarte, o artigo 1º do texto do Protocolo em exame estabelece modificações ao artigo 18 do Protocolo de Olivos, que trata da composição do Tribunal Permanente de Revisão. No lugar dos 5 (cinco) árbitros que integravam o Tribunal anteriormente, o artigo 1º limita-se a estabelecer que ele estará composto por 1 (um) árbitro titular designado por cada Estado Parte do Mercosul. O árbitro terá 1 (um) suplente, e será designado pelo período de dois anos, renovável por no máximo dois períodos consecutivos. O quinto árbitro, previsto pelo inciso 3 do art. 18 do Protocolo em vigor, desaparece, dando lugar a mecanismo segundo o qual serão designados um árbitro adicional e seu suplente, de nacionalidade de algum dos Estados Partes do Mercosul, sempre que o Tribunal, por força da adesão de novos membros ou de denúncia de algum Estado Parte, passe a estar integrado por número par de árbitros titulares. Este árbitro adicional será escolhido pelos Estados Partes, por unanimidade, de lista a ser conformada por 2 (dois) nomes indicados por cada Estado Parte.

Quando o Tribunal Permanente de Revisão contar com a participação de um árbitro adicional e houver nova adesão ao Mercosul ou o desligamento de um Estado Parte, o árbitro adicional e seu suplente exercerão os seus mandatos até que seja designado o árbitro do novo Estado Parte, ou até que seja formalizada a denúncia do Estado Parte que se retira.

O artigo 2º modifica o artigo 20 do Protocolo de Olivos, concernente ao “Funcionamento do Tribunal”. Determina que quando a controvérsia envolver dois Estados Partes, o Tribunal estará integrado por 3 (três) árbitros, dos quais dois serão nacionais de cada parte na controvérsia e um terceiro, que exercerá a Presidência, será designado mediante sorteio “a ser realizado pelo Secretário da Secretaria do Tribunal Permanente de Revisão”. Essa tarefa, à luz do artigo 20 do Protocolo de Olivos, era até então atribuída à Secretaria Administrativa do Mercosul, órgão com Sede em Montevidéu.

O artigo 3º modifica o artigo 43 do Protocolo de Olivos. Refere-se, este dispositivo, a grupo de especia-

listas a ser convocado pelo Grupo Mercado Comum, quando de sua intervenção no procedimento de solução de controvérsias. A modificação consiste apenas na supressão do número de 24 (vinte e quatro) membros que comporiam a lista de especialistas com base em indicações feitas pelos Estados Partes.

O artigo 4º cria um artigo 48 bis a ser incorporado ao Protocolo de Olivos, o qual dispõe sobre a “Secretaria do Tribunal Permanente de Revisão (ST)”, estabelecendo que esta ficará a cargo de um Secretário, que deverá ser nacional de qualquer dos Estados Partes do Mercosul.

O artigo 5º atribui certas funções à Secretaria do Tribunal Permanente de Revisão, que à luz do Protocolo de Olivos eram confiadas à Secretaria Administrativa do Mercosul, localizada em Montevidéu.

Segundo o artigo 6º, o Conselho do Mercado Comum aprovará a adequação do Regulamento do Protocolo de Olivos no prazo de 60 (sessenta) dias da entrada em vigência do Protocolo Modificativo.

O Tratado de Assunção, texto fundador do Mercosul, prevê a possibilidade de adesão ao bloco dos países membros da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), desde que por decisão consensual dos Estados Partes. O Protocolo Modificativo do Protocolo de Olivos tem em vista a adequação dos mecanismos adotados por aquele instrumento do Mercosul à possibilidade de adesão de novos Estados Partes ao agrupamento regional.

Com o início das atividades da Secretaria do Tribunal Permanente de Revisão, cuja sede foi instalada na cidade de Assunção, fizeram-se necessárias adaptações ao Protocolo de Olivos. Segundo esclarece a Exposição de Motivos que acompanha o texto do Protocolo Modificativo, tarefas referentes à solução de controvérsias no âmbito do Mercosul, antes atribuídas à Secretaria Administrativa, localizada em Montevidéu, devem ser, agora, transferidas à Secretaria do Tribunal.

III – Voto

Pelo exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 2009, que acata o texto do Protocolo Modificativo do Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias no Mercosul, tendo em vista a necessidade de se adequar esse relevante instrumento da integração à possibilidade de ampliação do agrupamento regional.

Sala da Comissão, 6 de agosto de 2009.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROPOSIÇÃO: PDS Nº 400, DE 2009.ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 06/08/2009, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR EDUARDO AZEREDO	
RELATOR: SENADOR PEDRO SIMON	
TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)	
EDUARDO SUPLICY (PT)	1 - FLÁVIO ARNS (PT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	2 - MARINA SILVA (PT)
JOÃO RIBEIRO (PR)	3 - RENATO CASAGRANDE (PSD)
JOÃO PEDRO (PT)	4 - MAGNO MALTA (PR)
TIÃO VIANA (PT)	5 - AUGUSTO BOTELHO (PT)
PMDB, PP	
PEDRO SIMON	1 - ALMEIDA LIMA
FRANCISCO DORNELLES	2 - INÁCIO ARRUDA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	4 - VALDIR RAUPP
PAULO DUQUE	5 - GILVAM BORGES
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
EFRAIM MORAIS (DEM)	1 - ADELMIR SANTANA (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	2 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
MARCO MACIEL (DEM)	3 - JOSÉ AGRIPIO (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	4 - ROMEU TUMA (PTB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	5 - ÁLVARO DIAS (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6 - ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	7 - TASSO FERREISSATI (PSDB)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
FLÁVIO TORRES	1 - CRISTOVAM BUARQUE

PARECER Nº 1.273, DE 2009

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 489, de 2009 (nº 516/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Hungria sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, assinado em Brasília, em 25 de setembro de 2005.

Relator: Senador **Pedro Simon**

I – Relatório

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, combinado com o Art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o texto do ato internacional referido na ementa. Nos termos regimentais, esta Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 489, de 2009 (PDC nº 516, de 2008, na Casa de origem).

O Projeto de Decreto Legislativo foi aprovado pela Câmara dos Deputados, em 4 de junho do corrente ano, tendo naquela Casa passado pelo crivo da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania e da Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

A Mensagem nº 995, de 2007, do Poder Executivo, encaminhada ao Congresso Nacional, traz o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Hungria sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, assinado em Brasília, em 25 de setembro de 2005.

O presente Acordo permite que os dependentes – assim considerados cônjuge ou companheiro (a); filhos solteiros menores de 21 anos; filhos solteiros menores de 25 anos que estejam estudando, em horário integral, em universidades ou centros de ensino superior reconhecidos; e filhos solteiros com deficiências físicas ou mentais – exerçam atividade remunerada.

A permissão vale a partir do momento da chegada do membro da Missão diplomática, Repartição consular ou Missão junto a uma Organização Internacional no Estado receptor até o momento de partida do último ou até o fim de um período posterior razoável.

O exercício da atividade remunerada está condicionado à prévia autorização de trabalho do Governo local, por intermédio de pedido formulado pela Embaixada do Estado acreditante ao Ministério das Relações Exteriores de Estado Acreditado. Os dependentes que exerçam atividades remuneradas segundo os termos estabelecidos no Acordo em tela terão suspensas as imunidades civil e administrativa relacionadas a tais atividades no Estado acreditante. Outrossim, perderão a isenção de cumprimento das obrigações tributárias e previdenciárias decorrentes da referida atividade, ficando submetidos à legislação aplicável às pessoas físicas residentes ou domiciliadas no Estado receptor para todos os efeitos decorrentes daquela atividade remunerada.

O Acordo entrará em vigor por troca de notas e vigorará por prazo indefinido. À proposição não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II – Análise

Nos termos da Exposição de Motivos do Ministério das Relações Exteriores, a qual acompanha e instrui a Mensagem Presidencial, o Acordo sob análise reflete a tendência atual de estender aos dependentes dos agentes de missões diplomáticas a oportunidade de trabalhar no exterior, permitindo-lhes o enriquecimento de sua experiência profissional. Nesse sentido, o texto pactuado proporciona a criação de um espaço profissional para dependentes de membros no serviço exterior, especialmente para os cônjuges, possibilitando a esses o exercício de atividades outras que a mera função de acompanhamento do funcionário transferido para outro país.

Com efeito, o Brasil assinou acordos semelhantes com diversos países, entre eles Argentina, Canadá, Estados Unidos, França, República Dominicana, República Tcheca, Uruguai e Venezuela. Vários desses acordos foram assinados

na década de noventa e pelo menos um no final da década de oitenta.

Reconhecemos a importância de autorizar o exercício profissional aos dependentes e entendemos que o Poder Executivo tem a prerrogativa de submeter Acordos à apreciação do Congresso quando de sua conveniência.

III – Voto

Por todo exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, legal, e versado em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 489, de 2009.

Sala da Comissão, 6 de agosto de 2009.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROPOSIÇÃO: PDS Nº 489, DE 2009.ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 06 / 08 / 2009, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR	
RELATOR: SENADOR PEDRO SIMON	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)	
EDUARDO SUPPLY (PT)	1 - FLÁVIO ARNS (PT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	2 - MARINA SILVA (PT)
JOÃO RIBEIRO (PR)	3 - RENATO CASAGRANDE (PSB)
JOÃO PEDRO (PT)	4 - MAGNO MALTA (PR)
TIÃO VIANA (PT)	5 - AUGUSTO BOTELHO (PT)
PMDB, PP	
PEDRO SIMON	1 - ALMEIDA LIMA
FRANCISCO DORNELLES	2 - INÁCIO ARRUDA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	4 - VALDIR RAUPP
PAULO DUQUE	5 - GILVAM BORGES
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
EFRAIM MURAI (DEM)	1 - ADELMIR SANTANA (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	2 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
MARCO MACIEL (DEM)	3 - JOSÉ AGRIPIANO (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	4 - ROMEU TUMA (PTB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	5 - ÁLVARO DIAS (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6 - ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	7 - TASSO JEREISSATI (PSDB)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
FLÁVIO TORRES	1 - CRISTOVAM BUARQUE

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Seção II
Das Atribuições do Congresso Nacional

.....
Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I – resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;
.....

Seção II
Das Atribuições do Presidente da República

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

.....
VIII – celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;
.....

PARECER Nº 1.274, DE 2009

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 510, de 2009 (nº 1.392/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo por Troca de Notas, para o Estabelecimento de uma Faixa Non Aedificandi em Zonas Urbanas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, firmado em Assunção, em 9 de abril de 2008.

Relator: Senador **Geraldo Mesquita Júnior**

I – Relatório

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 910, de 20 de novembro de 2008, submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo, por troca de notas, para o Estabelecimento de uma Faixa **Non Aedificandi** em Zonas Urbanas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, firmado em Assunção, em 9 de abril de 2008.

O Acordo foi apreciado, de início, pela Câmara dos Deputados, que aprovou Projeto de Decreto Legislativo formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional decorrente da Mensagem do Presidente da

República. O documento foi apreciado, também, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. O Projeto de Decreto Legislativo em apreciação recebeu a chancela do Plenário daquela Casa em 10 de junho de 2009 e encaminhado ao Senado Federal no dia 19 de junho.

A proposição foi, em seguida, distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e, na Comissão, a este Relator. Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

II – Análise

Cuida-se de texto adicional ao Acordo, por troca de notas, referente ao Estabelecimento de Área Non Aedificandi na Faixa Fronteiriça, assinado pelos governos brasileiro e paraguaio, em 16 de setembro de 1980, e promulgado, entre nós, pelo Decreto nº 88.589, 2 de agosto de 1983. Esse documento proibia a realização de qualquer construção, cerca, plantação ou outro tipo de obstáculo em faixa de 25 metros, medidos a partir da linha de fronteira, para dentro do território de cada um dos países, em suas respectivas zonas rurais. O documento em análise visa estabelecer faixa semelhante com 10 metros de largura para cada lado da linha de limite internacional, nas respectivas zonas urbanas da fronteira entre o Brasil e o Paraguai.

Na exposição de motivos endereçada ao Presidente da República, o Ministro de Estado das Relações Exteriores esclarece que:

O estabelecimento da faixa foi proposto pela Comissão Mista de Limites e de Caracterização da Fronteira Brasil-Paraguai, durante reunião extraordinária realizada em outubro de 1995, na cidade de Ponta Porã. A Reunião fora convocada para tratar de ocupações de comerciantes ambulantes de ambos os países na faixa de fronteira. Na Avenida Internacional entre as cidades de Ponta Porã, no Brasil, e Pedro Juan Caballero no Paraguai, as ocupações dificultam a intervisibilidade dos marcos de fronteira, o que contraria disposição do artigo 10 do Protocolo de Instruções para a Demarcação e Caracterização da Fronteira Brasil-Paraguai, assinado em 1930, que afirma ser necessário que quaisquer marcos “possam avistar, diretamente dos dois contíguos”.

(...)

Com o estabelecimento da faixa non aedificandi, será possível assegurar a intervisibilidade entre os marcos sucessivos e, conseqüentemente, da linha de fronteira entre o Brasil e o Paraguai em zonas urbanas. Desse modo, eventuais problemas ocasionados por

indefinição na linha de limites poderão ser evitados. O Acordo prevê também a participação das Prefeituras brasileiras e Municipalidades paraguaias em Planos de Desenvolvimento Urbano que impeçam a construção de estabelecimentos que dificultem a intervisibilidade dos marcos.

O Acordo objetiva, assim, disciplinar situação concreta que aponta para a dificuldade iminente de se dividir marcos fronteiriços em região de intensa movimentação de pessoas e bens. Trata-se, pois, de instrumento necessário para o maior controle pelos países

envolvidos de sua respectiva zona de fronteira. Importante registrar, por fim, que o assunto adquire maior consistência visto que oriundo do órgão encarregado de zelar por aquele espaço: a Comissão Mista de Limites e de Caracterização da Fronteira Brasil-Paraguai.

III – Voto

Com base no exposto, considerando ser conveniente aos interesses nacionais a ratificação do Acordo em análise, voto pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 510, de 2009.

Sala da Comissão, 6 de agosto de 2009.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROPOSIÇÃO: PDS Nº: 510, DE 2009
 ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 06/08/2009, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR EDUARDO AZEREDO	
RELATOR: SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR	
TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)	
EDUARDO SUPLICY (PT)	1 – FLÁVIO ARNS (PT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	2 – MARINA SILVA (PT)
JOÃO RIBEIRO (PR)	3 – RENATO CASAGRANDE (PSB)
JOÃO PEDRO (PT)	4 – MAGNO MALTA (PR)
TIÃO VIANA (PT)	5 – AUGUSTO BOTELITO (PT)
PMDB, PP	
PEDRO SIMON	1 – ALMEIDA LIMA
FRANCISCO DORNELLES	2 – INÁCIO ARRUDA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	3 – WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	4 – VALDIR RAUPP
PAULO DIQUE	5 – GILVAM BORGES
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
EFRAIM MORAIS (DEM)	1 – ADELMI R SANTANA (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	2 – ROSALBA CIARLINI (DEM)
MARCO MACIEL (DEM)	3 – JOSÉ AGRIPINO (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	4 – ROMEU TUMA (PTB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	5 – ÁLVARO DIAS (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6 – ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	7 – TASSO JEREISSATI (PSDB)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 – MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
FLÁVIO TORRES	1 – CRISTOVAM BUARQUE

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Seção II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I – resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

DECRETO Nº 88.589, DE 2 DE AGOSTO DE 1983

Promulga o Acordo, por troca de notas, referente ao Estabelecimento de Área “Non Aedificandi” na faixa Fronteiriça.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Nada mais havendo a tratar, vamos encerrar esta sessão de segunda-feira do Senado da República do Brasil, iniciada às 14 horas, lembrando às Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, dia 04, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 29, DE 2003

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (trata da ordem social)*.

Parecer sob nº 187, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação para o segundo turno.

2
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 7, DE 2008

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008,

tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, que *altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal*.

Parecer favorável, sob nº 727 de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

3
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 19, DE 2007

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que *acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior*.

Parecer favorável sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

4
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 42, DE 2008

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2008 (nº 138/2003, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Sandes Júnior), que *altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227 (dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude)*.

Parecer sob nº 297, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

5
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 28, DE 2009

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2009 (nº 413/2005, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Antonio Carlos Biscaia), que *dá nova redação ao § 6º do art. 226 da Constituição*

Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de um ano ou de comprovada separação de fato por mais de dois anos.

Parecer favorável, sob nº 863, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

**SUBSTITUTIVO DA
CÂMARA DOS DEPUTADOS AO
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 187, DE 1995**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 187, de 1995 (nº 3.171/97, naquela Casa), do Senador Júlio Campos, que *dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, regulamentando o art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal.*

Parecer favorável, sob nº 1.215, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora ad hoc: Senadora Serys Slhessarenko.

7

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 255, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2004 (nº 4.852/2005, naquela Casa), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Exploração Sexual, que *altera o art. 250 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (prevê o fechamento definitivo de hotel, pensão, motel ou congênere que reiteradamente hospede criança ou adolescente desacompanhados ou sem autorização).*

Pareceres sob nºs 479 e 480, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com adequações, que apresenta; e

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relatora: Senadora Fátima Cleide, favorável, acatando as adequações da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, consolidadas em texto final que encaminha.

8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2000 (nº 121/99, na Casa de origem, do Deputado Cunha Bueno), que *estabelece a disciplina legal para a propriedade, a posse, o transporte e a guarda responsável de cães.*

Parecer sob nº 1.089, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Jayme Campos, favorável, com as Emendas nº 1 a 3 – CCJ, que apresenta.

9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2001 (nº 3.388/97, na Casa de origem, do Deputado Jaques Wagner), que *dispõe sobre a construção de muro de proteção contínuo nas pontes, viadutos e curvas perigosas em rodovias federais.*

Pareceres sob nºs 162 e 1.146, de 2003; e 694, de 2009, das Comissões

– de Serviços de Infra-Estrutura, Relatora: Senadora Heloisa Helena, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CI, que apresenta, com voto contrário vencido do Senador Leomar Quintanilha; e

– de Assuntos Econômicos (em audiência, nos termos do Requerimento nº 269, de 2003), 1º pronunciamento: Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, solicitando informações ao Ministério dos Transportes para instruir a matéria; 2º pronunciamento: Relator: Senador Osmar Dias, favorável, nos termos das Emendas nºs 2 e 3-CAE, que apresenta.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2003 (nº 1.550/96, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomanno), que *faculta o registro, nos documentos pessoais de identificação, das informações que especifica.*

Parecer favorável, sob nº 1.055, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Francisco Dornelles.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 110, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2005 (nº 3.685/2004,

na Casa de origem, do Deputado Gustavo Fruet), que *altera os arts. 11 e 62 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil (altera dispositivos referentes aos direitos da personalidade e à constituição de uma fundação)*.

Parecer nº 1.085, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Lobão Filho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 74, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2006 (nº 4.681/2004, na Casa de origem, do Deputado Fernando Coruja), que *altera o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 – Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, para adequá-lo à Constituição Federal em vigor (dispõe sobre a vigência das leis estaduais, a homologação das sentenças estrangeiras declaratórias do estado das pessoas e o divórcio realizado no estrangeiro)*.

Parecer favorável, sob nº 698, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Renato Casagrande.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2006 (nº 557/2003, na Casa de origem, do Deputado João Herrmann Neto), que *determina a publicidade dos valores das multas decorrentes da aplicação do Código de Defesa do Consumidor revertidos para o Fundo Nacional de que a trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; e altera Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990*.

Parecer sob nº 1.352, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), que oferece.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 38, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2007 (nº 6.672/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 1.526 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, determinando que a habilitação para o casamento seja feita pessoalmente perante o oficial do Registro Civil*.

Parecer sob nº 1.088, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2007 (nº 3.688/2000, na Casa de origem, do Deputado José Carlos Elias), que *dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas escolas públicas de educação básica*.

Pareceres sob nºs 298 e 299, de 2009, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CE, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, nos termos da Emenda nº 2-CAS (Substitutivo), que oferece.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2007 (nº 5.522/2005, na Casa de origem, do Deputado André de Paula), que *dispõe sobre a obrigatoriedade da implementação de protocolo terapêutico para a prevenção vertical do HIV, em hospitais e maternidades*.

Parecer nº 1.087, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Rosalba Ciarlini, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2008 (nº 3.246/2004, na Casa de origem, do Deputado Dr. Rosinha), que *altera o art. 13 da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971 (inclui a bandeira do Mercosul nos casos de hasteamento diário da Bandeira Nacional)*.

Parecer favorável, sob nº 526, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005,

na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2008 (nº 5.139/2001, na Casa de origem, do Deputado Osmar Seraglio), que *altera os arts. 12 e 21 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 – Lei de Improbidade Administrativa (permite a aplicação de sanções, isolada ou cumulativamente, ao responsável por ato de improbidade, e restringe a aplicação da pena de ressarcimento).*

Parecer favorável, sob nº 1.056, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Neuto de Conto.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2008 (nº 1.871/2007, na Casa de origem, do Deputado Edinho Bez), que *inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.*

Parecer sob nº 1.229, de 2008, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo), que oferece.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 136, DE 2008 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 136, de 2008 – Complementar (no 375/2006-Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a composição do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus; revoga a Lei Complementar nº 68, 13 de junho de 1991; e dá outras providências.*

Pareceres favoráveis, sob nos 953 e 954, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora ad hoc: Senadora Serys Shessa-renko; e

– de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Jefferson Praia.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2009 (nº 6.244/2005, na Casa de origem, da Deputada Sandra Rosado), que *fixa critério para instituição de datas comemorativas.*

Parecer favorável, sob nº 1.057, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cristovam Buarque.

23

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).*

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008 (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

24

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, DE 2003

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 7, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2003, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que *dispõe sobre o percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de necessidades especiais e os critérios de sua admissão, nos termos do inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal.*

Pareceres sob nºs 964 a 966, de 2008, das Comissões de Constituição, Justiça e Ci-

dadania, Relator *ad hoc*: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com as Emendas n°s 1 e 2-CCJ, que apresenta;

– de Assuntos Sociais (em audiência nos termos do Requerimento n° 510, de 2007), Relator *ad hoc*: Senador Jayme Campos, favorável, com as Emendas 3 e 4-CAS; e

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda n° 5-CDH (Substitutivo), que oferece.

25

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 185, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n° 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional*.

Pareceres sob n°s 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “ad hoc”: Senador Antonio Carlos Valadares, 1° pronunciamento (sobre o Projeto, em turno único, perante a Comissão): favorável, nos termos de emenda substitutiva, que oferece; 2° pronunciamento (sobre as emendas, apresentadas ao Substitutivo, no turno suplementar, perante a Comissão): favorável, nos termos da Emenda n° 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

26

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n° 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1° da Lei Complementar n° 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal*.

Pareceres sob n°s 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1° pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda n° 1-CCJ, que apresenta; 2° pronunciamento (sobre a Emenda n° 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

27

REQUERIMENTO N° 932, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento n° 932, de 2009, de iniciativa da Comissão de

Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando o desapensamento dos Projetos de Lei da Câmara n°s 107, de 2006; 25, de 2008; os Projetos de Lei do Senado n°s 1, 117, 153, de 2003; 212, de 2005; 64, 67, 199, 239, 342, de 2006; 65, 173, de 2007, e 287, de 2008; solicita, ainda, a tramitação conjunta, dividida em dois blocos, por afinidade, das seguintes matérias (segurança pública): – Projeto de Lei da Câmara n° 25, de 2008, com os Projetos de Lei do Senado n°s 64, de 2006, e 173, de 2007; e – Projetos de Lei do Senado n°s 212, de 2005, 67, 199, 239, 342, de 2006, e 287, de 2008*.

28

REQUERIMENTO N° 960, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento n° 960, de 2009, da Senadora Ideli Salvatti, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado n° 118, de 2009, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Desenvolvimento Regional e Turismo (exploração de instalações portuárias privadas para uso geral)*.

29

REQUERIMENTO N° 962, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento n° 962, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado n°s 142, de 2007, e 34, de 2008, com os de n°s 131 e 304, de 2007, e 64 e 78, de 2008, que se encontram apensados, por regularem a mesma matéria (incentivo fiscal para quem promover reposição florestal)*.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Está encerrada a sessão do Senado da República do Brasil.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 54 minutos.)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR MARCO MACIEL NA SESSÃO DO DIA 4 DE AGOSTO DE 2009, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente nobre Senador Mão Santa, Srs. Senadores Antonio Carlos Valadares, João Pedro, queria saudar

também os Deputados Abelardo Lupion e Guilherme Campos, representantes do Paraná e de São Paulo, respectivamente.

Sr. Presidente, o jornal **O Globo**, em fins do mês de julho, chamou a atenção para um tema que tende a suscitar um debate cada vez maior. Refiro-me ao problema do acordo climático. Após o fracasso do encontro entre os países G-8 e emergentes, em Áquila, na Itália, o mundo tem menos tempo para construir um novo acordo para suceder o Protocolo de Kyoto.

Integro um número crescente de pessoas que dia a dia demonstram alarmante preocupação quanto ao futuro do planeta no que diz respeito às mudanças climáticas que atualmente enfrentamos. Embora uma parcela minoritária da comunidade científica insista em afirmar que as reações para as mudanças climáticas globais não são antrópicas, guardando pouca ou nenhuma relação com as atividades humanas, a maioria expressiva dos estudiosos está plenamente convencida de que somos os principais responsáveis pelo aumento da temperatura média do planeta registrado desde o advento da era industrial, ou seja, desde um período relativamente recente.

De qualquer forma, nobre Presidente Senador Mão Santa, ainda que as suspeitas sobre nossa responsabilidade não fossem tão fortes, os riscos de se ignorar as advertências dos cientistas sobre o nosso futuro seriam grandes demais para serem desprezados. Há muito em jogo: a própria viabilidade da vida inteligente neste planeta em que vivemos.

É extremamente preocupante, Sr^{as} e Srs. Senadores e Deputados, o conjunto de sintomas apresentados pelo meio ambiente nas últimas décadas. Além da já mencionada elevação da temperatura média do planeta, acrescente-se em uma breve lista a diminuição da calota polar, o virtual desaparecimento de cursos d'água, lagos e lagoas em várias partes do mundo com consequências da maior gravidade em localidades menos privilegiadas, como algumas regiões da África, continente, aliás, que enfrenta grandes vicissitudes. Parece ser o grande continente esquecido. Se não me engano, o escritor francês Gilles Lapouge, certa feita quando se discutia o que acontecerá no terceiro milênio da era cristã, considerou como principal tema que o mundo deveria enfrentar, ver a situação daqueles que moram em países pobres da África.

A ocorrência de fenômenos naturais de intensidade inusitada são observados inclusive no Brasil, entre outras tantas manifestações ambientais que ameaçam todos nós independentemente de qualquer distinção de natureza econômica, política e social.

Porém, ainda mais preocupante é a apatia de grande parte dos governos de muitos países diante

da questão climática. O problema está colocado com clareza solar; vem sendo discutido há vários anos em escala global por líderes e eminentes personalidades de diferentes organismos internacionais. Mas do ponto de vista da ação política pouco ou nada se fez de efetivo, de concreto para lutar contra as mudanças climáticas.

Já se passaram 17 anos desde a Convenção Sobre a Mudança de Clima realizada no Rio de Janeiro, à época, o maior evento internacional voltado para questões ambientais. E estamos vendo transcorrer 12 anos desde o Protocolo de Kyoto. O que mudou desde então? Muito pouco. Na verdade, há razões para acreditar que as coisas pioraram, infelizmente.

Nos países industrializados, o nível de emissões continua aumentando, e os Estados Unidos, por exemplo, se retiraram do protocolo durante o governo Bush. Os países emergentes, que incluem grandes emissores, como a China, a Índia e o próprio Brasil – devemos confessá-lo – não precisam cumprir metas de redução obrigatórias e, como seria de se esperar, tão pouco reduziram suas emissões.

No Brasil, aliás, muitas vezes, temos a impressão de que estamos caminhando na direção contrária ao que foi acordado em Kyoto, no Rio e em tantas outras cidades que sediaram acordos e tratados sobre o tema.

Ora, Sr. Presidente, o cerrado é o segundo maior bioma do nosso País. Vários rios da Bacia Amazônica, do Prata e do São Francisco nascem no cerrado. Sua devastação, entre outras consequências, fatalmente ocasionará o comprometimento dessas bacias. O ritmo dessa devastação tem sido preocupante; calcula-se que a área desmatada do cerrado aumentará 20% nas próximas quatro décadas, de 800 mil para 960 mil quilômetros quadrados, nobre Senador João Pedro.

Temos também ido na contramão das chamadas energias limpas, energias das quais o Brasil é um País muito bem dotado. Os planos atualmente em discussão para construir 68 usinas termoeletricas movidas a combustíveis fósseis agridem, como é notório, nosso histórico de matriz energética limpa, como a hidroeletricidade, que é abundantemente usada em nosso País, e lançam por terra excelentes oportunidades de redução de emissão de gases do efeito estufa.

De fato, o Brasil é um dos países cuja emissão desses gases poderia dar-se de forma menos traumática e, portanto, também menos onerosa. Cerca de 75% de nossas emissões decorrem do desmatamento, principalmente na Amazônia e no cerrado, e apenas 25% provêm da queima de combustíveis fósseis. Na maioria dos países esses percentuais são invertidos.

Em outras palavras, Sr. Presidente Senador Mão Santa, já contamos com uma matriz energética bastante favorável no que diz respeito às metas de redução que porventura tenhamos de adotar no futuro. Em tese, é muito mais simples e barato combater as causas do desmatamento do que substituir toda a matriz energética de um país. Já largamos, portanto, com uma boa vantagem em relação a países como a Índia e a China, cujas matrizes energéticas dependem fortemente da queima de combustíveis fósseis. Daí por que esses países são reconhecidamente poluidores. Não tirar proveito dessa vantagem seria uma absurda falta de inteligência de nossa parte.

Sr^{as} e Srs. Senadores, em dezembro deste ano se realizará a desejada reunião de Copenhague na qual se discutirá um acordo que substituirá o Protocolo de Kyoto, que expira em 2012. E 2012 não está tão distante quanto se pensa. Já estamos em fins de 2009. Muito se espera dessa reunião. Com grande expectativa aguardamos, por exemplo, as propostas que serão apresentadas pelo Governo dos Estados Unidos da América.

O Presidente Barack Obama busca a aprovação do Congresso do seu país de propostas que incluem um corte de 17% nas emissões até 2020 e de 80% a 83% até 2050 em relação aos níveis de 2005. Propõe também o aumento do uso de energias renováveis como a eólica e a solar em 15%. Se essas propostas chegarão ou não a Copenhague, depende da votação do Congresso norte-americano, o que deve se dar em agosto. O Partido Republicano, apoiado por poderosos setores da maior economia do mundo, promete opor sérios obstáculos à proposta de Obama.

Tão importante quanto o posicionamento norte-americano será a posição dos principais países emergentes. China, Índia e Brasil estão entre os maiores emissores do planeta e devem ser instados a assumir metas obrigatórias de redução de emissões, o que não aconteceu em Kyoto.

Na recente reunião do G-8 na Itália (que não foi das mais proveitosas), com os principais países emergentes, que muitos consideraram um importante precursor do que deve acontecer em Copenhague, não se chegou a um acordo a respeito das reduções.

Os países desenvolvidos propuseram a redução de 50% das emissões até 2050 em relação aos níveis de 1990. Os países emergentes argumentaram mais de uma vez que uma redução desse nível é inviável para nações que ainda não completaram a sua industrialização e convivem com a miséria, a fome e outras mazelas sociais. Propuseram a redução de 40% até 2020, mas só para os países ricos. No fim das contas, o único e extremamente vago compromisso que resultou

do acordo foi o estabelecimento de um limite de dois graus Celsius ao aumento do aquecimento global.

Sr. Presidente, vê-se que as discussões a respeito das mudanças climáticas em nível global estão acontecendo com lentidão preocupante. Cúpula após cúpula, reunião após reunião, pouco ou quase nada se decide de concreto para frear o aquecimento global.

Parece que ainda não se cristalizou no Brasil a idéia de que os conceitos de crescimento econômico...

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Eu ouvirei V. Ex^a com muito prazer. Estou concluindo e gostaria muito de ouvir a manifestação de V. Ex^a, já que V. Ex^a é da Amazônia, que tem consequentemente um papel decisivo nessas questões.

Enfim, crescimento econômico, pura e simplesmente, não é garantia de desenvolvimento. Hoje em dia está muitíssimo claro que o desenvolvimento envolve no mínimo três dimensões: o crescimento econômico, a justiça social e a sustentabilidade ambiental.

Sem uma das pernas desse tripé não há que se falar em desenvolvimento. É preciso, portanto, que o Governo do nosso País se convença, de uma vez por todas, de que a esfera ambiental e a esfera social são indissociáveis de qualquer discussão sobre o País, seja ela de ordem econômica ou política. O crescimento a qualquer preço – a história comprova – é uma bomba-relógio que explode, em geral, no colo da parcela menos favorecida da população.

Falta também a conscientização, não apenas da população em geral, mas também dos agentes públicos a respeito da profunda relação entre biodiversidade e crescimento econômico. Os defensores do crescimento econômico a qualquer custo devem ser os primeiros a entender que destruir o ambiente tem custos, e custos altíssimos. Segundo o documento oficial resultante da Convenção de Biodiversidade Biológica ocorrida na Alemanha no ano passado, a perda da biodiversidade custaria de 6 a 7% do produto mundial ao ano, até 2050.

Quanto mais pobre o país, maior o impacto negativo desta lógica. Foi assim em janeiro de 1999, quando a maxidesvalorização do real colocou em risco o futuro da nossa moeda. A população e o governo controlaram os gastos. Isso resultou em fatores positivos para que o Plano Real continuasse a sua marcha vitoriosa.

O mesmo aconteceu nos processos de racionalização de energia, em função da irregularidade pluviométrica que enfrentamos entre os anos de 2001 e 2002. A população foi fundamental para o sucesso das medidas de racionalização do uso da energia e, por fim, nos retirou da crise.

Creio que, diante de mais um desafio, o povo brasileiro não se recusará às exigências da nova dinâmica mundial, apesar de estarmos falando de alterações profundas na vida do nosso País, ao qual, portanto devemos prestar a adequada atenção.

A redução dos níveis de consumo e desperdício, a reutilização de produtos como embalagens de vidros e cascos de bebidas, a reciclagem de materiais, papéis e plásticos, a partir da coleta seletiva do lixo, são apenas algumas das medidas que cada um pode, individualmente, tomar para contribuir que o quadro mais amplo do combate às mudanças climáticas ocorram.

Sr^{as} e Srs Senadores, tomo emprestado ao Presidente Fernando Henrique Cardoso as palavras com as quais concluo o meu pronunciamento, sem, porém, deixar de ouvir o aparte do Senador João Pedro.

Certa feita, o Presidente Fernando Henrique Cardoso disse: *“não haverá desenvolvimento algum no futuro se continuarmos a agir predatoriamente.”*

E ele não se referia apenas ao Brasil, mas a todas as nações do planeta. As alterações climáticas nos ameaçam. Enquanto isso acontece, a sociedade, com certa razão, há de reclamar providências cada vez mais significativas.

Enfim, nós não podemos perder de vista que nossas atitudes individuais também são fundamentais nesse contexto. Não descuidemos, portanto, de todas as dimensões dessa que é a grande questão desse início do século XXI.

Ouçó, com muito prazer, o nobre Senador João Pedro, que representa o Estado do Amazonas no Senado Federal.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador Marco Maciel, parabênizo V. Ex^a pela reflexão que faz ao registrar as preocupações no sentido de organizar esse debate que vai culminar com um evento internacional de compromissos de vários países. V. Ex^a está correto quando faz essa reflexão. Mas chamou-me a atenção quando V. Ex^a apresentou dados do cerrado brasileiro. Às vezes, nós não nos mobilizamos para a Amazônia. E na Amazônia, nos Estados da Amazônia, existe cerrado também, embora a concentração do cerrado esteja aqui no Centro-Oeste. V. Ex^a está, portanto, de parabéns por colocar o cerrado como uma preocupação, ou seja, o mesmo compromisso, a mesma mobilização, o mesmo cuidado que a sociedade deve ter com a floresta da nossa Amazônia, nós precisamos ter com o cerrado brasileiro, concentrado principalmente aqui no Centro-Oeste brasileiro. Eu espero – essa foi outra questão levantada por V. Ex^a – que o Congresso norte-americano aprove o projeto que é uma das bandeiras de campanha do Presidente Barack Obama. Considero uma mudança relevante

dos Estados Unidos em âmbito internacional, já que os Estados Unidos não assinaram o Protocolo de Kyoto por não concordarem com os níveis nele propostos. E V. Ex^a também acrescenta que o resultado das questões climáticas se reflete principalmente nas camadas mais pobres do mundo. Mas nós vamos pagar, todos nós. Todas as camadas sociais pagarão se nós não assumirmos compromissos e, mais do que assumir compromissos, não mudarmos os nossos comportamentos para que a sociedade viva em equilíbrio, levando em consideração a questão cultural, econômica, social, muito bem lembrada por V. Ex^a. Então, eu quero parabenizá-lo por destacar também que este não pode ser apenas um debate de governos. É importante que a sociedade assuma este debate sobre mudanças climáticas. É verdade que aqui, no Brasil, é emblemática a questão da Amazônia, mas nós precisamos ter consciência da importância do cerrado, de toda a vegetação do Nordeste, do semi-árido... Nós precisamos ter consciência de que hoje existe uma crise ambiental no mundo. Nós precisamos tomar nas mãos este debate, acompanhado da pesquisa, do conhecimento, da ciência e cuidar não só das nossas regiões, mas também de todo o Planeta Terra, sob pena de todos nós sofrermos as consequências das atividades céleres de alguns setores da nossa economia. Nós precisamos ter esse compromisso, ter paciência de acompanhar pesquisas, estudos e fazer das atividades econômicas um compromisso com a vida. É preciso ter lucro? É preciso ter renda? Sim, mas é preciso ter compromisso com a vida. Nós não podemos, em nome de alguns setores da nossa economia, como acontece na Amazônia, derrubar a floresta sem nenhum critério e, em nome disso, ganhar dinheiro de forma imediata, pois as consequências são duras para todos nós, crianças, jovens, homens, mulheres, e para a própria economia. Então, V. Ex^a faz uma reflexão importante, da ordem do dia, essa mobilização para que em Copenhague, em dezembro, o mundo possa celebrar um entendimento que garanta a qualidade de vida, que garanta o presente, mas também o futuro da nossa vida no Planeta Terra. Muito obrigado.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Nobre Senador João Pedro, agradeço entre desvanecido e sensibilizado o aparte de V. Ex^a denso e pleno de considerações muito oportunas.

Penso que a questão climática deve começar no reino das consciências. Dai por que acho importante mobilizar a Nação para que estejamos atentos aos desafios do futuro.

Sobre o tema, gostaria de lembrar que o Subsecretário-Geral de Comunicação e Informação Pública da ONU, Kiyo Akasaka, diz de forma muito clara que,

se não progredirmos nesse campo, poderemos ter a partir de 2013 um certo caos no que diz respeito às mudanças climáticas, porque o Protocolo de Kyoto acaba em fim de 2012. E, se os países mais afluentes, que são os mais influentes também, se a esses países se associarem em tempo ainda os países emergentes, é possível determos essa marcha a meu ver extremamente perigosa, no sentido de agravamento da questão climática. E, no caso brasileiro, V. Ex^a lembrou muito bem a especificidade da Amazônia – e nela se inclui também a questão do cerrado.

Devo até, como sabe V. Ex^a, recordar que, recentemente, aprovamos uma proposta de emenda constitucional que inclui o bioma cerrado e também a caatinga nordestina – um bioma exclusivamente brasileiro, posto que não há semelhante em outra parte do mundo. Há alguns que queiram comparar com as savanas, com as estepes africanas, mas não é o mesmo. A caatinga é, talvez, o único bioma nacional sem que haja outro semelhante no mundo. Acho que devemos trabalhar essa variável de prioridade para a questão ambiental e especificamente o que diz respeito às mudanças climáticas.

Sr. Presidente, nobre Senador Mão Santa, agradeço a oportunidade que me foi dada de manifestar a minha opinião tempestivamente, posto que já estamos no segundo semestre do ano e a reunião de Copenhague está ficando cada vez mais uma questão vital. Espero que possamos trabalhar cada vez mais a questão ambiental.

Encerro, portanto, minhas palavras, dizendo que estou certo de que precisamos fazer uma grande mobilização, não apenas no plano nacional, mas, também no plano internacional, para que haja uma mudança de postura significativa com relação às questões climáticas que, de alguma forma, hoje, preocupam o mundo todo.

Muito obrigado.

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR MARCO MACIEL NA SESSÃO DO DIA 5 DE AGOSTO DE 2009, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Nobre Senador Mão Santa, Secretário da Mesa do Senado Federal, ilustre representante do Piauí na Casa da Federação, prezado Senador Paulo Paim, Senador Flávio Arns, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, venho hoje, no final desta sessão, trazer uma palavra relativa à terceira encíclica expedida pelo Papa Bento XVI.

Quando começou o seu pontificado, ele apresentou como sua primeira encíclica a intitulada *Deus caritas est*, ou seja, Deus é amor. Posteriormente, ele lançou outra encíclica chamada **Spe Salvi**, ou seja, esperança e salvação. E, agora, lançou a intitulada **Caritas in veritate**, ou seja, o amor na verdade.

Eu chamaria a atenção para essa terceira encíclica porque, com ela, o Papa Bento XVI retoma uma linha muito característica na Igreja Católica, versar sobre questões sociais. Talvez a primeira encíclica que teve essa preocupação date dos fins do século XIX – na ocasião, o Papa era Leão XIII – e ela se chamou de **Rerum Novarum**. Aliás, também uma característica da Igreja Católica é que as encíclicas sempre começam com duas palavras em latim. **Rerum Novarum** quer dizer sobre as coisas novas do fim século XIX, muitas das quais ocorreram ao longo do século XX.

Como sabemos, as encíclicas são cartas que o Papa expede para a comunidade católica, em especial cardeais, bispos e à Igreja como um todo, mas igualmente para toda a sociedade internacional.

Sobre o tema, o Cardeal Arcebispo de São Paulo Dom Odilo Scherer lembra:

Bento XVI publicou sua primeira encíclica social, intitulada *Caritas in Veritate*, retomando uma tradição consolidada pelos seus predecessores, que, ao longo de mais de cem anos, foram enriquecendo a chamada Doutrina Social da Igreja com oportunas tomadas de posição diante das questões sociais em contínua evolução.

Partindo da encíclica *Populorum Progressio* (Desenvolvimento dos Povos, 1967), Bento XVI recorda como já naquela circunstância seu grande predecessor Paulo VI alertara para o progresso dos povos não podia prosseguir às cegas. E agora o papa afirma: ‘sem Deus, o desenvolvimento é negado, é desumanizado. O verdadeiro objetivo do progresso é o bem integral de todo ser humano’.

Portanto, o que está em jogo é a relação entre o bem e a verdade, entre veritas e caritas – ou seja, entre a verdade e o amor – “.... a solução para a crise política dos Poderes do Estado” – ainda citando Dom Odilo Scherer, que transcreve trechos da Encíclica –, “minados pela corrupção, só pode ser encontrada nas sendas, por vezes apertadas, da verdade.... o papel dos poderes públicos e das organizações da sociedade, para assegurar de maneira mais eficaz o direito dos trabalhadores, pressupõe que as escolhas econômicas

tenham como objetivo prioritário o acesso de todos ao trabalho digno.

O Papa também fere, segundo Dom Odilo Scherer a questão relativa às “conseqüências desastrosas para o equilíbrio ambiental dessa ação econômica sem princípios éticos que são cada vez mais perceptíveis do que nunca. Até a vida humana é submetida ao cálculo da utilidade e da vantagem, com políticas de controle demográfico forçado sem deixar de recorrer à supressão direta de vidas humanas ‘desinteressantes’ mediante o aborto e a eutanásia”.

E prossegue Dom Odilo Scherer:

Uma regulamentação do setor para proteger os agentes mais fracos também se faz necessária. Bento XVI lança novamente a proposta já feita por João XXIII, nos anos 1960, da instituição de uma autoridade mundial coerente com os princípios de subsidiariedade e de solidariedade, que tenha um poder efetivo para governar a globalização.

Quando João XXIII baixou a Encíclica que acabo de me reportar, produziu um grande impacto em todo o mundo e, de modo especial, na comunidade católica. De alguma forma, estamos agora vivendo novos tempos, tempos marcados pela globalização. Se a globalização tem seus aspectos positivos, por outro lado peca por não estar atenta à questão de que ela se faça em favor de um desenvolvimento mais equânime de toda a comunidade, que contemple a todos e a cada um.

Então, a globalização deve ser um processo também que permita a solidariedade e, sobretudo, que se dê maior atenção às comunidades mais carentes. Aliás, é do Papa Bento XVI uma frase que considero muito oportuna: “A globalização não é, a priori, nem boa nem má. Será o que fizermos dela”.

O que vemos no mundo de hoje é uma globalização que não se caracteriza pela solidariedade, pela busca dos valores humanos em sua plena acepção.

O Papa diz na Encíclica que “é preciso que as finanças enquanto tais – com estruturas e modalidades de funcionamento renovadas depois de sua má utilização que prejudicou a economia real – voltem a ser um instrumento que tenha em vista a melhor produção de riqueza e o desenvolvimento. Enquanto instrumentos, a economia e as finanças em toda a respectiva extensão, e não apenas em alguns dos seus sectores, devem ser utilizadas de modo ético a fim de criar condições adequadas para o desenvolvimento do homem e dos povos. É certamente útil, senão mesmo indispensável em certas circunstâncias, dar vida a iniciativas finan-

ceiras nas quais predomine a dimensão humanitária. Isso, porém não deve fazer esquecer que o inteiro sistema financeiro deve ser orientado para dar apoio a um verdadeiro desenvolvimento” (65).

Não vou, Sr. Presidente e Srs. Senadores, comentar a Encíclica toda, mas apenas alguns trechos, tendo em vista – e é um fato notório – “o crescimento incessante da interdependência mundial, sente-se imenso mesmo no meio de uma recessão igualmente mundial – a urgência de uma reforma quer da Organização das Nações Unidas, quer da arquitetura econômica e financeira internacional, para que seja possível uma real concretização do conceito de família de nações” –, que é o que pretende ser a ONU, hoje congregando quase duzentos Estados, mas ainda, em pleno século XXI, em pleno terceiro milênio da era cristã, não conseguimos construir uma verdadeira família de nações entre os Estados.

Continua o texto de Sua Santidade:

De igual modo sente-se a urgência de encontrar formas inovadoras para atuar o princípio da responsabilidade de proteger e para atribuir também às nações mais pobres uma voz eficaz nas decisões comuns. (...) Para garantir a salvaguarda do ambiente e para regulamentar os fluxos migratórios urge a presença de uma verdadeira Autoridade política mundial, delineada já pelo meu predecessor Beato João XXIII. A referida Autoridade deverá regular-se pelo direito, ater-se coerentemente aos princípios de subsidiariedade e solidariedade.

O princípio da subsidiariedade é uma contribuição que a doutrina social da igreja trouxe para fertilizar o domínio da economia. Na medida em que se trabalhe, regendo-se pelo princípio da subsidiariedade, se estará criando condições para que os menores núcleos sejam devidamente atendidos e possam gozar conseqüentemente de um desenvolvimento solidário.

Mais adiante, diz o Papa que o problema do desenvolvimento está estreitamente unido com o progresso tecnológico, ou seja, não podemos ver o desenvolvimento sem o correspondente progresso tecnológico, com as suas deslumbrantes aplicações no campo biológico:

A técnica, é bom sublinhá-lo, é um dado profundamente humano ligado à autonomia e à dignidade do homem. Nela exprime-se e confirma-se o domínio do espírito sobre a matéria. O espírito, ‘tornando-se assim “mais liberto da escravidão das coisas, pode facilmente elevar-se ao culto e à contemplação do criador’. (69)

O desenvolvimento tecnológico – insiste o Papa – pode induzir a idéia de auto-suficiência da própria técnica, quando o homem, interrogando-se apenas sobre o como, deixa de considerar os muitos porquês pelos quais é impelido a agir. Por isso a técnica apresenta-se com a fisionomia ambígua. Nascida da criatividade humana, como instrumento da liberdade da pessoa, pode ser estendida como elemento da liberdade absoluta, aquela liberdade que quer prescindir dos limites que as coisas trazem consigo.

O processo de globalização poderia substituir as ideologias com a técnica, passando esta a ser um poder ideológico que exporia a humanidade ao risco de se ver fechado dentro de um “a priori” do qual não se poderia sair para encontrar o ser e a verdade.

O desenvolvimento é impossível sem homens retos, sem operadores econômicos e homens públicos que sintam intensamente em suas consciências o apelo do bem comum. São necessárias tanto a preparação profissional quanto a coerência moral. Quando prevalece a absolutização da técnica, verifica-se uma confusão entre fins e meios: como único critério de ação, o empresário considerará o máximo lucro da produção; o político, a consolidação do poder; o cientista, o resultado das suas descobertas”.

Cito outro trecho da Encíclica, justamente o item

72:

Mas, para que tais esforços possam produzir efeitos duradouros, é necessário que se apoiem sobre valores radicados na verdade da vida. Por outras palavras, é preciso ouvir a voz das populações interessadas em atender à situação delas para interpretar adequadamente os seus anseios. De certo modo, deve-se colocar em continuidade com o esforço anônimo de tantas pessoas decididamente comprometidas a promover o encontro entre os povos e a favorecer o desenvolvimento partindo do amor e da compreensão recíproca.

Sr. Presidente, outro ponto que não pode deixar de ser referido é o que, como já mencionei, está ligado ao desenvolvimento tecnológico e a merecer uma análise adequada.

É bom lembrar que falar em desenvolvimento tecnológico nos induz a falar sobre os meios de comunicação social.

Já é quase impossível – prossegue o Papa – imaginar a existência da família humana sem

eles. No bem e no mal, estão de tal modo encarnados na vida do mundo que parece verdadeiramente absurda a posição de quantos defendem a sua neutralidade, reivindicando em consequência a sua autonomia relativamente à moral que diria respeito às pessoas. Muitas vezes tais perspectivas que enfatizam a natureza estritamente técnica dos mass-media meios de comunicação social de fato favorecem a sua subordinação a cálculos econômicos, ao intuito de dominar os mercados e, não último, ao desejo de impor parâmetros culturais em função de projetos de poder ideológico e político.

Os meios de comunicação social não favorecem a liberdade nem globalizam o desenvolvimento e a democracia para todos, simplesmente porque multiplicam as possibilidades de interligação e circulação das ideias; para alcançar tais objetivos, é preciso que estejam centrados na promoção da dignidade das pessoas e dos povos, animados expressamente pela caridade e colocados a serviço da verdade, do bem e da fraternidade natural e sobrenatural. De fato, na humanidade, a liberdade está intrinsecamente ligada a esses valores superiores” (73)

Sr. Presidente, além do crescimento material, a Encíclica recomenda que se deve buscar também o desenvolvimento espiritual:

(...) porque a pessoa humana é ‘um ser uno, composto de alma e corpo’, nascido do amor criador de Deus e destinado a viver eternamente. As novas formas de escravidão da droga e o desespero em que caem tantas pessoas têm uma explicação não só sociológica e psicológica, mas essencialmente espiritual. O vazio em que a alma se sente abandonada, embora no meio de tantas terapias para o corpo e para o psíquico, gera sofrimento. Não há desenvolvimento pleno nem bem comum universal sem o bem espiritual e moral das pessoas, consideradas na sua totalidade de alma e corpo. (76)

Todo o nosso conhecimento, mesmo o mais simples, é sempre um pequeno prodígio, porque nunca se explica completamente com os instrumentos materiais que utilizamos. Em cada verdade, há sempre mais do que nós mesmos teríamos esperado. (77)

Paulo VI recordou-nos na *Populorum progressio* que o homem não é capaz de gerir sozinho o próprio progresso, porque não pode por si mesmo fundar um verdadeiro humanismo.

Por isso, a maior força ao serviço do desenvolvimento é um humanismo cristão que reavive a caridade e que se deixe guiar pela verdade, acolhendo uma e outra como dom permanente de Deus.

O humanismo que exclui Deus é um humanismo desumano. Só um humanismo aberto ao Absoluto pode guiar-nos na promoção e realização de formas de vida social e civil – no âmbito das estruturas, das instituições, da cultura, do ethos – preservando-nos do risco de cairmos prisioneiros das modas do momento.” (78)

Tudo isso é indispensável para transformar os ‘corações de pedra’ em ‘corações de carne’ (Ez 36,26), para tornar “divina” e, conseqüentemente, mais digna do homem a vida

sobre a terra. Tudo isto é do homem, porque o homem é sujeito da própria existência; e, ao mesmo tempo, é de Deus, porque Deus está no princípio e no fim de tudo aquilo que tem valor e redime”.(79)..

Portanto, Sr. Presidente, concluo minhas palavras, fazendo este breve registro da Encíclica do Papa Bento XVI, **Caritas in veritate**, na qual fere temas extremamente atuais e que merecem uma reflexão não somente daqueles que são católicos, mas também daqueles que se preocupam com o bem-estar da humanidade e desejam conhecer, no Século XXI, um desenvolvimento sinônimo de justiça e paz e, conseqüentemente, assegurar a todos e a cada um a plena realização na comunidade em que vive.

Muito obrigado.

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

**Emendas
AO
PROJETO DE LEI
N.º 27/2009-CN**

**MENSAGEM
N.º 0079, de 2009 – CN
(Nº 00529/2009, na origem)**

Ementa: “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios de Minas e Energia, dos Transportes e das Comunicações, crédito suplementar no valor global de R\$ 58.403.246,00 (cinquenta e oito milhões, quatrocentos e três mil e duzentos e quarenta e seis reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.”

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Índice de Emendas
PL 027/2009 - EMENDA

Total por Parlamentar

<hr/>		
CLEBER VERDE		
	00005 a 00008	4
<hr/>		
JAIHE MARTINS		
	00009	1
<hr/>		
JERÔNIMO REIS		
	00001 a 00004	4
<hr/>		
ROSE DE FREITAS		
	00010	1
<hr/>		
Total de Emendas:		10

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMEN

EMENDA - 00001

PL 027/2009-CN

Mensagem 0079/2009-CN

A

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº PL N.º 27/2009 - CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

SUPLEMENTAÇÃO:

UO 41101 – Ministério das Comunicações

Funcional Programática: 24.722.1008.11T7.xxxx

Título/Subtítulo: IMPLANTAÇÃO DE TELECENTROS – NO MUNICÍPIO DE SANTANA DO SÃO FRANCISCO – SE.

GND 4 / MOD 40 / VALOR: R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais)

CANCELAMENTO:

UO 41101 – Ministério das Comunicações

Funcional Programática: 24.722.1008.11T7.0001

Título/Subtítulo: IMPLANTAÇÃO DE TELECENTROS PARA ACESSO A SERVIÇOS PÚBLICOS - NACIONAL

GND 4 / MOD 90 / VALOR: R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais)

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo principal desta Emenda é viabilizar ao Município de Santana do São Francisco – SE a implantação de Telecentros Comunitários - espaços públicos providos de computadores conectados à internet em banda larga, onde são realizadas atividades, por meio do uso das TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação). Através da implantação dos telecentros será possível promover o desenvolvimento social e econômico das comunidades atendidas, reduzindo a exclusão social e criando oportunidades aos cidadãos.

Vale ressaltar as premissas do Projeto: Inserção do cidadão na sociedade da informação por meio da utilização de ferramentas de TICs - Tecnologias da Informação e Comunicação, visando a redução da exclusão digital e social; Implantação de telecentro como um espaço público que permita ao cidadão interagir com outros que já tenham acesso aos recursos das TICs, bem como com o Poder Público, por meio dos Portais de Governo Eletrônico; Utilização de ferramentas (computadores, impressoras, conectividade e outros equipamentos audiovisuais e/ou multimídia), para uso em capacitações e atividades diversas ligadas à Inclusão Digital para todo o público alvo.

Saliento ainda, algumas das diversas atividades desenvolvidas nos Telecentros:

- Uso livre dos equipamentos;
- Acesso à internet;
- Cursos de informática básica;
- Curso de navegação na internet;
- Uso preferencial de softwares de plataforma aberta e não proprietária, conforme as diretrizes do Governo Federal;
- Realização de oficinas de capacitação e oficinas diversas que possam utilizar as TICs disponíveis no telecentro;
- Produção e compartilhamento de conhecimento coletivo (conteúdos produzidos a partir das capacitações);
- Realização de atividades sócio-culturais para mobilização social e/ou divulgação do conhecimento;
- Oficinas de alfabetização digital.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

JERÔNIMO REIS

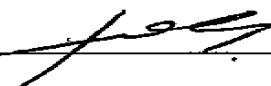
SE

DEM

DATA

ASSINATURA

05.08.2009



COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00002**

PL 027/2009-CN

Mensagem 0079/2009-CN

A

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº PL N.º 27/2009 - CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

SUPLEMENTAÇÃO:

UO 41101 – Ministério das Comunicações

Funcional Programática: 24.722.1008.11T7.xxxx

Título/Subtítulo: IMPLANTAÇÃO DE TELECENTROS – NO MUNICÍPIO DE LAGARTO – SE.

GND 4 / MOD 40 / VALOR: R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais)

CANCELAMENTO:

UO 41101 – Ministério das Comunicações

Funcional Programática: 24.722.1008.11T7.0001

Título/Subtítulo: IMPLANTAÇÃO DE TELECENTROS PARA ACESSO A SERVIÇOS PÚBLICOS - NACIONAL

GND 4 / MOD 90 / VALOR: R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais)

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo principal desta Emenda é viabilizar ao Município de Lagarto – SE a implantação de Telecentros Comunitários - espaços públicos providos de computadores conectados à internet em banda larga, onde são realizadas atividades, por meio do uso das TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação). Através da implantação dos telecentros será possível promover o desenvolvimento social e econômico das comunidades atendidas, reduzindo a exclusão social e criando oportunidades aos cidadãos.

Vale ressaltar as premissas do Projeto: Inserção do cidadão na sociedade da informação por meio da utilização de ferramentas de TICs - Tecnologias da Informação e Comunicação, visando a redução da exclusão digital e social; Implantação de telecentro como um espaço público que permita ao cidadão interagir com outros que já tenham acesso aos recursos das TICs, bem como com o Poder Público, por meio dos Portais de Governo Eletrônico; Utilização de ferramentas (computadores, impressoras, conectividade e outros equipamentos audiovisuais e/ou multimídia), para uso em capacitações e atividades diversas ligadas à Inclusão Digital para todo o público alvo.

Saliento ainda, algumas das diversas atividades desenvolvidas nos Telecentros:

- Uso livre dos equipamentos; - Acesso à internet; - Cursos de informática básica; - Curso de navegação na internet; - Uso preferencial de softwares de plataforma aberta e não proprietária, conforme as diretrizes do Governo Federal; - Realização de oficinas de capacitação e oficinas diversas que possam utilizar as TICs disponíveis no telecentro; - Produção e compartilhamento de conhecimento coletivo (conteúdos produzidos a partir das capacitações); - Realização de atividades sócio-culturais para mobilização social e/ou divulgação do conhecimento; - Oficinas de alfabetização digital.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

JERÔNIMO REIS


SE

DEM

DATA

ASSINATURA

05.08.2009



COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENT

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00003****PL 027/2009-CN**

Mensagem 0079/2009-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº PL N.º 27/2009 - CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

SUPLEMENTAÇÃO:

UO 41101 – Ministério das Comunicações

Funcional Programática: 24.722.1008.11T7.xxxx

Título/Subtítulo: IMPLANTAÇÃO DE TELECENTROS – NO MUNICÍPIO DE ITABAIANA – SE.

GND 4 / MOD 40 / VALOR: R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais)

CANCELAMENTO:

UO 41101 – Ministério das Comunicações

Funcional Programática: 24.722.1008.11T7.0001

Título/Subtítulo: IMPLANTAÇÃO DE TELECENTROS PARA ACESSO A SERVIÇOS PÚBLICOS - NACIONAL

GND 4 / MOD 90 / VALOR: R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais)

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo principal desta Emenda é viabilizar ao Município de Itabaiana – SE a implantação de Telecentros Comunitários - espaços públicos providos de computadores conectados à internet em banda larga, onde são realizadas atividades, por meio do uso das TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação). Através da implantação dos telecentros será possível promover o desenvolvimento social e econômico das comunidades atendidas, reduzindo a exclusão social e criando oportunidades aos cidadãos.

Vale ressaltar as premissas do Projeto: Inserção do cidadão na sociedade da informação por meio da utilização de ferramentas de TICs - Tecnologias da Informação e Comunicação, visando a redução da exclusão digital e social; Implantação de telecentro como um espaço público que permita ao cidadão interagir com outros que já tenham acesso aos recursos das TICs, bem como com o Poder Público, por meio dos Portais de Governo Eletrônico; Utilização de ferramentas (computadores, impressoras, conectividade e outros equipamentos audiovisuais e/ou multimídia), para uso em capacitações e atividades diversas ligadas à Inclusão Digital para todo o público alvo.

Saliento ainda, algumas das diversas atividades desenvolvidas nos Telecentros:

- Uso livre dos equipamentos;
- Acesso à internet;
- Cursos de informática básica;
- Curso de navegação na internet;
- Uso preferencial de softwares de plataforma aberta e não proprietária, conforme as diretrizes do Governo Federal;
- Realização de oficinas de capacitação e oficinas diversas que possam utilizar as TICs disponíveis no telecentro;
- Produção e compartilhamento de conhecimento coletivo (conteúdos produzidos a partir das capacitações);
- Realização de atividades sócio-culturais para mobilização social e/ou divulgação do conhecimento;
- Oficinas de alfabetização digital.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

JERÔNIMO REIS

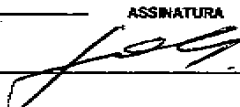
SE

DEM

DATA

ASSINATURA

05.08.2009



EMENDA - 00004

PL 027/2009-CN

Mensagem 0079/2009-CN

A

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº PL N.º 27/2009 - CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

SUPLEMENTAÇÃO:

UO 41101 – Ministério das Comunicações

Funcional Programática: 24.722.1008.11T7.xxxx

Título/Subtítulo: IMPLANTAÇÃO DE TELECENTROS – NO MUNICÍPIO DE TOBIAS BARRETO – SE.

GND 4 / MOD 40 / VALOR: R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais)

CANCELAMENTO:

UO 41101 – Ministério das Comunicações

Funcional Programática: 24.722.1008.11T7.0001

Título/Subtítulo: IMPLANTAÇÃO DE TELECENTROS PARA ACESSO A SERVIÇOS PÚBLICOS - NACIONAL

GND 4 / MOD 90 / VALOR: R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais)

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo principal desta Emenda é viabilizar ao Município de Tobias Barreto – SE a implantação de Telecentros Comunitários - espaços públicos providos de computadores conectados à internet em banda larga, onde são realizadas atividades, por meio do uso das TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação). Através da implantação dos telecentros será possível promover o desenvolvimento social e econômico das comunidades atendidas, reduzindo a exclusão social e criando oportunidades aos cidadãos.

Vale ressaltar as premissas do Projeto: Inserção do cidadão na sociedade da informação por meio da utilização de ferramentas de TICs - Tecnologias da Informação e Comunicação, visando a redução da exclusão digital e social; Implantação de telecentro como um espaço público que permita ao cidadão interagir com outros que já tenham acesso aos recursos das TICs, bem como com o Poder Público, por meio dos Portais de Governo Eletrônico; Utilização de ferramentas (computadores, impressoras, conectividade e outros equipamentos audiovisuais e/ou multimídia), para uso em capacitações e atividades diversas ligadas à Inclusão Digital para todo o público alvo.

Saliento ainda, algumas das diversas atividades desenvolvidas nos Telecentros:

- Uso livre dos equipamentos; - Acesso à internet; - Cursos de informática básica; - Curso de navegação na internet; - Uso preferencial de softwares de plataforma aberta e não proprietária, conforme as diretrizes do Governo Federal; - Realização de oficinas de capacitação e oficinas diversas que possam utilizar as TICs disponíveis no telecentro; - Produção e compartilhamento de conhecimento coletivo (conteúdos produzidos a partir das capacitações); - Realização de atividades sócio-culturais para mobilização social e/ou divulgação do conhecimento; - Oficinas de alfabetização digital.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

JERÔNIMO REIS

SE

DEM

DATA

ASSINATURA

05.08.2009



EMENDA - 00005**PL 027/2009-CN**

Mensagem 0079/2009-CN

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI PROJETO DE LEI 027/2009 - SUP	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	---	--------------------

TEXTO

Acrescentar ao PL 027/2009 Crédito Suplementar, o seguinte subtítulo:**UO: 26330 – EAF – São Luis - MA****Funcional Programática: 12.363.1062.2992.0021****Ação: Funcionamento da Educação Profissional no Estado do Maranhão****Fonte: 112****GND 3 / Modalidade de Aplicação 90****Valor: R\$ 1.000.000,00****Cancelar:****41000 – Ministério das Comunicações****Funcional Programática: 24.722.1008.11T7.0001****Ação: Implantação de Telecentros para acesso a Serviços Públicos - Nacional****Fonte 300****GND 4 / Modalidade de Aplicação 90****Valor: R\$ 1.000.000,00**

Justificativa

Auxiliar os Servidores

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO FEDERAL CLEBER VERDE	UF MA	PARTIDO PRB
DATA 16/07/2009	ASSINATURA 		

EMENDA - 00006**PL 027/2009-CN****Mensagem 0079/2009-CN**

A

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PROJETO DE LEI 027/2009 - SUP

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

Acrescentar ao PL 027/2009 Crédito Suplementar, o seguinte subtítulo:

UO: 26289 – EAF – São Raimundo Mangabeiras - MA

Funcional Programática: 12.363.1062.2992.0021

Ação: Funcionamento da Educação Profissional no Maranhão. Fonte: 112

GND 3 / Modalidade de Aplicação 90

Valor: R\$ 1.000.000,00

Cancelar:

41000 – Ministério das Comunicações

Funcional Programática: 24.722.1008.11T7.0001

Ação: Implantação de Telecentros para acesso a Serviços Públicos - Nacional

Fonte 300

GND 4 / Modalidade de Aplicação 90

Valor: R\$ 1.000.000,00

Justificativa

Auxiliar os Servidores

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO FEDERAL CLEBER VERDE**MA****PRB**

DATA

ASSINATURA

16/07/2009

EMENDA - 00007**PL 027/2009-CN**

Mensagem 0079/2009-CN

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI PROJETO DE LEI 027/2009 - SUP	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	---	--------------------

TEXTO**Acrescentar ao PL 027/2009 Crédito Suplementar, o seguinte subtítulo:**

UO: 26289 – EAF – São Raimundo Mangabeiras - MA

Funcional Programática: 12.331.0750.2011.0021

Ação: Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados – No Estado do Maranhão

Fonte: 112

GND 3 / Modalidade de Aplicação 90

Valor: R\$ 1.000.000,00

Cancelar:

41000 – Ministério das Comunicações

Funcional Programática: 24.722.1008.11T7.0001

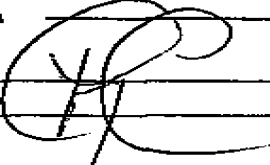
Ação: Implantação de Telecentros para acesso a Serviços Públicos - Nacional

Fonte 300

GND 4 / Modalidade de Aplicação 90

Valor: R\$ 1.000.000,00

Justificativa**Auxiliar os Servidores**

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO FEDERAL CLEBER VERDE	UF MA	PARTIDO PRB
DATA 16/07/2009	ASSINATURA 		

EMENDA - 00008

PL 027/2009-CN

Mensagem 0079/2009-CN

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PROJETO DE LEI 027/2009 - SUP

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

Acrescentar ao PL 027/2009 Crédito Suplementar, o seguinte subtítulo:

UO: 26343 – EAF – Codó - MA

Funcional Programática: 12.363.1062.2992.0021

Ação: Funcionamento da Educação Profissional no Maranhão. Fonte: 112

GND 3 / Modalidade de Aplicação 90

Valor: R\$ 1.000.000,00

Cancelar:

41000 – Ministério das Comunicações

Funcional Programática: 24.722.1008.11T7.0001

Ação: Implantação de Telecentros para acesso a Serviços Públicos - Nacional

Fonte 300

GND 4 / Modalidade de Aplicação 90

Valor: R\$ 1.000.000,00

Justificativa

Auxiliar os Servidores

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO FEDERAL CLEBER VERDE

MA

PRB

DATA

ASSINATURA

16/07/2009

EMENDA - 00009**PL 027/2009-CN**

Mensagem 0079/2009-CN

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 27/2009 - CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Acrescente-se:**39250 – ANTT****0225 – Gestão da Política dos Transportes****26.122.0225.xxxx.xxxx – Estudo e pesquisa da viabilidade econômica, técnica e ambiental da EF 354.****GND: 3 – Mod: 90****Valor: R\$3.000.000,00****Cancelamento:****34.722.1008.11T7.0001 – Implantação de Telecentros para Acesso a Serviços Públicos – Nacional****GND: 4 – Mod: 90 – Fonte: 300****Valor: R\$3.000.000,00**

JUSTIFICAÇÃO

A proposta visa permitir à ANTT a realização do necessário estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental da EF 354, que ligará o oceano Atlântico, no litoral brasileiro, ao oceano Pacífico, em portos peruanos, cruzando importantes pólos produtivos e logísticos nacionais, para saída de nossos produtos em direção aos mercados asiáticos.

CÓDIGO

3230

NOME DO PARLAMENTAR

Jaime Martins

UF

MG

PARTIDO

PR

DATA

07/08/09

ASSINATURA

EMENDA - 00010

PL 027/2009-CN

Mensagem 0079/2009-CN

A

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PLN 27, de 2009

PÁGINA

DE

TEXTO

Suplementar

ÓRGÃO : 41000 - MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

UNIDADE : 41101 - MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Funcional Programática: 24.722.1008.2184.0001

Ação - Operação do Sistema de Acesso Banda Larga - Nacional

GND 3; MOD 90; Fonte 300

Valor R\$ 2.000.000,00

Cancelar

ÓRGÃO : 41000 - MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

UNIDADE : 41101 - MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Funcional Programática: 24.722.1008.1117.0001

Ação - IMPLANTACAO DE TELECENTROS PARA ACESSO A SERVIÇOS PÚBLICOS - NACIONAL

GND 4; MOD 90; Fonte 300

Valor R\$ 2.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda destina-se a acrescentar recursos para o sistema de acesso de banda larga, tendo em vista a grande dificuldade existentes nos pequenos municípios brasileiros de acesso a esse sistema.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

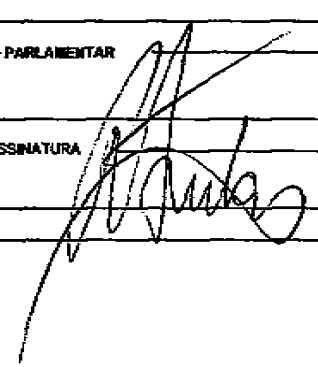
ROSE DE FREITAS

ES

PMDB

DATA

ASSINATURA



**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

Emendas
AO
PROJETO DE LEI
N.º 29/2009-CN

MENSAGEM
N.º 0081, de 2009 – CN
(Nº 00531/2009, na origem)

Ementa: "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito especial no valor global de até R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), para os fins que especifica."

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00001****PL 029/2009-CN**

Mensagem 0081/2009-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº PL N.º 29/2009 - CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

SUPLEMENTAÇÃO:

UO 55101 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

Funcional Programática: 08.244.1133.4963.xxxx

Título/Subtítulo: PROMOÇÃO DA INCLUSÃO PRODUTIVA – NO MUNICÍPIO DE SANTANA DO SÃO FRANCISCO – SE.

GND 3 / MOD 40 / VALOR: R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais)

CANCELAMENTO:

UO 55101 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

Funcional Programática: 08.244.1133.4963.0122

Título/Subtítulo: PROMOÇÃO DA INCLUSÃO PRODUTIVA – INSTITUTO ECOS DO BRASIL – NO ESTADO DE ALAGOAS

GND 3 / MOD 50 / VALOR: R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais)

JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda visa atender o Município de Santana do São Francisco, no Estado de Sergipe, através da Promoção da Inclusão Produtiva em constante esforço para a mobilização das capacidades sociais e produtivas das comunidades locais, buscando a inserção de um processo de desenvolvimento por meio de projetos de educação sócio-profissional e promovendo a ampliação da capacidade de autogestão econômica e social das comunidades, por meio de uma troca de experiências e vivência coletivas, levando-os a adquirir um desenvolvimento próprio.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

JERÔNIMO REIS

SE

DEM

DATA

ASSINATURA

05.08.2009



EMENDA - 00002**PL 029/2009-CN****Mensagem 0081/2009-CN****EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :**

Projeto de Lei nº PL N.º 29/2009 - CN

PÁGINA**1 DE 1****TEXTO****SUPLEMENTAÇÃO:**

UD 38101 – Ministério do Trabalho e do Emprego

Funcional Programática: 11.333.0106.2599.xxxx

Título/Subtítulo: FORMULAÇÃO, ARTICULAÇÃO E EXECUÇÃO DA POLÍTICA LABORAL DE
IMIGRAÇÃO E EMIGRAÇÃO – NO MUNICÍPIO DE ITABAIANA – SE.

GND 3 / MOD 40 / VALOR: R\$ 600.000,00 (Seiscentos mil reais)

CANCELAMENTO:

UD 38101 – Ministério do Trabalho e do Emprego

Funcional Programática: 11.333.0106.2599.0001

Título/Subtítulo: FORMULAÇÃO, ARTICULAÇÃO E EXECUÇÃO DA POLÍTICA LABORAL DE
IMIGRAÇÃO E EMIGRAÇÃO – NACIONAL

GND 3 / MOD 90 / VALOR: R\$ 600.000,00 (Seiscentos mil reais)

JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda visa atender o Município de Itabaiana, no Estado de Sergipe, na Formulação, Articulação e Execução da Política Laboral de Imigração e Emigração, buscando a implementação de mecanismos para avaliação e controle do mercado de trabalho, como também, o fluxo da mão de obra, redirecionando o processo migratório de forma compatível com uma melhor distribuição regional dos investimentos, e, por conseguinte, de geração de emprego e distribuição de renda.

CÓDIGO**NOME DO PARLAMENTAR****UF****PARTIDO****JERÔNIMO REIS****SE****DEM****DATA****ASSINATURA****05.08.2009**

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

Emendas
AO
PROJETO DE LEI
N.º 30/2009-CN

MENSAGEM
N.º 0082, de 2009 – CN
(Nº 00532/2009, na origem)

Ementa: “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça do Trabalho, crédito suplementar no valor de R\$ 26.724.533,00, (vinte e seis milhões, setecentos e vinte e quatro mil, quinhentos e trinta e três reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.”

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMEI

EMENDA - 00001**PL 030/2009-CN**

Mensagem 0082/2009-CN

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

A

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PROJETO DE LEI 030/2009 - SUP

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

Acrescentar ao PL 030/2009 Crédito Suplementar da Justiça do Trabalho, o seguinte subtítulo:

15117 - TRT - 16ª Região - MA

Funcional Programática: 02.061.0571.4224.0021

Ação: Assistência Jurídica a Pessoas Carentes no Estado do Maranhão

Fonte: 100

GND 3 / Modalidade de Aplicação 90

Valor: R\$ 1.000.000,00

Cancelar:

15000 - Justiça do Trabalho

15101 - Tribunal Superior do Trabalho

Funcional Programática: 02.126.0571.5093.0001

Ação: Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça do Trabalho (E-JUS) - NACIONAL

Fonte 100

GND 3 / Modalidade de Aplicação 90

Valor: R\$ 1.000.000,00

Justificativa

Os recursos auxiliarão aqueles mais necessitados, que não dispõe de condições para se socorrerem da Justiça.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO FEDERAL CLEBER VERDE**MA****PRB**

DATA

ASSINATURA

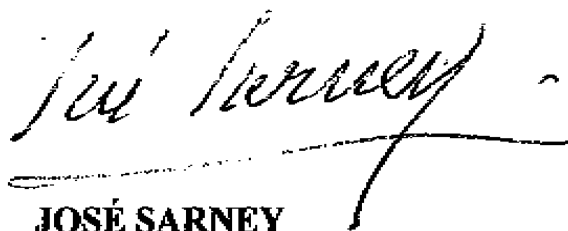
16/07/2009

ATO DO PRESIDENTE**Nº 315 , DE 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares,

R E S O L V E nomear **CRISTIANE SALES ARRUDA**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP08, na Secretaria de Recursos Humanos, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, em 10 de agosto de 2009

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'José Sarney', with a long horizontal flourish extending to the right.

JOSÉ SARNEY

Presidente do Senado Federal

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Mauro Fecury* (S)
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Flávio Torres* (S)
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, no período de 1999 até 30 de abril de 2009.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁵⁾
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
RELATOR: Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM)

Leitura: 15/03/2007
Designação: 05/06/2007
Instalação: 03/10/2007
Prazo final prorrogado: 21/02/2010

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Morais (DEM-PB) ⁽¹³⁾	
Arthur Virgílio (PSDB-AM) ^(10,21)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁸⁾	
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(12,22)	1. João Pedro (PT-AM) ⁽¹⁹⁾
Fátima Cleide (PT-RO) ^(2,6,20)	2. Augusto Botelho (PT-RR) ⁽²⁵⁾
Eduardo Suplicy (PT-SP) ^(3,11,16,18)	
Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB-SC) ⁽²⁴⁾	1. Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽²³⁾
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	

PDT	
Patrícia Saboya (CE) (14,17,26)	
PDT/PSOL ⁽⁹⁾	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
10. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
11. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
13. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Moraes é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
14. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).
17. Em 21.05.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jeferson Praia (Of. nº 46/09 -LPDT).
18. Em 27.05.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
19. Em 27.05.2009, o Senador João Pedro é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Suplicy (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
20. Em 27.05.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
21. Em 27.05.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Ofício nº 97/09 - GLPSDB).
22. Em 27.05.2009, o Senador Inácio Arruda é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
23. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
24. Em 02.06.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
25. Em 09.06.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Ofício nº 106/2009 - GLDBAG).
26. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303-3514

Fax: 3303-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Prazo prorrogado: 13/03/2008

Prazo final prorrogado: 23/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Papaléo Paes (PSDB-AP) (7)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT-RS) (3)	1. José Nery (PSOL-PA) (2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (8)
VAGO (8)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.

3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.

5. Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).

6. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJN nº 081/2009).

7. Em 23.04.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 73/09-GLPSDB).

8. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita deixa a vaga de titular e é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 016-A/2009).

*. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.

**. Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - AMAZÔNIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 572, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, os seguintes fatos a respeito da Amazônia: 1) conflito referente à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol e outras; 2) recentes denúncias de falta de assistência à saúde indígena; 3) áreas indígenas nos Estados de Roraima, Amazonas, Pará e Mato Grosso, cujos territórios chegam a 57%, 21%, 20% e 30%, respectivamente, das áreas territoriais desses Estados; 4) problemas envolvendo a soberania nacional nas áreas de fronteira: tráfico internacional, terrorismo, guerrilhas, vigilância das fronteiras etc; 5) falta de condições de sustentabilidade das comunidades indígenas já integradas às comunidades não indígenas; 6) alegado aumento do desmatamento da floresta; 7) recrudescimento da aquisição de terras por parte de estrangeiros; 8) questões fundiárias e ambientais.

(Requerimento nº 572, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 15/05/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM-MT) ⁽¹⁾	2. Arthur Virgílio (PSDB-AM) ⁽¹⁾
Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT-SP)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ)
João Ribeiro (PR-TO)	2. Flávio Arns (PT-PR)
Renato Casagrande (PSB-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Renan Calheiros (PMDB-AL)	1. Valter Pereira (PMDB-MS)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) ⁽³⁾	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽¹⁾	1. João Vicente Claudino (PI) ⁽¹⁾
PDT	
Cristovam Buarque (DF) ⁽²⁾	

Notas:

1. Indicações das Lideranças.

2. Em 03.06.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 51/09-LPDT).

3. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (OF. GLPMDB nº 015-A/2009).

4) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PETROBRAS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 569, de 2009, de autoria do Senador Alvaro Dias e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS) e a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Bicombustíveis (ANP), relacionadas com: a) indícios de fraudes nas licitações para reforma de plataformas de exploração de petróleo, apontadas pela operação "Águas Profundas" da Polícia Federal; b) graves irregularidades nos contratos de construção de plataformas, apontadas pelo Tribunal de Contas da União; c) indícios de superfaturamento na construção da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, apontados por relatório do Tribunal de Contas da União; d) denúncias de desvios de dinheiro dos "royalties" do petróleo, apontados pela operação "Royalties", da Polícia Federal; e) denúncias do Ministério Público Federal sobre fraudes envolvendo pagamentos, acordos e indenizações feitos pela ANP a usineiros; f) denúncias de uso de artifícios contábeis que resultaram em redução do recolhimento de impostos e contribuições no valor de 4,3 bilhões de reais; g) denúncias de irregularidades no uso de verbas de patrocínio da estatal.

(Requerimento nº 569, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Pedro (PT-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽³⁾

Leitura: 15/05/2009

Instalação: 14/07/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Antonio Carlos Júnior (DEM-BA)	1. Heráclito Fortes (DEM-PI)
Alvaro Dias (PSDB-PR)	2. Tasso Jereissati (PSDB-CE)
Sérgio Guerra (PSDB-PE)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Ideli Salvatti (PT-SC)	1. Inácio Arruda (PC DO B-CE)
Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Delcídio Amaral (PT-MS)
João Pedro (PT-AM)	
Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB-RJ)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽¹⁾
Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾	2. Almeida Lima (PMDB-SE)
Romero Jucá (PMDB-RR)	
PTB	
Fernando Collor (AL)	1. Gim Argello (DF)
PDT	
Jefferson Praia (AM)	

Notas:

1. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha, designado membro suplente em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).

2. Eleito em 14.07.2009.

3. Designado em 14.07.2009.

5) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - DNIT

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 783, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta de treze titulares e sete suplentes, para apurar, no prazo de cento e oitenta dias, as causas, condições e responsabilidades supostamente praticadas pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.

(Requerimento nº 783, de 2009, lido em 24.06.2009)

Número de membros: 13 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 24/06/2009

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares ⁽²⁾

RELATOR: Senador Gerson Camata

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo final prorrogado: 31/08/2009

MEMBROS

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3511

Fax: 3303-1176

E-mail: ems@senado.gov.br

2) RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.692, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

3) TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

Instalação: 27/08/2008

Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Roberto Cavalcanti (PRB) ^(2,3)	1. Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.

2. Em 12.03.2009, o PTB cede a vaga de titular ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB/SF).

3. Em 12.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular em vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo PTB na Comissão (Of. nº 055/2009-GLDBAG).

4) IDENTIFICAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS SUJEITOS À REGULAÇÃO

Finalidade: Identificar dispositivos constitucionais cuja regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como apresentar proposições legislativas e medidas destinadas a tornar efetivas normas constitucionais.

(Requerimento nº 8, de 2009, aprovado em 10.03.2009)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

Leitura: 10/03/2009

Designação: 02/04/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Eliseu Resende (DEM)
Senador Marco Maciel (DEM)	2. Senador Jayme Campos (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Tião Viana (PT)	2. Senador Magno Malta (PR)
Senadora Serys Slhessarenko (PT)	3. Senadora Marina Silva (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
	1.
	2.
	3.
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma
PDT	
	1.

5) ACOMPANHAMENTO DE METAS FIXADAS PELA ONU

Finalidade: Acompanhar as Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas - ONU, a serem alcançadas pelo governo brasileiro.

(Requerimento nº 231, de 2009, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Kátia Abreu (DEM)	1. Senadora Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽²⁾
Senadora Marisa Serrano (PSDB)	2.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
	1.
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valter Pereira (PMDB) ⁽¹⁾	1.
PTB	
Senador Fernando Collor	1.

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 009-A/2009).

2. Em 13.07.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM) na Comissão (OF. Nº 104/09-GLDEM).

6) COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DE BRASÍLIA

Finalidade: Em parceria com o Governo do Distrito Federal, colaborar com o calendário oficial das comemorações do cinquentenário de Brasília.

(Requerimento nº 247, de 2009, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 6

MEMBROS**Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)**

Senador Adelmir Santana (DEM)

Senador Eduardo Azeredo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Eduardo Suplicy (PT)

Senador Roberto Cavalcanti (PRB)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ^(1,2)

PTB

Senador Gim Argello

Notas:

1. Em 23/06/2009, o Senador Mauro Fecury é designado Titular do Bloco da Maioria, na Comissão (Of. GLPMDB nº 008-A-2009).

2. Em 24.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita Junior é designado membro do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Mauro Fecury (OF. GLPMDB Nº 019-A-2009).

7) NOVO PACTO FEDERATIVO NO BRASIL

Finalidade: Promover amplo debate e propor medidas para adoção de um novo pacto federativo no Brasil, ou para o aperfeiçoamento do vigente.

(Requerimento nº 488, de 2008, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1.
	2.
	3.
Senador Cícero Lucena (PSDB)	4. Senador João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹⁾	5. Senador Sérgio Guerra (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Roberto Cavalcanti (PRB)
Senador João Ribeiro (PR)	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Eduardo Suplicy (PT)	3. Senador Flávio Arns (PT)
Senador Tião Viana (PT)	4. Senador Paulo Paim (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Almeida Lima (PMDB) ⁽³⁾	1. Senador Gerson Camata (PMDB) ⁽³⁾
Senador Neuto De Conto (PMDB) ⁽³⁾	2. Senador Leomar Quintanilha (PMDB) ⁽³⁾
Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽³⁾	3. Senador Mauro Fecury (PMDB) ⁽³⁾
Senador Valter Pereira (PMDB) ⁽³⁾	4. Senador Paulo Duque (PMDB) ⁽³⁾
PTB	
Senador Sérgio Zambiasi	1. Senador Romeu Tuma
PDT	
Senador João Durval	1.

Notas:

1. Em 09.06.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB (Bloco da Minoria) na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. n 107/09 - GLPSDB).
2. Em 09.06.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB (Bloco da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. n 107/09 - GLPSDB).
3. Em 10.06.2009, a Liderança do Bloco da Maioria (PMDB,PP)designa seus membros na Comissão (OF. GLPMDB nº 007-A/2009).

8) ENCHENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das enchentes nos municípios da Região Norte.

(Requerimento nº 449, de 2009, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 7

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Senador Arthur Virgílio (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Augusto Botelho (PT)

Senadora Fátima Cleide (PT)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽²⁾

Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁾

PTB

Senador Romeu Tuma

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

2. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

9) INUNDAÇÕES NO MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, BAHIA E RIO GRANDE DO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das inundações ocorridas em municípios dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte.

(Requerimento nº 592, de 2009, aprovado em 21.05.2009)

Número de membros: 7

MEMBROS	
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	
Senador Tasso Jereissati (PSDB)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador César Borges (PR)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Mão Santa (PMDB) ⁽¹⁾	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) ⁽²⁾	
PTB	
Senador João Vicente Claudino	

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).

2. Em 10.06.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).

*. Incluído o Estado do Rio Grande do Norte, conforme comunicação lida e aprovada na sessão deliberativa ordinária de 21 de maio de 2009.

ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA EMPREGABILIDADE

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)

(publicado no DSF de 14.02.2009)

Número de membros: 5**PRESIDENTE:** Senador Francisco Dornelles**Instalação:** 03/03/2009**MEMBROS**

Senador Pedro Simon (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Senador Aloizio Mercadante (PT)

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho**Telefone(s):** 3303.4638**E-mail:** dirceuv@senado.gov.br

REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - PLS 156/2009 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009, que **reforma o Código de Processo Penal**.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko

RELATOR-GERAL: Senador Renato Casagrande

RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS: Senador Tião Viana

RELATOR-PARCIAL - INQUÉRITO POLICIAL: Senador Romeu Tuma

RELATOR-PARCIAL - MEDIDAS CAUTELARES: Senador Marconi Perillo

RELATOR-PARCIAL - PROVAS: Senador Valter Pereira

RELATOR-PARCIAL - RECURSOS: Senadora Serys Slhessarenko

Instalação: 20/05/2009

MEMBROS**Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)**

Senador Demóstenes Torres (DEM)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Marconi Perillo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Tião Viana (PT)

Senador Renato Casagrande (PSB)

Senadora Serys Slhessarenko (PT)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Almeida Lima (PMDB)

Senador Valter Pereira (PMDB)

PTB

Senador Romeu Tuma

PDT

Senador Flávio Torres (1,2)

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.

2. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 62/09-LPDT).

**CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2009,
QUE REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL**

PRAZOS¹

RELATÓRIOS PARCIAIS: 19.06.2009 a 16.07.2009 (art. 374, IV)

RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL: 17.07.2009 a 13.08.2009 (art. 374, V)

PARECER FINAL: 14 a 27.07.2009 (art. 374, VI)

¹Prazos duplicados pela aprovação do Requerimento nº 177, de 2009, em 24.06.2009.

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Eduardo Suplicy (PT) ⁽³⁸⁾	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³⁷⁾
Delcídio Amaral (PT) ⁽³⁶⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽³³⁾
Aloizio Mercadante (PT) ⁽³⁰⁾	3. João Pedro (PT) ^(11,35)
Tião Viana (PT) ⁽⁴¹⁾	4. Ideli Salvatti (PT) ⁽³⁹⁾
Marcelo Crivella (PRB) ⁽⁴⁰⁾	5. Roberto Cavalcanti (PRB) ^(34,72)
Inácio Arruda (PC DO B) ⁽²⁹⁾	6. Expedito Júnior (PR) ^(4,28)
César Borges (PR) ⁽³²⁾	7. João Ribeiro (PR) ⁽³¹⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) ^(60,66)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(62,65)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) ^(59,64)	2. Gilvam Borges (PMDB) ^(58,61)
Gerson Camata (PMDB) ^(67,71)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ^(3,63)
Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁵⁵⁾	4. Leomar Quintanilha (PMDB) ^(1,63)
Neuto De Conto (PMDB) ^(8,15,54,56)	5. Lobão Filho (PMDB) ^(9,53,70)
Pedro Simon (PMDB) ^(57,69)	6. Paulo Duque (PMDB) ^(2,63)
VAGO ⁽⁶⁸⁾	7. VAGO ⁽⁶⁸⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM) ⁽⁴⁸⁾	1. Gilberto Goellner (DEM) ⁽⁴⁶⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM) ^(18,46)	2. Demóstenes Torres (DEM) ^(17,42)
Efraim Moraes (DEM) ⁽⁴⁴⁾	3. Heráclito Fortes (DEM) ⁽⁴⁹⁾
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁵⁰⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽⁴⁶⁾
Adelmir Santana (DEM) ^(14,16,43)	5. Kátia Abreu (DEM) ⁽⁴⁵⁾
Jayme Campos (DEM) ^(13,47)	6. José Agripino (DEM) ^(5,51)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽²³⁾	7. Alvaro Dias (PSDB) ⁽²⁶⁾
João Tenório (PSDB) ⁽²⁴⁾	8. Sérgio Guerra (PSDB) ^(19,22,73)
Arthur Virgílio (PSDB) ^(23,74)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽²⁷⁾
Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²³⁾	10. Eduardo Azeredo (PSDB) ^(25,75)
PTB ⁽⁷⁾	
João Vicente Claudino ⁽⁵²⁾	1. Sérgio Zambiasi ^(12,52)
Gim Argello ⁽⁵²⁾	2. Fernando Collor ⁽⁵²⁾

PDT

Osmar Dias (20)

1. Jefferson Praia (10,21)

Notas:

1. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
23. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
24. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
25. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
26. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
27. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
28. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
29. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
30. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.
31. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

32. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
33. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
34. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
35. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
36. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
37. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
38. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
39. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
40. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
41. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
42. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
43. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
44. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
45. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
46. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
47. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
48. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
49. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
50. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
51. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
52. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
53. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 022/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).
55. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
56. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
57. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).
58. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 022/2009).
59. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
60. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
61. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

62. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
63. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. GLPMDB nº 022/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 022/2009).
65. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. GLPMDB nº 022/2009).
66. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. GLPMDB nº 022/2009).
67. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. GLPMDB nº 022/2009).
68. Em 02.03.2009, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (Of. GLPMDB nº 022/2009).
69. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
70. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).
71. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).
72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).
75. Em 15/04/2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. 72/09-GLPSDB).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 e 33113516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO ⁽⁶⁾	2. VAGO ⁽⁹⁾
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁷⁾	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO ⁽⁸⁾
PMDB PDT PSDB	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3303-4605 e 33113516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (5)	
Flávio Arns (PT) (3,17,26)	1. Fátima Cleide (PT) (33)
Augusto Botelho (PT) (27)	2. César Borges (PR) (34)
Paulo Paim (PT) (30)	3. Eduardo Suplicy (PT) (35)
Marcelo Crivella (PRB) (36)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Expedito Júnior (PR) (31)	5. Ideli Salvatti (PT) (29,32)
Roberto Cavalcanti (PRB) (28,59,61)	6. VAGO (28)
Renato Casagrande (PSB) (28,60,64)	7. José Nery (PSOL) (28,63,65)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (56,68)	1. Lobão Filho (PMDB) (52)
Gilvam Borges (PMDB) (9,51)	2. Romero Jucá (PMDB) (57)
Paulo Duque (PMDB) (6,49)	3. Valdir Raupp (PMDB) (54)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) (50)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (53)
Mão Santa (PMDB) (48)	5. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (55)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM) (41)	1. Heráclito Fortes (DEM) (37)
Rosalba Ciarlini (DEM) (38)	2. Jayme Campos (DEM) (40)
Efraim Moraes (DEM) (12,15,42)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,39)
Raimundo Colombo (DEM) (46)	4. José Agripino (DEM) (4,43)
Lúcia Vânia (PSDB) (24,44)	5. Marisa Serrano (PSDB) (20,67)
Eduardo Azeredo (PSDB) (23,66)	6. João Tenório (PSDB) (25)
Papaléo Paes (PSDB) (21)	7. Sérgio Guerra (PSDB) (22,45)
PTB (8)	
Mozarildo Cavalcanti (7,11,58)	1. Gim Argello (14,16,62)
PDT	
João Durval (19,47)	1. Cristovam Buarque (18,69)

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
18. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
19. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
20. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
21. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
22. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
23. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
24. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
26. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
28. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
29. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
30. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
31. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
32. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
33. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
34. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
35. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
36. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
37. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
38. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
39. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
40. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
41. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
42. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

43. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
44. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
45. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).
48. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 34/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 34/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 34/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 34/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 34/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 34/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 34/2009).
58. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).
59. Em 04.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
60. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
61. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).
62. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).
63. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSNJ nº 135/2009).
64. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).
65. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade - PSOL (Of. nº 047/2009-GLDBAG).
66. Em 24.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 062/09-GLPSDB).
67. Em 24.03.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 062/09-GLPSDB).
68. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
69. Em 21.05.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. 48/09 - LPDT).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PT-PR)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Efraim Moraes (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (3,11)
Eduardo Azeredo (PSDB) (9)	2. Marisa Serrano (PSDB) (2)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (1)	
Flávio Arns (PT) (6)	1. Paulo Paim (PT) (7)
PMDB	
Paulo Duque (5)	1. Leomar Quintanilha (10)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (8)	1. Gim Argello (PTB) (4)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Em 6.04.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
3. Em 6.04.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
4. Em 6.04.2009, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
6. Em 6.04.2009, o Senador Flávio Arns teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
8. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
9. Em 6.04.2009, o Senador Eduardo Azeredo teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 15/04/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. nº 15/09 - PRES/CAS).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP) ⁽¹³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM) ⁽⁶⁾	1. Raimundo Colombo (DEM) ^(2,4)
Papaléo Paes (PSDB) ⁽¹¹⁾	2. João Tenório (PSDB) ^(2,9)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT) ⁽⁵⁾	1. Marcelo Crivella (PRB) ^(2,10)
PMDB	
Mão Santa ⁽⁸⁾	1. Paulo Duque ⁽³⁾
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽¹²⁾	1. João Durval (PDT) ⁽⁷⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
3. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
4. Em 6.04.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Augusto Botelho teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
6. Em 6.04.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
7. Em 6.04.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador João Durval.
9. Em 6.04.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 6.04.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
12. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
13. Em 02.07.2009, foi lido o Ofício nº 02/2009-PRES/CASSAÚDE, comunicando eleição.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽¹⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT)	1. José Nery (PSOL)
PMDB	
Mão Santa	1. Wellington Salgado de Oliveira
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)

Notas:

1. Em 16.04.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM, em substituição ao Senador Efraim Morais (OF. nº 17/09 - PRES/CAS).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Marina Silva (PT) (39,71)	1. Renato Casagrande (PSB) (17,31)
Aloizio Mercadante (PT) (10,33)	2. Augusto Botelho (PT) (1,15,17,38)
Eduardo Suplicy (PT) (39)	3. Marcelo Crivella (PRB) (30)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (34)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (16,17,36,72)
Ideli Salvatti (PT) (39)	5. César Borges (PR) (35,52)
Exedito Júnior (PR) (37,52)	6. Serys Slhessarenko (PT) (19,32,77)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (62,63)	1. Romero Jucá (PMDB) (57,66)
Almeida Lima (PMDB) (59,63)	2. Leomar Quintanilha (PMDB) (54,64)
Gilvam Borges (PMDB) (60,63)	3. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (61,68,78)
Francisco Dornelles (PP) (55,63)	4. Lobão Filho (PMDB) (5,65,76)
Valter Pereira (PMDB) (3,63)	5. Valdir Raupp (PMDB) (40,58,69)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (9,18,56,67)	6. Neuto De Conto (PMDB) (2,63)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM) (45)	1. Efraim Morais (DEM) (50)
Demóstenes Torres (DEM) (42)	2. Adelmir Santana (DEM) (49)
Jayme Campos (DEM) (51)	3. Raimundo Colombo (DEM) (43)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Agripino (DEM) (4,47)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (44)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,46)
Alvaro Dias (PSDB) (27,70)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (28)
Sérgio Guerra (PSDB) (26,75)	7. Marconi Perillo (PSDB) (24)
Lúcia Vânia (PSDB) (27)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (29,73)
Tasso Jereissati (PSDB) (27)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (25,74)
PTB ⁽⁷⁾	
Romeu Tuma (48)	1. Gim Argello (41)
PDT	
Osmar Dias (11,13,22)	1. Flávio Torres (12,23,53,79,80)

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
3. O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
4. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
5. O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
11. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
12. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
13. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 354/2008).
19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
22. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
23. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
24. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
25. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
26. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
27. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
28. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
29. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
30. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
31. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
32. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
33. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
34. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
35. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
37. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
38. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.

39. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
40. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
41. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
42. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
43. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
44. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
45. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
46. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
47. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
48. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Epitácio Cafeteira.
49. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
50. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
51. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
52. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).
54. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).
55. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).
56. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).
57. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).
58. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).
59. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).
60. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).
61. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).
63. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).
64. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
65. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
66. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
67. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
68. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
69. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
70. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).

71. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Slhessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).
72. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).
75. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).
76. Em 04.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 68/2009-GLPMDB).
77. Em 16.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 056/2009-GLDBAG).
78. Em 19/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB 075/2009).
79. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
80. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 60/09-LPDT).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PT-PR)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO (73,74)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
Flávio Arns (PT) (36)	1. João Pedro (PT) (1,34)
Augusto Botelho (PT) (36)	2. Ideli Salvatti (PT) (31)
Fátima Cleide (PT) (36)	3. Eduardo Suplicy (PT) (12,33)
Paulo Paim (PT) (36,48,66)	4. José Nery (PSOL) (37)
Inácio Arruda (PC DO B) (30)	5. Roberto Cavalcanti (PRB) (35,67)
Marina Silva (PT) (32)	6. João Ribeiro (PR) (35,71)
Expedito Júnior (PR) (38)	7. VAGO (35)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB) (57)	1. Romero Jucá (PMDB) (63)
Mauro Fecury (PMDB) (8,16,58,70,72)	2. Leomar Quintanilha (PMDB) (63)
Gilvam Borges (PMDB) (55)	3. Pedro Simon (PMDB) (63)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (53)	4. Neuto De Conto (PMDB) (59)
Gerson Camata (PMDB) (61)	5. Valdir Raupp (PMDB) (56)
Francisco Dornelles (PP) (5,9,62)	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (15,17,64)
VAGO (54,65)	7. Lobão Filho (PMDB) (60)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) (4,50)	1. Gilberto Goellner (DEM) (44)
Marco Maciel (DEM) (39)	2. Kátia Abreu (DEM) (11,45)
Rosalba Ciarlini (DEM) (6,19,51)	3. Jayme Campos (DEM) (42)
Heráclito Fortes (DEM) (46)	4. Efraim Morais (DEM) (43)
José Agripino (DEM) (13,40)	5. Eliseu Resende (DEM) (14,18,41)
Adelmir Santana (DEM) (47)	6. Maria do Carmo Alves (DEM) (2,49)
Alvaro Dias (PSDB) (27)	7. VAGO (24,69,75)
Cícero Lucena (PSDB) (28)	8. Marconi Perillo (PSDB) (22)
Eduardo Azeredo (PSDB) (29,68,73,74,75)	9. Papaléo Paes (PSDB) (25)
Marisa Serrano (PSDB) (23)	10. Sérgio Guerra (PSDB) (26)
PTB	
Sérgio Zambiasi (7,52)	1. João Vicente Claudino (52)
Romeu Tuma (52)	2. Mozarildo Cavalcanti (52)
PDT	
Cristovam Buarque (21)	1. Jefferson Praia (10,20)

Notas:Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (Of. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
23. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
24. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia Dias é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
25. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
26. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
27. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
28. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
29. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
30. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
31. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
32. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
33. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
34. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
35. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
36. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
37. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
38. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.

39. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
40. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
41. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
42. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
43. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
44. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
46. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
47. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
48. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
49. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
50. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
51. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
52. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
53. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).
55. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 28/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).
58. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).
60. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).
61. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).
62. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).
63. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).
65. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
66. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).
67. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).
68. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).
69. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).
70. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
71. Em 29.04.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 084/2009-GLDBAG).
72. Em 10.06.2009, o Senador Mauro Fecury é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 017-A/2009).
73. Em 16/06/2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como Titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).
74. Em 16/06/2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como Titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).

75. Em 06.08.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 132/09 - GLPSDB).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO ⁽⁷⁾	1. VAGO ⁽⁷⁾
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. VAGO ⁽⁷⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽³⁾	1. VAGO ⁽⁷⁾
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ^(1,6)
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. VAGO ⁽⁷⁾
PDT	
VAGO ⁽⁷⁾	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Renato Casagrande (PSB) (26)	1. Fátima Cleide (PT) (22)
Marina Silva (PT) (7,26)	2. César Borges (PR) (24)
João Pedro (PT) (20)	3. Inácio Arruda (PC DO B) (25)
João Ribeiro (PR) (23)	4. Delcídio Amaral (PT) (21)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (38)	1. Romero Jucá (PMDB) (38)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (38)	2. Valdir Raupp (PMDB) (5,11,40)
Gilvam Borges (PMDB) (39)	3. Almeida Lima (PMDB) (38)
Valter Pereira (PMDB) (38)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (38)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (29)	1. Adelmir Santana (DEM) (34)
Kátia Abreu (DEM) (31)	2. Raimundo Colombo (DEM) (1,35)
Heráclito Fortes (DEM) (33)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (3,27)
Eliseu Resende (DEM) (32)	4. Jayme Campos (DEM) (9,30)
Arthur Virgílio (PSDB) (10,19)	5. Alvaro Dias (PSDB) (4,14)
Cícero Lucena (PSDB) (15)	6. Flexa Ribeiro (PSDB) (18)
Marisa Serrano (PSDB) (16)	7. Mário Couto (PSDB) (17)
PTB	
Gim Argello (6,28)	1. Sérgio Zambiasi (28)
PDT	
Jefferson Praia (8,13,36,41)	1. Cristovam Buarque (12,37,42)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
15. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
16. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
18. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
21. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
23. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
24. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
26. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
30. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
32. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
33. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
34. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
36. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. GLPMDB nº 30/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 28/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 28/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).

42. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO ⁽³⁾	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO ⁽⁸⁾	2. VAGO ⁽⁸⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO ^(3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ^(5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
8. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Marina Silva (PT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Notas:

1. Em 18.06.2008, a Senadora Marina Silva é designada titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. N° 57/2008-CMA).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA
AMAZÔNIA****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**RELATOR:** VAGO

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO (5)
VAGO (1)	2. VAGO (5)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO (2,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (3)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Flávio Arns (PT) ⁽¹⁹⁾	1. João Pedro (PT) ⁽²²⁾
Fátima Cleide (PT) ⁽¹⁹⁾	2. Serys Shessarenko (PT) ⁽²¹⁾
Paulo Paim (PT) ⁽¹⁹⁾	3. Marcelo Crivella (PRB) ^(11,20,30)
Aloizio Mercadante (PT) ^(2,23,48,49)	4. Marina Silva (PT) ^(20,45)
José Nery (PSOL) ⁽²⁴⁾	5. Magno Malta (PR) ^(20,48)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(39,44)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽⁴¹⁾
Gerson Camata (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	2. Romero Jucá (PMDB) ⁽³⁸⁾
VAGO ^(35,43)	3. Valter Pereira (PMDB) ⁽³⁷⁾
Gilvam Borges (PMDB) ⁽³⁶⁾	4. Mão Santa (PMDB) ⁽³³⁾
Paulo Duque (PMDB) ^(10,12,42)	5. Leomar Quintanilha (PMDB) ⁽³⁴⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) ^(3,29)	1. Heráclito Fortes (DEM) ⁽²⁷⁾
Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽²⁵⁾	2. Jayme Campos (DEM) ⁽³²⁾
Eliseu Resende (DEM) ^(4,28)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽³¹⁾
VAGO ^(8,46)	4. Adelmir Santana (DEM) ^(9,13,26)
Arthur Virgílio (PSDB) ⁽¹⁶⁾	5. VAGO ^(18,47)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁶⁾	6. Mário Couto (PSDB) ⁽¹⁷⁾
VAGO ^(1,5)	7. Papaléo Paes (PSDB) ⁽¹⁶⁾
PTB ⁽⁷⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque ⁽¹⁴⁾	1. Jefferson Praia ⁽¹⁵⁾

Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
19. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
21. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
23. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
24. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
25. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
26. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
27. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
29. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
30. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
31. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
32. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
33. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (Of. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (Of. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

44. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
45. Em 31.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
46. Em 14/04/2009, o Senador Gilberto Goellner deixa de compor a Comissão, como membro Titular do DEM (Of. 61/09-GLDEM).
47. Em 16.04.2009, vago em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.
48. Em 29.04.2009, o Senador Magno Malta deixa de compor a Comissão como membro titular e é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 082/2009-GLDBAG).
49. Em 09/07/2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 119/2009 - GLDBAG).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT) ⁽⁶⁾	1. Fátima Cleide (PT) ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB) ^(3,9)
Valter Pereira (PMDB) ⁽¹⁴⁾	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(1,4,7)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽¹⁰⁾
Mário Couto (PSDB) ⁽¹²⁾	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Jefferson Praia ⁽⁸⁾	1. Cristovam Buarque ⁽¹³⁾
PTB	
Sérgio Zambiasi ⁽¹¹⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Em 12.06.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (OF. CDH 078-09).
6. Em 12.06.2009, a Senadora Serys Slhessarenko deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. CDH 078-09).
7. Em 12.06.2009, o Senador Heráclito Fortes deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria (OF. CDH 078-09).
8. Em 12/06/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
9. Em 12.06.2009, o Senador Gilvam Borges é designado Suplente do PMDB, na Comissão (Of. CDH 078-09).
10. Em 12/06/2009, o Senador Adelmir Santana é designado Suplente do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. CDH 078/09).
11. Em 12/06/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Titular do PTB, na Comissão (Of. CDH 078/09).
12. Em 12/06/2009, o Senador Mário Couto é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. CDH 078/09).
13. Em 12/06/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
14. Em 12/06/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB, na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. CDH 078/09).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br**6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO (5)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Shessarenko (PT)	2. VAGO (3,5)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (6)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (2,4)	1. VAGO (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.
6. Em 02.03.2009, vago em virtude de a Senadora Roseana Sarney ter sido substituída pelo Senador Valter Pereira na CDH (OF. GLPMDB nº 29/2009).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO**Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. VAGO
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Maioria (PMDB, PP)	
	1. VAGO

Notas:

*. Em 27.04.2009 foi à publicação o OF. N° 029/09 - CDH, que comunica a aprovação do Requerimento n° 09, de 2009 - CDH, cujo teor trata da transformação da Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo em Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁹⁾	
Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁴¹⁾	1. Flávio Arns (PT) ^(38,68)
Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(43,75)	2. Marina Silva (PT) ⁽⁴⁶⁾
João Ribeiro (PR) ^(45,71)	3. Renato Casagrande (PSB) ^(42,74)
João Pedro (PT) ⁽⁴⁷⁾	4. Magno Malta (PR) ⁽³⁹⁾
Tião Viana (PT) ^(44,54,69)	5. Augusto Botelho (PT) ^(22,40,49,67)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) ⁽¹⁾	1. Almeida Lima (PMDB) ^(5,63)
Francisco Dornelles (PP) ⁽⁶²⁾	2. Inácio Arruda (PC DO B) ^(6,76,77)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽⁶⁴⁾	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽²⁾
Romero Jucá (PMDB) ^(3,72,73)	4. Valdir Raupp (PMDB) ^(19,24,65)
Paulo Duque (PMDB) ⁽⁴⁾	5. Gilvam Borges (PMDB) ^(10,21,61)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Efraim Moraes (DEM) ⁽⁵⁸⁾	1. Adelmir Santana (DEM) ^(11,53)
Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁵⁷⁾	2. Rosalba Ciarlini (DEM) ^(7,50)
Marco Maciel (DEM) ^(18,29,56)	3. José Agripino (DEM) ^(23,27,55)
Heráclito Fortes (DEM) ^(8,51)	4. Romeu Tuma (PTB) ^(52,78,79,80)
João Tenório (PSDB) ^(37,66)	5. Alvaro Dias (PSDB) ⁽³³⁾
Eduardo Azeredo (PSDB) ⁽³⁷⁾	6. Arthur Virgílio (PSDB) ^(17,36,70)
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁵⁾	7. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽³⁴⁾
PTB ⁽¹²⁾	
Fernando Collor ^(13,14,15,16,25,26,28,30,48)	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁴⁸⁾
PDT	
Flávio Torres ^(32,59,81,82)	1. Cristovam Buarque ^(20,31,60)

Notas:

1. O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
2. O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
3. O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
4. O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
5. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
6. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
7. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Em 05.09.2007, o Senador Euclides Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
14. Senador Euclides Mello comunica filiação ao PRB, em 1º/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
32. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
33. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
34. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
35. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
36. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
37. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
38. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
39. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
40. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
41. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
42. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
43. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
44. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.

45. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
46. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
47. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
48. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
49. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
50. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.
51. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
52. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
53. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
54. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
55. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
56. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
57. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
58. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
59. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
60. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).
61. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).
63. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).
64. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).
65. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).
66. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).
67. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).
68. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).
69. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).
70. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).
71. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).
72. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
73. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 063/2009).
74. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
75. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
76. Em 28.04.2009, o PMDB cede vaga de suplente ao PC do B (Of. GLPMDB nº 109/2009).
77. Em 30.04.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida pelo PMDB na Comissão (Of. IA Nº 093/2009).

78. Em 02/06/2009, a Liderança do Democratas cede, temporariamente, vaga de suplente ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. N° 094/09-GLDEM).

79. Em 02/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (Of. N° 165/2009/GLPTB).

80. Em 02/06/2009, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor a Comissão (Of. 93/09-GLDEM).

81. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento n° 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.

82. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. n° 59/09-LPDT).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n° 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO ^(3,4,6)	1. VAGO ⁽⁷⁾
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. VAGO ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁵⁾

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO ^(1,4)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclydes Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
	3. Tasso Jereissati (PSDB)
PMDB PP	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) ^(1,3)	2. Romero Jucá (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Augusto Botelho (PT)	1. Tião Viana (PT)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Fernando Collor

Notas:

1. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE (Of. N° 054/2009 - CRE).
2. Em 17/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 077/2009-CRE).
3. Em 17/06/2009, o Senador Valdir Raupp é designado titular do Bloco da Maioria (Of. 077/2009-CRE).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Serys Slhessarenko (PT) (21)	1. Marina Silva (PT) (17)
Delcídio Amaral (PT) (21,32,55)	2. Paulo Paim (PT) (19,32,58)
Ideli Salvatti (PT) (21)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (24)
Inácio Arruda (PC DO B) (18)	4. Expedito Júnior (PR) (20)
Fátima Cleide (PT) (16)	5. Eduardo Suplicy (PT) (23)
João Ribeiro (PR) (25)	6. João Pedro (PT) (22)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (53,63,64)	1. Neuto De Conto (PMDB) (3,6,46)
Gilvam Borges (PMDB) (54)	2. Lobão Filho (PMDB) (30,51)
Paulo Duque (PMDB) (47)	3. Pedro Simon (PMDB) (8,10,11,45)
Mão Santa (PMDB) (5,9,43)	4. Valter Pereira (PMDB) (50)
Valdir Raupp (PMDB) (48,56)	5. VAGO (49,64)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (44)	6. Almeida Lima (PMDB) (52,60,63)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (29)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (26)
Eliseu Resende (DEM) (27)	2. Efraim Moraes (DEM) (38)
Heráclito Fortes (DEM) (36)	3. Adelmir Santana (DEM) (33)
Jayme Campos (DEM) (34)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (28)
Kátia Abreu (DEM) (7,35)	5. Demóstenes Torres (DEM) (1,31)
Mário Couto (PSDB) (41,62)	6. Cícero Lucena (PSDB) (13)
João Tenório (PSDB) (42,57)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (14,59)
Flexa Ribeiro (PSDB) (13)	8. Alvaro Dias (PSDB) (13,61)
Marconi Perillo (PSDB) (40)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (15)
PTB (4)	
Fernando Collor (37)	1. Gim Argello (37)
PDT	
João Durval (12)	1. Osmar Dias (39)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
14. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
15. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
16. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
17. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
18. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
19. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
20. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
21. Em 16.02.2009, os Senadores Delcício Amaral, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
22. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
23. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
24. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
25. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
26. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
27. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
30. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
31. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
32. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral, que passa à suplência.
33. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
34. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
35. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
36. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
37. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
38. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
41. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
42. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.

43. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).
55. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).
56. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
57. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).
58. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).
59. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).
60. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
61. Em 16.04.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 76/09-GLPSDB).
62. Em 16.04.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 76/09-GLPSDB).
63. Em 14.05.2009, o Senador Almeida Lima deixa a vaga de membro titular do PMDB na Comissão e assume a vaga de membro suplente (OF. GLPMDB nº 111/2009).
64. Em 14.05.2009, o Senador Francisco Dornelles deixa a vaga de membro suplente na Comissão e assume a vaga de membro titular cedida pelo PMDB (OF. GLPMDB nº 001-A-2009).

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 8:30HS - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador César Borges (PR-BA)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
César Borges (PR) ⁽²⁴⁾	1. Delcídio Amaral (PT) ^(7,27)
Serys Shessarenko (PT) ^(2,28)	2. Roberto Cavalcanti (PRB) ^(23,50)
Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽²⁶⁾	3. VAGO ⁽²³⁾
José Nery (PSOL) ⁽²⁵⁾	4. VAGO ⁽²³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) ^(33,41)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽⁴⁴⁾
Valter Pereira (PMDB) ^(1,48)	2. Pedro Simon (PMDB) ⁽⁴⁷⁾
Romero Jucá (PMDB) ^(4,11,45)	3. Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁴²⁾
Almeida Lima (PMDB) ⁽⁴³⁾	4. Gerson Camata (PMDB) ^(46,49,51)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) ⁽³⁰⁾	1. Gilberto Goellner (DEM) ⁽²⁹⁾
Marco Maciel (DEM) ⁽³⁶⁾	2. Jayme Campos (DEM) ⁽³⁸⁾
Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽³⁷⁾	3. Demóstenes Torres (DEM) ^(9,12,34)
Adelmir Santana (DEM) ⁽³¹⁾	4. Kátia Abreu (DEM) ^(6,14,32)
Lúcia Vânia (PSDB) ⁽¹⁸⁾	5. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²²⁾
Marconi Perillo (PSDB) ⁽¹⁹⁾	6. Sérgio Guerra (PSDB) ^(10,13,17)
Papaléo Paes (PSDB) ⁽²¹⁾	7. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²⁰⁾
PTB ⁽⁵⁾	
Gim Argello ⁽³⁵⁾	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽³⁵⁾
PDT	
Jefferson Praia ^(8,15,40)	1. João Durval ^(16,39)

Notas:

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
16. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
17. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
18. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
20. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
21. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
22. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
23. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
24. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
25. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
26. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
27. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
28. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
32. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
33. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
34. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
35. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
36. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
37. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
38. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
39. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).

46. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).
51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilberto Goellner (DEM-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT) ⁽¹⁷⁾	1. Paulo Paim (PT) ⁽¹⁷⁾
João Pedro (PT) ⁽²¹⁾	2. Fátima Cleide (PT) ^(4,6,19)
Augusto Botelho (PT) ^(22,31,49)	3. Expedito Júnior (PR) ⁽²³⁾
César Borges (PR) ^(18,54)	4. Serys Slhessarenko (PT) ^(20,52)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) ^(2,11,37,40)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(36,38)
Neuto De Conto (PMDB) ^(41,46)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(34,43)
Gerson Camata (PMDB) ^(35,39)	3. Renan Calheiros (PMDB) ^(42,48)
Valter Pereira (PMDB) ^(45,50)	4. Paulo Duque (PMDB) ^(44,47)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) ⁽²⁷⁾	1. Demóstenes Torres (DEM) ^(3,30)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽²⁶⁾	2. Heráclito Fortes (DEM) ⁽³²⁾
Kátia Abreu (DEM) ⁽²⁵⁾	3. Rosalba Ciarlini (DEM) ^(7,28)
Jayme Campos (DEM) ^(8,10,33)	4. José Agripino (DEM) ⁽²⁹⁾
VAGO ^(15,53)	5. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹⁶⁾
Mário Couto (PSDB) ⁽¹⁴⁾	6. João Tenório (PSDB) ⁽¹²⁾
Marisa Serrano (PSDB) ⁽¹²⁾	7. Marconi Perillo (PSDB) ⁽¹³⁾
PTB ⁽⁵⁾	
Romeu Tuma ^(9,24)	1. Sérgio Zambiasi ^(24,51)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
9. Em virtude do retorno da titular, Senador Cícero Lucena.
10. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
11. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. nº 536/2008-GLPMDB).

12. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
13. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
14. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
15. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
16. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
18. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
19. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
21. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
22. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
23. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
24. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
25. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
32. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
33. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
34. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
35. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 31/2009).
36. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
37. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 31/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 31/2009).
39. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
40. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
41. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
42. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 31/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 31/2009).

44. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
45. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (Of. GLPMDB nº 31/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. GLPMDB nº 31/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. GLPMDB nº 31/2009).
48. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).
50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).
51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).
52. Em 31.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
53. Em 16.04.2009, vago em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.
54. Em 29.04.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. nº 016/09-GLDBAG).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽³⁾
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁴⁾	
Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁹⁾	1. Delcídio Amaral (PT) ⁽²²⁾
Renato Casagrande (PSB) ⁽²¹⁾	2. Flávio Arns (PT) ⁽¹⁹⁾
Magno Malta (PR) ⁽²⁰⁾	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(18,45)
Roberto Cavalcanti (PRB) ^(18,41,47)	4. João Ribeiro (PR) ^(18,43)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽³⁹⁾	1. Valter Pereira (PMDB) ⁽³⁸⁾
Lobão Filho (PMDB) ⁽³⁶⁾	2. Romero Jucá (PMDB) ⁽³⁵⁾
Gerson Camata (PMDB) ^(7,10,37)	3. Gilvam Borges (PMDB) ^(8,9,40,46,48)
Valdir Raupp (PMDB) ^(34,44)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Antonio Carlos Júnior (DEM) ⁽²⁹⁾	1. Gilberto Goellner (DEM) ⁽²⁷⁾
Demóstenes Torres (DEM) ^(3,24)	2. Eliseu Resende (DEM) ⁽²⁵⁾
José Agripino (DEM) ^(6,12,31)	3. Marco Maciel (DEM) ⁽¹⁾
Efraim Morais (DEM) ⁽²⁶⁾	4. Kátia Abreu (DEM) ⁽³⁰⁾
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁶⁾	5. Eduardo Azeredo (PSDB) ^(17,28)
Flexa Ribeiro (PSDB) ^(17,28)	6. Sérgio Guerra (PSDB) ^(14,49)
Papaléo Paes (PSDB) ⁽¹⁵⁾	7. Arthur Virgílio (PSDB) ^(11,17,42)
PTB ⁽⁵⁾	
Sérgio Zambiasi ⁽²³⁾	1. Fernando Collor ⁽²³⁾
PDT	
Flávio Torres ^(13,33,50,51)	1. Cristovam Buarque ⁽³²⁾

Notas:

1. Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
2. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
8. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
9. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
10. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. nº 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
15. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
16. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
17. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
18. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
21. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
23. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
24. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Morais é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
29. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
33. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
34. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 32/2009-GLPMDB).
40. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 32/2009-GLPMDB).
41. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 030/2009-GLDBAG).
42. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).

43. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).
44. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. GLPMDB nº 061/2009).
45. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 049/2009-GLDBAG).
46. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 061/2009).
47. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).
48. Em 11.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 065/2009).
49. Em 12.03.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 054/09-GLPSDB).
50. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
51. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 58/09-LPDT).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA**Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes****PRESIDENTE: VAGO****VICE-PRESIDENTE: VAGO**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s): 3311-1120****Fax: 3311-2025****E-mail: scomcct@senado.gov.br**

**COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS****1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR****(Resolução nº 17, de 1993)**

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 05/03/2009**Notas:**

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Duque (PMDB-RJ) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽⁴⁾**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO ⁽³⁾	1. Delcídio Amaral (PT-MS)
João Pedro (PT-AM)	2. Ideli Salvatti (PT-SC)
VAGO ⁽¹⁾	3. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE)	4. Augusto Botelho (PT-RR)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Mão Santa (PMDB-PI)
Paulo Duque (PMDB-RJ)	4. Lobão Filho (PMDB-MA)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM-BA)
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. Rosalba Ciarlini (DEM-RN)
Eliseu Resende (DEM-MG)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Marisa Serrano (PSDB-MS)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM)
Sérgio Guerra (PSDB-PE)	5.
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
PDT	
João Durval (BA)	1. Jefferson Praia (AM)
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP)	

Atualização: 05/08/2009**Notas:**

1. O Senador João Ribeiro (PR-TO) declinou do mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 60/2009-GSJRI, de 15.07.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
2. Eleito na 1ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 15.07.2009
3. O Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. GSACV nº 161/2009, de 03.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
4. Eleito na 2ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 05.08.2009.

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR**(Resolução do Senado Federal nº 40/95)**

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008**Notas:**

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.

2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

4) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽²⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**MEMBROS****PMDB**Wellington Salgado de Oliveira (MG) ⁽³⁾**DEM**

Marco Maciel (PE)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PT

Fátima Cleide (RO)

PTBVAGO ⁽¹⁾**PDT**Flávio Torres (CE) ⁽⁴⁾**PR**

Expedito Júnior (RO)

PSB

Renato Casagrande (ES)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PP**PSOL**

José Nery (PA)

Atualização: 07/08/2009**Notas:**

1. Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Calvacante, conforme Of.nº088/2009/GLPTB.

2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 17.06.2009.

3. Indicado para ocupar a vaga destinada ao PMDB, conforme Of.GLPMDF nº 020-A-2009, lido na sessão do dia 24.06.2009.

4. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres (PDT-CE) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em substituição à Senadora Patrícia Saboya, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, a partir de 17.07.2009 (Of. nº61/09-LPDT).

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Odair Cunha (PT-MG)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Mão Santa (PMDB-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Patrícia Saboya (PDT-CE)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado André de Paula (DEM/PE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Raimundo Colombo (DEM-SC)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Tadeu Filippelli (PMDB-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Severiano Alves (PDT-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 07.05.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP)¹²
 Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE)¹²
 Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM - RS)¹²

SENADORES	
TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁶ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY ⁸ (PSOL/PA)
DEPUTADOS	
TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTO ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) ¹¹
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO THADEU ⁹ (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 28.05.2009)

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

⁹ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

¹⁰ Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009, e o OF/GAB/I/Nº 12, de 28.01.2009.

¹¹ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

¹² Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PRESIDENTE: Parlamentar Ignacio Mendonza Unzain (Py)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Juan Jose Dominguez (Uy)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Juan Bautista Pampuro (Ar)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (Br)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA - CCAI
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Severiano Alves

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ANDRÉ DE PAULA DEM-PE	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> RAIMUNDO COLOMBO DEM-SC
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> SEVERIANO ALVES PDT-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 07.05.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



EDIÇÃO DE HOJE: 350 PÁGINAS